



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES - ICHCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ROBSON WILLIAMS BARBOSA DOS SANTOS

ESCRavidÃO, SOCIEDADE E ECONOMIA NA VILLA REAL DE SÃO JOSÉ
DO POXIM – 1774 A 1854



MACEIÓ – 2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES - ICHCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ROBSON WILLIAMS BARBOSA DOS SANTOS

ESCRavidão, SOCIEDADE E ECONOMIA NA VILLA REAL DE SÃO JOSÉ
DO POXIM – 1774 A 1854

Texto apresentado ao programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes da Universidade Federal de Alagoas, como requisito e obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Dr. Gian Carlo de Melo Silva.



MACEIÓ – 2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho

S237e Santos, Robson Williams Barbosa dos.
Escravidão, sociedade e economia na Villa Real de São José do Poxim – 1774 a 1854 / Robson Williams Barbosa dos Santos. – 2019.
182 f. : il. color.

Orientador: Gian Carlo de Melo Silva.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 140-150.
Anexos: f. 151-182.

1. Villa Real de São José do Poxim (Alagoas). 2. Banguê (Usinas de açúcar).
3. Escravidão - Alagoas. I. Título.

CDU: 94(813.5):326

Folha de Aprovação

ROBSON WILLIAMS BARBOSA DOS SANTOS

Escravidão, sociedade e economia na Vila Real de São José do Poxim (1774 A 1854)

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 28 de maio de 2019.


Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva (Orientador)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Douglas Apratto Tenório (Examinador Externo)
Centro Universitário CESMAC


Prof.^a. Dr.^a Suely Creusa Cordeiro de Almeida (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

DEDICATÓRIA

À memória de um povo que foi esquecido no tempo e que traz as suas narrativas à memória histórica, cultural e artística de um Poxim que outrora foi glorioso. Pessoas humildes que buscam resgatar os valores de um passado remoto. Mostrando para Alagoas que a história do Poxim não chegou ao seu fim, pois seu passado é uma corrente de força que se prende nos braços da história contra o esquecimento. Um povo que não tem “nem eira nem beira”, mas que não poupa esforços para saudar novos tempos com suas histórias e suas memórias.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Angela Santana Ursulino, que foi um dos pilares desse trabalho e sempre esteve de mãos dadas e ao meu lado nesse caminho estranho e repleto de surpresas chamado de vida. Fazendo a minha história intensa e mágica, presenteando-me com duas meninas belíssimas: Sophia e Samia. Todas as três são o meu grande oásis de sabedoria e o meu grande começo, a força que vai além da física, pois sem elas as aves dos céus perderiam seu canto e as rosas jamais desabrochariam para o Grande Arquiteto do Universo. Agradeço à minha mãe, D. Marilene, que deu sua juventude para que minha irmã e eu entrássemos em uma universidade e nos formássemos.

Não posso deixar de agradecer ao meu orientador, amigo e mestre, Gian Carlo de Melo Silva, com toda a sua paciência e dedicação aos meus trabalhos, sendo ele o grande responsável para concretização desse trabalho me levando para trilhas de um Brasil Colonial e me aventurando no passado de uma Alagoas que ficou na memória. Agradeço também à Prof^a. Dr^a. Suely Creusa Cordeiro de Almeida e ao professor Douglas Apratto Tenório por aceitarem o convite de fazer parte desse trabalho. Também não posso deixar de agradecer ao professor José Roberto Santos Lima, o Robertinho, que foi meu orientador na graduação (*grandus primus*) e sempre disponível para me ajudar nos trabalhos. Agradeço ao professor Lemos que iluminou esse trabalho com novas fontes históricas sobre Alagoas e a professora Carmém Lúcia Dantas, museóloga, amiga, que desde tempos de Théo Brandão ensinou o quanto é valioso o patrimônio histórico, seja ele material ou imaterial.

Não podendo deixar de agradecer ao meu eterno e querido amigo Benedito Ramos Amorim, que mais uma vez fez-se presente, dando a graça de sua imortalidade neste simples trabalho. O homem que se julga um simples contador de estória não sabendo ele que suas estórias tornaram-se histórias das quais selaram sua imortalidade nos corações de seus amigos e leitores.

A todos que fazem parte da minha vida e que sempre contribuíram de alguma forma na minha formação como um ser social e pessoal (caráter), como é o caso de José Ademar, que foi a pedra angular nessa caminhada, e junto a ele Cynara Pereira, que trabalhou conosco na construção do Museu dos Devotos D. Constantino Lüers, do Poxim. Museu que recebeu o apoio dos professores (Universidade Federal de Alagoas)

José Roberto Santos Lima e Helena de Fátima Cavalcante Passos e da Diocese de Penedo na pessoa de D. Valério Breda, bispo de Penedo. E aos professores, e amigos, Célia e Dorgicleiton, que nunca deixaram os meus trabalhos sem às devidas correções ortográficas.

E, por fim, à professora Gisela Pfau de Carvalho, que com olhar de um lince, encontrou no meu trabalho autenticidade, dedicação e uma boa história para transformá-los em verbete do ABC das Alagoas, algo que só os titãs de Alagoas conseguiram. Agradeço, também, a Wellington José Gomes da Silva (APA), Kell Lira e Karen Pitanga (IHGAL), Altina Farias (NESEM) e ao amigo e irmão Heitor de Paula que, por muitas, vezes financiou esse trabalho por acreditar que Alagoas mereça mais um capítulo seja reescrito.

“A mente ocidental do século XX congela-se diante do horror de homens vendendo e comprando seus semelhantes como escravos e espanta-se ainda mais com a ironia de homens negros servindo de agentes para a escravização de outros negros pelos brancos. Embora chocante, este comércio humano era na verdade a representação mais completa do que o modernismo e a expansão capitalista ocidental significaram para os povos tradicionais. No Novo Mundo, as pessoas tornaram-se objetos de comércio, seu talento, seu trabalho e sua produção foram jogados no mercado, onde sua maior esperança era conseguir um preço decente. A injustiça racial passou despercebida pelos mercadores africanos, que consideravam estar vendendo gente diferente de si mesmos. As distinções tribais eram mais reais para eles do que a raça, conceito que ainda iria ser aprimorado pelos racionalistas ocidentais dos séculos XIX e XX.”

Nathan Huggins, *Black Odyssey* (Odisseia negra) (1977)

RESUMO

O presente trabalho visa analisar a sociedade, a economia e a escravidão na Vila Real de São José do Poxim. Inserido no contexto histórico da monocultura da cana-de-açúcar e do período Pombalino, em que objetivava sanear a deficitária economia de Portugal com o aumento das atividades econômicas no Brasil, Sebastião Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, determinou a criação de companhias de comércio como a de Pernambuco e Paraíba. Dentro desse contexto, em pleno século XVIII, e estendendo-se a meados do XIX, o povoado do Poxim não foi diferente de tantas outras regiões do norte brasileiro, cuja formação social e seu contingente humano nasceram em torno dos engenhos. O Poxim desenvolveu-se em torno do Jenipapo e Porção por volta de 1718, ambos teriam sido importantes para o comércio transatlântico de escravizados. O processo de ocupação do vale do rio Poxim e, mais tarde, o de Coruripe, deu-se em função da criação do gado vacum e depois com a instalação dos primeiros engenhos de açúcar na região. O local surgiu lá pelos idos de 1600 como ponto de apoio para os viajantes que saíam de Salvador e seguiam em direção a Penedo, Alagoas do Sul, Porto Calvo, Recife e Olinda. Esses viajantes percorriam esses locais sobre as “estradas hídricas” como lagoas, riachos e rios. O rio Poxim era uma dessas “estradas hídricas”, que interligado com o Rio São Francisco e os demais rios da região, dinamizava o mercado fornecedor e consumidor de escravos, açúcar, sal, algodão, aguardente, tabaco e outros gêneros alimentícios na região do vale do São Francisco. Ele também foi muito utilizado como força motriz da moenda dos engenhos Jenipapo, Porção e demais engenhos. A Vila Real de São José do Poxim contavam com a presença do africano para o pesado trabalho nas lavouras de cana e no fabrico do açúcar. O escravo negro, ao mesmo tempo em que era a mão de obra predominante naquele espaço rural, cercado pelos canaviais, era também artista anônimo, em que expressava seu dom e talento na edificação de igrejas, na fabricação de santos e sinos e na melhoria urbana da vila do Poxim. Com isso, observamos que o trabalho dos escravos não se limitava no campo e no fabrico do açúcar. Levando em consideração esses aspectos, o estudo da Vila Real de São José do Poxim está diretamente relacionado à gênese da formação social de Alagoas.

PALAVRAS-CHAVE: Poxim. Engenho Banguê. Escravo.

ABSTRACT

The present work aims at analyzing society, economy and slavery in Vila Real de São José do Poxim. Inserted in the historical context of the sugarcane monoculture and the Pombalino period, in which it aimed to clean up Portugal's deficit economy with the increase of economic activities in Brazil, Sebastião Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, determined the creation of companies of commerce such as that of Pernambuco and Paraíba. Within this context, in the middle of the eighteenth century, and extending to the mid-nineteenth century, the village of Poxim was no different from many other regions of northern Brazil, whose social formation and human contingent were born around the mills. The Poxim developed around the Jenipapo and Portion around 1718, both of which would have been important for the transatlantic trade of enslaved. The process of occupying the valley of the Poxim River and, later, the one of Coruripe, was due to the creation of cattle and then to the installation of the first sugar mills in the region. The place appeared there by the 1600s as a point of support for travelers leaving Salvador and headed towards Penedo, Alagoas do Sul, Porto Calvo, Recife and Olinda. These travelers roamed these places on the "waterways" like ponds, streams and rivers. The Poxim River was one of these "waterways", which, interlinked with the São Francisco River and other rivers in the region, stimulated the supply and consumption market for slaves, sugar, salt, cotton, spirits, tobacco and other foodstuffs in the region. valley of the San Francisco. It was also widely used as the driving force of the Jenipapo, Portion, and other engenhos mills. The Vila Real de São José do Poxim counted on the presence of the African for the heavy work in the fields of sugarcane and sugar cane. The black slave, at the same time as the predominant labor force in that rural area, surrounded by the cane fields, was also an anonymous artist, expressing his gift and talent in church-building, in the making of saints and bells, and in urban improvement of the village of Poxim. With this, we observed that the work of the slaves was not limited in the making and the manufacture of sugar. Taking these aspects into account, the study of Vila Real de São José do Poxim is directly related to the genesis of the social formation of Alagoas.

KEYWORDS: Poxim. Engenho Banguê. Slave.

LISTA DE IMAGENS, PINTURAS, TABELAS, FIGURAS E MAPAS:

FIGURAS

FIGURA 1 – Imagem de Nossa Senhora do Bom Parto.....	pág. 46
FIGURA 2 – Lavabo e pia batismal.....	pág. 59
FIGURA 3 – Igreja de São José, a imagem de São José e a Cruz padrão.....	pág. 60
FIGURA 4 – Altar-mor da Igreja de São José do Poxim.....	pág. 61
FIGURA 5 – Sino da Igreja de São José do Poxim.....	pág. 62
FIGURA 6 – Altar-mor da Igreja de São José do Poxim (detalhes).....	pág. 65
FIGURA 7 – Nichos da Igreja de São José do Poxim com a imagem Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.....	pág. 66
FIGURA 8 – Detalhe do Engenho de farinha no Poxim e da tela de Post.....	pág. 133
FIGURA 9 - Mulher segurando um cesto de farinha.....	pág. 136
FIGURA 10 – A farinha do Poxim.....	pág. 137

MAPAS

MAPA 1 - Carta cartográfica do Coronel Francisco Manuel Martins Ramos em 1820.....	pág. 35
MAPA 2 - Comércio de escravos para América portuguesa, nos séculos XVII e XVIII.....	pág. 37
MAPA 3 - Vilas e freguesias de Alagoas em 1774.....	pág. 41
MAPA 4 - Comarca de Alagoas sesmaria do século XVI -1600 a 1630.....	pág. 43
MAPA 5 - Sede da Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba.....	pág. 88
MAPA 6 - Rotas de circulação mercantil da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba 1759 a 1780.....	pág. 89
MAPA 7 - Posição da área em que a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba atuava no Brasil 1759.....	pág. 92
MAPA 8 - Estrada líquida do rio Moxotó.....	pág. 94
MAPA 9 - Rios Coruripe e Poxim e Pontal de Coruripe.....	pág. 95
MAPA 10 - Mapa da Costa do Brasil do Peba ao Rio Jequiá.....	pág. 110
MAPA 11 - Posição das áreas em que se plantava fumo no Brasil no final do século XVIII.....	pág. 123
MAPA 12 - Posição das áreas em que se plantava fumo em Alagoas no final do século XVIII.....	pág. 125

PINTURAS

PINTURA 1 - Detalhe da Oficina de Farinha – Frans Post de 1651.....	pág.133
PINTURA 2 - Albert Eckhout. Imagem da Mandioca (óleo produzido em tela).....	pág.134
PINTURA 3 - Detalhe da Oficina de Farinha – Frans Post de 1651.....	pág.136

QUADROS

QUADRO 1 - Famílias do Poxim e Coruripe	pág. 33
QUADRO 2 - Mapa Populacional de 1788	pág. 38
QUADRO 3 - Mapa Populacional de 1853.....	pág. 39
QUADRO 4 - Requerimento de Carta Patente do Poxim.....	pág.76

QUADRO 5 - Vilas e freguesias de Alagoas em 1777	pág. 96
QUADRO 6 - Vigários da Vila Real de São José do Poxim.....	pág. 102

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Estimativa de desembarque de escravos (1759 - 1780)	pág. 93
GRÁFICO 2 - Número de habitantes da Vila Real de São José do Poxim.....	pág. 98

Lista de Abreviaturas

APA – Arquivo Público de Alagoas.

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

Cx. – Caixa.

CGCPPB - Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba.

D. – Documento.

IHGAL - Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

ISS SACRAMENTO – Irmandade do Santíssimo Sacramento.

TABELA DE PESOS E MEDIDAS¹

PESOS E MEDIDAS	
PESO	1 Arroba @ = 14,7 quilogramas
MEDIDAS DE CAPACIDADE PARA SECOS	1 Alqueire = 36,3 quilogramas
COMPRIMENTO E ÁREA	1 Léguas entre 5555 e 6000 metros
	1 Palmo 0,22 metros

¹ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I: OS ENGENHOS E O CRESCIMENTO POPULACIONAL DO POXIM	26
1.1 OS ENGENHOS E O CRESCIMENTO POPULACIONAL DO POXIM.....	27
1.2 AS IGREJAS DO POXIM: UM TRABALHO DE ARTESÃOS NEGROS	56
1.3 A IRMANDADE DO POXIM	67
CAPÍTULO II: POXIM E A ROTA DA COMPANHIA GERAL DO COMÉRCIO DE PERNAMBUCO E DA PARAÍBA	81
2.1 POXIM E A ROTA DA COMPANHIA	83
2.2 O PORTO E A CONSTRUÇÃO NAVAL NO POXIM	101
CAPÍTULO III: AS LAVOURAS COMERCIAIS DO POXIM	115
3.1 A PRODUÇÃO DE FUMO NO POXIM.....	117
3.2 A PRODUÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA NO POXIM	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140
FONTES	147
ANEXOS	151

INTRODUÇÃO

Um dos temas mais recorrentes na historiografia brasileira é o período da escravidão, que percorreu os séculos XVI, XVII, XVIII e boa parte do XIX, principalmente no Norte do Brasil, destacando-se a contribuição das mãos escravas na edificação de povoados, freguesias, vilas, igrejas, engenhos e na formação social do povo brasileiro.

Ao sul da capitania de Pernambuco não foi diferente: na região mais próxima do rio São Francisco “*surgiram povoados ao longo das rotas do gado do sertão*”², como exemplo, a freguesia do Curato de São José e Madre de Deus do Poxim que fez do seu rio, que leva o mesmo nome, uma estrada hídrica para o dinamismo do comércio de víveres, mantimentos, escravos e de uma longa rede de informação entre a parte mais ao sul da Capitania de Pernambuco e o comércio triangular entre América do sul, África Ocidental³ e Portugal.

A escolha do tema e do recorte histórico⁴ de 1774 a 1854, deu-se em virtude da carência historiográfica que há a respeito da Vila Real de São José do Poxim, em um período que coincidiu com o monopólio da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba⁵, que tinha o controle da compra e venda de produtos e escravos nas capitanias de Pernambuco e Paraíba e todos seus distritos⁶, durante vinte anos *contando do dia em que partir a primeira frota por ela despachada*⁷, além disso, o crescimento populacional na região do Poxim ocasionado por conta do reaquecimento da indústria açucareira na vila do Poxim com os engenhos Jenipapo e Porção.

² RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808**. Revista Brasileira de História. Vol. 18, n. 36, 1988, p. 187-249.

³ LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico: Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco: (1654-1760)**. São Paulo: USP, 2008. Tese de Doutorado. p. 10.

⁴ Segundo Certeu, o recorte histórico e seu objeto são postulados de interpretações. CERTEU, Michel de. **A Escrita da História. Forense Universitária**. Rio de Janeiro. 2006. p.10.

⁵ A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba foi criada em 1759 pelo Primeiro-Ministro de D. José I, O marquês de Pombal, e tinha sede na cidade do Porto e no Recife.

⁶ Segundo Ribeiro Jr., o raio de ação comercial da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba ia da Europa, África e parte da Ásia. Ver RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e Monopólio no Nordeste do Brasileiro. A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba**. São Paulo: HUCITEC, 1976. p. 113.

⁷ CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas de Navegação. Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro**. Editora: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, porto,1969. p. 251.

O governo metropolitano, na figura de Pombal, *buscaram novas formas de controle, que tinham como principal objetivo o redirecionamento do comércio humano para os portos de Angola⁸ e Costa da Mina, onde havia um bom fluxo de atividade negreira, o qual seria de grande importância para Pernambuco e Bahia⁹, e de fazer prosperar a agricultura da região de Pernambuco, fornecendo um suprimento regular de mão-de-obra escrava bem como, atuando na compra e exportação dos produtos coloniais¹⁰*. Com a criação da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, a capitania se torna a mais rentável para a Coroa e o problema com o contrabando diminuiu consideravelmente, e ao mesmo tempo, saneava a deficitária economia de Portugal com o aumento das atividades econômicas da Companhia no Brasil.

Por outro lado, a Companhia não agradou a todos, como é o caso dos comerciantes de Pernambuco, já que a empresa privilegiava os comerciantes lusitanos. A exemplo temos que antes da empresa o comércio pernambucano com a África era bastante intenso chegando até 121 viagens entre Angola e Pernambuco, isso nos anos de 1742 e 1760, importando 34.383 escravos adultos¹¹ e na Costa da Mina 16.488 escravos adultos, somando um total de 50.871 em 64 embarcações. Enquanto isso, após a presença da Companhia esses números caíram para 41.324 escravos adultos durante o período do monopólio, que foi de 20 anos. Em outras palavras, a companhia não foi pensada para os comerciantes Pernambucanos.

Especificamente o ano de 1774, a produção fumageira e açucareira no Recôncavo Baiano e no termo do Poxim, mostram a importância de ambas às regiões para Coroa portuguesa. Esses produtos, junto com a produção de farinha de mandioca no Poxim, fizeram parte da política de incentivo e investimento para extrair os seus lucros através do exclusivismo metropolitano. Segundo Ana Paula Albuquerque, *houve a tentativa de garantir, através dos aparelhos burocráticos, o cumprimento do pacto colonial. Sabemos que o monopólio, mesmo tendo sido muitas vezes garantido, foi*

⁸ SOUSA, Jéssica Rocha de. **Nas Rotas dos Sertões: Comércio Interno e Contrabando entre as Capitânicas de Pernambuco e Bahia (1759-1780)**. Recife, 2018, 177 p. Dissertação (Mestrado) – UFRPE. p. 16.

⁹ Mesmo a Bahia não fazendo parte da Jurisdição da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba havia uma disputa comercial com Pernambuco pelo comércio da região. Idem, p. 15.

¹⁰ Idem. p. 16.

¹¹ RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e Monopólio no Nordeste do Brasileiro. A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba**. São Paulo: HUCITEC, 1976. p. 130.

também de diversas maneiras quebrado, tendo sido o contrabando¹² o mais eficiente meio de resistência¹³.

Já o ano de 1854, nosso marco temporal final da pesquisa, é o momento que marca o aparecimento de vários engenhos no Poxim, e em seu termo (Coruripe, Pontal de Coruripe, Lagoa do Pau, Peba, Barra de Jequiá, hoje se chama de Duas Barras, e Jequiá da Praia), que deram continuidade às atividades açucareiras com uma estimativa de produção de açúcar de 22.800 arrobas, o que equivale a 335.160 kg, como é o caso do Engenho Jenipapo, Engenho Porção, Engenho Poxim, Engenho São João da Prata, Engenho Mocambo, Engenho Miahi, Engenho Lagoa do Pau, Engenho Piauí e, por último do Engenho Conceição das Bananeiras.

O primeiro capítulo, *Os engenhos e o crescimento populacional do Poxim*, desenvolvido nesse trabalho mostra o processo de ocupação do vale do rio Poxim, que se deu em função da criação do gado inicialmente, e depois veio a instalação dos primeiros engenhos de açúcar na região, que foram os engenhos Jenipapo e Porção por volta de 1774, tendo o rio como mola propulsora dessa ocupação. O rio Poxim foi uma “estrada hídrica” para compor o mercado fornecedor e consumidor de escravos e produtos usuais da terra¹⁴ na região (açúcar, fumo, farinha de mandioca e etc.) do vale do São Francisco, também foi muito utilizado como força motriz da moenda do engenho.

A Vila Real de São José do Poxim contava com a presença do negro africano para o trabalho pesado nas lavouras de cana e no fabrico do açúcar. O escravo negro além do trabalho do campo e na produção de açúcar, também era responsável por trabalhos artesanais, móveis, santeiros e oratórios, tendo sido o altar-mor e as pias batismais do Poxim talhados por escravos da região.

As “estradas líquidas”¹⁵ em Alagoas facilitavam a comunicação comercial entre colonos e colonizados e serviam para o escoamento dos produtos em sumacas¹⁶ rumo ao

¹² Ingleses, estadunidense, franceses e dinamarqueses eram os mais interessados no contrabando do tabaco. SILVA, Ana Paula de Albuquerque. **Produção Fumageira: fazendas e lavradores no recôncavo da Bahia 1774-1830**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015. Dissertação. p. 33.

¹³ Idem. p. 35.

¹⁴ MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. **As múltiplas faces da escravidão. O espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 – c. 1756**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012. p. 121.

¹⁵ CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió, EDUFAL: 2015. p.26.

¹⁶ Navio pequeno, ou pequena embarcação, à vela, geralmente com dois mastros, comum na América do Sul até o início do Século XX; usado, principalmente, em navegação de cabotagem e muito utilizado para

mar, sem colocar em risco os comerciantes e suas mercadorias. É aqui, como Sherlock Holmes, que buscamos os rastros e vestígios¹⁷ para preencher o vazio histórico que há em relação à Vila Real de São José do Poxim. Aqui, o historiador assume também o papel de detetive na procura de pistas para revelar a paisagem desse mundo que está “imóvel” lá no passado.

No decorrer do capítulo, adotaremos como base o contingente humano que viam do continente africano para os portos de Salvador, Olinda e do Recife e logo em seguida partiam para trabalhar nos engenhos da região do São Francisco, e conseqüentemente, iam para o Poxim por vias fluviais, como tantos outros produtos econômicos. Com o advento dessa mão de obra escrava na região do Poxim, devido o reaquecimento na indústria açucareira, tivemos um *boom* populacional relevante, que se identificarmos às atividades desempenhadas por essa mão de obra compreenderemos que essas pessoas não só trabalharam no Poxim, mas tornaram-se produto do meio em que elas viviam e passaram a transformar a paisagem urbana com a sua contribuição na construção de igrejas, casas, cadeias, reforma da região e na fabricação de sinos, imagens de santos em madeira e mobílias.

Esses escravos criaram uma linguagem de um mundo em um tempo que já passou e que, por outro lado, ele poderá ser estudado através de documentos que mostram o escravo trabalhando na construção do engenho, nas lavouras de cana-de-açúcar, no comércio local e na região do vale do São Francisco, no transporte das mercadorias que transitavam no rio, riachos e lagoas do Poxim através da utilização de seus portos, os quais ficavam em pontos estratégicos para o dinamismo do comércio.

Além das construções urbanísticas, os escravos negros no Poxim também construíram seu lugar na sociedade colonial e constituíam verdadeiras associações de classe, reservadas, que tinham por objetivo atender aos interesses de seus associados, que eram as irmandades e o Regimento da Milícia dos Homens Pardos. Ambas registradas, no Poxim, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que

o contrabando no Brasil colonial. O tamanho das sumacas variava de 90 a 110 palmos. Seu tamanho era adequado para singrar nos “rios-do-açúcar”, principalmente o rio Poxim, que era uma grande estrada líquida para o comércio ilegal. O Poxim foi o maior produtor de sumacas em Alagoas no século XVIII.

¹⁷ Ginzburg defende em “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” o método “morelliano” em que o historiador valoriza aquele fato em que ninguém dá valor e que assim como a psicologia é nos gestos menos vistosos e no inconsciente que revelam o verdadeiro significado das coisas ou até mesmo um médico que só sabe da doença do paciente através da descrição oral do mesmo para encontrar a razão da doença. ¹⁷ GINZBURG, Carlo. **Sinais – raízes de um paradigma indiciário. Mitos, emblemas, sinais.** São Paulo: Companhia das Letras. 1989. p. 144.

trabalhou para construção do seu espaço social, um espaço de relativa autonomia negra, diante da elite religiosa local e os homens de cor, do Regimento da Milícia dos Homens Pardos, que buscavam estratégias com pretensões de se integrar à sociedade colonial¹⁸.

Há também, nesse capítulo, um registro de uma carta de alforria, em que acompanharemos o fim, gradativo, da escravidão negra no Poxim. Com isso, faremos uma análise sobre a palavra liberdade e que a mesma não é apenas um dado, mas dependendo do tempo histórico ela pode ser um “*terreno de conflito*”¹⁹, já que o escravo não está livre a partir do momento em que foge do seu senhor ou ganha a alforria.

Em 1798, registramos no Poxim a alforria de um escravo chamado Domingos, que foi alforriado pelo seu senhor e pai, Amaro Dantas Barbosa, que reconhecendo a paternidade do filho ilegítimo deu-lhe a liberdade. A escravidão negra tornou-se uma “*chaga social*”²⁰ na história de Alagoas, mas vai perdendo fôlego no Poxim, com as alforrias e com o fim gradativo das vendas de escravos na frente das igrejas, por vigários, e o fim da feira de escravo que havia nas terras de São José.

Adotar a Vila Real de São José do Poxim como objeto de pesquisa possibilita-nos trazer essa linguagem do passado, compreendendo que há uma situação histórica com bases em fontes imagéticas e escritas, apontando uma possibilidade de encará-las enquanto documentos, “*a involuntária e inconsciente autorrevelação de uma atitude de fundo em relação ao mundo, que é característica em igual medida, do criador enquanto indivíduo, de cada época, de cada povo, de cada comunidade cultural*”²¹. Com isso, a análise em cima da figura do escravo e do rio Poxim não se resume apenas em uma mera especulação, mas procura compreender o papel que esses dois agentes históricos tiveram no processo da indústria açucareira no Poxim e em seus termos (regiões adjacentes).

¹⁸ ALVES, Fabianne Nayra Santos. **Ser pardo na colônia: hierarquias sociais na Vila de Penedo do Rio São Francisco**. In: África e Brasil: História que cruzam o Atlântico (século XVI-XIX) Maceió. Editora Edufal, 2017. p. 85.

¹⁹ CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. p. 213 e 214.

²⁰ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **Taváres Bastos (visto por alagoanos)**. Maceió, Igasa, 1975. p. 14.

²¹ GINZBURG, Carlo. **Sinais – raízes de um paradigma indiciário. Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras. 1989. p. 66.

“Utilizaremos a obra *“Costumes em Comum”* – Estudos sobre cultura popular tradicional” de Thompson, um livro que está em constante diálogo com a antropologia, o direito e a economia. No livro *“Costumes em Comum”*, o historiador Edward Palmer Thompson descreve e analisa algumas práticas sociais peculiares na cultura dos trabalhadores ingleses nos séculos XVIII e meados XIX. O historiador inglês faz uma análise comparativa entre os patrícios do mundo romano, na antiguidade, os fazendeiros da Virgínia e os senhores de engenhos no Brasil Colonial²², já que *a terra continuava a ser o índice de influência, o plinto sobre o qual se erguia o poder*²³.

Esses dois últimos, no século XVIII, possuem um ponto de semelhança em que se concentra no campo social, econômico e jurídico. Ao mesmo tempo, que há uma aproximação entre as três figuras há, também, nelas o termo paternalismo que é comum a todas as três personas e na *gentry*²⁴ inglesa, no século XVIII, que foi expresso na família que *“conferia aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no status e na classificação social”*,²⁵ já que era a família que garantia o paternalismo através de *uma concentração de autoridade econômica e cultural*²⁶.

A abordagem marxista de Thompson privilegia a perspectiva que enxerga os conflitos de classe em torno dos costumes. Ele argumenta que a distância entre as classes sociais ou a indiferença de um costume corriqueiro são hipóteses que poderiam explicar o porquê dos acontecimentos não serem registrados anteriormente. Faremos semelhante estudo, como forma de registro, com o tema escravidão, sociedade e economia no Poxim do século XVIII e meados do XIX.

Ao recorreremos à obra *“Sinais: raízes de um paradigma indiciário, Mitos, Emblemas e Sinais”* e *“O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício”*, obras de Carlo Ginzburg²⁷, mostramos a ideia da importância de identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade é construída, pensada e lida. Com isso, se voltarmos

²² LARA, Silvia Hunold. **“Blowin’ in the Wind”**: Thompson e a experiência negra no Brasil. Projeto História. São Paulo: PUC, n. 12, outubro de 1995, p. 43-56. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11300>> Acesso em: 15 mai. 2017.

²³ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 20.

²⁴ Nobreza rural ascendente, ou seja, pequenos e médios proprietários de terras.

²⁵ VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 372.

²⁶ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 29.

²⁷ Isso não significa que não usaremos outros teóricos.

os nossos olhos a uma determinada região podemos obter uma nova leitura daquele local e, junto a isso, as configurações econômicas e sociais da época.

Contudo, o estudo desses dois agentes históricos – o negro e o rio Poxim - estão, diretamente relacionados a uma análise das Alagoas açucareira, na qual estabeleceremos uma relação mais próxima com outros saberes multidisciplinares como antropologia, sociologia, arte, geografia e outros, já que esses saberes ajudam a ter uma visualização dos aspectos do início da formação da paisagem edificada no Poxim. Por isso, este trabalho poderá contribuir com a historiografia brasileira e alagoana no momento em que o escravo negro foi o grande pedestal do sistema econômico e social desse país, ou como diria Antonil: “*Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente*”²⁸.

Desde a fundação da freguesia do Curato de São José e Madre de Deus do Poxim em 1718²⁹, essa região vem ganhando um volume demográfico expressivo, que facilitou o crescimento econômico local e da área do vale do São Francisco. Esse fato só foi possível por conta da estrada fluvial estabelecida no Rio Poxim, a qual circulavam escravos, víveres, mantimentos e informações das demais regiões de Pernambuco. Essas mercadorias e informações singravam desde a Capitania da Bahia seguindo para o Rio São Francisco em Penedo e eram distribuídas nas demais localidades através de rios menores, como é o caso dos rios Poxim, Coruripe, Jequiá e São Miguel.

No segundo capítulo, *Poxim e a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba* destacaremos as navegações e o intercâmbio comercial triangular entre a América Portuguesa, África Ocidental e Portugal, em pleno século XVIII. Mostraremos o fluxo comercial intenso e ininterrupto e de grande importância para Vila Real de São José do Poxim, principalmente, nos aspectos econômicos, políticos e sociais, já que o Poxim possuía vários portos e em seus termos já tinham atividades mercantis antes da Companhia, foi como um dos principais elos entre a metrópole, África Atlântica e o contrabando interno entre Pernambuco e Bahia.

A Companhia não conseguia controlar e a fiscalizar os portos do sertão para taxar os produtos que por eles passavam e nem para inibir o contrabando entre

²⁸ ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. p. 36.

²⁹ DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O bangüê nas Alagoas**. Maceió, EDUFAL: 2006. p. 31.

Pernambuco e Bahia, já que a praça de Salvador estava repleta de produtos mais baratos, logo causava grandes prejuízos a Companhia. A empresa tinha como sua jurisdição *a área que compreendia entre o Rio São Francisco e Parnaíba*³⁰, mas não foi uma atividade fácil, já que os próprios fiscais não sabiam onde começava e terminava tal jurisdição e por esse motivo surgiam os locais que *“irão buscar meios e estratégias de evasão do controle régio, um desses meios de escape será o contrabando de mercadorias realizadas através das rotas que uniam Pernambuco e Bahia tanto através dos sertões e dos caminhos de cabotagem”*³¹.

No decorrer desse capítulo observamos que ambos os agentes históricos – o negro e o rio - revelam, ao mesmo tempo, os novos elementos da zona açucareira do Poxim. A exemplo disso, tem-se a questão dos tipos de produtos que se produziam na região como açúcar, fumo, mandioca, farinha de mandioca, carne seca, peixe seco, batata, feijão, algodão, sal e tantos outros que transitavam na freguesia pelas vias fluviais para abastecer o vale do São Francisco em Penedo.

Observamos, também, que os portos do Poxim eram de grande importância para o dinamismo econômico da região, pois escoavam todos os produtos que viam da região norte de Alagoas como Porto Calvo, que já recebia e repassava os produtos vindos de Pernambuco, e outros que se originavam do porto do Francês, em Santa Maria Magdalena de Alagoas do sul, para serem distribuídos na região do vale do São Francisco em Penedo. O mesmo se dava em relação a Penedo que escoavam os produtos que saíam da Bahia e Sergipe Del Rey e tinham os portos do Poxim como um referencial para a distribuição comercial.

Outros pontos a serem trabalhados referem-se à criação dos engenhos e a produção de açúcar na freguesia, através das mãos escravas e a quantidade de negros que desembarcavam no Poxim e quais eram suas etnias, já que segundo Diégues Júnior, é nos vales dos rios que se desenvolveu a colonização em Alagoas.

No terceiro e último capítulo, *As lavouras comerciais do Poxim*, destacaremos as lavouras de fumo e de mandioca. No período colonial, o fumo foi considerado como atividade econômica secundária, já que o lastro econômico da colônia estava centrado

³⁰ RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e Monopólio no Nordeste do Brasileiro. A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba**. São Paulo: HUCITEC, 1976. p. 62.

³¹ SOUSA, Jéssica Rocha de. **Nas Rotas dos Sertões: Comércio Interno e Contrabando entre as Capitanias de Pernambuco e Bahia (1759-1780)**. Recife, 2018, 177 p. Dissertação (Mestrado) – UFRPE. p. 26.

no açúcar, mas ao contrário do que se pensa, o cultivo do fumo foi uma atividade essencial para o Brasil no comércio transatlântico em pleno século XVIII. Unia-se a qualidade indiscutível como facilidade de plantio e alto valor comercial. Ao longo do século XVIII favoreceu a elevação de renda dos agricultores baianos e um pequeno grupo de produtores no Poxim e São Miguel (Alagoas) que mais tarde aplicaria o fumo e seus capitais nas praças baianas.

O cultivo do tabaco e a produção do fumo encilhavam-se ao plantio da mandioca e a produção de farinha no Poxim em pleno século XVIII, pois a importância da farinha de mandioca em terras alagoanas chega ao comércio transatlântico, já que da “farinha de mandioca estava o sustento de africanos, escravos em trânsito pelo Atlântico, marinheiros em circulação pelo mundo a partir da era das navegações”³².

Faremos, também no decorrer do capítulo, uma breve articulação com o presente e a iconografia³³ *Engenho*³⁴, de 1651, de Frans Post (1612-1680), pintor holandês que veio ao Brasil em 23 de Janeiro de 1637, na Comitiva Holandesa do Conde João Maurício de Nassau-Siegen (1604-1679), durante a ocupação holandesa. Apesar de fugir do nosso recorte temporal vale a pena observar a tela, *Engenho*, pois Post mostra a produção de farinha de mandioca e podemos notar que não houve nenhuma, ou quase nenhuma, mudança no fabrico da farinha nas oficinas do Poxim em pleno século XXI.

Ressaltamos à falta de registros³⁵ históricos sobre a escravidão no Poxim e ao mesmo tempo preencher as lacunas que algumas obras de autores locais³⁶ não conseguiram preenchê-las. Com isso, buscamos com a nossa investigação, contribuir com os registros historiográficos sobre esse tema tão pouco explorado atualmente. Então, estudar a Vila Real de São José do Poxim irá enriquecer a bibliografia alagoana sobre a sociedade, a economia e escravidão nessa região a partir de meados do século

³² RODRIGUES, Jaime. “De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. Rev. Bras. Hist. [online]. 2017, vol.37, n.75, pp.69-95. Epub Sep 11, 2017. ISSN 0102-0188. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-03>. p. 84 e 85. p. 1.

³³ Documentação visual que constitui ou completa obra de referência e/ou de caráter biográfico, histórico, geográfico, etc.

³⁴ CORRÊA DO LAGO, Pedro e Bia. **Frans Post {1612-1680}. Obra Completa**. Rio de Janeiro: editora Capivara, 2006. p. 128 e 129.

³⁵ Sem deixar de falar da ausência de fontes e as poucas que há estão em arquivos particulares, em muitos casos arquivos inacessíveis.

³⁶ Isso não significa que não usaremos os autores locais para a construção dessa pesquisa.

XVIII e meados do XIX, o que é uma lacuna a ser preenchida de modo que se enquadra nesse vazio histórico.

Um dos primeiros historiadores a trabalhar esse tema foi Craveiro Costa em sua obra *Maceió e Alagoas pela Guerra da Independência*, mas ele não vai além da participação do Poxim apoiando a coroação de D. Pedro I. Outro historiador foi Osman Loureiro no livro *Açúcar*, que trata do tema a partir de meados do século XIX, como a produção de açúcar nos novos engenhos, como também fez Cícero Pércles em *Formação Histórica de Alagoas*, esquecendo-se do Poxim que também produzia açúcar no século anterior. Diégues Jr, em *O bangüê nas Alagoas*, foi o único que retratou o Poxim e seus dois principais engenhos – Jenipapo e Porção – no século XVIII, mas não avança para outra abordagem histórica, como é o caso do contrabando no Poxim e em seu termo. Essa questão é trabalhada por Félix Lima Júnior em seu livro *Escravidão em Alagoas*.

Podemos observar que a maioria das pesquisas publicadas tratou apenas da questão do açúcar deixando para trás abordagens importantes como o crescimento populacional, as irmandades, o uso da madeira local para consertos e fabricação de embarcações, o contrabando, o cotidiano das pessoas que lá viviam, as rotas que percorriam o açúcar e os demais produtos que eram produzidos no Poxim e na região, os conflitos interno que havia entre as pessoas que detinham o poder político e as pessoas que tinham o poder econômico. O único historiador local que aborda alguns desses temas, de forma rasa, é João Lemos nas obras *Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições* e *Poxim: terra de história e de mitos: Vila Real de São José do Poxim do Sul* (como ficará evidente ao longo do texto).

Faremos um estudo nessa pesquisa para preencher as lacunas deixadas por esses historiadores a partir dos documentos encontrados no Arquivo Público de Alagoas, nos Catálogos Manuscritos Avulso do Arquivo³⁷ Histórico Ultramarino, e dos documentos Manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e, com isso, valemo-nos dessas fontes que formam o chão do passado por onde pretendemos caminhar. Assim, teremos a possibilidade de trabalhar com novos objetos de estudo a partir dessas fontes que tornarão esse trabalho possível diante da construção de um determinado tempo e

³⁷ LEVI, Giovanni. **O Trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar**. Revista Tempo, Volume 20, 2014. P. 1. Acessado em 29/07/2015, às 11:05. In: http://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-20-20143606.pdf

local, nesse caso, a freguesia do Curato de São José e Madre de Deus do Poxim. Sendo assim, podemos demonstrar que o processo não estava apenas ligado somente ao aspecto político e econômico, mas está ligado à questão social.

CAPÍTULO I: OS ENGENHOS E O CRESCIMENTO POPULACIONAL DO POXIM

“Para os que não sabem o que custa a doçura do açúcar a quem o lavra,
o conheçam e sintam menos dar por ele o preço que vale.”

André Antonil³⁸

Nesse primeiro capítulo, mostraremos como se deu o processo de ocupação do vale do rio Poxim em função da criação do gado inicialmente, e depois veio à instalação dos primeiros engenhos de açúcar na região, que foram os engenhos Jenipapo e Porção por volta de 1774. Ambos, os engenhos, eram administrados pela família Carvalho como mostra o documento do Arquivo Histórico Ultramarino³⁹ do dia 13 de Fevereiro de 1801, em que o padre Antônio Joaquim de Carvalho e Couto faz um requerimento ao príncipe regente, D. João, pedindo provisão de insinuação para confirmação da doação do Engenho Jenipapo para seu irmão, o alferes Francisco Manuel de Carvalho e Couto, morador no termo⁴⁰ da Vila Real de São José de Poxim Comarca de Alagoas, ou seja, em suas mãos estavam os dois principais engenhos do Poxim e de seu termo: o Jenipapo e o Porção.

Ambos os engenhos favoreceram o processo de ocupação do Poxim e seu termo, conseqüentemente foram catalizadores populacionais como mostra os mapas populacionais do Governador de Pernambuco José César de Menezes e o Bispo do Recife D. Tomás. Esses mapas registram o número dos fogos e habitantes do Poxim no século XVIII, e para acrescentar esse desenvolvimento populacional no século seguinte, temos os relatórios do Estado de Alagoas e Tesouraria da Fazenda no ano de 1853, que mostra tal crescimento sendo dividido por sexo e cor das pessoas que lá viviam.

No entanto, essa situação que só era vista nos mapas populacionais do século XVIII, apenas a divisão por sexo e não pela cor. Situação essa, que nos depararmos com os livros do **Cartório de Imóveis de Jorge de Azevedo Castro - Coruripe - Livros II**, em que há uma alforria do escravo Domingos, filho bastado do dono de sua mãe que era

³⁸ ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. p.26.

³⁹ AHU_ACL_CU_004, Cx. 5, D. 396.

⁴⁰ A expressão “termo” do Poxim refere-se às outras localidades que pertenciam ao Poxim como é o caso de Coruripe, Pontal de Coruripe, Lagoa do Pau, Peba e Jequiá da Praia e Barra de Jequiá (hoje se chama de Duas Barras).

de cor parda e das cartas patente Regimento das Milícias do Catálogo Manuscritos Avulso do Arquivo Histórico Ultramarino. Esses pedidos de carta patente foram feitos para que o homem de cor se inserisse socialmente naquele espaço colonial, não que isso fosse regra ou garantisse ao homem de cor sua inserção no espaço de brancos.

O rio Poxim, que foi uma “estrada hídrica” para compor o mercado fornecedor e consumidor de escravos, e de produtos usuais da terra (açúcar, farinha de mandioca, fumo, aguardente e etc.) na região do vale do São Francisco, também foi muito utilizado para força motriz da moenda do engenho. O mesmo rio foi responsável pelo contrabando de produtos usuais da terra, açúcar e escravos entre Alagoas e Bahia. A Vila Real de São José do Poxim contavam com a presença do negro africano para o pesado trabalho nas lavouras de cana e na produção do açúcar.

O negro no Poxim era responsável pelos trabalhos artesanais de móveis, santeiros e oratórios, tendo sido o altar-mor e a pia batismal da Igreja Matriz de São José do Poxim, talhados por esses negros da região. Como também era responsável por trabalhar na melhoria e reforma da vila do Poxim, como mostra o ofício aos Vereadores e Procurador da Câmara da Vila do Poxim, pedindo informações sobre melhoramentos e reformas da vila, em 18 julho de 1822⁴¹.

Por fim, recorremos também aos Ofícios do Presidente da Câmara da Vila do Poxim, que encontrasse no **APA**, determinando o cumprimento de Leis referentes aos impostos sobre os escravos⁴² e arrematação dos subsídios literário, referente à carne verde, aguardente, farinha de mandioca, sal, feijão verde e outros.

1. Os engenhos e o crescimento populacional do Poxim

No início do século XVIII, quando Alagoas⁴³ ainda pertencia à Capitania de Pernambuco, surgiu, no litoral sul de Pernambuco e próximo ao vale do São Francisco,

⁴¹ IHGAL. Documento – 00187 – 04 – 03 – 27.

⁴² IHGAL. Documento – 00415– 7 – 1 – 4.

⁴³ Vale lembrar que nesse período não havia *Alagoas*, e sim uma região isolada, ou a periferia, ao sul da Capitania de Pernambuco que recebeu pouca atenção do governo colonial. AZEVEDO, José Ferreira. **Formação sócio-econômica de Alagoas; o período Holandês (1630 - 1654) – Uma mudança de rumo.** São Paulo: USP, 2002. 111 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p.149.

o povoado do Poxim⁴⁴, que assim como as principais vilas de Alagoas - Vila⁴⁵ de Porto Calvo de Santo Antônio dos Quatros Rios⁴⁶, Vila de Santa Maria Magdalena de Alagoas do Sul⁴⁷, Santa Luzia do Norte e Vila de São Francisco de Penedo⁴⁸ não foi indiferente ao plantio da cana-de-açúcar⁴⁹, como todas as outras regiões de Alagoas, já que “*não parece acreditável que possa existir uma história das Alagoas sem o açúcar*”⁵⁰.

Podemos destacar, dentro do processo açucareiro, em Alagoas, o vale do rio⁵¹ Poxim⁵² com os engenhos Jenipapo e Porção⁵³, sendo o Jenipapo o grande agente catalizador da expansão industrial açucareira na região e, ao mesmo tempo, grande

⁴⁴ Em 8 de julho de 1779, o Poxim tem deferido um pedido de elevação da vila pelo ouvidor José Mendonça de Moreira (1779 - 1797), mas logo a pós esse episódio o Poxim deixa de ser uma vila e é elevada à categoria de cidade através da deliberação do ouvidor Manuel Joaquim Pereira de Matos Castelo Branco (1797 - 1805). Mais tarde, foi criada a vila de Coruripe pela Lei nº 484 de 23 de julho de 1866, para o qual passou a sede do município, com a denominação de Coruripe. Encontra-se no Anexo I, a Carta do Ouvidor Geral da Comarca de Alagoas comunicando haver deferido o pedido de elevação de vila da povoação do Poxim, em 8 de junho de 1799. IHGAL. Documento – 0065 – 02 – 02 – 10. Ver, também LIMA, Ivan Fernandes. **Ocupação Espacial do Estado de Alagoas**. Maceió: SEPLAN, 1992. p. 129.

⁴⁵ Vila. Povoação, ou cercada, que nem chega à cidade, nem é tão pequena, como aldeia. BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez e Latino** – volume 1. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/vila>. Acessado em 24/09/2017, às 23: 08 min. Para Silvia Lara, em *Fragmentos Setecentistas*, as vilas e cidades constituíam-se como unidades administrativas não a partir de seu núcleo arruado, mas pela jurisdição abrangida pelas Câmaras e que ela torna-se um elemento na hierarquia que vai da aldeia passando para um povoado chegando a elevação de vila até chegar à cidade. Em outras palavras, as vilas e cidades marcavam o poder colonial (metropolitano) sobre as novas terras. p. 240.

⁴⁶ Atual cidade de Porto Calvo, também era conhecida como Alagoas Borel (*Alagoas Pars Boreal*). ALCIDES, Melisa Mota. **O Desenho das Primeiras vilas do Território Alagoano**. In: ANPUH – XXII Simpósio de História, 2003. João Pessoa, Paraíba. p. 6.

⁴⁷ Refere-se à atual cidade de Marechal Deodoro ou a antiga Vila de Santa Magdalena do Norte e do Sul das Alagoas.

⁴⁸ Quando estava sobre o domínio holandês a Vila passou a chamar de Maurícia.

⁴⁹ O Brasil passou a produzir açúcar para o mundo a partir 1580. Ver ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 33.

⁵⁰ DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O bangüê nas Alagoas**. Maceió, EDUFAL. 2006. p.26.

⁵¹ As margens desses rios e lagoas, também, eram férteis, através das enchentes, que deixavam o solo (massapé) fecundo. A fertilidade da região açucareira foi um fator preponderante no cultivo da cana. Gilberto Freyre destaca bem essa questão quando diz que “nas condições físicas de solo e de temperatura, Portugal é antes África do que Europa. O chamado “clima português” de Martone, único na Europa, é um clima aproximado do africano”. Ver FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala. Brasília**: Editora Universidade de Brasília, 1963. p. 49

⁵² Poxim, do tupi-guarani, literalmente significa: sujinho, ruinzinho ou camarão. Agora Y–Poxim, significa rio de água escura. Segundo João Lemos, as terras do Poxim foi doação de Antônio de Moura Castro, a São José, padroeiro do povoado. Ver LEMOS, João Ribeiro. **Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições**. Maceió. Ed. Do autor, 1999. p. 180.

⁵³ Segundo Lemos, o primeiro engenho no Poxim foi o Engenho Poxim feito de taipa por um nobre português. Mas não temos documentos que provem a existência desse engenho. Ver LEMOS, João Ribeiro. **Poxim: terra de história e de mitos: Vila Real de São José do Poxim do Sul**. Ed. Coruripe, AL, 2018. p. 13.

contribuinte na formação do contingente humano, já que foi no núcleo do engenho⁵⁴ que se gerou a base do sustento econômico e demográfico para o espaço açucareiro⁵⁵ e por consequência, o surgimento da família⁵⁶ como uma organização social⁵⁷. Segundo Dieguês Júnior, foi à família⁵⁸ o elo⁵⁹, principalmente econômico, entre o núcleo rural e urbano que foi fortalecendo, à medida que a produção de açúcar aumentava e estimulava o surgimento de novos núcleos de povoamento nesse caso o Poxim, e sendo ela o elo econômico da produção de açúcar, a qual aumentava e estimulava o surgimento de novos núcleos de povoamento e a utilização em larga escala de mão de obra escravizada⁶⁰, a qual através do processo de aristocratização social⁶¹ possibilita o contato humano entre o negro e o branco, surgindo à figura do mestiço, de modo que agilizou o processo de povoamento local.

No decorrer do século XVII que se alastrou o povoamento da região, e criaram-se para engenhos de açúcar; os vales de Coruripe e do Poxim prestavam-se para agricultura da cana. E começaram a encher-se de canaviais de boeiros de engenhos, de casas-grandes; igualmente – e principalmente –

⁵⁴ AZEVEDO, José Ferreira. **Formação sócio-econômica de Alagoas; o período Holandês (1630 - 1654) – Uma mudança de rumo.** São Paulo: USP, 2002. 111 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

⁵⁵ No nordeste a colonização se deu através da construção do engenho de açúcar, pois foi o açúcar o motivador da colonização e o fator que fixou o homem à terra e ao mesmo tempo estabeleceu núcleos estáveis de pessoas por conta da atividade açucareira. Ver DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **População e Açúcar no Nordeste do Brasil.** Maceió: Edufal, 2012. p. 25.

⁵⁶ Destacamos aqui o modelo da família patriarcal, que tinha como base econômica a terra, as riquezas agrícolas e o trabalho escravo. Ver FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963. p. 60.

⁵⁷ A família existia na figura do senhor de engenho, em que era identificado na colônia como o grupo que se auto identificava como a nobreza, isso como era na Europa e esses mesmo senhores formaram grupos centrais (família) para administrar e organizar esses os povoados, as vilas e as cidades. Ver RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808.** Revista Brasileira de História. Vol. 18, n. 36, 1988, pp. 187-249.

⁵⁸ Segundo Douglas Apratto, em “Caminhos do Açúcar. Engenhos e Casas-grandes das Alagoas” A família condicionou o *ethos* da sociedade alagoana. Ver TENÓRIO, Douglas Apratto; DANTAS, Carmem Lúcia. **Caminhos do Açúcar: Engenhos e Casas Grandes das Alagoas.** 2ª ed. Maceió: SEBRAE/AL, s. d.

⁵⁹ DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **População e Açúcar no Nordeste do Brasil.** Maceió: Edufal, 2012. p. 39.

⁶⁰ Por falta de documentos, não se tem uma noção de quais eram os tipos étnicos de negros que vinham para Alagoas, já que os primeiros vinham diretamente de Olinda, mas se sabe que muitos eram os “negros da nação”, “cabra roxo”, “pardo”, “mulato claro” e que era raro serem da Guiné ou Angola, isso no século XIX. Sabe-se, que no período holandês, em Alagoas, os escravos eram bantus e saídos dos portos de Angola e Congo, uma das formas que foram identificados foi pela linguística usadas no folclore dessas regiões. Por outro lado, sabe-se, que a partir da conquista de São Paulo de Luanda, na África, em 24 anos de dominação os holandeses trouxeram para o nordeste cerca de 26.000 escravos. DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **População e Açúcar no Nordeste do Brasil.** Maceió: Edufal, 2012. p. 52.

⁶¹ Com a expansão dos engenhos de açúcar houve também a ampliação das atividades açucareiras e consequentemente as famílias, oriundas dessas áreas, multiplicou-se. Ver DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **População e Açúcar no Nordeste do Brasil.** Maceió: Edufal, 2012. p. 35.

negros escravos.⁶²

Foram em núcleos de povoamento como o Poxim que nasceram as principais famílias⁶³ de Alagoas ou, em outras palavras, foi em núcleos açucareiros que se gerou a aristocracia alagoana. Essas famílias não fizeram da zona açucareira “*apenas um centro social e demográfico, além do econômico que já era essencialmente; também um centro político*”⁶⁴. Segundo Diégues Júnior, em *O Bangüê das Alagoas*, sem essa organização chamada família não haveria todo o desenvolvimento da indústria açucareira. Podemos observar a importância da família para o desenvolvimento da monocultura latifundiária e escravocrata com Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*.

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América.⁶⁵

A família⁶⁶ liga o núcleo rural⁶⁷ ao urbano, fortalecendo à medida que a produção de açúcar aumentava e estimulava o surgimento de novos núcleos de povoamento. Tomaremos como exemplo a família Carvalho que esteve sempre à frente dos dois primeiros engenhos (Jenipapo e Porção) que havia na região do Poxim, no século XVIII, ambos eram administrados pelo chefe⁶⁸ da família – o senhor de engenho

⁶² DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O bangüê nas Alagoas**. Maceió, EDUFAL. 2006.p. 84.

⁶³ Não era necessariamente a família consanguínea, mas a família que dar estabilidade para o patriarca e garantia o *status quo* na pirâmide social dentro do espaço político açucareiro. Ver FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 21.

⁶⁴ Idem. p. 90.

⁶⁵ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963. p.81.

⁶⁶ Segundo Gian Carlo, no século XVIII não havia o termo família, ele só vem aparecer na segunda metade do XIX, mas não significava que “*não existissem, mas sim que eram tratadas por outras denominações, entre elas o termo parentes*”. Esses parentes seriam afilhados, filhos ilegítimos agregados, serviçais, escravos e outros. SILVA, Carlo de Melo. **Alguns Caminhos para entender a “família” no período colonial**. In: De que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos – escravidão e mestiçagens. Rio de Janeiro, Editora, Garamond, 2016. p. 133.

⁶⁷ No momento da dominação holandesa em Alagoas, não havia uma interferência direta dos invasores na zona rural, já que os batavos limitava-se a ocupação dos centros urbanos litorâneos. Esse, também, é um dos motivos da forte dominação das famílias nas regiões rurais, onde estavam muitos engenhos.

⁶⁸ Segundo o historiador Gian Carlo, a figura do pai tinha força em toda a comunidade, já que era algo facilitado pela própria estrutura latifundiária e escravocrata por conta da ausência da administração do Estado lusitano. SILVA, Carlo de Melo. **Alguns Caminhos para entender a “família” no período colonial**. In: De que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos – escravidão e mestiçagens. Rio de Janeiro, Editora, Garamond, 2016. p. 123.

(*pater-familias omnipotente*) e moendo pela força dos escravos, que viviam no sistema patriarcalista⁶⁹, já que

no Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização — que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades.⁷⁰

O escravo veio para os engenhos nas áreas⁷¹ mais longínquas da Capitania de Pernambuco para empregar a sua força e, conseqüentemente, aumentou a população que gira em torno da zona açucareira, não só com sua presença, mas também com a miscigenação que naquela região do litoral sul da Capitania de Pernambuco, hoje sul de Alagoas, foi palco como afirma Diegues Júnior:

Para lavoura da cana é que eles se dirigiam. Os engenhos, os canaviais, os carros de bois foram atraindo a população negra cujo crescimento não se fez esperar. É justamente na área canavieira que se vai concentrando o elemento africano, importado como escravo para a exploração monocultura da terra.⁷²

A tabela abaixo mostra algumas das grandes famílias que predominavam na Vila Real de São José do Poxim e Coruripe e sua importância para o desenvolvimento local, já que em sua maioria está ligada à cultura da cana-de-açúcar. Destacamos os Carvalhos, que assim como os Castros sempre estiveram ligados ao fabrico do açúcar, ou seja, ambas as famílias relacionada à fertilidade da terra, desde que chegaram à região, deram origem ao Poxim com a influência da figura do escravo negro.

⁶⁹ Uma das características mais marcante do período colonial brasileiro foi à família patriarcal. Essa denominação remete à antiguidade, quando a sociedade se organiza em grandes clãs, ou famílias, dirigidas pelo patriarca, que geralmente estava centrada na figura do homem mais velho do clã e tinha o poder inquestionável. O patriarca do período colonial brasileiro era o dono e senhor de todas as pessoas que viviam sobre seu teto e suas terras, dispunha da vida de todos da mesma forma que de seus bens materiais. AQUINO, Rubim Santos Leão. **História das sociedades - das comunidades primitivas as sociedades medievais**. Rio de Janeiro, Editora: Ao Livro Técnico, 1984. p. 227.

⁷⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 5ª edição. José Olympio, São Paulo, 1969. p.105.

⁷¹ Os escravos, geralmente, quando chegavam ao Brasil iam trabalhar nas zonas rurais, onde estavam os engenhos. Esses negros passaram a receber os nomes de escravos do eito. DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **População e Açúcar no Nordeste do Brasil**. Maceió: Edufal, 2012. p. 140.

⁷² DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O bangüê nas Alagoas**. Maceió, EDUFAL. 2006.p.164.

QUADRO 1 - FAMÍLIAS DO POXIM E CORURIPE⁷³

FAMÍLIA	TRONCO DA FAMÍLIA
CASTROS,	ANTÔNIO MOURA
CARVALHO,	DOM BARTOLOMEU DE
COUTINHOS,	DOM VASCO
PACHECOS,	DOM FERNÃO JEREMIAS
RAMALHOS,	DOM GONÇALO ANES
SIQUEIRAS,	DIEGO DE SIQUEIRA
BARRETOS	GOMES MENDES
BAETAS,	DOM ARNALDO
FERREIRAS ⁷⁴ ,	DOM ÁLVARES RODRIGES
FIALHOS,	JOÃO DE FIALHO
GAMAS,	ÁLVARO ANES
LESSA,	D. PEDRO I E INÊS DE CASTRO
LEMOS,	DOM BERMUNDO ORNODES
REIS,	JOÃO JOSÉ

FONTE: LEMOS, 1999. p. 73, 74, 75, 76, 77 E 78.

⁷³ LEMOS, João Ribeiro. **Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições**. Maceió. Ed. Do autor, 1999.

⁷⁴ Foram os primeiros a habitar a região do Poxim, São Miguel e Jequiá da Praia. LEMOS, João Ribeiro. **Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições**. Maceió. Ed. Do autor, 1999. p. 73, 74, 75, 76, 77 E 78. Essas famílias são de origem lusitana e hispânica e todas estão ligadas à monocultura da cana-de-açúcar.

A família⁷⁵, como podemos notar, foi à mola propulsora para o desenvolvimento produtivo da cana-de-açúcar, a formação demográfica do local e a formação do centro político e social da região canavieira, principalmente em Alagoas, já que “*coube à família, na organização social brasileira, constituir-se não apenas a unidade étnica, mas ainda, e principalmente, o centro de produção, o núcleo cultural, e o bloco político*”⁷⁶ de onde emanavam as decisões sobre o ser, o fazer e o produzir.

Contudo, não podemos perder de vista o fato que no início do século XVIII, o ponto mais alto dessas aristocracias estava concentrado na hierarquia social colonial⁷⁷, em que todo prestígio estava na elite agrária expressa na figura da família. Uma elite voltada ao comércio do Atlântico com negociantes de escravos e redes comerciais⁷⁸ e ao mesmo tempo, uma elite que luta para consolidar sua condição política, econômica e social.

No ano de 1774, havia dois engenhos no termo do Poxim - Jenipapo⁷⁹ e o Porção -, que eram administrados pela família Carvalho, como já falamos. A registro histórico temos a carta topográfica da Capitânia de Alagoas em 1820 (MAPA 1), a pedido do Coronel Francisco Manuel Martins Ramos. Nela podemos identificar os dois engenhos, e outros mais, e junto a eles todo o termo do Poxim. Ambos produziam arrobas e mais arrobas de açúcar moído pelo trabalho árduo dos escravos⁸⁰, pois aquelas terras, “*por suas condições geográficas, foram, aliás, um fator de importância no facilitar a implantação dos canaviais, e com eles a fixação dos grupos humanos*”⁸¹, e ao mesmo

⁷⁵ Para Sheila Faria, em *A colônia em Movimento*, a família não era apenas aquela que estava ligada ao laço de sangue, mas era uma organização além do consanguíneo ou matrimonial. FÁRIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 385.

⁷⁶ DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **População e Açúcar no Nordeste do Brasil**. Maceió: Edufal, 2012. p. 49.

⁷⁷ MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. **As múltiplas faces da escravidão. O espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 – c. 1756**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012. p.119.

⁷⁸ Idem. p. 129.

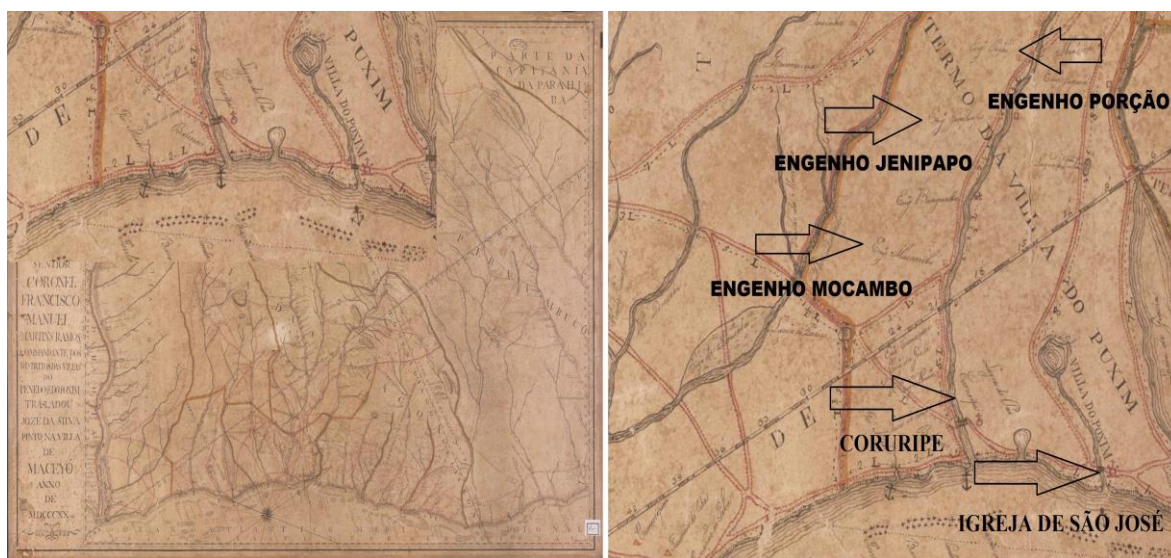
⁷⁹ Na verdade o Engenho Jenipapo e Porção ficavam, na época, onde hoje é Coruripe, mas no período tudo era Poxim e seu termo.

⁸⁰ A relação do trabalho escravo está tracejada em um movimento constante de luta de classe através dos conflitos sociais entre o senhor e escravo, que estão entrelaçados em uma relação pessoal de dominação e exploração. THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 304.

⁸¹ DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **População e Açúcar no Nordeste do Brasil**. Maceió: Edufal, 2012. p. 27.

tempo um ponto de extrema importância na articulação do mercado interno e de coleta de impostos e dízimos⁸².

MAPA 1 - CARTA CARTOGRÁFICA DO CORONEL FRANCISCO MANUEL MARTINS RAMOS EM 1820



FONTE: Carta topográfica da capitania das Alagoas: que á pedido do ilustríssimo Senhor Coronel Francisco Manuel Martins Ramos, comandante dos distritos, das villas de Penedo e do Poxim, trasladou José da Silva Pinto, na Villa de Maceyó, 1820. <https://www.bn.gov.br/>. Acesso em: 23 jan. 2019.

O escravo⁸³ é um elemento desses grupos humanos, já que com o crescimento dos canaviais, a população branca reduzia-se e a mestiça⁸⁴ crescia, dando volume populacional expressivo. Os escravos negros que vieram da África⁸⁵, prioritariamente,

⁸² RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808**. Revista Brasileira de História. Vol. 18, n. 36, 1988, pp. 187-249.

⁸³ Sílvia Lara chama a atenção para os termos “negros” e “pretos”, em que o negro era designado a cor e o preto equivale a condição de escravo. Nós usaremos, para fácil compreensão, o termo negro para designar o escravo, já que as fontes trabalhadas nessa pesquisa utilizam o termo negro para designar a mão de obra africana. Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa, p. 132 e 135.

⁸⁴ DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **População e Açúcar no Nordeste do Brasil**. Maceió: Edufal, 2012. p. 91.

⁸⁵ A venda do açúcar, da safra anterior, possibilitava a compra de mais negros africanos para trabalhar no nos engenhos. Ver ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 36.

para trabalhar nos engenhos da região⁸⁶ do Poxim já eram resultados lucrativos da produção anterior desses dois engenhos, e atracavam nos portos da Capitania pernambucana e eram distribuídos para todos os seus distritos fluindo para “os portos do sertão, Alagoa, e Rio São Francisco do Sul”⁸⁷ e baiana, pois

os lucros potenciais das fazendas e engenhos servem de garantias para a compra de novos fatores de produção (escravos), o excedente é investido produtivamente: os escravos representam um quinto do investimento num engenho de açúcar e metade do investimento dos lavradores de cana.⁸⁸

Nem todos os escravos que vinham de Angola e da Costa da Mina iam para Pernambuco, eles não ficavam somente na Capitania pernambucana. Eles eram distribuídos por toda a colônia em locais como Bahia⁸⁹, Rio de Janeiro⁹⁰, Maranhão e Paraíba, cuja distribuição servia para suprir por instante a carência de mão de obra no mercado interno. Não é à toa que, nos anos de 1782 a 1783, Pernambuco importou de Angola 2.436 escravos adultos e 7 crias⁹¹. Anos antes, entre 1722 a 1731, esse número de escravos trazidos para Pernambuco da Costa da Mina⁹² era cerca de 22.270 escravos.

O mapa abaixo mostra o trato negreiro entre Brasil, África Atlântica e Portugal. Com isso, observamos o fluxo comercial intenso e ininterrupto de cativos que saíam dos portos de Guiné, Costa da Mina, São Tomé, Benguela, Reino de Loango e Angola.

⁸⁶ Segundo Diégues Jr. Os bantus foram os maiores contingentes de negro que chegaram aqui no nordeste e estavam divididos em dois grupos: os angola-congos e os negros da Contra Costa. DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **População e Açúcar no Nordeste do Brasil**. Maceió: Edufal, 2012. p. 43.

⁸⁷ CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas de Navegação. Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro**. Editora: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, porto, 1969. p. 251.

⁸⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 38.

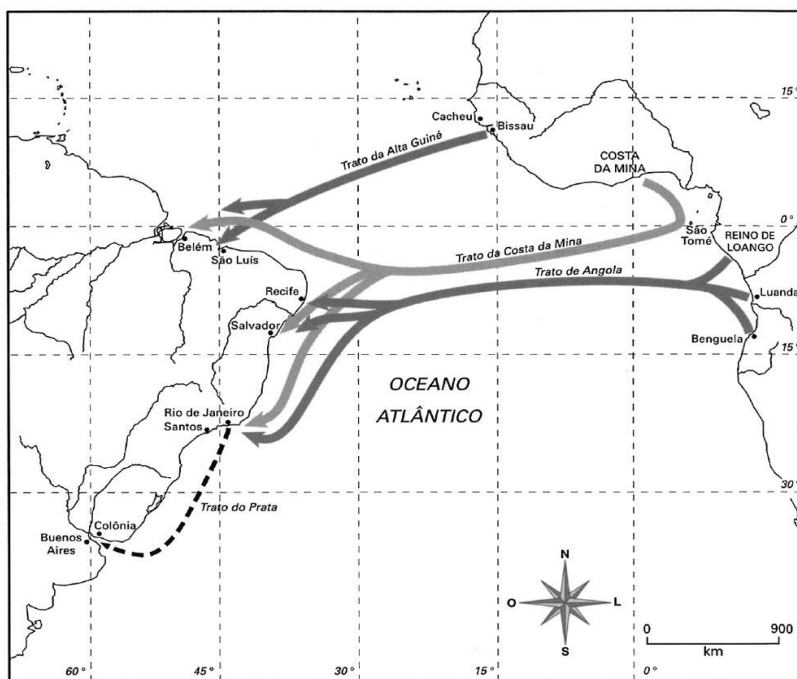
⁸⁹ Segundo Alencastro alguns escravos foram obtidos através da troca com a mandioca, que os jesuítas exportavam da Bahia para os missionários em Angola. Idem. p. 91.

⁹⁰ CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas de Navegação. Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro**. Editora: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, porto, 1969. p. 91.

⁹¹ Idem. p. 262.

⁹² FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.) **Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 209.

MAPA 2 - COMÉRCIO DE ESCRAVOS PARA A AMÉRICA PORTUGUESA, NOS SÉCULOS XVII E XVIII, DECORRE DE COMÉRCIO BILATERAL⁹³



FONTE: ALENCASTRO, 2000, p. 250.

Com o crescimento populacional, a Vila Real de São José do Poxim passa a ter 1.682 pessoas no ano de 1774⁹⁴, segundo o relatório do governador da capitania de Pernambuco, José César de Menezes (1774 a 1787). Já no ano seguinte, José César de Menezes⁹⁵ descreve o número de habitantes na vila e mostra que houve um *boom* populacional, contendo 294 crianças de 7 anos completos, 248 homens (sic) de 45 anos, 496 homens de idade de 60 anos, homens até 60 e velhos acima de 60, e dois velhos com 90 anos, totalizando 1.082 do sexo masculino, 284 crianças de até 7 anos, 202 raparigas de até 14 anos, 545 de mulheres até 50 anos, 113 velhas acima de 50 anos, e 7 velhas acima de 90 anos, totalizando 1.144 e na soma de ambos os sexos temos o valor 2.226 da população do Poxim.

Esse *boom* populacional ocorreu em toda a América portuguesa ao logo do século XVIII, essa explosão populacional era própria do desenvolvimento da economia

⁹³ ALENCASTRO. Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul, séculos XVI e XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 250.

⁹⁴ ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro, v.40: 1918 (1923).

⁹⁵ AHU_ACL_CU_015, Cx. 120, D. 9193.

escravista⁹⁶, essa explosão populacional teve seu crescimento com a exploração do ouro nas minas, pois o ouro incorpora “*várias regiões do interior ao circuito exportador, a expansão da produção açucareira em novas áreas, e o conseqüente aumento do volume do tráfico negreiro*”⁹⁷.

Com o passar do tempo, a região tem um crescimento populacional significativo, tanto que chegamos ao ano de 1788, com o número de habitantes superior aos apresentados por José César de Menezes. De acordo com o mapa populacional de D. Tomás da Encarnação Costa e Lima (1787 a 1798)⁹⁸, bispo de Recife e Olinda, houve um crescimento populacional expressivo de 1775 a 1788. A tabela abaixo nos mostra tal volume populacional na região do Poxim e nos acrescenta que a contagem estava baseada pela faixa etária⁹⁹, e não pela cor, a partir de maiores e menores de sete anos de idade em um total de três divisões.

QUADRO 2 - MAPA POPULACIONAL DE 1788

MAPA POPULACIONAL DE D. TOMÁS JOSÉ DE MELO - 1788	
CRIANÇAS DE TAMANHO COMPLETO	405
RAPAZ DE 15 ANOS	265
HOMENS NA IDADE DE 60	853
HOMENS ACIMA DE 60	72
VELHOS COM 90 ANOS	6
TOTAL DO SEXO MASCULINO	1.595
CRIANÇAS DE ATÉ 7 ANOS	350
RAPARIGAS DE ATÉ 14 ANOS	247

⁹⁶ Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro foram os principais articuladores desse espaço através do comércio atlântico de escravos. Ver CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas de Navegação. Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro**. Editora: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, porto, 1969.

⁹⁷ LARA, Sílvia Hunold. **Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 128.

⁹⁸ AHU_ACL_CU_015, Cx. 178, D. 12472.

⁹⁹ LARA, Sílvia Hunold. **Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 129.

MULHERES ATÉ 50 ANOS	637
VELHAS ACIMA DE 50 ANOS	156
VELHAS ACIMA QUE PASSA OS 90 ANOS	5
TOTAL	1.387
SOMA DE AMBOS OS SEXOS	2.982

FONTE: AHU_ACL_CU_015, Cx. 178, D. 12472.

Cinquenta e cinco anos depois, em 7 de janeiro de 1853, registramos um mapa populacional do Poxim sendo destinado ao chefe de polícia de Maceió, Francisco Xavier Paes Barretto¹⁰⁰. Neste mapa continha o número de homens e mulheres livres, escravos e estrangeiros, coisa que os mapas apresentados do século XVIII não registravam a condição social de cada homem ou mulher na vila do Poxim, obtendo assim a soma de 6.552 pessoas. Através do mapa temos uma noção do número de escravos no Poxim tanto homens quanto mulheres e é visível que o número de homens escravos era bem maior. Vejamos o quadro abaixo.

QUADRO 3 - MAPA POPULACIONAL DE 1853¹⁰¹

MAPPA DA POPULAÇÃO DO TERMO DA VILLA DE SÃO JOSE DO POXIM										
Villa do Poxim	Livres		Escravos		Estrangeiros (sic)		Total de Livres	Total dos Escravos	Total dos Estrangeiros (sic)	Total da população
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres				
Freguezia do mesmo nome	2452	2775	722	598	5	„	5227	1320	5	----

¹⁰⁰ CAIXA 1038 - DOCUMENTO: Estado de alagoas – Tesouraria da Fazenda assunto: Mapa populacional do Poxim ano: 1853. APA. Anexo II.

¹⁰¹ Idem.

	”	”	”	”	”	”	”	”	”	”
Soma	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	6552

FONTE: CAIXA 1038 - DOCUMENTO: Estado de Alagoas – Tesouraria da Fazenda
assunto: Mapa populacional do Poxim **ano:** 1853. **APA.**

Desde a elevação do povoado¹⁰² à freguesia¹⁰³ do Curato¹⁰⁴ de São José e Madre de Deus do Poxim em 1718¹⁰⁵, a região ganha volume demográfico algo que facilitou o crescimento econômico local¹⁰⁶, fazendo surgir outros núcleos de povoamento na área do vale do São Francisco¹⁰⁷. Tal avanço demográfico só foi possível por conta da produção açucareira e do intenso comércio que ocorria no rio Poxim¹⁰⁸, tanto ao sul de

¹⁰² Convém salientar que o povoado do Poxim primitivamente cresceu mais do que Coruripe, tanto que em 1718 o bispo de Olinda, Dom Manuel Álvares da Costa (1710-1715), criou a paróquia e, em 1801, o ouvidor Manoel Joaquim Castelo Branco instalou oficialmente a vila, construindo um pelourinho a uns 40 metros da Igreja e um quartel militar, marcando a jurisdição efetiva dos poderes locais. O Poxim passa a ser denominado de Vila Real de São José do Poxim, ou seja, o Poxim ganhou *Status* de núcleo por interesse colonial, em que favorecia a estabilidade da administração colonial. Ver RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808**. Revista Brasileira de História. Vol. 18, n. 36, 1988, pp. 187-249.

¹⁰³ A igreja Paroquial. O lugar da cidade ou do campo em que vive os fregueses. **Vocabulário Português e Latino** – volume 1. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/vila>. Acessado em 24/09/2017, às 23: 08 min. Para Silvia Lara, em *Fragmentos Setecentistas*, as freguesias eram o lugar para circulação espacial usada por moradores das vilas e cidades para frequentar as igrejas paroquiais da localidade mais próxima.

¹⁰⁴ Curato, curató. Igreja da cúria. Paróquia. **Vocabulário Português e Latino** – volume 1. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/CURATO>.

¹⁰⁵ DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O bangüê nas Alagoas**. Maceió, EDUFAL. 2006. p. 31.

¹⁰⁶ THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum – Estados sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 304.

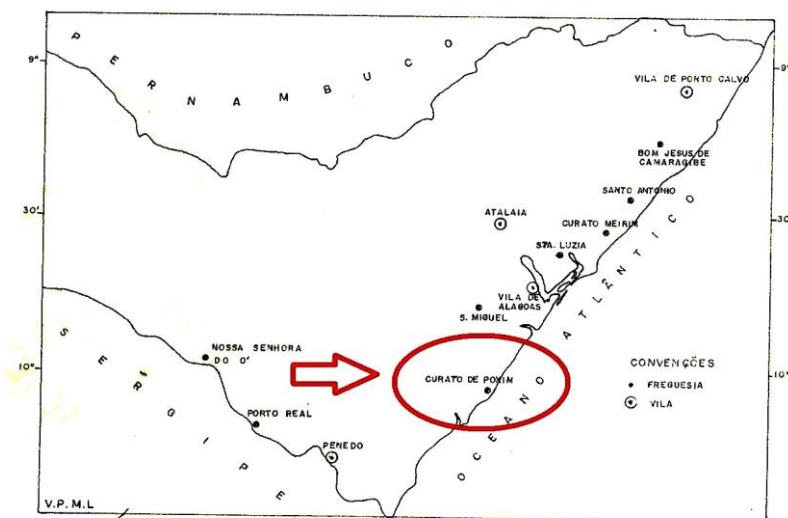
¹⁰⁷ Segundo Esdras, em **Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitânicas da Bahia e Pernambuco**, o rio São Francisco foi antes de tudo um fio de condução para o povoamento dos sertões, em que os assentamentos humanos de diferentes níveis e perfis se beneficiaram político, econômico e socialmente por estarem localizados em suas margens. O que de certa maneira, o curso fluvial do rio garantia facilidade de comunicação e diminuição da dispersão latente em que viviam os moradores mais interioranos. ARRAES, Esdras. **Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitânicas da Bahia e Pernambuco**. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142013000200003> > Acesso em 07 de mai. 2014, 03:13.

¹⁰⁸ Esses rios conseguiam penetrar no interior das zonas açucareiras para fazer a distribuição do açúcar em várias partes da capitania. SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do Açúcar em Alagoas**. Recife: Museu do Açúcar. 1970. p.52.

Alagoas quanto ao norte, as embarcações¹⁰⁹ traziam escravos, víveres, mantimentos das capitanias baiana e pernambucana e serviam de rede de comunicação para ambas.

No mapa abaixo de 1774, observamos os curatos, as freguesias e vilas, da região sul de Alagoas, o que nos permite deduzir que essas áreas eram relativamente povoadas como afirma Manuel Correia de Andrade em *Os rios-do-açúcar no nordeste Oriental IV*¹¹⁰.

MAPA 3 - VILAS E FREGUESIAS DE ALAGOAS EM 1774¹¹¹



FONTE: ANDRADE, 1997. p.32.

Ao sul da capitania, vinham de Sergipe e Salvador e demais portos da Bahia, esses escravos e mercadorias, que singravam do Rio São Francisco em direção a Vila de Penedo. Em Penedo eram distribuídas em rios menores, como é o caso do rio Poxim, Coruripe, Jequiá, São Miguel e outros para o abastecimento das zonas açucareiras.

Não fossem as nossas vias naturais de transporte, como as lagoas Mundaú e Manguaba, rios Coruripe, São Miguel, Santo Antônio Grande, Santo Antônio Mirim, Camaragibe e Manguaba, naquela época navegável em boa parte do percurso, estariam os agricultores e Senhores de Engenho alagoanos em situação pior para levarem seus produtos às barcaças que os transportariam para Maceió e Recife.¹¹²

¹⁰⁹ RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e Monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780**. São Paulo, HUCITEC, 1976.

¹¹⁰ ANDRADE, Manuel Correia de. **Usinas e Destilarias. Uma contribuição ao estudo da produção do espaço**. Maceió, EDUFAL. 1997. p.32.

¹¹¹ Idem. 1997. p. 50.

¹¹² SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do Açúcar em Alagoas**. Recife: Museu do Açúcar. 1970. p. 311.

O rio São Francisco era a principal rota, pois além de ligar a região do vale do São Francisco à Salvador e Sergipe, ele também fazia a ligação com a região mineradora. Segundo Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, a coroa portuguesa tentou impedir o comércio com os mineiros¹¹³, pois temia que toda a mão de obra dos engenhos saísse para a região mineradora, deixando as freguesias e vilas do açúcar estagnadas por falta de gente para o trabalho.

Segundo Diegues Júnior, em *O bangüê nas Alagoas*, as distribuições dos produtos usuais da terra, açúcar e escravos também ocorriam vindas do Porto do Francês, na parte norte da comarca de Alagoas, margeando o Oceano Atlântico, nas Vilas de Alagoas do Norte (Santa Luzia do Norte) e Santa Maria Magdalena de Alagoas do Sul (hoje Marechal Deodoro), e vinham sendo repassadas da mesma forma até o Poxim e as outras áreas como Penedo¹¹⁴. Percebemos o mesmo movimento comercial com Moacir Medeiros de Santana, em *Contribuição à história do Açúcar em Alagoas*;

Situados em sua maioria à margem da lagoa Manguaba e, alguns, pouco distantes dela, os engenhos do antigo município das Alagoas, atual Marechal Deodoro, transportavam o açúcar de seu fabrico em barcaças que singravam as águas de três rios que desembocavam naquela lagoa: Salgado, Paraíba e Sumaúma, "sendo que neste último com grande dificuldade por estar quase inavagável em consequência da muita balsa e grandes paus que embarçam a sua corrente e o tornam pantanoso".¹¹⁵

Os mesmos trajetos eram feitos para o escoamento do açúcar, que saíam dos engenhos da região, no ano de 1854¹¹⁶, só no Poxim, sob mãos escravas, produziam-se 81 arrobas de açúcar, equivalente a 1.190,7 kg, por escravo¹¹⁷ para serem transportadas nas águas do rio Poxim, que era largo e profundo e sobre ele deslizavam as sumacas, com as mercadorias¹¹⁸ que saíam rapidamente de locais distantes e de difícil acesso, para chegar à Europa, via Atlântico, já que

¹¹³ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. p. 63.

¹¹⁴ DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O bangüê nas Alagoas**. Maceió, EDUFAL. 2006. p. 45.

¹¹⁵ SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do Açúcar em Alagoas**. Recife: Museu do Açúcar. 1970. p. 311.

¹¹⁶ Segundo Moacir Santana é "no ano de 1854, no antigo município de Alagoas, existiam 35 engenhos, que safrejavam uma média de 86.750 arrobas de açúcar; (...); Poxim, com 10 engenhos moentes e 2 de fogo morto e mais 3 engenhocas de produção insignificante, safrejando os primeiros 22.800 arrobas (...)". Ver. **Contribuição à história do Açúcar em Alagoas**. Recife: Museu do Açúcar. 1970. p. 112.

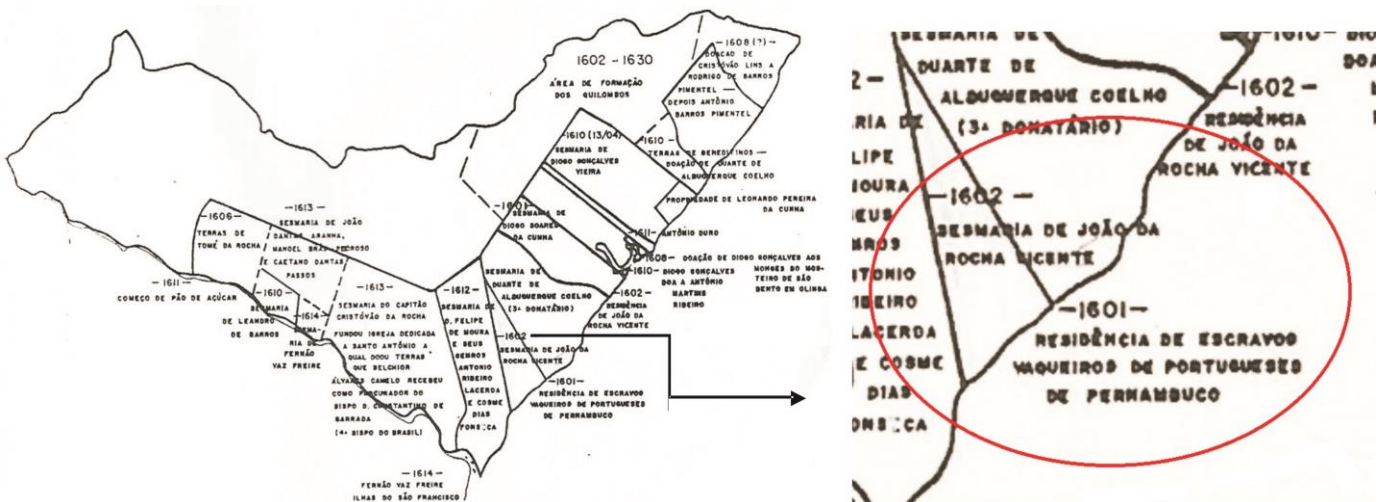
¹¹⁷ Idem. p. 151.

¹¹⁸ Destacamos, mais adiante, a participação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba que foi uma empresa criada no ano de 1759, com a função de desenvolver o comércio do Nordeste do Brasil. A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba estava diretamente ligada às necessidades do mercado

a criação da geografia do Atlântico deveria priorizar áreas acessíveis de transporte por água, por isso alteraria outras considerações sobre o espaço e distância, ligados as regiões distantes com mais facilidade do que regiões situadas próximas uma das outras.¹¹⁹

O primeiro relato sobre a presença do escravo no Poxim e na utilização do rio Poxim, como vias fluviais de transportes de escravos¹²⁰ e mercadorias coloniais, foi no final do século XVI e início do século XVII, quando o Poxim ainda era um povoado da sesmaria de João da Rocha Vicente¹²¹ nos idos de 1600. Anos mais tarde, quando a sesmaria foi doada para Antônio Moura Castro¹²², seu território foi redefinido e agora estava situado entre o porto do rio São Miguel e o rio Coruripe.

MAPA 4 - COMARCA DE ALAGOAS SESMARIA – SÉCULO XVII¹²³ -1600 A 1630¹²⁴



FONTE: LIMA, 1992. p. 129.

colonial. Ver RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e Monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780**. São Paulo, HUCITEC, 1976.

¹¹⁹ THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico 1400 – 1800**. Tradução de Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro; Elsevier, 2004. p. 55.

¹²⁰ Segundo Diégues Júnior, a presença do negro ao sul da Capitania de Pernambuco já estava presente nas expedições de Jerônimo de Albuquerque e Cristóvão Lins. DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **População e Açúcar no Nordeste do Brasil**. Maceió: Edufal. p. 83.

¹²¹ Idem. p. 83.

¹²² Antônio Moura Castro doa para São José, padroeiro do Poxim, às terras que hoje é povoado, sendo que toda a parte da administração como cobrança de impostos, concessões e outros ficou à cabo da Igreja Católica. Ver LEMOS, João Ribeiro. **Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições**. Maceió. Ed. Do autor, 1999. p. 180.

¹²³ LIMA, Ivan Fernandes. **Ocupação Espacial do Estado de Alagoas**. Maceió SEPLAN 1992. p. 129.

¹²⁴ Observaram-se bem no recorte do mapa, notamos que há uma residência de escravos na região que corresponde hoje o que é o Poxim. A residência dos escravos ou casa dos escravos foi criada, de início, em Lisboa no século XV, exclusivamente para operar o tráfico. Ver SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 23.

Cortada por um vasto sistema hidrográfico, essa sesmaria deu origem ao Curato de São José e Madre de Deus do Poxim e a Coruripe¹²⁵, considerando as águas do rio¹²⁶ o meio de transporte mais natural, fácil e viável ao escoamento de produtos, seja legal ou ilegal e da produção do açúcar, já que

a cultura da cana procura sempre as proximidades das regiões de rios ou riachos, e não se distanciou, por interesses comerciais, do mar. É nas águas dos rios, dos pequenos rios, que o senhor de engenho encontrar o melhor colaborador para a organização econômica.¹²⁷

O rio Poxim facilitou a comunicação comercial entre colonos e colonizados e serviu para o escoamento dos produtos usuais da terra em barcos menores rumo ao mar, muitas vezes colocando em risco os colonizadores e suas mercadorias por conta das atividades ilegais, visto que o rio era utilizado para contrabando¹²⁸ de madeira que havia na região, pois

o incipiente comércio dos primórdios da Capitania das Alagoas era constantemente embarçado pelos corsários. No dia 4 de setembro de 1819 a sumaca "São João Diligente", comandada pelo mestre João Batista Pereira e de propriedade de Antônio José Teixeira, da Praça da Bahia, foi abordada nas costas alagoanas, entre o Peba e Coruripe (Poxim), por uma escuna com bandeira norte-americana, armada com duas peças calibre seis, duas pequenas coronadas de pião à proa e quinze homens de tripulação. Da equipagem e passageiros da sumaca foi tomada toda a roupa e dinheiro, além dos mantimentos, inclusive uma caixa de açúcar, e lançados ao mar seis sacos de algodão.¹²⁹

A prática do contrabando no Brasil é registrada desde os primeiros invasores estrangeiros com a extração do pau-brasil: a exemplo disso, temos um episódio que ocorreu no Brasil em 1516 com Cristóvão Jacques (1480-1530), que foi enviado pelo

¹²⁵ LEMOS, João Ribeiro. **Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições**. Maceió. Ed. Do autor, 1999. p. 31.

¹²⁶ O rio São Francisco tornou-se o meio de transporte importante para migração seguindo a direção de Minas Gerais e ao oeste da colônia. RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808**. Revista Brasileira de História. Vol. 18, n. 36, 1988, pp. 187-249.

¹²⁷ DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O bangüê nas Alagoas**. Maceió, EDUFAL. 2006. p. 112.

¹²⁸ Havia muitos contrabandistas de madeira local, principalmente de pau-brasil. Os franceses foram os primeiros a investir nesse contrabando e começaram a fazer incursões em alagoanas, principalmente na região costeira, com a finalidade, puramente comercial, do tráfico de pau-brasil e o Poxim registra a expulsão definitiva dos estrangeiros, franceses, em terras alagoanas em 1808. Segundo Cícero Péricles, os franceses foram os primeiros brancos a se estabelecerem, ou visitarem com maior frequência o litoral alagoano, principalmente na região de Coruripe. Ver CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió, EDUFAL: 2015. p. 13 e 14.

¹²⁹ SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do Açúcar em Alagoas**. Recife: Museu do Açúcar. 1970. p. 29 e 30.

El' Rei D. Manuel para colocar um fim na extração de pau-brasil no litoral brasileiro pelos franceses, que estavam fazendo do Brasil uma serralaria. Assim foi feito, Jacques acabou com o contrabando dos franceses e bateu tanto neles que gerou um conflito diplomático entre Portugal de D. Manuel e a França de Francisco I. A situação foi tão chata que Francisco I pediu a D. Manuel o documento em que Adão teria lhe dado à posse das terras brasileiras¹³⁰.

Os descaminhos e as ilicitudes no Brasil já estavam presentes na própria organização jurídica¹³¹, econômica e social da colônia, pois os interesses particulares eram diversos, logo abriam as portas para às práticas ilícitas. O descaminho e a ilicitude na colônia seguiam por muitas vezes uma mão dupla, eles estavam no comércio legal e ilegal, em que hora tinham o apoio da Coroa através da omissão, como é o caso da propina, praticado pelos funcionários régios e ao mesmo tempo eram condenados pela mesma Coroa, quando os comerciantes a praticavam¹³² e passaram a compor o comércio clandestino, e não pagavam o imposto para o Erário. A corrupção na colônia tornou-se a base das relações comerciais, mas

o fato é que o termo “corrupção” quanto o termo “contrabando”, corresponde à época, não incidem sobre a frequência ou a tolerância às práticas que designam, mas apenas caracterizam determinadas modalidades de transgressão.¹³³

Na Comarca de Alagoas, os negociantes e colonos viram no contrabando uma saída para fugir dos altos impostos taxados pela coroa. Lembramos também, que nas Minas Gerais e no Poxim nem os santos¹³⁴ se salvaram da corrupção e do contrabando, tornaram-se veículos para o comércio ilegal. Não importavam os riscos.

Segundo a tradição oral da região havia também os furtos que eram praticados de todas as formas e uma delas está registrada no uso de imagens sacras para levar joias de alto valor comercial, de outras imagens religiosas. A exemplo disso, temos a imagem

¹³⁰ BUENO, Eduardo. *Brasil. Uma História. Cinco séculos de um país em construção*. Rio de Janeiro, Editora Leya, 2012. p. 38.

¹³¹ ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e poder. Uma história, séculos XVI a XVIII*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 53.

¹³² É bom deixar claro, que havia certa tolerância sobre o crime de contrabando de acordo com a classe social do praticante. Idem. p. 54.

¹³³ Idem. p. 54.

¹³⁴ Estamos nos referindo aos santos do pau-oco. Levanto aqui a hipótese, através das narrativas populares, de que imagens como essa era utilizada para esses pequenos delitos como o furto, já que ela é oca por dentro.

de nossa Senhora do Bom Parto, que segundo as narrativas das pessoas mais velhas do Poxim, as imagens de santos eram utilizadas para esconder as joias que eram roubadas de outras imagens, já que as imagens maiores possuíam colares e brincos de diamante ou pérola. Segundo Lemos, no passado eram construídos túneis¹³⁵ na Vila do Poxim próximo ao rio que seguiam em direção ao mar¹³⁶, tais túneis eram rotas de fuga para roubos e contrabandos de diversos produtos e objetos, principalmente os sacros, já que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos ficava a 500 metros do rio, servindo de esconderijo para aqueles que cometiam o crime e se sentiam seguros para sair ilesos de qualquer punição.

FIGURA 1 – IMAGEM DE NOSSA DO BOM PARTO (SANTO DO PAU-OCO)



FONTE: ROBSON WILLIAMS BARBOSA, SET. 2006.

O contrabando sempre foi um recurso muito utilizado em todos os centros comerciais desde a antiguidade. Na colônia não foi diferente, já que os negociantes e até alguns senhores de engenhos recorreram a tal recurso como forma de burlar¹³⁷ e fugir dos impostos, ou até de cobranças indevidas. Em Alagoas, um dos registros que temos

¹³⁵ LEMOS, João Ribeiro. **Poxim: terra de história e de mitos: Vila Real de São José do Poxim do Sul**. Ed. Coruripe, AL, 2018. p. 16.

¹³⁶ O programa “Terra e Mar” da TV Gazeta faz o percurso do rio Poxim em direção ao mar. <https://www.youtube.com/watch?v=WNTqLa0sL3s>. Acessado: 20 de Janeiro de 2017. 12h00min horas.

¹³⁷ ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e poder. Uma história, séculos XVI a XVIII**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 35.

no século XVIII foi do governador da Capitania de Pernambuco José César de Meneses, em maio de 1779, no qual ele pede a Martinho de Melo e Castro, então Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, providências para acabar com o comércio ilegal na região, pois

o contrabando, e igualmente os extravios e exportações dos efeitos desta Capitania para Bahia. Também Vossa excelência terá visto as dificuldades, que nas ditas cartas ponderava sobre produzirem aquelas providencias, (...) efeito, enfim agiremos em caminhada, para esta Capitania huma dilatadissima extensão de costa toda aberta, e pela soltura comigo os sumangueiros da Bahia entrava nestes portos.¹³⁸

Segundo Luana Ventura¹³⁹, as conexões entre as capitânicas são ativas no período colonial muitos produtos escoavam dos nossos portos para Bahia, palavras do Ouvidor das Alagoas, José Mendonça de Moreira, em 26 de abril de 1779. Aqui, podemos perceber que muitos dos produtos entravam ou saíam da Bahia. A Capitania baiana era esse comércio fornecedor de mercadorias mais baratas para serem vendidas no comércio ilícito, já que

a saída dos efeitos para a cidade da Bahia é inevitável, sem novas providencias, uma nova legislação, que contenha os senhores de engenho na falsidade de com que vendem as suas safras inteiras conhecidam a contrabandistas: era melhor que este grande, e inútil trabalho que sentem em guardar sessenta léguas de praia, se tivesse em pedir contas aos senhores de engenho das suas respectivas safras.¹⁴⁰

Essa conexão entre as duas capitânicas, a qual o Ouvidor José Mendonça de Moreira fala foi registrada na carta de Bento Bandeira de Melo a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o conde de Linhares, sobre a geografia, navegação, comércio e produções de Alagoas, em 08 de dezembro de 1797, na Barra de Coruripe, Termo do Poxim, em que Bento Bandeira de Melo informa que Alagoas tem várias Barras e que uma delas é a “*Barra de Cururipe, que fica ao Sul das Alagoas; e três léguas ao Norte desta barra há outra chamada de São Miguel, onde entram grandes sumacas*”¹⁴¹; e que a maior parte dos gêneros produzidos em Alagoas, seja açúcar, algodão, madeira e outros produtos

¹³⁸ AHU_ACL_CU_015, Cx. 133, d. 10012.

¹³⁹ VENTURA, Luana Maria. **A Alfândega de Pernambuco: História, Conflitos e Tributação no Porto do Recife (1711-1738)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pernambuco, 2016. p. 249.

¹⁴⁰ AHU_ACL_CU_015, Cx. 133, d. 10012.

¹⁴¹ AHU, Cx. 3, Documento 265. Anexo III

usuais da terra eram “*carregados, e vendidos na Cidade da Bahia de Todos os Santos com grande risco, e prejuízo dos seus Agricultores; e poderá vir a ser muito florente, e de grande comercio, e vantagem para o Estado.*”¹⁴²

A coroa portuguesa, ao institucionalizar e decretar em ordem régia os impostos¹⁴³, sempre teve a intenção de arrecadar, não importava o motivo; e se aqueles que estavam sendo cobrados podiam pagar, se seu agente que iria fazer a cobrança agia de forma correta ou se havia cobrança além do que estava para ser pago causavam conflitos, pois é daí que temos uma das motivações para o contrabando na colônia.

No Brasil do século XVII e XVIII, a prática da cobrança de impostos indevidos passava antes de tudo por um costume praticado pelos agentes públicos¹⁴⁴ com a chamada propina¹⁴⁵, que seria uma forma de aumentar o salário desses agentes. Segundo Vera Lúcia Costa Acioli em *Jurisdição e Conflitos*: “*é errôneo tratar a propina como corrupção administrativa. Não era propriamente um “provimento ilegal”. Parece mais um direito consuetudinário*”¹⁴⁶ “*associado aos cargos públicos do Brasil colônia*”.¹⁴⁷ Posteriormente é que a coroa passa a considerar a propina como “*um abuso introduzido em todas as câmaras*”¹⁴⁸ e que a mesma acabasse¹⁴⁹. Em Pernambuco, no ano de 1689, o governador¹⁵⁰ e os agentes públicos praticavam esse tipo de comércio ilícito¹⁵¹ como

¹⁴² Idem.

¹⁴³ Segundo Vera Lúcia Costa Acioli em *Jurisdição e Conflitos*, os impostos eram tantos cobrados pela Coroa portuguesa que podemos citá-los agora. Seriam eles; dízima, redizíma, vintena, finta, subsídio, quinta, pedágio, derrama, sisa, donativo, portagem, porção e etc. ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial**. Recife: Edufpe, 1997. p. 63.

¹⁴⁴ ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e poder. Uma história, séculos XVI a XVIII**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 64 e 65.

¹⁴⁵ Sem deixar de citar, que a primeira forma de corrupção na colônia estava nos privilégio como nepotismo, suborno, extorsão e outros. Idem. 59.

¹⁴⁶ A corrupção tornou-se um costume que foi desenvolvido pelos grupos sociais em defesa de sua posição social. THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum – Estados sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁴⁷ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial**. Recife: Edufpe, 1997. p. 64.

¹⁴⁸ Idem. p. 64.

¹⁴⁹ Aqui notamos que aquilo que era praticado era conveniente à Coroa em um determinado momento, já em outro não fazia mais parte, já que a “relação a um poder estabelecido em outra parte, domínio das técnicas concernentes às estratégias sociais.” Ver ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e poder. Uma história, séculos XVI a XVIII**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 54.

¹⁵⁰ A propina não era praticada por funcionários bem remunerados como é o caso dos vice-reis, o que difere dos funcionários de cargos menores. ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e poder. Uma história, séculos XVI a XVIII**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 65.

¹⁵¹ ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e poder. Uma história, séculos XVI a XVIII**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 65.

forma de aumentar o salário, como já foi citado anteriormente, e não faziam sozinhos, já que toda atividade ilegal era feita em nomes dos agentes das grandes casas comerciais¹⁵² locais ou europeu.

Além dessas cobranças excessivas e indevidas nesse período, foi feito o Tratado de Paz entre Portugal, Inglaterra e a Holanda, em que proibia navios estrangeiros entrar nos portos¹⁵³ do Brasil, sem pedir devidamente autorização ao rei, a não ser no caso de consertos urgentes e para compra de mantimentos com o tempo limitado. Assim, foram estabelecidas as frotas, isso ocorria duas vezes ao ano, o que obrigava os senhores, comerciantes e negociantes a buscarem os mascates e ambulantes para comprarem seus produtos de luxo, os quais eram vendidos por preços altíssimos. Segundo Vera Lúcia Acioli, eles recorriam ao contrabando, já que os contrabandistas tinham um preço de mercado mais baixo e próximo da realidade dos compradores.

O contrabando foi um dos problemas enfrentados pelo governo de Pombal e o grande concorrente ao comércio legal de mercadorias, porém agentes não tinham capacidades para efetuar uma vigilância capaz de parar o contrabando, ou seja, não via disposição nos poderes locais¹⁵⁴ para mandar efetuar as prisões, prender as embarcações e instalar as devassas necessárias a fim de coibir tal prática. Sem se falar que havia uma infinidade de pequenas vias fluviais que desembocavam em portos naturais e enseadas capazes de oferecer possibilidades independentes de embarque, principalmente na região das Alagoas. Outro fator que apoiava o comércio ilegal era o parentesco entre os contrabandistas, diretores e funcionários da direção da Companhia. Esse apoio ao contrabando também era uma forma das elites mostrarem sua oposição ao monopólio da CGCPPB.

No período que corresponde ao monopólio Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759 a 1780), nem todos teriam acesso aos produtos de luxo europeus, escravos na África e especiarias da Índia, o acesso a tais produtos eram restritos, apenas os produtos que eram autorizados pela Companhia chegariam as freguesias e vilas de Pernambuco. A Companhia de Pernambuco e Paraíba tinha o

¹⁵² É claro que a corrupção no funcionalismo da Coroa, também estava inserida na mentalidade dos mesmos. Idem. p. 72.

¹⁵³ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1978. p. 58 e 59.

¹⁵⁴ ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e poder. Uma história, séculos XVI a XVIII**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 43.

monopólio de importar produtos advindos da metrópole, com isso, vinham também os produtos de luxo como seda, galões de ouro e prata, pentes de Marfim, Chapéus, fitas sortidas¹⁵⁵, que foram encomendados durante os anos de 1760 a 1776 a Real Fábrica das Sedas¹⁵⁶.

O contrabando envolve uma situação efetivamente mais complexa, mas, quanto a nós, confirmadora ainda assim, da análise que apresentamos. É de todo óbvio que o contrabando envolvia sempre sérios riscos: prisão, confisco das mercadorias e navios, etc. Ora, o que podia não obstante mover os mercadores a correr tais riscos e se empenharem no comércio ilegal sendo a perspectiva dos super-lucros coloniais? O contrabando, portanto, também pressupõe o mecanismo básico em vez de negá-lo. É certo que o contrabandista devia, para encontrar campo para suas atividades, oferecer preços um tanto melhores pelos produtos coloniais, bem como oferecer produtos europeus a preços mais baixos do que os mercadores metropolitanos.¹⁵⁷

Lembramos aqui que, pela posição geográfica, o contrabando que saía da Bahia passava pelos rios, riachos e lagoas de Penedo, Coruripe, Poxim, São Miguel, Alagoas do Sul e Porto Calvo até chegar às praças do Recife e Olinda. Esse tipo de prática

em primeiro lugar, ela nos deixa a nítida impressão, que os outros dados recolhidos corroboram, de que o contrabando vai num crescendo até arrombar as portas em 1808. Por outro lado, cumpre pôr em destaque a pertinácia inamovível do funcionário; que ela afigura-se-nos com expressão da própria posição específica da metrópole, que não podia abrir mão do sistema. E finalmente, constatação de que os colonos, ou pelo menos deles aderiam ao contrabando, propiciando sua expansão.¹⁵⁸

Alguns dos gêneros produzidos na região do Poxim como açúcar, farinha de mandioca¹⁵⁹, fumo, batata, carne seca e salgada, aguardente, sal, feijão, milho, peixe seco, algodão, carne verde, víveres, água potável, navegavam por estradas fluviais para

¹⁵⁵ VENTURA, Luana Maria. **A Alfândega de Pernambuco: História, Conflitos e Tributação no Porto do Recife (1711-1738)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Pernambuco, 2016. p. 249.

¹⁵⁶ AHU_ACL_CU_015, Cx.126 D. 9623 – 27/06/1777- Cd PE

¹⁵⁷ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1978. p.91.

¹⁵⁸ Idem. p.187.

¹⁵⁹ Segundo Ribeiro Júnior, o governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, em um edital de 3 de maio de 1762, informa ao Conde de Oeira, futuro marquês de Pombal, que precisava de um estoque de farinha de mandioca para 50 mil homens que defendiam o território. Ver RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e Monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780**. São Paulo, HUCITEC, 1976. p. 104.

serem distribuídos em outras capitanias como é o caso do fumo alagoano que era escoado para Salvador e os demais portos da Bahia¹⁶⁰.

Mas nada substituiu a cana-de-açúcar, visto que no ano de 1776 o número de engenhos¹⁶¹ em toda Alagoas aumentou devido à expansão das lavouras da cana e consequentemente, a necessidade de mais mão de obra escrava no vale do rio¹⁶² Poxim. Assim, toda a estrutura açucareira, como o engenho, casa-grande, casa mais simples para os comerciantes locais, igrejas e senzala, estavam estabelecidas, “*pois foi o açúcar o motivador da colonização e o fator a prender o elemento humano à terra*”¹⁶³.

O Jenipapo passa pelo ano de 1749, com 1 capela, 2 clérigos, 248 casas e 884 habitantes aumentando para 2.572 em 1782 e passou para 2.978 no ano de 1788¹⁶⁴ e 25 anos depois, no ano de 1774, havia uma igreja¹⁶⁵, duas capelas, quatorze fazendas e dois engenhos, um deles é o Jenipapo, com 402 fogos e 1.682 habitantes¹⁶⁶. Com isso nessa época, o engenho Jenipapo crescia em relação aos outros engenhos que havia na região¹⁶⁷, como é o caso do Engenho Cerquinha “*com 1.800 arrobas e 16 escravos que alcançara a maior média de produção: 111 arrobas por escravo, contra 56 do João de Deus que, possuindo 25 escravos, apenas safrejara 1.400 arrobas*”¹⁶⁸, em Piaçabuçu¹⁶⁹.

¹⁶⁰ Segundo Gustavo Acioli a Bahia pagava 400 a 80 réis pelo rolo de fumo Alagoano, coisa que Recife e Olinda não pagavam. LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico: Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco: (1654-1760)**. São Paulo: USP, 2008. Tese de Doutorado. p. 119.

¹⁶¹ CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió, EDUFAL: 2015. p.116.

¹⁶² A água em abundância foi um elemento geográfico importante para os engenhos, já que a água servia de força motriz para a moenda dos engenhos, já que o “engenho honrou água, não se limitou a servir-se dela”. Assinala Gilberto Freyre.

¹⁶³ DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **População e açúcar no nordeste do Brasil**. Maceió: Edufal, 2012. p. 25.

¹⁶⁴ CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió, EDUFAL: 2015. p. 312 e 313.

¹⁶⁵ A origem da construção da Igreja de São José do Poxim está situada à segunda metade do século XVIII, segundo uma data registrada em um lavabo na sacristia que diz 1762. Não há registro preciso sobre esta data: sendo assim, esta passaria a corresponder ao ano de 1717, pois, no seguinte ano, 1718, seria proclamada sede da paróquia, segundo consta no livro de tombo, pelo bispo de Olinda. LEMOS, João Ribeiro. **Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições**. Maceió. Ed. Do autor, 1999. p. 175.

¹⁶⁶ ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro, v.40: 1918 (1923).

¹⁶⁷ DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O bangüê nas Alagoas**. Maceió, EDUFAL. 2006. p. 85.

¹⁶⁸ SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do Açúcar em Alagoas**. Recife: Museu do Açúcar. 1970. p. 152.

¹⁶⁹ Piaçabuçu desligou-se de Penedo para assumir à condição de vila por Lei Provincial de 31 de maio de 1882.

No século seguinte, no ano de 1849, surgiram outros engenhos que deram continuidade às atividades açucareira, passando pelo ano de 1854, com uma estimativa de produção de açúcar de 22.800 arrobas¹⁷⁰, equivalente a 335.160 kg, como é o caso do Engenho Porção¹⁷¹, pertencente a Francisco Manoel de Carvalho, do Engenho São João da Prata de João da Ressurreição Lima Lessa, do Engenho Mocambo¹⁷² de Francisco das Chagas Lima Lessa, do Engenho Miahi de José Marcelino dos Santos, do Engenho Lagoa do Pau de Antônio Manoel de Azevedo, do Engenho Piauí de Manoel Felipe de Araújo e, por último do Engenho Conceição das Bananeiras do Padre João de Araújo e Silva. Todos esses engenhos surgiram em meados do século XIX, com exceção do Porção, que surgiu concomitante ao Jenipapo, que na época estava sobre administração de Dona Maria Cleofa de Carvalho¹⁷³.

O Engenho Jenipapo, o primeiro da região do Poxim, foi um grande braço articulador da produção açucareira para Penedo, já que, desde os tempos de Nassau, Penedo não tinha muitos engenhos, exceto para a fabricação de rapadura e aguardente para consumo interno. Vejamos na descrição de Verdonck, no período holandês, em que

há um povoado de poucos habitantes e nas imediações 5 ou 6 engenhos, mas fazem pouco açúcar e anos há em que alguns não moem; ainda nesse lugar existe grande quantidade de bois e vacas, por causa do excelente pasto, de sorte que por esse motivo os moradores possuem muito gado, que é a sua principal riqueza e constitui a melhor mercadoria destas terras e com a qual mais se ganha devido à sua rápida multiplicação (...).¹⁷⁴

Em 1801, o engenho Jenipapo encontrava-se em posse do padre Antônio Joaquim de Carvalho e Couto, o qual passa a posse do engenho para seu irmão, o alferes

¹⁷⁰ LEMOS, João Ribeiro. **Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições**. Maceió. Ed. Do autor, 1999. p. 150.

¹⁷¹ No ano de 1842 pertencia Dona Maria Cleofa de Carvalho. SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do Açúcar em Alagoas**. Recife: Museu do Açúcar. 1970. p. 358.

¹⁷² Esse engenho produzia 1.100 pães de açúcar, mas não temos maiores informações. Podemos identifica-lo no Mapa 1. <https://www.bn.gov.br/>. Acesso em: 23 jan. 2019.

¹⁷³ Essa senhora passa a administrar o engenho no início do século XIX, pois ficou viúva pelos idos de 1822, herdando o engenho tornando-se a “cabeça de casal”, obtendo 45 escravos no ano de 1827. Dona Maria Cleofa de Carvalho também é citada na obra de Moacir Santana com Dona Maria Cleofa de Jesus. Idem. p. 357.

¹⁷⁴ VERDONCK, Adrian. **Descrição das capitâneas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Memória apresentado ao conselho político do Brasil por Adriano Verdonck, em 20 de maio de 1630**. In: MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Fontes para o Brasil Holandês – a economia açucareira*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1981. p. 36.

Francisco Manuel de Carvalho e Couto¹⁷⁵, através de um documento de insinuação para confirmação da doação, incluindo a escritura e, junto a ela, o valor de

trezentos mil reis em terras e (...) do engenho Genipapo, de que he senhor a seu irmão suplicante Antonio Joaquim de Carvalho e Couto, para não (...), e em duzentos mil reis mais, que (...) paterna em (...) engenho (...) patrimonio, com que se pretendese ordenar de clerigo e fazendo avalias o referendo engenho em seu terreno por estarem pro (...) ao doador lhe fez dado pelo lavrado valor o de (...) conto de reis. He o que posso informar a Vossa Alteza, que Mandará; o que fez (...) Villa Real de São José do Poxim 4 de novembro de 1801.¹⁷⁶

Com esse documento de insinuação, o padre António Joaquim de Carvalho e Couto garante a posse do engenho para à família Carvalho afirmando que seu irmão

o Alferes Francisco Monoel de carvalho e Couto, marador das terras da Villa Real de São José do Poxim, comarca de Alagoas, Capitania de Pernambuco, lhe fez a descrição incerta na (...) incluza para cuja maior validade, pede Vossa alteza Real a graça delle conceder provisão de insinuação na forma do estilo (...).¹⁷⁷

Mais tarde, no ano de 1854, havia 9 engenhos¹⁷⁸ no Poxim, todos movidos por força das águas ou tração animal¹⁷⁹ e em plena atividade. Juntos produziam, em média, 22.800 arrobas de açúcar, equivalente a 335.160 kg, sobre as mãos de 279 escravos.

Em Poxim, para exemplificar, existiam em 1854 9 engenhos moentes: Poção, Jenipapo, Bomfim, Glória, Liberal, Conceição, São João, Mato Grosso e São José, além do Pau Ferro, de fogo morto, e outro na Lagoa do Pau, quase à beira mar, e mais 3 engenhocas na margem direita do rio Coruipe. Eram movidos pela força d'água, boi ou cavalo. Na "Relação dos engenhos de açúcar, seu proprietários no termo do Poxim" vem discriminada a qualidade das terras, por engenho, que eram de areia e de brejo, além da produção anual

¹⁷⁵ Francisco Manuel de Carvalho e Couto, agora capitão, em 1806 pede a D. João a propriedade dos officios de tabelião e de escrivão dos órfãos em Penedo que se encontrava vaga. Aqui observamos o domínio da família Carvalho. **AHU_ACL_CU_004, Cx. 6, D. 445.**

¹⁷⁶ No dia de Fevereiro 13 de 1801, o padre Antonio Joaquim de Carvalho e Couto faz um requerimento ao príncipe regente [D. João] a pedir provisão de insinuação para confirmação da doação para seu patrimônio que lhe fez seu irmão, o alferes Francisco Manuel de Carvalho e Couto morador no termo da Vila Real de São José de Poxim, comarca de Alagoas, de quantia referida trezentos mil reis ao engenho Genipapo, ou seja, em suas mãos estavam dois engenhos o Jenipapo e Porção. **AHU-PERNAMBUCO. AHU_ACL_CU_004, Cx. 4, D. 300.** Anexo IV.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ Acrescento mais dois engenhos, no Poxim, nesse ano que eram; Riachão de Joaquim da Costa Nunes e Poxim Grande de Ananias da Costa Nunes, que ambos produziam entre 900 a 1000 pães de açúcar.

¹⁷⁹ Havia 374 bois para a moenda nos 9 engenhos de açúcar no Poxim. Ver SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do Açúcar em Alagoas.** Recife: Museu do Açúcar. 1970. p.10.

de cada um, o número de escravos e bois, que totalizavam, respectivamente, 22.800 arrobas de açúcar, 279 escravos e 374 bois.¹⁸⁰

Temos registro do mesmo ano de mais dois engenhos com o nome de Poxim Grande, que pertencia a Joaquim da Costa Nunes. Esse engenho produzia 900 a 1000 pães de açúcar, a mesma produção do engenho Riachão, que pertencia a Ananias da Costa Nunes, ambos administrados pela família Nunes. Mas o fato que chama mais a atenção é que Ananias da Costa Nunes era coletor da Vila do Poxim e era ele quem entregava os rendimentos dos engenhos da região à Tesouraria da Fazenda das Alagoas. Encontramos um desses rendimentos¹⁸¹ do ano de 1845 a 1846, datado em 28 de novembro de 1846, cujo rendimento dos impostos sobre os escravos no Poxim em um ano variava de 56\$000 a 42\$000 em seu valor líquido, e os bens de raiz rendiam 1\$800 a 1\$350 valor líquido por ano, já o valor líquido arrecado de uma das fazendas consta 20\$850000. Esse montante corresponde a

importância dos 25 por centos a mim (Ananias da Costa Nunes), e a meu, escrivão (José Simplício Santiago), pela arrecadação que fizemos de diversos impostos pertencentes ao ano financeiro disso de 1845 a 1846, e de como recebi passei o presente. Colletoria da Villa do Poxim 28 de novembro de 1846. Ananias da Costa Nunes. Registro Geral 3º livro entre 1845 – 1846. Em 30 de novembro de 1846.¹⁸²

Verificamos o rendimento dos impostos sobre os escravos, que variava de 56\$000 a 42\$000 mil réis, em seu valor líquido, registrado por Ananias da Costa Nunes, e identificamos que essas variações eram uma constante no Poxim devido aos acertos entre os negociantes e os compradores dos escravos na feira do Poxim, em que se vendia

uma banda¹⁸³ de um escravo por 400\$000, o escravo todo iria para 800\$000 – três escravos, vendidos em lote, 1.500\$000 – uma escrava de doze anos 600\$000 – uma de 8 anos 500\$000 – uma banda de escrava com cria de dois meses, tendo a escrava o valor de 500\$000 e a cria 500\$000.¹⁸⁴

¹⁸⁰ SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do Açúcar em Alagoas**. Recife: Museu do Açúcar. 1970. p. 236.

¹⁸¹ **CAIXA 4918 - DOCUMENTO**: Estado de alagoas – Tesouraria da Fazenda **assunto**: livro de despesa e receita / substituições de notas / coletoria das alagoas / coletoria de Poxim **ano**: 1845-1846 / 1850 / 1867 / 1884. **APA**. Anexo V.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ Aqui temos o escravo coartado. A coartação refere-se a uma forma de alforria conhecida no Brasil colônia, em que o senhor fazia um acordo com seu escravo para que a alforria fosse paga de forma parcelada. Com isso, o escravo tinha como prestar serviços para outros senhores gerando um pecúlio para o pagamento da sua alforria de forma integral.

¹⁸⁴ **Cartório de Imóveis de Coruripe**. Livros I, e II. p. 55 e 56.

Havia uma oscilação no preço do escravo, segundo o livro de registro do Cartório de Imóveis de Coruripe, já que dependia muito da fração que era vendido o escravo, temos mais um exemplo, além do que citamos anteriormente, como foi o caso da escrava Cathariana que “*uma banda sua foi vendida por quatrocentos mil réis*”¹⁸⁵ a Francisco das Chargas Reys Lessa.

O preço do imposto sobre o escravo era muito alto e ficava mais caro com a manutenção do engenho. O preço médio de um escravo sadio no Poxim chegava a beirar os 700 mil réis, “*para a negra jovem e parideira, chegava a um conto de réis, para uma criança o preço era de 50 mil conto de réis a cento e cinquenta*”¹⁸⁶. Os rendimentos dos impostos sobre escravos eram cobrados anualmente sobre pena para aqueles que não cumprissem. Temos como baliza o Ofício do Presidente da Câmara da Vila do Poxim em que determina o cumprimento da lei referente aos impostos sobre os escravos no ano de 1834, em que o Presidente da Comarca Municipal da Vila do Poxim, Vicente Pires Camargo diz, que

fai se necessario que vós mercês cumprirão com a maior brevidade que ser fassa o artigo 4 das Instruções de 13 de dezembro proximo processado ultimamente remetidas a essa comarca para a execução do § 5º do artigo 5º da lei de 8 de outubro do mesmo anno na arrecadação na taxa de 12 mil reis sobre os escravos enviados a este Governo o preciso documento dos limites que marcaram para o lançamento e cobrança da referida taxa nos termos do citado artigo. Palacio do Governo das Alagôas em porto Calvo 20 de março de 1834.¹⁸⁷

Mas essa região do Poxim não tinha apenas a produção do açúcar e fabrico de embarcações, também havia a produção de outros produtos e gêneros alimentícios¹⁸⁸ para serem comercializados, garantindo toda a estrutura colonial da antiga Capitania de Pernambuco, como é o caso da carne do boi¹⁸⁹, vendida para suprir a feira do Poxim e

¹⁸⁵ Idem. p. 9.

¹⁸⁶ Idem. p. 55 e 56.

¹⁸⁷ Ofício do Presidente da Câmara da Vila do Poxim determinando o cumprimento de Leis referentes aos impostos sobre os escravos. Alagoas 20 de março de 1822. **IHGAL. Documento – 00415 – 7 – 1 – 4.** Anexo VI.

¹⁸⁸ Por sua situação hidrográfica o Poxim era abundante em peixe. Ver **ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL**, Rio de Janeiro, v.40: 1918 (1923).

¹⁸⁹ Já havia, antes da Companhia, o comércio de carnes entre Pernambuco e Bahia feito nos sertões que interligavam as duas praças e que margeavam o Rio de São Francisco. Ver SOUSA, Jéssica Rocha de. **Nas Rotas dos Sertões: Comércio Interno e Contrabando entre as Capitânicas de Pernambuco e Bahia (1759-1780)**. Recife, 2018, 177 p. Dissertação (Mestrado) – UFRPE. p. 40.

farinha de mandioca¹⁹⁰, aguardente, carne verde, batata, sal, algodão, peixe seco, feijão, milho, víveres, mantimentos e tantos outros gêneros alimentícios. Vejamos o documento do final do século XVIII, relatando alguns dos produtos de primeira necessidade mais consumidos no Poxim, no ano de 1800, que foi recebido pela Junta Real da Fazenda de Alagoas.

Nessa Junta da real da fazenda arrematou José Alemão de Sismeiros os subsidios literários de hum real por cada libra de carne de Vaca, ou boi fresco que se consome, não se determinndo, pessoas, a excepção da que consome os credores dos gados; o de dez reis por cada canada de agua ardente, que se fabrica ou entra de fora, sem mostrar que pagou o mesmo subsidio donde sahira; e tendo fé obrigado esta junta, em nome do Príncipe Rgente Nosso senhor a presta-lhe todo o auxilio, e favor licito, para so verificar a exata cobrança dos referidos subsidios Reais, applicados para hum objecto de tanto interesse dos povos desta capitania, qual he a sua instrução e para que os dias constados não tinha motivo de queixa, antes se amine (...), (...) no dito contrato, e a subir de preço nas seguintes arrematação (...) por tanto esta junta recomenda vossa mêrces que preste sobredito contratados auxilios e providencias que lhe requires; a bem de hu'a (...) arrecadação dos mencionados subsidios em caso que seoffereça algum obstaculo q' não popa's remover, o participem desta junta, para ella setomarem suas medidas que forem mais efficazes: afim o espera essa junta do seo zelo pele Real serviço bem publico.¹⁹¹

Nas diversidades desses produtos, surgiu o sal¹⁹² nos arredores dos engenhos na região do Poxim que contribuiu, também, para o aumento demográfico da região. Ele passou a ser comercializado na região desde final do século XVIII e tinha seu controle pela Coroa Portuguesa. Em 1854, havia 12 salinas no Poxim, cada uma com “701 coalhadores, produzindo cada uma 4 alqueires de sal, totalizando 2.804 alqueires”¹⁹³.

já existiam salinas em Poxim, município do qual Coruripe era um simples distrito. A 28 de maio fundeava no porto de Jaraguá, procedente do Poxim, a barçaça “Santa Luzia do Norte”, com “90 alqueires de sal nacional”, consignados à firma maceioense Andrade & Azevedo, quantidade aquela

¹⁹⁰ Mandioca, farinha de mandioca, peixe seco, feijão, batatas, couro, algodão, fumo, pau-brasil, âmbar e diversos víveres alimentícios da própria região.

¹⁹¹ Ofício ao presidente da Câmara da Vila do Poxim comunicando haver José Alemão de Sismeiros, arrematado o subsídio literário, referente a carne verde e aguardente (...), em 10 de maio de 1800. **IHGAL. Documento – 0066 – 02 – 03 – 1. Anexo VII.**

¹⁹² Criação dos ofícios de juiz de fora para Olinda e de Ouvidor para Alagoas e Rio de São Francisco como forma de garantir a administração dos produtos que circulavam na região sul de Pernambuco e na melhor arrecadação do tabaco e do salitre (este último produzido nas minas dos sertões do Rio São Francisco), devendo o Ouvidor-Geral ter 300 mil réis de ordenado, pagos pelas câmaras de Porto Calvo, Alagoas do Sul e Penedo com os subsídios do comércio de tabacos, gado e salitre com o Recife e com a Bahia, fazendo sua residência na vila de Alagoas do Sul. **AHU, Pernambuco Avulsos. Cx. 18, D. 1827.**

¹⁹³ SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do Açúcar em Alagoas.** Recife: Museu do Açúcar. 1970. p. 49 e 50.

equivalia a 390 alqueires, medida do Rio de Janeiro, conforme consta do despacho da aludida mercadoria.¹⁹⁴

Esses produtos partiam do rio Poxim que ligava as povoações de mais difícil acesso, e penetrando no interior da capitania seguindo para o vale do rio São Francisco e as demais áreas açucareiras através de lagoas e rios menores auxiliando e garantindo as relações comerciais e o desenvolvimento demográfico e social da área, por meio da venda do açúcar, escravos¹⁹⁵ e produtos produzidos em seu território para abastecer o comércio colonial sobre a mão do colonizador. Contudo, era o senhor e proprietário da área açucareira e conseqüentemente dos meios de produção e do escravo que trabalhava nos engenhos, que naturalmente tornou-se a base do desenvolvimento dessa área.

Tendo em vista os aspectos observados, notamos que os homens que fizeram do Poxim um grande polo açucareiro não o fizeram assim com a missão de povoá-lo e transformá-lo em uma colônia de povoamento, mas o fizeram com a ambição do colonizador em desenvolver o local em um apêndice comercial da Vila de Penedo, tendo em vista o lucro do comércio colonial que transitava entre o norte e sul da Capitania pernambucana.

1.2 AS IGREJAS DO POXIM: UM TRABALHO DE ARTESÃOS NEGROS

A participação dos escravos negros na colônia aconteceu a partir do momento em que a experiência colonial portuguesa estabeleceu a necessidade de um grande contingente de trabalhadores para ocuparem, em princípio, as fazendas produtoras de cana-de-açúcar. Em Alagoas o negro “*foi um dos maiores elementos de civilização*”¹⁹⁶, além disso, o trabalho escravo negro não se limitava no eito¹⁹⁷ e na produção do açúcar, sua mão de obra e seu talento ia transformar a paisagem local com seu trabalho de pedreiro, escultor, santeiro, sapateiro, tecelões, entalhadores, seleiros, ourives, sineiros, construtores de embarcações, artesãos, calçadores¹⁹⁸ e etc, ou seja, era uma verdadeira

¹⁹⁴ Idem. p. 49.

¹⁹⁵ Os escravos que viam, para o Poxim, eram da Costa do Marfim, Costa da Mina e Guiné. Os escravos desembarcavam na praia do Poxim e seguiam rio adentro até chegar aos engenhos.

¹⁹⁶ BRANDÃO, Alfredo de Barros Loureiro. **Os negros na história de Alagoas**. Maceió. Ed. Ediculte, 1988. p. 41.

¹⁹⁷ DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **População e açúcar no nordeste do Brasil**. Maceió: Edufal, 2012. p. 140.

¹⁹⁸ IHGAL. Documento – 00187 – 04 – 03 – 27. Anexo VIII.

oficina mecânica¹⁹⁹ mostrando que o braço escravo não era apenas “*o esteio da lavoura no nordeste e da mineração do sul*”²⁰⁰ era, também, o autor da transformação da paisagem rural e urbana local.

Na Europa do século XVI, a transformação da paisagem urbana deu-se através do desenvolvimento da arte barroca, na Itália, como um veículo de propagação e influência da Igreja Católica para conter o avanço da Reforma Protestante. Artistas como Caravaggio e Bernini deram uma nova feição à Europa Moderna²⁰¹.

A arte barroca não tardou para cruzar o Atlântico e chegou à América portuguesa no século XVIII através dos europeus. São diversas igrejas construídas sobre os padrões barroco em áreas ricas pela a economia açucareira, como é o caso do Norte e na região das Minas pela mineração. Mas não havia apenas igrejas construídas sobre os moldes da arte barroca *havia também muitos edifícios civis – como cadeias, câmaras municipais, moradias de pessoas ilustres – e chafariz*²⁰². Porém, ao contrário da Europa, o barroco brasileiro não teve pessoas letradas ou “bem nascidas”, e nem o mármore. As igrejas e seus altares foram esculpidos por escravos, mulatos e mestiços, em um meio de opressão, transformaram madeira e barro em obras translúcidas e belas. Esses escravos tornavam-se os “Bernini dos trópicos”.²⁰³

Segundo Lemos, no Poxim, escravos, negros e mulatos foram responsáveis pela fabricação de objetos destinados tanto para lavoura (como almanjarras, foices, carros de bois, enxadas, estrovengas) quanto para a área urbana (como é o caso de fechaduras, dobradiças, mobílias finas, mesas e cadeiras)²⁰⁴. Já no âmbito religioso, esses escravos e

¹⁹⁹ Os escravos que sabiam um ofício eram chamados de mecânicos. Segundo Antonil os negros de Angola, criados em Luanda, são os melhores para aprender um ofícios mecânicos. Ver ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas**. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982. p. 36.

²⁰⁰ DUARTE, Abelardo. **Episódios do contrabando de africanos nas Alagoas**. Maceió. Ed. Ediculte, 1988. p. 69.

²⁰¹ CLARK, Kenneth. **Civilização**. São Paulo. Ed. Martins Fontes. 1980. p. 202.

²⁰² PROENÇA, Graça. **Descobrimo a história da arte**, São Paulo: Ática 2007. p. 196.

²⁰³ JORGE, Fernando. **O Aleijadinho: Sua vida, sua obra, sua época, seu gênio**. São Paulo. Ed. Martins Fontes. 2006. p. 49.

²⁰⁴ LEMOS, João Ribeiro. **Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições**. Maceió. Ed. Do autor, 1999. p. 72.

mulatos edificaram obras barrocas magníficas (como é o caso do altar-mor²⁰⁵, do lavabo, a cruz²⁰⁶, os sinos²⁰⁷ e da pia batismal da Igreja de São José do Poxim).

FIGURA 2 – LAVABO E PIA BATISMAL IGREJA DE SÃO JOSÉ DO POXIM



FONTE: ROBSON WILLIAMS BARBOSA, SETEMBRO, 2006.

A Igreja tem sua data de inauguração no ano de 1717²⁰⁸, como podemos perceber no lavabo (FIGURA 2), ou seja, um ano antes da elevação do Poxim de Curato para freguesia em 1718, sendo ampliada no ano de 1762²⁰⁹. Segundo a narrativa²¹⁰ oral

²⁰⁵ Altar-mor entalhado em cedro, dois altares laterais e uma capela. A pintura imita mármore e a tijoleira foi substituída por mosaico.

²⁰⁶ A Cruz-Padrão fica de frente a igreja, não sabemos a datação. Ela marca a presença do poder político e religioso do período colonial.

²⁰⁷ LEMOS, João Ribeiro. **Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições**. Maceió. Ed. Do autor, 1999. p. 112.

²⁰⁸ Nos registros do IGHAL, em documentos avulsos, sobre o Tomo em Coruripe encontra-se uma nota de 1632, em que diz que a capela do Poxim pertencia à Paróquia de São Lourenço da Mata, em Pernambuco, ou seja, a datação corresponde a segunda invasão holandesa (1630-1654). LEMOS, João Ribeiro. **Poxim: terra de história e de mitos: Vila Real de São José do Poxim do Sul**. Ed. Coruripe, AL, 2018. p. 12.

²⁰⁹ Na reforma de 2006, foi construído no pavimento superior da Igreja de São José o Museu dos Devotos D. Constantino Lüers, que recebeu um financiamento após um concurso intitulado: "Fonte da Nossa História", patrocinado pelo banco do Nordeste. O museu foi idealizado pelos historiadores Cynara Pereira da Silva (UFAL) e Robson Williams Barbosa, que recebeu o apoio dos professores (Universidade Federal de Alagoas) José Roberto Santos Lima e Helena de Fátima Cavalcante Passos e da Diocese de Penedo na pessoa de D. Valério Breda, bispo de Penedo, que fez doações com peças e artigos religiosos de D. Constantino Lüers, seu antecessor. O museu possuindo um acervo diversificado como: peças de arte sacra em estilo barroco; uma coleção de ex-votos, o que demonstra a forte religiosidade e devoção do povo para com seu padroeiro, São José, e peças de antropologia cultural como: instrumentos de pesca e cerâmicas.

²¹⁰ GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história**. Ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2003. p. 18. O historiador deve ser dinâmico para trilhar o caminho da *langue* para a *parole*

dos moradores mais antigos, a Igreja de São José foi construída sobre uma antiga capelinha no ano de 1632, em que foi encontrada por uma criança de uma família portuguesa que morava na região, uma pequena imagem de São José em um pé de ouricuri (*Syagrus coronata*)²¹¹ e todas às vezes que guardava a imagem no dia seguinte ela desaparecia e aparecia no mesmo local do pé de ouricuri.

FIGURA 3 – IGREJA DE SÃO JOSÉ DO POXIM, A IMAGEM DE SÃO JOSÉ E A CRUZ PADRÃO



FONTE: ROBSON WILLIAMS BARBOSA, SETEMBRO, 2006.

A Igreja Matriz de São José do Poxim (à esquerda) possui um estilo arquitetônico com traços do barroco tardio (rococó) e seu altar-mor feito de “madeira de lei” e talhado por mãos escravas²¹². Ela possui relíquias religiosas como as imagens dos santos e entre elas a lendária imagem de São José do Poxim (no centro) encontrada no

para entender a linguagem de um determinado local. Ver, também POCOCK, J.G.A. **Linguagens do Ideário Político**. Tradução de Flávio Fernandez. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 66.

²¹¹ Palmeira típica da região que depois de extraída coloca-se para secar e são organizadas em moios para a fabricação de vassouras.

²¹² Não temos os nomes desses artesãos, pois não encontramos nenhum documento referindo-se a tais trabalhos a não ser o as informações do livro *Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições*. LEMOS, João Ribeiro. **Poxim: terra de história e de mitos: Vila Real de São José do Poxim do Sul**. Ed. Coruripe, AL, 2018. p. 27.

pé de ouricuri²¹³ e a cruz padrão representando a aliança entre o poder lusitano, não é à toa que a sua base tem um formato de uma coroa, e o poder temporal da Igreja.

FIGURA 4 – ALTAR-MOR DA IGREJA DE SÃO JOSÉ DO POXIM



FONTE: ROBSON WILLIAMS BARBOSA, SETEMBRO, 2006.

No caso dos sinos da Igreja de São José foram fundidos por escravos que trabalhavam e moravam em Coruripe. Não é à toa que o antigo sino da igreja, que foi substituído pelo atual rachou e nele há duas inscrições latinas; “Nicolao de Oliveira Silva e es para S.Iose en Senhora (Nicolao de Oliveira Silva da arte se prepara para S.José e Nossa Senhora) – Coruripe 25 de março de 1848 madre de deos matris da Vila do Poxim”²¹⁴.

²¹³ Idem. p. 40.

²¹⁴ O sino traz o nome de seu fundidor Nicolau de Oliveira Silva, também conhecido como Nicolau Azeiteiro. Essa fundição de sinos fazia grandes sinos para Maceió, Santa Maria Magdalena da Lagoa do Sul, Penedo, Piaçabuçu, Coruripe e São Miguel. Ver LEMOS, João Ribeiro. **Poxim: terra de história e de mitos: Vila Real de São José do Poxim do Sul**. Ed. Coruripe, AL, 2018. p. 38.

FIGURA 5 – SINO DA IGREJA DE SÃO JOSÉ DO POXIM



FONTE: ROBSON WILLIAMS BARBOSA, SETEMBRO, 2006.

O sino era tocado por outros escravos que moravam no Poxim e esse toque diferenciava às situações como por exemplo, o toque²¹⁵ para o nascimento de uma criança, além de outro para quem acabava de partir²¹⁶. Esse *costume*²¹⁷ iniciou no Poxim colonial e se perdura até hoje, cujos moradores repetem como forma de garantir a tradição histórica local.

Passaram-se 300 anos da inauguração da Igreja de São José e todos os seus registros ficaram perdidos²¹⁸ no tempo ou em arquivos particulares, como é o caso da Igreja Nossa Senhora do Rosário do Poxim ou dos Pretos²¹⁹. No que se refere à Igreja

²¹⁵ REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.p. 13.

²¹⁶ Os cultos fúnebres eram a ocasião e lugar de prestígio para os membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, pois está presente no enterro era um ato de solidariedade dos vivos em favor daquele que partia. Ver BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: editora da UFJF, 2005. p. 165.

²¹⁷ De acordo com o dicionário Aurélio a tradição revela um conjunto de costumes, crenças, práticas, doutrinas, leis, que são transmitidos de geração em geração e que permitem a continuidade de uma cultura ou de um sistema social. THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²¹⁸ Quase todos os seus registros, exceto os documentos existentes no IHGAI e no APA foram perdidos ou desaparecidos ou até quem sabe podem estar em algum arquivo particular de usufruto de seu proprietário.

²¹⁹ Segundo as pessoas mais velhas, como o seu Floro de 96 anos, em entrevista, essa igreja era própria para os negros irem às missas e dispensar os sacramentos.

Nossa Senhora do Rosário do Poxim²²⁰ temos poucas ou quase nada de informações ou registros, então estamos em busca dos pormenores²²¹ para fazer esse registro e não deixá-la perdida nos arquivos do esquecimento.

À princípio, essa igreja na verdade era uma capela construída pouco tempo depois da inauguração da matriz em 1717 por escravos e para negros alforriados. Temos como seu primeiro registro em 1749, quando o Poxim tinha como Vigário o padre Manuel Diniz Barbosa²²², que celebrava as missas também na Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Poxim. O segundo registro, consiste em o padre Darcy no início do século XX, afirma que os vigários do Poxim eram enterrados²²³ no interior da Igreja do Rosário dos Pretos.

Ele faz o registro de 4 padres que foram enterrados na igreja, são eles: padres José de Arcanjo Medeiro, em 1837, o padre Antônio Rego, em 1841, o padre José Machado, esse foi presidente da Província de Alagoas e por fim o padre Francisco Marquês, em 1862. Não é para menos que na década de 40, do século XX, quando a igreja foi demolida e foram construir o grupo escolar encontraram ossos humanos no local²²⁴. O terceiro registro está na pessoa do padre Vital da Silva, que vendia uma escrava com o nome de Anastácia na porta da igreja do Rosário a um senhor de nome José Vitoriano de Castro²²⁵.

Outro registro foi o relatório do Governador José César de Menezes em 1774 e do bispo de Pernambuco D. Tomás da Encarnação em que ambos afirmam que no *“anno de mil sete centos e setenta e quatro uma Igreja: duas Capelas: dois Engenhos: quatorze fazendas: quatro centos setenta e dois fogos: e mil seis centas oitenta e duas pessoas”*.²²⁶ Mas o registro mais próximo a nós está no final do século XIX, com a

²²⁰ Entre os moradores está Manoel Marquez dos Santos, afirmam que havia outra igreja com o oragos de São Benedito.

²²¹ GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história**. Ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2003. p. 144.

²²² LEMOS, João Ribeiro. **Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições**. Maceió. Ed. Do autor, 1999. p. 108.

²²³ Segundo Reis tanto branco quanto negro poderiam ser enterrados nas igrejas. REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo, Cia. das Letras, 1991. p. 23.

²²⁴ Há quem diga que o local era um cemitério de escravos e que a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foi construída por cima dele. Ver LEMOS, João Ribeiro. **Poxim: terra de história e de mitos: Vila Real de São José do Poxim do Sul**. Ed. Coruripe, AL, 2018. p. 51.

²²⁵ Idem. 54.

²²⁶ ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro, v.40: 1918 (1923). p. 60.

criação do bispado de Alagoas em 1900, porém com o registro de fevereiro de 1901, escrito por Francisco Izidoro, o autor descreve que há 32 paróquias ou freguesias, sendo que as paróquias de Piranhas, Poxim, Capela, ainda não foram elevadas a condição de matriz. O texto começa pela paróquia de

Maceió, Jaraguá, Ipioca, Norte, Alagoas, S. Miguel, Pilar, Atalaia, Muricy, União, Viçosa, Quebrangulo, Palmeira, Anadia, Porto Calvo, S. Bento (Maragogy), Porto de Pedras, Passo de Camaragibe, Coruripe, Penedo, Paissabussú, regida pelo Parocho de Penedo, Traipú, Santa Anna do Ipanema, Porto Real do Collegio, Limoeiro, Pão de Assucar, Matta. Grande, Agua Branca, Sao Jose da Lase, Bello Monte, São Braz, Igreja Nova. As Parochias de Piranhas, Poxim, Parahyba ou Capella, não foram ainda providas convenientemente²²⁷.

Mais adiante, no ano de 1901, Francisco Izidoro, em *Descrição geographica, estatística e histórica dos Municípios do Estado de Alagoas* fez o seguinte registro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Poxim dos Pretos;

O orago da freguezia é N. S. da Conceição. Ignora-se a data da edificação da Igreja que serve de matriz, mas, sabe-se que a 14 de Julho de 1773 o capitão Pedro Leite Sampaio e sua mulher Paula Pereira de Castro assignaram escriptura de patrimônio no cartório do tabelião Felix da Costa Amaral na cidade de Penedo. Em 7 de outubro de 1864 foi a Igreja destruída por pavoroso incêndio. Reconstruída, foi ella inaugurada solemnemente, pelo Rvm. Frei Cassiano de comacchio a 20 de junho de 1887. Tem a freguezia, alem da matriz, as seguintes capellas: Santa Cruz da Graça, na rua do mesmo nome; Santa Cruz das Vassouras no arrabalde do mesmo nome; Bom Jesus dos Navegantes no povodo do Pontal; N. S. da Conceição do engenho Genipapo; N. S. da Divina Pastora no engenho Primavera; S. Luzia no povoado d'Agua dos Meninos; S. José e N. S. do Rosário na villa do Poxim e S. João Baptista no povoado França.²²⁸

Por outro lado temos outro tipo de registro da existência da Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Poxim, baseando-se no estilo artístico da época: o barroco tardio, que passa a ser moldado com outros elementos do espaço colonial e a partir daí passa a representar a irmandade²²⁹. Ou seja, buscaremos respostas em uma outra forma

²²⁷ COSTA, Francisco Izidoro Rodrigues. **Divisão Eclesiástica de Alagoas desde épocas remotas até a atualidade**. Revista do IHGAL. Maceió, v. 3, n. 2, [p.137], 1901.

²²⁸ COSTA, Francisco Izidoro Rodrigues. *Descrição geographica, estatística e histórica dos Municípios do Estado de Alagoas*. Coruripe. Disponível <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Relatorio_atividades_parte_2_PNPI\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Relatorio_atividades_parte_2_PNPI(1).pdf)> Acessado: 15 de maio de 2018.

²²⁹ BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: editora da UFJF, 2005. p. 139.

de registro histórico²³⁰. Se tirarmos as vendas dos olhos observaremos que os nichos das laterais da Igreja de São José são diferentes, o que mostra que o nicho da parte superior da esquerda é de uma outra igreja, provavelmente a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Poxim.

Nesses nichos temos as imagens de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, ambos pertenciam a igreja demolida. O local onde estão as imagens é que chama atenção, pois isso seria algo incoerente, já que a imagem de Nossa Senhora do Rosário não estaria na lateral de um altar, mas estaria no centro²³¹ respeitando uma hierarquia religiosa. O espaço pictórico era um “primado do visual”²³² da arte barroca e dizia muito para as irmandades e confrarias²³³, pois esse espaço é responsável por uma linguagem artística repleta de símbolos²³⁴ que estavam associados à condição do espaço social da irmandade e ao mesmo tempo ter uma igreja própria, significava ter uma certa autonomia²³⁵ diante dos grupos dominantes e para isso eles investiram na ornamentação da igreja, ou seja, eles faziam da igreja um *lócus*²³⁶, um ambiente sagrado que só eles poderiam entrar.

FIGURA 6 – ALTAR-MOR DA IGREJA DE SÃO JOSÉ DO POXIM (DETALHES)



²³⁰ GINZBURG, Carlo. **Sinais – raízes de um paradigma indiciário. Mitos, emblemas, sinais.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

²³¹ BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX.** Juiz de Fora: editora da UFJF, 2005. p. 153.

²³² Idem. 147.

²³³ REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo, Cia. das Letras, 1991. p. 49.

²³⁴ BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX.** Juiz de Fora: editora da UFJF, 2005. p. 146.

²³⁵ Idem. 146.

²³⁶ Idem. 150.

FONTE: ROBSON WILLIAMS BARBOSA, SETEMBRO, 2006.

Observando com mais detalhe as imagens de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito que estão à esquerda do altar-mor da Igreja de São José, notamos as diferenças artísticas que há em ambos os nichos e nos frontões altos. O nicho de cima (Nossa Senhora do Rosário) é formado por um movimento ondulatório do arco e sobre ele apresenta um vaso em seu centro envolto a uma vegetação tímida e coberto de duas colunas de madeira. Já o nicho de baixo (São Benedito) possui quase todas as características, se tirarmos a venda dos olhos nota-se que na parte superior, do nicho de São Benedito, na parte superior central não é um vaso repleto de uma vegetação tímida, mas um óculo²³⁷ e o mesmo se dar com os outros dois nichos do altar da lateral da direita.

FIGURA 7 – NICHOS DA IGREJA DE SÃO JOSÉ COM A IMAGEM DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DO POXIM E SÃO BENEDITO



FONTE: ROBSON WILLIAMS BARBOSA, SETEMBRO, 2006.

À princípio, essa Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Preto era na verdade uma capela construída pouco tempo depois da inauguração da Igreja Matriz de São José do

²³⁷ Em arquitetura religiosa ou civil, é uma abertura ou janela circular ou elíptica, destinada à passagem de ar ou de luz. Por vezes, assume formas variadas para efeitos também decorativos.

Poxim em 1717, com o pecúlio da Irmandade às custas²³⁸ dos pretos, mulatos e escravos alforriados, mas que só teve seu término no ano de 1835 com a doação do bispo de Pernambuco Dom João da Purificação Marques Perdigão, que no ano de 1833 em visita pastoral aos limites da diocese faz uma doação de 30\$000 reis para a conclusão da igreja.

Dia 21. Celebrei publicamente, e depois crismei mais de 500 pessoas, com um longo discurso no fim. De tarde fui vêr a capella de Nossa Senhora do Rozario, feita de pedra e cal, porém não acabada, e para promover o seu acabamento dei uma esmola de 30\$000 reis, e logo depois me dirigi á matriz, onde crismei mais de 100 pesoas, com pratica no fim tendente aos bons costumes e detestação dos vicios. Dia e at 22. Crismei mais de 50 pessoas.²³⁹

A explicação que encontramos para o fato de o altar-mor ter nichos diferentes está na narrativa popular em afirmar que a igreja Nossa Senhora do Rosário do Poxim foi destruída²⁴⁰ e que as imagens dos santos, paramentos e outros artefatos religiosos da Igreja Nossa Senhora do Rosário foram para a igreja de São José, já que ambas eram bem próximas uma da outra, e eram “*as duas igrejas do Poxim (...) são as igreja de São José do Poxim e de Nossa Senhora do Rosário do Poxim*”²⁴¹, isso no ano de 1799.

Em virtudes dos fatos mencionados, não sabemos as motivações que levaram a destruição da Igreja Nossa Senhora do Rosário do Poxim dos Pretos, até conhecermos seus agentes²⁴², mas lamentamos tal atrocidade que se caracteriza como uma imensa relação de dominação e força²⁴³ e tudo que se refere à igreja temos poucas ou quase nada de informação ou registro sobre a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, então estamos em busca dos pormenores²⁴⁴ para fazer esse registro e não deixá-la

²³⁸ A Igreja da conceição da Praia, na Bahia ergue-se também, às custa dos pretos de Angola e crioulo da terra. Ver REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas. Irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011. p. 167.

²³⁹ LEMOS, João Ribeiro. **Poxim: terra de história e de mitos: Vila Real de São José do Poxim do Sul**. Ed. Coruripe, AL, 2018. p. 34.

²⁴⁰ Segundo os moradores mais antigos, havia a Igreja de São Benedito, que também foi destruída junto com a de Nossa Senhora do Rosário e que as imagens de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito estão nos nichos laterais da igreja de São José, ou seja, ambas as igrejas destruídas.

²⁴¹ LEMOS, João Ribeiro. **Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições**. Maceió. Ed. Do autor, 1999. p.180. Na página 106, ele chama a igreja de Nossa Senhora do Rosário do Poxim de capela.

²⁴² Segundo Lemos, a Igreja do Rosário dos Pretos foi demolida pelo prefeito Francisco Azevedo. LEMOS, João Ribeiro. **Poxim: terra de história e de mitos: Vila Real de São José do Poxim do Sul**. Ed. Coruripe, AL, 2018. p. 20.

²⁴³ CERTEU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1 As artes de fazer. Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro. 2006. p. 46.

²⁴⁴ GINZBURG, Carlo. **Sinais – raízes de um paradigma indiciário. Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

perdida nos arquivos do esquecimento²⁴⁵.

1.3 A IRMANDADE DO POXIM

As confrarias são organizações que se estruturam dentro da igreja²⁴⁶, a depender de cada santo (a) ou padroeiro (a) seja ele ou ela de sua Irmandade de branco, pardos ou de negros escravizados²⁴⁷ ou negros alforriados, eles desempenharam, junto a igreja durante séculos, a intermediação de sua ação pastoral junto aos fiéis. Em Alagoas, Félix Lima Jr registra a Irmandade Nossa Senhora do Amparo, que foi a primeira irmandade de “moços pardos”²⁴⁸ em Alagoas em 1685, na Vila de Santa Maria Magdalena de Alagoas do Sul.

No afastado ano de 1683 os moços pardos daquela vila (Santa Maria Madalena de Alagoas do Sul), reunidos na igreja matriz do lugar, fundavam a irmandade de Nossa Senhora do Amparo. A base do compromisso daquela confraria dos homens pardos foi firmada em abril de 1685, na matriz da vila, com a assistência do Vigário licenciado Joseph Nunes de Souza.²⁴⁹

As irmandades e confrarias existiam no Brasil desde o século XVII. Podemos observar alguns pontos significativos na existência dessas irmandades no Poxim. O primeiro deles foi a grande influência que a Igreja tinha sobre as nações africanas e também o impacto cultural que o catolicismo causou sobre os povos africanos nas regiões açucareira e mineradora²⁵⁰. A religião católica foi o ponto de partida entre brancos e negros, ela era o lastro de comunicação que havia dentro desse processo de interferência cultural, política, social e econômica.

*“As irmandades foram um dos lugares mais importantes de concretização do desejo dos homens de cor, escravos e libertos”*²⁵¹ e tinha como objetivo conseguir

²⁴⁵ Idem. 1990.

²⁴⁶ REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo, Cia. das Letras, 1991. p. 49.

²⁴⁷ Idem. p. 53.

²⁴⁸ Em Maceió o primeiro registro está no ano de 1778, com SS Sacramento de Santo Antônio do Meirim e as outras irmandades com Nossa Senhora dos Prazeres em 1825, do Livramento em 1825 e Rosário em 1837, ou seja, todas no século XIX. Ver LIMA JÚNIOR, Félix. **Irmandades**. Maceió. Secretaria da Educação e cultura do Estado de Alagoas. 1970. p. 5.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ O principal mecanismo de controle de suas atividades, durante o período colonial, consistia na conferência de sua administração financeira e controle social. Ver FALCON, Francisco. **A “Época Pombalina” no Mundo Luso-Brasileiro**. Rio de Janeiro. Editora; FGV, 2015. p. 350.

²⁵¹ REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas. Irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011. p. 241.

prestígio social - um *status quo*²⁵²- em seu meio político e social. Negros, mulatos e pardos não podiam frequentar a igreja dos brancos²⁵³ eram proibidos por conta da cor e esse foi um dos motivos dos surgimentos das irmandades²⁵⁴. Em busca de reconhecimento social²⁵⁵ e visando sua inserção no meio social em que viviam os escravos, mulatos e pardos viram essa possibilidade dentro da fé católica. Buscava nos santos católicos uma porta para essa inserção tornando-os padroeiros de sua irmandade ou confraria como é o caso de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia e Santo Antônio de Categeró e ao mesmo tempo tornaram-se patrocinadores das festas de seus respectivos padroeiros e de alforrias, batizados e enterros de outros escravos.

A catequese dos “homens de cor”²⁵⁶ tinha, também, como função dentro do espaço colonial equilibrar, ou garantir certa isonomia nas hierarquias sociais e o caminho seguido para isso foi à promoção de um santo negro, pois ajudariam na integração²⁵⁷ dos pretos, escravos, mulatos e pardos à nova fé dentro do contexto social colonial. Elas reforçavam a integração social e criou um espaço relativo de autonomia negra construindo identidades sociais vivenciadas no interior de uma sociedade opressora. Em outras palavras, a Igreja Católica formou uma pedagogia missionária²⁵⁸ para que houvesse um nivelamento social entre brancos e negros, garantido assim a ação do Estado sobre os negros. Não é à toa que as irmandades obedeciam a regras sancionadas pela Igreja e tinham as suas contas verificadas anualmente por um dignitário religioso²⁵⁹.

Segundo Falcon, no período Pombalino, as irmandades e confrarias em Minas

²⁵² A posição de cada membro da Irmandade envolvia a garantia de certo “*status*” social frente à sociedade colonial no seu tempo e local geográfico, onde essas variáveis eram estabelecidas.

²⁵³ REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas. Irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011. p. 161.

²⁵⁴ Os membros da irmandade tinham direito a assistência financeira, em caso de necessidade, médica e jurídica e a um enterro decente. Ver REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo, Cia. das Letras, 1991. p. 50.

²⁵⁵ REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas. Irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011. p. 197.

²⁵⁶ OLIVEIRA, Anderson J. M. de. **Devoção Negra: Santos Pretos e Catequese no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2008. p. 89.

²⁵⁷ BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: editora da UFJF, 2005. p. 157.

²⁵⁸ Idem. p. 153.

²⁵⁹ FALCON, Francisco. **A “Época Pombalina” no Mundo Luso-Brasileiro**. Rio de Janeiro. Editora; FGV, 2015. p. 350.

Gerais passaram para jurisdição do Estado²⁶⁰, sendo as mesmas fiscalizadas por autoridades eclesiásticas e seculares do local, através da provisão de 20 de julho de 1752, principalmente a Irmandade do Santíssimo Sacramento, representando os mais abastados. Na concepção política de Carvalho e Melo as irmandades e confrarias tinham que passar por uma reforma e isso era um desafio para sua administração,

pois se por um dado prisma elas representavam uma face do poder religioso que tanto se queria domesticar e submeter ao Estado, por outro viés elas poderiam se transformar em grandes aliadas no processo de modernização que se almejava, além de se colocarem como um importante contrapeso a influencia de certas instâncias do poder eclesiástico. Nesse sentido, além das ações do Estado, era também importante distanciar as irmandades de uma concepção de catolicismo que discordava das reformas empreendidas, aproximando-as ou procurando influenciá-las por setores do poder eclesiástico que se afinavam com a gestão pombalina. Parece-me que, diante dessa questão, o papel de segmentos do episcopado deve ser considerado para uma melhor compreensão da complexidade do projeto desenhado para as irmandades.²⁶¹

Todos os santos adotados pela irmandade eram negros? Para responder a tal pergunta e obtermos maiores informações consultaremos a hagiologia²⁶², que é um conjunto de obras que fala sobre a vida dos santos. Começaremos pelo santo mais conhecido e cultuado que é São Benedito, o *mouro*²⁶³, como era conhecido, nascido na Sicília, Itália, no século XVI e faleceu em Parlemo, Itália. Observamos aqui, o adjetivo *mouro* em referência a cor do santo e ao seu passado, já que provavelmente ele teria sido filho de escravos e isso facilitava o apego das irmandades a esse santo. Sem deixar de mencionar que tanto a cor quanto a sua origem traz, para os membros da irmandade, uma lembrança dos seus ancestrais familiares²⁶⁴ e de sua terra natal.

Outro santo negro pouco conhecido por populares religiosos é Santo Antônio de

²⁶⁰ Idem.

BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: editora da UFJF, 2005. p. 161.

²⁶¹ FALCON, Francisco; CLAUDIA, Rodrigues (orgs.). **A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 361

²⁶² OLIVEIRA, Anderson J. M. de. **Devoção Negra: Santos Pretos e Catequese no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2008. p. 90.

²⁶³ Mouro palavra latina que significa “*o mais escuro*”. Os Mouros eram árabes de religião islâmica e berberes, nativos do norte da África, que ocuparam a Península Ibérica no século IX d. C.

²⁶⁴ BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: editora da UFJF, 2005. p. 130.

Categeró ou Santo Antônio de Cartago²⁶⁵. Santo Antônio além de ter a cor negra foi escravo nas galeras²⁶⁶ na Sicília²⁶⁷. Já os outros dois próximos santos são Santa Efigênia e São Elesbão, ambos eram negros, mas não tinham um passado nas correntes da escravidão eles faziam parte da nobreza. Santa Efigênia era princesa da Núbia, reino africano, e ele, nascido na Etiópia, era 46º neto do rei Salomão e da rainha de Sabá²⁶⁸. Ela converteu-se ao cristianismo através de São Matheus em missão na África e ele abdicou da linha de sucessão ao trono e passou a viver como um missionário expandido o cristianismo em toda Etiópia, isso no século VI d.C.

Já a devoção a Nossa Senhora do Rosário teve seu início quando os missionários dominicanos foram catequisar na África e lá passaram a impor seu culto aos negros e quando eles chegaram ao Brasil no século XVI, deram continuidade ao culto à santa. Com isso, o Papa Gregório XIII no final do século XVI, determinou que toda irmandade ou confraria no Brasil que tivesse Nossa Senhora do Rosário como padroeira celebrasse o seu dia em todo 1º domingo do mês de outubro²⁶⁹.

A Irmandade do SS Sacramento²⁷⁰ era composta por homens²⁷¹ brancos, mas não excluía pretos nem pardos, e tinha como finalidade arcar com o culto ao divino, ao litúrgico, a festas do orago São José. Essa irmandade funcionava nos consistórios²⁷² da Igreja de São José e realizava caridades, ou seja, possuía uma função pública que ia além da devoção

prestando ajuda material e espiritual: enterravam mortos, rezavam missas pelas almas dos irmãos, assistiam os doentes, ofereciam apoio em casos legais, emprestavam dinheiro em várias ocasiões, inclusive como forma de

²⁶⁵ Aqui toma como referência o local de nascimento do santo que foi na Cirenáica, uma região do norte da África. O local na antiguidade era um entreposto comercial fenício.

²⁶⁶ Tipo de barco a remo que existe desde a Antiguidade Clássica, com os gregos e Romanos, para batalhas no Mediterrâneo.

²⁶⁷ BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: editora da UFJF, 2005. p. 156.

²⁶⁸ OLIVEIRA, Anderson J. M. de. **Devoção Negra: Santos Pretos e Catequese no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2008. p. 99.

²⁶⁹ BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: editora da UFJF, 2005. p. 173.

²⁷⁰ Foi aprovada pelo presidente da Província de Alagoas e pelo bispo de Olinda. Ver LEMOS, João Ribeiro. **Poxim : terra de história e de mitos : Vila Real de São José do Poxim do Sul**. Ed. Coruripe, AL, 2018. p. 14.

²⁷¹ Havia, também, a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição que ficava em Coruripe. Ver LEMOS, João Ribeiro. **Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições**. Maceió. Ed. Do autor, 1999. p.133.

²⁷² No caso na igreja de São José hoje funciona o Museu dos Devotos Dom Constantino Lüers.

auxílio na compra de alforria para os irmãos escravos.²⁷³

Segundo Lemos, a SS Sacramento saía em procissão, nas ruas ensolaradas do Poxim com os seus membros, que eram chamados de Irmãos das Almas, de opas²⁷⁴ brancas com lugares devidamente definidos no cortejo cerimonial de acordo com o prestígio²⁷⁵ que aquele irmão tinha na ordem, enquanto outros membros levavam o pálio para cobrir o vigário com a hóstia.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Poxim, demorou em ser construída por falta de recursos financeiros²⁷⁶, já que dependia muito das coletas de esmola²⁷⁷, festas, quermesses ou bingos. Essas coletas também serviam para emprestar o dinheiro para o irmão da irmandade que queria comprar sua alforria²⁷⁸ e para a festa do padroeiro que gastava muito e havia um gasto excessivo na festa do orago, pois era *“uma espécie de válvula de escape, uma exaltação do lazer permitindo no duro cotidiano da escravidão e do trabalho contínuo.”*²⁷⁹ Então, por isso que demorou muito para o término da igreja.

A festa do padroeiro era um compromisso da irmandade e dinamizava²⁸⁰ os membros da irmandade para uma organização econômica solidária²⁸¹ de vários grupos como dentro da irmandade ou nas portas pedindo esmolas. Esse dinamismo era notório publicamente, já que a irmandade negra rivalizava com a irmandade de brancos²⁸².

²⁷³ LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 207.

²⁷⁴ As opas brancas eram um estilo de túnicas em que os membros da irmandade usavam para saírem no enterro de um irmão falecido. BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX.** Juiz de Fora: editora da UFJF, 2005. p. 166. Ver também REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo, Cia. das Letras, 1991. p. 14.

²⁷⁵ Idem. 163. Ver também REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas. Irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista.** São Paulo: Alameda, 2011. p. 199.

²⁷⁶ REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo, Cia. das Letras, 1991. p. 50.

²⁷⁷ REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas. Irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista.** São Paulo: Alameda, 2011.

²⁷⁸ Idem. 339, 341 e 342.

²⁷⁹ Idem. 196.

²⁸⁰ Todos podiam participar da festa do padroeiro, se o negro não fosse alforriado ele perderia autorização ao senhor. Ver BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX.** Juiz de Fora: editora da UFJF, 2005. p.182.

²⁸¹ A festa era um dos compromissos da irmandade, por esse motivo eles mostravam capacidade de organização. Idem. p. 181.

²⁸² REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas. Irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista.** São Paulo: Alameda, 2011. p. 186.

Claro que também havia as rivalidades internas dos irmãos para ter o melhor lugar no meio social e dos festejos, pois cada um sabia qual era o significado da ausência²⁸³ na festa do padroeiro.

"(...) A festa se faz no interior de um território lúdico onde se exprimem igualmente as frustrações, revanches e reivindicações dos vários grupos que compõem uma sociedade (...)"²⁸⁴

A festa do Rosário no Poxim tinha como rivalidade a festa de São José, no dia 19 de março, enquanto a do Rosário seria no 1º domingo do mês de outubro, então a irmandade de negros, mulatos e pardos teriam sete meses para superar a grandeza da festa patrocinada pela SS sacramento. Por isso, negros, mulatos e pardos tinham o maior cuidado com a organização²⁸⁵, principalmente na escolha do vigário²⁸⁶, pois tinha que ser um padre que tivesse uma oratória²⁸⁷ de acordo com o sermão²⁸⁸ voltado ao interesse da irmandade. Todas as irmandades e confrarias firmavam seus compromissos que eram avaliados e aprovados pela comunidade Eclesiástica da Província. Não encontramos o compromisso de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Poxim.

As Igrejas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, São Benedito ou Santa Efigênia, geralmente, apresentavam os seus templos religiosos com uma arquitetura um pouco mais simples ou modesta sem tanta satisfação dos seus elementos decorativos, tanto na parte interna incluindo o seu altar-mor, assim como na sua fachada, mesmo que ela seja do estilo barroco, pois a decoração da igreja com características da arte barroca inseria-se dentro do processo de assimilação cultural²⁸⁹ dos negros com a irmandade no meio social.

Esta simplicidade decorativa está geralmente associada ao baixo poder aquisitivo dos seus associados de ascendência africana liberta ou forros, cujo poder de compra poderia ser irrisório, ficando a depender da coleta de esmola, festas, quermesses ou bingas direcionadas para custear as despesas da referida irmandade, cuja sua

²⁸³ Idem. p. 198.

²⁸⁴ PRIORE, Mary Del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo, Brasiliense, 2000. p. 9.

²⁸⁵ REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas. Irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011. Idem. p.188 e 201.

²⁸⁶ Esses atos litúrgicos custavam caros. Idem. p. 189.

²⁸⁷ BLACKBURN, Robin. **A Construção do Escravidismo no Novo Mundo, 1492-1800**. (Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 255.

²⁸⁸ Em sua sociedade iletrada a palavra era algo muito importante. Ver REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas. Irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011. p. 188.

²⁸⁹ REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas. Irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011. p. 148 e 149.

administração geralmente era feita por algum branco²⁹⁰ ou mulato com certo grau de escolaridade e que soubesse um pouco de administração e contabilidade, porque ele deveria prestar contas dos recursos da Irmandade aos seus sócios.

Assim com a Irmandade de São Gonçalo Garcia de Penedo²⁹¹, alguns pardos da Irmandade do SS Sacramento e do Rosário viram na entrada no corpo miliciano como uma forma de gerir sua inserção social ou até como uma forma de distinção social²⁹². O Regimento de Milícias dos Homens Pardos tinha o apoio da Coroa portuguesa, já que esse corpo militar faria o trabalho de vigilância de forma gratuita e não mexeria com o Erário. Em outras palavras, o corpo miliciano de pardo servia ao poder local e os soldos não eram pagos pela Coroa portuguesa. Para outros negros, o trabalho militar era uma forma de ter certa mobilidade social através das promoções (as patentes) e de outras vantagens²⁹³ inerentes às funções que exerciam dentro da sociedade escravista e com a reforma pombalina²⁹⁴ o papel das instituições militares ganhou nova impulsão, pois essas instituições passaram a ser o instrumento principal da metrópole para o controle social da população.

Para Caio Prado Jr., não havia uma mobilidade social²⁹⁵ na colônia, já que esse recrutamento para as tropas durante a fase do Brasil colônia representava um grande trauma para a população pela falta de critérios e pelo autoritarismo dos recrutadores o que levava a prática de arbitrariedades por essas autoridades. Por outro lado, todos os

²⁹⁰ Geralmente o branco era, dentro da irmandade ou confraria, o procurador, tesoureiro e escrivão. Idem. 343.

²⁹¹ ALVES, Fabianne Nayra Santos. **Ser pardo na colônia: hierarquias sociais na Vila de Penedo do Rio São Francisco**. Maceió. Editora Edufal, 2017. p. 85.

²⁹² REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas. Irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011. p. 345.

²⁹³ Os interesses políticos e sociais dos homens de cor combinavam com os interesses locais e de poder administrativo. Ver FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) **Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 67 e 69.

²⁹⁴ A estrutura da organização militar no Brasil colônia reflete, inicialmente, a transposição do modelo ibérico para a América Portuguesa. O modelo organizacional militar luso-brasileiro seria formado pelo tripé: Tropa Regular, Regimento Auxiliares ou Milícias e Ordenanças. No período pombalino, a política defensiva visava estabelecer um sistema militar que articulasse harmonicamente esses três tipos de tropas. Ver SILVA, Waldemar Marins da. **Mobilidade Social: Pardos nas Forças Militares na Capitania de São Paulo (final do século XVIII e início do século XIX)**. Disponível em <file:///waldemar_marins_silva.pdf> Acesso em: 14 mai. 2018.

²⁹⁵ PRADO Jr., C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

pobres sendo eles brancos, negros libertos, mulatos ou escravos alforriados, que não trabalhavam ou não tinham um emprego público iria trabalhar nas tropas milicianas²⁹⁶.

Esses corpos de mestiços e negros vinham se organizando desde as guerras holandesa, onde os homens de cor, a serviço dos grandes senhores das terras de açúcar, se revelaram tão bons soldados: ótimos Para as guerrilhas, dado o seu conhecimento íntimo dos canaviais. A especialização militar resultava Para eles em prestígio social. Junto com os corpos militares, formaram-se desde anos remotos, nas cidades do Nordeste, irmandades, como a do Rosário, todas de negros e administradas por negros - às vezes só os tesoueiros brancos, com prejuízo para os interesses dos associados - e parece que não admitido senão negros, com para imitar as do Santíssimo Sacramento que, segundo se diz, não admitiam senão brancos. Embora o exclusivismo não significasse antagonismo aos brancos, não deixava de indicar uma situação diversa da dos negros de engenho, melhor acomodados ao sistema dos senhores e participando das suas devoções, debaixo da telhava das mesmas capelas patriarcais.²⁹⁷

O Regimento de Milícias dos Homens Pardos era comandado por um capitão-mor branco e esse geralmente era uma pessoa poderosa e que tinha um forte cabedal econômico. O capitão representava um canal de centralização para o funcionamento da máquina política e deveria “*assegurar a eficiência dos elos hierárquicos existentes entre as diversas camadas do sistema burocrático*”²⁹⁸, por isso não poderia ser um homem de cor.

Havia muita resistência da autoridade contra esses oficiais de cor. Não é à toa que existia uma ação contrária para que os oficiais de cor não conseguissem subir de posto na hierarquia militar, enquanto isso nos postos subalternos não tinha resistência. Esta tolerância com os postos mais subalternos se justifica, já que nos recrutamentos²⁹⁹ não se levava muito em conta a cor do recrutado, uma vez que esses recrutamentos eram feitos quando havia necessidade urgente de homens para criar contingentes para missões que normalmente demandavam urgência, portanto, não se fazia muita distinção entre as pessoas: eram recrutados todos aqueles que tivessem condição de combater: pretos forros, criminosos, indígenas, vadios, escravos, isso ocorria em toda a colônia.

²⁹⁶ LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 169.

²⁹⁷ FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil.** 6ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1989. p. 123.

²⁹⁸ FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) **Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 59 e 60.

²⁹⁹ Idem. p. 62.

Desde 1742³⁰⁰ existia no Poxim um Regimento de Milícias dos Homens Pardos listaremos abaixo no raio de 65 anos alguns requerimentos de pedidos de mudança de patente militar. Todos esses homens faziam a parte do Regimento de Milícias dos homens Pardos e solicitaram, com exceção de João Correia da Nóvoa, ao príncipe, D. João, a confirmação da carta patente ao posto de capitão e todos os pedidos foram feitos pelo capitão-mor António José de Vasconcelos Falcão. Acompanhe a tabela abaixo;

QUADRO 4 - REQUERIMENTO DE CARTA PATENTE DO POXIM

REQUERIMENTO DE CARTA PATENTE DO POXIM DO REGIMENTO DE MILÍCIAS DOS HOMENS PARDOS			
NOME	MÊS E DIA	ANO	PATENTE
JOÃO CORREIA DA NÓVOA	8 JANEIRO	1742	CAPITÃO
JOSÉ CARLOS PEREIRA CAMPOS	8 JULHO	1794	CAPITÃO
JOÃO DE DEUS DE VASCONCELOS	26 DE JUNHO	1801	CAPITÃO
AFONSO PINTO DE MOURA	17 DE JANEIRO	1803	CAPITÃO
MANUEL ANTÔNIO³⁰¹ DE SANTANA FERRARA	26 DE NOVEMBRO	1807	CAPITÃO

FONTE: AHU-PERNAMBUCO. CX. 2, 3, 4 e 5.

Esses mesmo requerimentos aconteciam para a Infantaria da Ordenança³⁰² da Vila Real de São José do Poxim, só que havia uma diferença de hierarquia militar, havia

³⁰⁰ Esse registro é o mais antigo que encontramos.

³⁰¹ Aqui, refere-se a uma denúncia que Francisco Manuel Martins Ramos faz ao príncipe regente D. João, em que ele alega que o requerente é um criminoso e que já era acusado de crimes na Bahia desde de 1799 e por insultar um oficial na Vila de Penedo e lá mesmo ficou preso por algum tempo e depois foi morar no Poxim, mas não são citados os crimes cometidos por ele na Bahia. **AHU_ACL._CU_.004, Cx. 6, D. 467.**

³⁰² A Infantaria da Ordenança protegia as capitania-mores, tendo como base a constituição das capitania da terra que eram; Curatos, freguesia, vila e cidade. O capitão-mor eleito pelas jurisdições de cada terra que tanto podiam ser do rei, ou de senhores, nobres ou eclesiásticos. Ver SILVA, Waldemar Marins da. **Mobilidade Social: Pardos nas Forças Militares na Capitania de São Paulo (final do século XVIII e início do século XIX).** Disponível em <file:///waldemar_marins_silva.pdf> Acesso em: 14 mai. 2018.

um teto para os solicitantes do Regimento de Milícias dos Homens Pardos³⁰³, em que eles só chegariam a capitão enquanto na Infantaria da Ordenança o teto era capitão-mor. A inserção de uma pessoa de cor no serviço militar não era do agrado da elite colonial, a situação piorava com as promoções, pois um branco não queria que “homens de cor” encontrassem nas promoções militares uma isonomia social, e por isso barrava-se as promoções mais altas deixando para os “homens de cor” as patentes abaixo da deles. Em outras palavras, o negro, o mulato, o preto ou pardo que entrasse no corpo miliciano só alcançaria os postos subalternos³⁰⁴.

Tendo em vista os aspectos observados, percebemos que a igualdade social entre brancos e pretos estava longe, mesmo com inserção de pretos e pardos nas irmandades e confrarias para tentar suavizar essa diferença, se por um lado, as irmandades e confrarias, ajudavam nas obras públicas, comércio local, no culto divino, ritualístico e nas festas religiosas as organizações sociais brancas foram capazes de mostrar o falso conceito de irmandade e igualdade social, principalmente no Poxim que tinha uma Irmandade organizada por brancos.

Por outro lado, havia outra forma para ex-escravos e homens de cor conseguir de forma parcial a inserção no mundo dos brancos, seria a carta de alforria³⁰⁵, que a partir do século XVIII os escravos passaram a ter acesso a sua liberdade através dela, que era na verdade um documento dado ou vendido a um escravo pelo seu proprietário abdicando do seu direito sobre a propriedade em questão, nesse caso, o escravo. Para França Paiva a carta de alforria era na verdade “*um instrumento da maior importância na vida de um ex-escravo*”³⁰⁶. As alforrias³⁰⁷ eram sempre negociadas entre escravos e

³⁰³ A primeira guarnição de Alagoas foi de Porto Calvo, a segunda em Penedo, a terceira Santa Maria Magdalena do Sul de Alagoas a quarta e última do Poxim. Toda a segurança da costa e vigilância sobre as rotas de navegação, na região sul de Alagoas, era dos cuidados militares do Regimento de Milícias dos Homens Pardos de Penedo e Poxim. Ver LEMOS, João Ribeiro. **Poxim: terra de história e de mitos: Vila Real de São José do Poxim do Sul**. Ed. Coruripe, AL, 2018. p. 61.

³⁰⁴ Segundo, Sheila de Castro Faria, em *A colônia em Movimento*, dificilmente em terras d'além-mar poder-se-ia encontrar um homem “preto” com o título de “coronel ou “capitão”. FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 113.

³⁰⁵ É bom frisar que a carta de Alforria concedida aos escravos não garantia a inserção social, ela abria caminhos para tal, mas nunca inserir um escravo em um mundo dos brancos.

³⁰⁶ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: Estratégias de Resistência Através dos Testamentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009. p. 105.

³⁰⁷ Segundo França Paiva o termo alforria vem do árabe que significa “libertar”. Ver SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs). **Dicionário da Escravidão e Liberdade. 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 93.

senhores e essas negociações ocorrem de várias formas, compradas, gratuitas, ligadas em testamento, prometidas sob condições, como recompensa e coartadas.³⁰⁸

Alguns escravos tiveram acesso a liberdade através da compra da alforria com o pecúlio que iam juntando através de trabalhos extras que eram feitos por eles através do comércio³⁰⁹ que havia nos centros urbanos, possibilitando uma mobilidade social³¹⁰ entre esses cativos. Por outro lado, havia também, as alforrias na pia batismal³¹¹ que serviam como documento atestando a condição de liberdade e o mesmo acontecia com as alforrias testamentárias (inventário *post-mortem*)³¹², já que a

alforria significava, sem dúvida, um ganho não desprezível para homens e mulheres cativas. Resultado, muitas vezes, de anos de trabalho duro pra poupar o equivalente a seu preço ou tempo de “dedicação ao senhor” e de “bons serviços prestados”; na realidade, o ganho mais evidente era o exercício da liberdade de movimento. As condições materiais de vida, em geral, não se modificaram, assim como a constante referência social a seu passado escravo³¹³.

No final do século XVIII, em primeiro de junho de 1798, temos registrado, no Poxim, a carta de alforria escrita pelo Senhor Amaro Dantas Barbosa, a próprio punho, em favor do escravo chamado Domingos. Na verdade Domingos, era seu filho através de uma relação extraconjugal³¹⁴ com a mãe de Domingos, uma escrava de nome Thereza³¹⁵. Na carta de alforria o Senhor Amaro Dantas Barbosa reconhecendo a paternidade de Domingos diz que

por fragilidade humana tive em huma escrava minha parda de nome Thereza, hum filho que mandei batizar, pondo-lhe o nome de Domingos. O qual não reconheci logo por temer as contas que devo dar ao Nosso Senhor Jesus Cristo e ainda por não ter a certeza da paternidade e por respeito aos meus parentes. Agora que me vejo entrando em annos, para desembargo de minha

³⁰⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs). **Dicionário da Escravidão e Liberdade. 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 95.

³⁰⁹ PRIORE, Mary Del. **Histórias da Gente Brasileira. Colônia**. São Paulo, Leya, 2016. p. 125.

³¹⁰ PAIVA, Eduardo França. **Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: Estratégias de Resistência Através dos Testamentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2009. p. 106. Ver também PRIORE, Mary Del. **Histórias da Gente Brasileira. Colônia**. São Paulo, Leya, 2016. p. 110.

³¹¹ FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 58.

³¹² FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 107 e 108.

³¹³ Idem. p. 135.

³¹⁴ PAIVA, Eduardo França. **Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: Estratégias de Resistência Através dos Testamentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2009. p. 108.

³¹⁵ Apenas Domingos foi alforriado, enquanto sua mãe continuou cativa.

consciência, faço este papel de libertação de meu próprio filho, impedindo que outra pessoa queira provar o contrário e queira ter direito a minha fazenda³¹⁶.

Notamos que Amaro Dantas Barbosa não reconheceu a paternidade logo, já que segundo ele não tinha a certeza que era ou não seu filho, mas não podemos deixar de lembrar que “*para os mais ricos, esconder filhos naturais ou adulterinos poderia significar manter a herança dentro da legalidade e da moral católica*”³¹⁷, pois assumir um filho ilegítimo e filho de uma escrava representava alguns problemas para os homens brancos e livres como dar abertura para ataques políticos para adversário, então era mais fácil ignorar a paternidade e comprar o silêncio da mãe.³¹⁸

Amaro Dantas Barbosa não deixou de registrar a cor da escrava que era parda e segundo Marcus de Carvalho os pardos³¹⁹ tinham um percentual maior de alcançarem a alforria aos demais pela questão da cor e que os mesmos pardos juntos aos criolos se fossem crianças tinham mais chances de obtê-la, sendo que, os pardos alcançavam a liberdade mais cedo do que os criolos ou negros. Isso mostra que a cor da pele era mais definitiva para alcançar a liberdade do que a questão jurídica.

É tempo de distinguir o que se abrangeu até agora por conveniência sob o termo de “pessoas livres de cor”. Essa categoria não era certamente pensada como homogênea, pelo menos na primeira metade do século XIX. Três dimensões intervinham para classificar internamente essa população: a *cor*, a *nacionalidade* e a *condição legal*. A cor era negra ou parda: as gradações intermediárias, usadas eventualmente para descrever um indivíduo, não pareciam ser usadas para classificá-lo numa subclasse. Quanto à nacionalidade, era-se africano (com subdivisões não necessariamente usadas) ou crioulo, isto é, nascido no Brasil. Quanto à condição legal, enfim, era-se forro — isto é, liberto — ou ingênuo — isto é, nascido livre. Se a isso adicionarmos os escravos, veremos que a população de cor como um todo era no mínimo subdividida em nove categorias ao longo dessas três dimensões. Nove e não mais, porque algumas combinações eram impossíveis (por exemplo, pardo africano).³²⁰

³¹⁶ **Cartório de Imóveis de Jorge de Azevedo Castro - Coruripe** - Livros II.

³¹⁷ FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 71.

³¹⁸ PAIVA, Eduardo França. **Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: Estratégias de Resistência Através dos Testamentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009. p. 110 e 111.

³¹⁹ CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

³²⁰ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 38.

Segundo o historiador Gian Carlo, o espaço colonial passou a dar possibilidades para o surgimento de estratégias sociais como é o caso da alforria e mudança de cor criadas pelos *os ditos pardos*³²¹ e *toda a gente de cor*³²² para alcançarem a liberdade e inserção no contexto social da colônia. Tais estratégias tiveram maior volume no século XVIII, com o aumento da população parda na busca por uma inserção social afasta-se de um passado de escravidão, já que quanto mais escuro mais próximo do cativo eles estavam. Então, mudar de cor seria uma estratégia para uma mudança de estamento em que de acordo com a situação “*transformava um pardo em branco, um branco em pardo, um pardo em um negro*”³²³. Por outro lado, a cor também servia para desqualificar um indivíduo, pois chama-lo de *negro, cafuzo, pardos, pretos e crioulos era uma forma de afastá-los dos brancos*³²⁴ e do mundo colonial o qual eles pretendiam ascender.

A morte também trazia liberdade aos escravos, principalmente a morte do senhor, segundo Gilberto Freyre “*raro o senhor de engenho que morreu sem deixar alforriados no testamento, negros e mulatas de sua fábrica.*”³²⁵. Ter uma “boa morte”³²⁶ representava encaminha bem a alma e está em paz com a consciência, ou seja, as alforrias testamentárias (inventário *post-mortem*) representavam para aqueles que partiram um degrau para a salvação da alma.

Aqui temos o caso registrado não apenas de um senhor, mas de um padre, no Poxim em 1825, o padre Bonifácio Bezerra Mello³²⁷ que alforriou em seu testamento dois escravos de nomes João e Rita, essa última era conhecida como Ritinha. O padre

³²¹ Segundo Sheila Faria, o termo “pardo” representava uma condição social. FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 307

³²² SILVA, Gian Carlo de Melo. **Na cor da pele, o negro: Conceitos, Regras, Compadrio e Sociedade escravista na Vila do Recife (1790-1810)**. Recife. Tese (doutorado), Programa de Pós-graduação em História da UFPE, 2014. p. 16.

³²³ Idem. p. 25.

³²⁴ Idem. p. 26.

³²⁵ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963. p. 525.

³²⁶ FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 265 e 266.

³²⁷ **Cartório de Imóveis de Jorge de Azevedo Castro - Coruripe** - Livros I.

Bonifácio deixou o valor de 9\$920 para o enterro e 46\$230 para custeio médico, enquanto vida ele tivesse e outra parte para igreja.³²⁸

O sistema escravista no Brasil mostrava que a liberdade era algo difícil e frágil de ser alcançado por isso que muitos senhores permitiam suas danças, músicas, brincadeiras para tornar o cativo mais brando evitando fugas, revoltas e conflitos internos. Quando a liberdade era adquirida muitos dos alforriados viviam sobre o olhar do sistema caso ele nada fizesse para merecer essa liberdade voltava a ser cativo. Por outro lado, mostrava para os escravos que eles estavam vivos socialmente e inseridos ainda na sua cultura e sinalizava a qual grupo ele pertenciam.

Dessa forma o sonho de liberdade não deixava de existir, não é à toa que muitos viviam juntado dinheiro para consegui-la e até as tinha, mas a qualquer vacilo como alcoolismo, vagabundagem, mostrava que a liberdade para ele não lhe fazia bem e que ele não sabia usufruir dessa liberdade. Viviam em coartação³²⁹. Algumas vezes o próprio senhor tomava o seu dinheiro alegando ser dele tirando o direito à liberdade o que antes não acontecia em que o negro era iludido a trabalhar mais em troca dessa liberdade.

³²⁸ Idem.

³²⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 59 e 94.

CAPÍTULO II - POXIM E A COMPANHIA GERAL DO COMÉRCIO DE PERNAMBUCO E PARAÍBA

“A liberdade feria fundo, os interesses dos traficantes abastados e que detinham nas mãos os privilégios do comércio de negros.”³³⁰

António Carreira

As navegações e o intercâmbio comercial triangular entre a América Portuguesa, África Atlântica e Portugal em pleno século XVIII, mostram um fluxo comercial intenso e ininterrupto e de grande importância para Pernambuco, e conseqüentemente para região sul da Comarca de Alagoas, principalmente, nos aspectos econômicos, políticos e sociais, já que ao sul da Comarca de Alagoas havia vários portos como um dos principais elos entre a metrópole e a África Atlântica.

Nesse período, Sebastião Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, determinou a criação de companhias de comércio como a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba³³¹, em que objetivava sanear a deficitária economia de Portugal com o aumento das atividades econômicas no Brasil, através do monopólio da Companhia, que passou a utilizar os portos das freguesias e vilas do açúcar, dinamizando o comércio transatlântico de escravizados e de produtos usuais da terra como açúcar, farinha e fumo.

As vilas e freguesias do açúcar além de terem a função religiosa elas serviam como referências para a contagem da população³³², para passar as informações físicas, políticas e econômicas da região, para poder combater o contrabando e descaminhos, sonegação de impostos e os maus procedimentos dos seus fregueses em relação à

³³⁰ CARREIRA, António. **As Companhias Pombalinas de Navegação. Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro**. Editora: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, porto, 1969. p. 244.

³³¹ Lembramos aqui que a criação da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba não foi bem aceita pela aristocracia rural e os comerciantes locais. Ambos grupos alegava que a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba só se preocupava com seus próprios interesses, além de que todo o prejuízo caía nos ombros dos compradores da capitania e não nos deputados e nem nos membros da companhia e com isso eles passam a pedindo a extinção da companhia, tendo em vista o estado miserável em que se encontra a capitania de Pernambuco. **HU, PE, CX. 127, D. 9656 - AHU_ACL_CU_015, cx.133, D.10009.**

³³² SANTOS, Gustavo Augusto Mendonça. **Transgressão e cotidiano: a vida dos clérigos do hábito de São Pedro nas freguesias do açúcar em Pernambuco na segunda metade do século XVIII**. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2013. Dissertação. p. 39.

política pombalina e quem fazia esse censo populacional e passavam as informações era o clero secular.

Ao sul da Comarca de Alagoas tinha algumas vilas que faziam a articulação do comércio transatlântico de escravizados e de produtos usuais da terra como a Capitania da Bahia, como é o caso da vila de Penedo, que tanto articulava o comércio legal e ilegal com a Bahia chegando até as minas; e essa leitura podemos ter com a carta de Bento Bandeira de Melo, em 08 de dezembro de 1797, onde ele escreve que a vila de Penedo “fica a borda do grande Rio de São Francisco, que é assaz rica, e de grande comercio pela comunicação que tem pelo mesmo Rio com os habitantes dos Sertões, e com as Minas.”³³³ Não é à toa que em agosto de 1756, a Câmara de Penedo escreve uma carta ao rei D. José I sobre o cumprimento da ordem que regula o comércio de gêneros, particularmente, com a Bahia e Pernambuco³³⁴, “pois maior parte dos efeitos, e dos gêneros desta Capitania são carregados, e vendidos na Cidade da Bahia de Todos os Santos”³³⁵.

O Poxim era o braço articulador de Penedo ao sul da Comarca que escoava escravos e produtos para a vila de Penedo, tanto entrando quanto saindo, para Capitania da Bahia e ao norte da Comarca articulava com a vila de Alagoas com a saída e entrada de escravos e produtos que viam do Recife e Olinda. Mas toda essa articulação só foi possível por conta dos portos que existiam no Poxim e em seus termos, principalmente os Portos de Coruripe, Pituba, Jequiá e Betel. Esses três últimos tiveram uma movimentação intensa no século XIX.

Os portos na região do Poxim e Coruripe³³⁶, na época Coruripe pertenciam ao termo do Poxim, Jaraguá, Porto Calvo, Santo Antônio da Barra Grande aparecem constantemente envolvidas no contrabando³³⁷, como é o caso de escravos da Costa da

³³³ AHU, Cx. 3, Documento 265.

³³⁴ ACL_CU_004, Cx. 2, D. 161.

³³⁵ AHU, Cx. 3, Documento 265.

³³⁶ AHU – PE Cx. 127, D. 9670 - AHU – PE Cx. 108, D. 8371.

³³⁷ Segundo Erika Dias, redução do tráfego portuário, o aumento do contrabando e a diminuição na exportação dos principais produtos de Portugal para o mercado europeu - como o açúcar e o tabaco - demonstravam a situação que o Marquês de Pombal procurou debelar com as medidas econômicas que desenvolveu. DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. “As pessoas mais distintas em qualidade e negócio”: a Companhia de Comércio e as relações políticas entre Pernambuco e a Coroa no último quartel de Setecentos. Lisboa, Portugal. 2014. 587 p. Tese (Doutorado) em História, especialidade em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Lisboa, Portugal. 2014. p. 72.

Mina que desembarcaram na Barra de Coruripe³³⁸ em um navio holandês, de produtos usuais da terra, principalmente o açúcar, que era produzido nos engenhos da região que ficavam próximos aos rios que se interligavam pela estrada líquida do rio Moxotó em Pernambuco, e com isso o fácil acesso aos demais rios, riachos e lagoas da região, o que dinamizava o escoamento da produção canvieira que singravam nas sumacas para os portos baianos e no movimento contrário aos portos pernambucanos.

Dentre os produtos usuais da terra destacaremos a extração de madeiras para construção de engenhos, embarcações e consertos de ambos. Daí a necessidade da criação do cargo de Juiz Conservador das Matas³³⁹ que foi criado em 30 de setembro de 1796, sobre a necessidade e vantagens de se estabelecer um ministro superintendente para acautelar e conservar as matas da Comarca da vila de Alagoas, pois a extração dessa madeira seria destinada para a construção naval na Bahia, Pernambuco e Arsenal de Lisboa, fazendo a inspeção e demarcação delas para o serviço real e para a agricultura e subsistência dos povos da comarca. Com a criação do cargo de Juiz Conservador das Matas Alagoas evitava assim o contrabando de pau-brasil que era escoado da região do Poxim, através dos rios, para o Porto do Francês³⁴⁰, o qual servia de trampolim para invasores, já que Alagoas só ficará livre das invasões francesa em dezembro de 1808³⁴¹.

Por fim, finalizaremos esse capítulo com o conflito interno, que acontece entre Francisco António de Sousa, negociante e natural de Pernambuco e residente na barra de Jequiá da Praia, termo da Vila Real de São José do Poxim e o ex-Ouvidor-geral da Comarca de Alagoas Manuel Joaquim Pereira de Matos Castelo Branco, que mesmo fora do cargo pede o pagamento de uma dívida aos comerciantes que se recusa a pagar.

2.1 POXIM E A ROTA DA COMPANHIA

No final do século XVII, após a expulsão dos holandeses, a produção açucareira no Brasil enfrentou uma séria crise devido à prosperidade dos engenhos de açúcar nas

³³⁸ AHU_ACL_CU_004, Cx. 3, D. 199.

³³⁹ AHU-Pernambuco - AHU_ACL_CU_004, cx.3, D.250.

³⁴⁰ IHGAL. Documento – 00260 – 05 – 01 – 07.

³⁴¹ IHGAL. Documento – 0087 – 03 – 01 – 09.

colônias holandesas, com o açúcar antilhiano³⁴², somados ao açúcar das colônias francesas e inglesas na América Central. Só no final dos idos de 1700 é que os engenhos da região sul de Pernambuco retomaram a produção açucareira³⁴³ e passaram a retomar suas atividades econômicas no século seguinte de forma mais lenta³⁴⁴. Também não podemos deixar de mencionar que a crise que afetou o setor açucareiro no Brasil afetava diretamente a metrópole, que já estava vivendo uma crise econômica e fiscal que estagnou a economia lusitana³⁴⁵ e, junto a isso, o surgimento das áreas mineradoras, que quebrou a continuidade do crescimento do Norte açucareiro³⁴⁶ com a mudança do eixo econômico para a área de mineração, já que

a riqueza a partir de então produzida atraiu não só uma grande massa de imigrantes reinóis quanto de africanos trazidos cativos. A autêntica exploração das rotas de comércio e principalmente as crescentes torrentes de ouro que chegavam não só ao Reino como também ao restante do império tornavam o Brasil simplesmente essencial para a própria sobrevivência de Portugal.³⁴⁷

Na verdade esse crescimento populacional do século XVIII, foi na verdade uma continuidade do século anterior e o fluxo aumentou com a descoberta das minas. Não podemos deixar de destacar que na metade do século XVIII, esse crescimento populacional era expressivo por conta das imigrações das pessoas do reino e, também, devido a exportação da mão de obra escrava africana. Nesse período houve uma estimativa de pessoas vindo de Portugal de 500% e 220% no número de africanos.³⁴⁸

³⁴² LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. p. 46.

³⁴³ No ano de 1760, o Brasil era o terceiro maior exportador de açúcar do mundo tem 17% da produção mundial perdendo apenas para as Antilhas Britânicas e Francesas. Idem. p. 46.

³⁴⁴ Mas, João Lemos diz que a cultura da cana teve um aumento significativo na região sul de Alagoas no século XIX, incluindo o vale do rio São Francisco e o vale do rio Coruripe e suas adjacências (Poxim era uma delas).

³⁴⁵ A situação financeira de Portugal não era das melhores entre os anos de 1762 a 1779. Ver. NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

³⁴⁶ No ano de 1621, os Estados da América portuguesa foram divididos em dois Grão-Pará e Brasil, e nesse período não havia essa denominação para região do nordeste, mas era conhecida como região norte. Ver ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

³⁴⁷ FALCON, Francisco; CLAUDIA, Rodrigues (orgs.). **A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 34.

³⁴⁸ PRIORE, Mary Del. **Histórias da Gente Brasileira. Colônia**. São Paulo, Leya, 2016. p. 125.

Na região sul do São Francisco, os “rios do açúcar”³⁴⁹ que eram pequenos em volume de água, aumentavam a navegação entre o litoral e o sertão³⁵⁰, facilitando e dinamizando a economia açucareira e o comércio com as freguesias e vilas³⁵¹ do açúcar próximas de Penedo. E entre essas freguesias temos a freguesia de São José e Madre de Deus do Poxim, a qual é desmembrada da Vila de Penedo em 1718³⁵², tornando-se Vila Real de São José do Poxim pela Ordem Régia assinada pelo bispo³⁵³ Dom Manuel Álvares da Costa (1710-1715).

Na região da vila do Poxim, segundo Manuel Correia Andrade, vivia em 1774 uma população de 2.572 almas³⁵⁴ que estava sobre o labor dos engenhos Jenipapo e Porção. O que diverge do relatório do governador da Capitania de Pernambuco, José César de Menezes (1774 a 1787)³⁵⁵ em relação aos números de pessoas³⁵⁶ que lá viviam, isso apresentado no mesmo ano de 1774. Esse relatório dizia que

esta Freguesia foi erecta no anno de mil sete centos e dezoito, desmembrada da Villa do Penedo: fica ao Norte da dita Villa dezoito legoas: tem de costa cinco, e de fundo as mesmas: confina pelo Norte com a de São Miguel e pelo Sul com a do Penedo: está cituada em huma amena planicie distante do Mar tres quartos de legoa, abundante de agua e de peixe, tanto por fiar Visinha do Mar, como por estar nas margens do Rio Poxim: tem na sua vizinhança huma dilatada lagoa que recolhe em si muita abundancia delle. Tom Cura amovivel, e pelo rol da desobriga do anno de mil sete centos setenta e quatro

³⁴⁹ SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do Açúcar em Alagoas**. Recife: Museu do Açúcar. 1970. p. 52.

³⁵⁰ Como o sertão não é o objeto estudado sugerimos a leitura do livro **Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII** de Kalina Vanderlei Silva. SILVA, Kalina Vanderlei. livro **Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII**. Recife: Cepe, 2010.

³⁵¹ Não queremos aqui copiar ou criar termos, apenas estamos usando tais termos para facilitar o entendimento de que as freguesias e, mais tarde, a vila do Poxim tinha sua importância dentro do processo político e econômico no século XVIII, através do dinamismo colonial que o açúcar deu para essa região.

³⁵² **ANAI DA BIBLIOTECA NACIONAL**, Rio de Janeiro, v.40: 1918 (1923).

³⁵³ Em 1718 a 1749, o Padre da Vila de São José do Poxim era Manoel Diniz Barbosa. O vigário, também, trabalhava nas matrizes Nossa Senhora do Rosário do Poxim, Poxim, e Nossa Senhora da Conceição, Coruripe. LEMOS, João Ribeiro. **Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições**. Maceió. Ed. Do autor, 1999. p. 108.

³⁵⁴ ANDRADE. Manuel Correia de. **Os rios-do-açúcar no nordeste Oriental IV: os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel**. Recife: Instituição Joaquim Nabuco de pesquisas sociais, 1959. p. 50.

³⁵⁵ **ANAI DA BIBLIOTECA NACIONAL**, Rio de Janeiro, v.40: 1918 (1923). p. 60.

³⁵⁶ Na verdade esse crescimento populacional do século XVIII foi uma continuidade do século anterior e o fluxo aumentou com a descoberta das minas de ouro. Não podemos deixar de destacar que na metade do século XVIII, esse crescimento populacional era expressivo por conta das imigrações das pessoas do reino e, também, devido à exportação da mão de obra escrava africana, ou seja, o ouro reforça a “vocaçao Atlântica” daqueles que se aventurava em busca de riquezas. Ver MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. **As múltiplas faces da escravidão. O espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 – c. 1756**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012. p. 106.

uma Igreja: duas Capelas: dois Engenhos: quatorze fazendas: quatro centos setenta e dois fogos: e mil seis centas oitenta e duas pessoas.³⁵⁷

Podemos observar que no relatório José César de Menezes³⁵⁸ menciona os engenhos Jenipapo e Porção e faz um censo do povoamento que há nessa área; junto a isso há uma descrição geográfica do local, que nasceu como uma periferia³⁵⁹ ou *uma nova área de integração*³⁶⁰ de Penedo para servir aos interesses coloniais³⁶¹ através da produção de produtos coloniais (açúcar, tabaco, farinha de mandioca, e etc.) e o comércio de escravos. Essa descrição geográfica era de extrema importância para o desenvolvimento comercial e marítimo da colônia, pois sua produção estava voltada para o mercado externo, como toda a colônia de exploração³⁶², e nas mãos dos homens de negócio e da nobreza da terra. E sem deixar de lembrar que “*os preços sobem pouco na colônia, a elevação é acentuada na metrópole, isto é, geram-se lucros excedentes – lucros monopolistas – que se acumulam entre os empresários metropolitanos*”³⁶³. Mas, tudo mudaria em 30 de julho de 1759, com a criação da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba³⁶⁴ (CGCPPB), que passou a funcionar através do Alvará de 13 de Agosto do mesmo ano.

A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba foi criada pelo Marquês de Pombal³⁶⁵ em 1759³⁶⁶, como “*parte intrínseca do sistema colonial*”³⁶⁷,

³⁵⁷ ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro, v.40: 1918 (1923). p. 60.

³⁵⁸ Érika Dias, em “As pessoas mais distintas em qualidade e negócio”: a Companhia de Comércio e as relações políticas entre Pernambuco e a Coroa no último quartel de Setecentos, afirma que no ano de 1774 foi escolhido como início da presente análise, por ser a data em que José César de Menezes - nomeado governador da capitania durante o reinado josefino -, foi enviado para Pernambuco, tomando posse a 31 de agosto de 1774. Filho de um vice-rei do Estado do Brasil, Vasco César de Menezes, era um homem instruído, como demonstram as suas cartas às Secretarias de Estado. Foi nomeado para a capitania num período crítico: segmentos das elites locais ligados ao açúcar afrontavam a companhia pombalina, chegando ao ponto de intentarem um motim. (DIAS, Apud, 2014, p.39).

³⁵⁹ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1978. p. 72 e 73.

³⁶⁰ RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e Monopólio no Nordeste do Brasileiro. A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba**. São Paulo: HUCITEC, 1976. p. 2.

³⁶¹ É de extrema importância que separemos aqui, que os interesses dos colonos eram bem diferentes da Coroa Portuguesa. Ver. NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1978. p. 149.

³⁶² Idem. 1978. p. 71.

³⁶³ Idem. 1978. p. 80.

³⁶⁴ Alvará de 30 de julho de 1759, assinado pelo Conde de Oeiras, Sebastião de Melo Carvalho, o futuro marquês de Pombal. No dia 13 de agosto de 1759, teve um alvará de confirmação.

³⁶⁵ No dia 6 de maio de 1756, Pombal assumia a Secretária de Estado dos Negócios do Reino.

³⁶⁶ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1978. p.189 e 190 e CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas de**

quando ele era primeiro-ministro de Portugal (1750 a 1777) no governo de D. José I (1714 a 1777). Esse período também ficou conhecido supostamente como “*Época Pombalina situada no Setecentos português, entre 1750 e 1777*”³⁶⁸, quando o papel da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba era formular um plano colonial³⁶⁹ administrado pela Coroa portuguesa, cujas atividades da empresa caminhavam junto com a diplomacia e a legislação e, de uma certa forma, sua criação torna-se uma continuidade do mercantilismo, já que garantia o monopólio do comércio colonial nas áreas açucareiras, levando o lucro para uma pequena parte de comerciantes e seus acionistas.

MAPA 5 – SEDE DA COMPANHIA GERAL DO COMÉRCIO DE PERNAMBUCO E PARAÍBA³⁷⁰



Navegação. Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro. Editora: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, porto, 1969.

³⁶⁷ RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e Monopólio no Nordeste do Brasileiro. A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba.** São Paulo: HUCITEC, 1976. p. 12.

³⁶⁸ FALCON, Francisco; CLAUDIA, Rodrigues (orgs.). **A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 12.

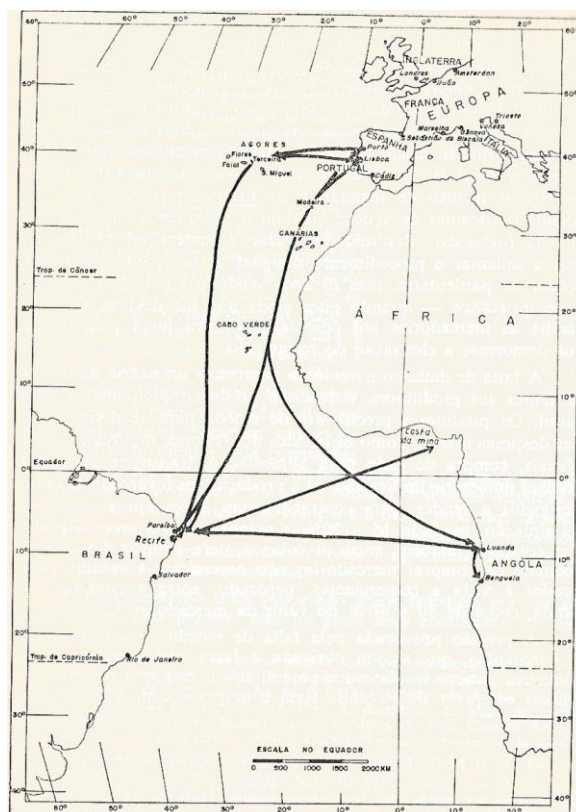
³⁶⁹ A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba foi um instrumento das políticas Régias formuladas por Sebastião José de Carvalho e Melo para limitar a liberdade dos comerciantes abastados de Pernambuco e Bahia.

³⁷⁰ OLIVEIRA, Luana Maria Ventura. **A Alfândega de Pernambuco: História, Conflitos e Tributação no Porto do Recife (1711-1738).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pernambuco, 2016.

FONTE: Mapa do Cais do Porto do Recife: APEJE: Iconografia, Arquivo Permanente. Sem datação, porém pelas descrições do documento, são do segundo metade do século XVIII. Sem nome. APEJE, arquivo Permanente, Iconografia, Fac-similis. (OLIVEIRA, Apud, 2016, p.105).

A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba tinha o monopólio do comércio interno e do açúcar das duas capitanias e também o comércio de escravos da Costa da África³⁷¹ no prazo de 20 anos. Esse domínio foi tão grande que em 1762, a companhia exportou das Capitanias do Norte, em média, 9.200³⁷² caixas de açúcar. Levando em consideração que só a capitania de Pernambuco e suas adjacências haviam produzido e exportado mais açúcar que a Bahia nesse ano.

MAPA 6 - ROTAS DE CIRCULAÇÃO MERCANTIL DA COMPANHIA GERAL DE PERNAMBUCO E PARAÍBA 1759 - 1780³⁷³



³⁷¹ CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas de Navegação. Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro.** Editora: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, Porto, 1969. p. 89.

³⁷² SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 247. p. 347.

³⁷³ RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e Monopólio no Nordeste do Brasileiro. A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba.** São Paulo: HUCITEC, 1976. p. 112.

FONTE: RIBEIRO JÚNIOR, 1976. p. 112.

Segundo Carreira, a Companhia consegue entre os anos de 1761³⁷⁴ e 1785, o controle de parte de Angola e da Costa da Mina³⁷⁵ e realizava transporte de 49.344 de escravos³⁷⁶ para Pernambuco e para o Rio de Janeiro, sendo “48.836 *adultos e adolescentes*³⁷⁷, e 508 *crias de pé e de peito*”³⁷⁸. Esse controle da Companhia causou um mal-estar na Câmara do Recife, no ano de 1778, contra o insuportável jugo³⁷⁹ da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Podemos observar essa questão com Carreira quando,

tratando porém do merecimento destas queixas, consistem elas: primeiramente em diferentes representações de algumas Câmaras Capitânicas de Pernambuco, e Paraíba, em que a Companhia, e seus Administradores tem vexado, e oprimido os habitantes daquelas colônias, com diferentes abusos e gravames: E quando a estas queixas, como S. Majestade tem mandado ouvir a Companhia de Pernambuco sobre outras semelhantes, que tem chegado à

³⁷⁴ Refere-se ao ano em que se iniciou as suas atividades depois da aprovação do estatuto de sua criação, o que corresponde aos primeiros carregamentos de escravos da África para Pernambuco, correspondendo a 2.270 peças, entre esse número temos 28 crias. Havia uma distinção das faixas etárias como crias de pé, refere-se as crianças que já sabiam anda e cria de peito, refere-se aos bebês. Ver. CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas de Navegação. Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro**. Editora: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, porto, 1969. p. 252.

³⁷⁵ Podemos ter uma noção da origem dos escravos que viam da África para o Poxim no livro **Coruripe – Sua história sua gente suas instituições**, na página 90, do professor Lemos, em que ele fala de um escravo chamado Adão de Angola de vinte e cinco anos e uma negra chamada Maria Criola da Costa de Marfim na faixa etária de 30 anos que foram comprados no valor de um conto e quinhentos mil réis.

³⁷⁶ O advento dos braços africanos só foi possível graças às receitas advindo do açúcar que era exportado para o velho continente não é à toa que 1600, os braços indígenas, na América, foram substituídos pelos africanos em grande parte da faixa litorânea, em destaque aqui o nordeste açucareiro. Ver LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. p. 32.

³⁷⁷ Deixando claro que durante a primeira metade do século XVIII, houve um aumento significativo da população escrava, em que esse aumento se deu devido à porcentagem dos escravos que estavam nascendo no Brasil, ou seja, estava havendo um aumento de crianças cativas, principalmente em Minas Gerais. Esse fato fica mais forte lá pelos idos de 1850, em que se concretizava cada vez mais o comércio de cativos nascido no Brasil. O que temos aqui é um aumento da natalidade da escravaria contradizendo a ideia que a exploração através do modelo do *plantation* estaria ligado a baixa expectativa de vida. Sem deixar de destacar que o comércio interno entre o Norte açucareiro e Minas Gerais movimentava um número significativo de escravos e não podemos deixar de destacar que os cativos nascidos gerou uma nova dinâmica para as condições de oferta internamente na colônia, pois criava uma fonte de escravo independente do comércio do Atlântico. Ver LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. p. 141.

³⁷⁸ CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas de Navegação. Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro**. Editora: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, porto, 1969. p. 89.

³⁷⁹ Em 12 maio de 1779, a vila do Recife, escreve à rainha, D. Maria I, pedindo a extinção da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, tendo em vista o estado miserável em que se encontra a capitania de Pernambuco. **AHU_ACL_CU_015, cx.133, D.10009**.

sua Real presença, parece que se deve esperar a resposta da dita Companhia, para à vista dela, se tratar desta matéria.³⁸⁰

Durante sua existência, a Companhia conseguiu aumentar a quantidade de mão de obra, *a malha do sistema*³⁸¹, canalizar vultosa quantia de capitais para as regiões em que ela atuava e conseguiu um aumento da exportação do açúcar e do tabaco alagoano, o que desagradou os colonos e sofreu duras críticas de muitos deles e até de pessoas da coroa e uma dessas pessoas era o já então mencionado José César de Menezes³⁸², o qual dizia que a Companhia estava falindo os colonos³⁸³ com seus preços³⁸⁴ altos e abusivos³⁸⁵, ou seja, aquele monopólio estava atrapalhando os negócios e isso abria as portas para o contrabando. Essa mesma queixa foi um dos motivos de não aceitação de Salvador para a implantação de uma companhia de comércio, que fez com que “O grupo de pressão”³⁸⁶ dos fazendeiros baianos conseguisse frustrar os plano de Pombal em seus domínios.

Segundo Jéssica Rocha, no ano de 1761, o governador Luís Diogo Lobo da Silva (1756 a 1765) tentou inúmeras vezes convencer a elite colonial pernambucana a se tornar acionista da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, mas todas em vão. O governador afirma que *não há motivos por mais fortes nem evidências de maior*

³⁸⁰ CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas de Navegação. Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro**. Editora: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, porto,1969. p. 432.

³⁸¹ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1978. p. 103.

³⁸² O governador defendeu o interesse das elites - especialmente as relacionadas com a produção de açúcar e tabaco -, criticando as práticas comerciais da Companhia. Contudo, César de Menezes defendia também a restante população livre, que nas suas missivas define como os moradores. Isto é, para além das elites, que estavam no topo da pirâmide social, havia uma massa de população livre, composta por funcionários subalternos, soldados, pequenos comerciantes, taberneiros, vendeiros e artesãos. Também estes - que estavam no meio da estrutura social em Pernambuco -, precisavam da Companhia para comprarem géneros «secos» e «molhados», vindos do Reino, nas embarcações da empresa comercial. Não apenas as elites ficaram a dever grandes somas à companhia pombalina, também esta faixa da população livre consta nas listas de devedores da empresa comercial no final de Setecentos. (DIAS, **Apud**, 2014, p.25).

³⁸³ Idem. p. 189, 190 e 191.

³⁸⁴ Em 23 abril de 1777, Olinda escreve ao rei, D. José I, que a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba não estar promovendo a agricultura adequadamente, culminando com o declínio do comércio do açúcar. **AHU_ACL_CU_015, cx.126, D.9577**.

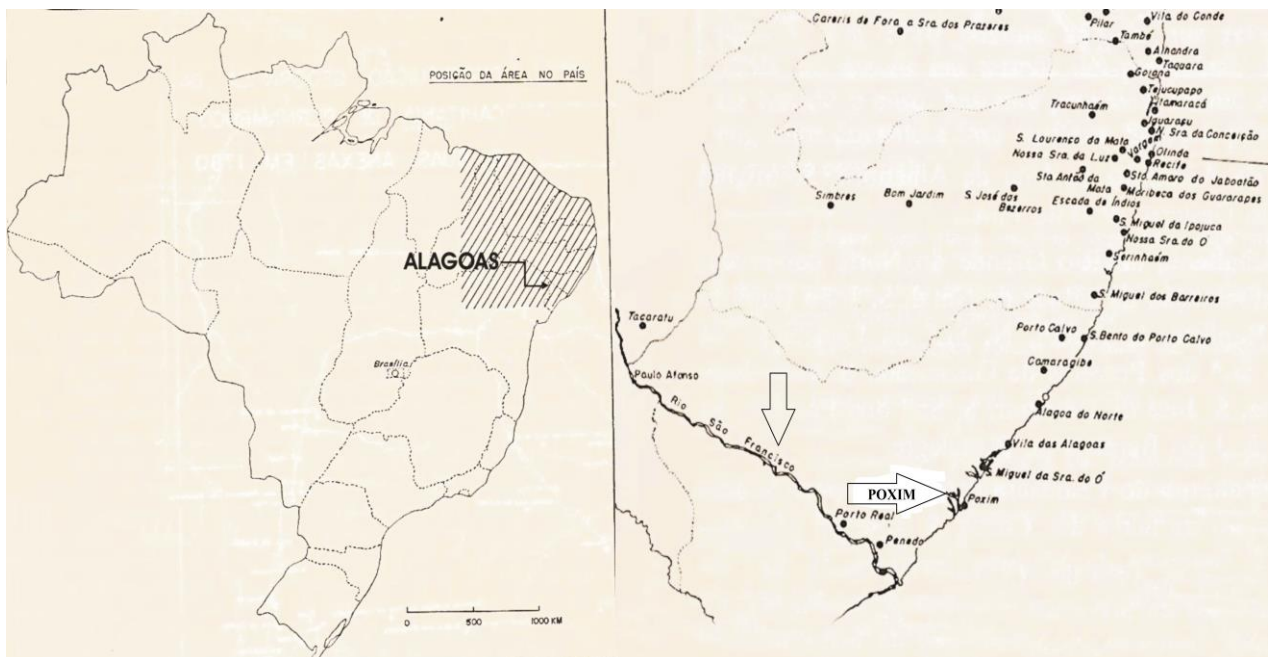
³⁸⁵ Segundo Érika Dias, os senhores de engenho, lavradores de açúcar e de tabaco, mercadores, militares, grupo esse que conseguiu da Coroa o fim do monopólio comercial para esse fim, aqueles segmentos das elites alegavam que a empresa comercial tolhia os privilégios e os lucros dos vassalos, pernambucanos, com o tráfico de escravos e com o comércio de açúcar e tabaco, e principalmente, reduzia as rendas da Fazenda Real. (DIAS, **Apud**, 2014, p. 18)

³⁸⁶ RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808**. Revista Brasileira de História. Vol. 18, n. 36, 1988, p. 10.

*demonstração que possam convencê-los a apostarem da sua vida os poucos cabedais que logram*³⁸⁷. Deixando clara a resistência em não aderir ao projeto metropolitano e primando pela liberdade de comércio da região.

Os limites da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba foram garantidos pelos artigos 25 e 26 do regimento da Companhia³⁸⁸, em que garantia a mesma o exclusivismo do comércio e da navegação em todo o território da Capitania de Pernambuco, Paraíba e os portos do sertão de Alagoas e todo o sul do São Francisco e seus distritos, como poderemos observar no mapa 7. Esses artigos também garantiam o exclusivismo da navegação de navios saindo de Pernambuco e Paraíba para os portos da costa da África, como poderemos observar no mapa 6.

MAPA 7 - POSIÇÃO DA ÁREA EM QUE A COMPANHIA ATUAVA NO BRASIL 1759³⁸⁹



³⁸⁷ SOUSA, Jéssica Rocha de. **Nas Rotas dos Sertões: Comércio Interno e Contrabando entre as Capitânicas de Pernambuco e Bahia (1759-1780)**. Recife, 2018, 177 p. Dissertação (Mestrado) – UFRPE. p. 22.

³⁸⁸ CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas de Navegação. Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro**. Editora: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, porto, 1969. p. 358.

³⁸⁹ RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e Monopólio no Nordeste do Brasileiro. A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba**. São Paulo: HUCITEC, 1976. p. 66.

FONTE: RIBEIRO JÚNIOR, 1976. p. 66.

A Bahia importou 157.781 escravos e Pernambuco³⁹⁰ 54.944 escravos, como mostra o mapa abaixo, isso no período do monopólio da Companhia, junta as duas capitanias exportavam 212.725 escravos no total, ou seja, no raio de 20 anos desembarcaram uma considerável quantidade de mão de obra nos portos da Bahia e Pernambuco³⁹¹. Nesse mesmo período a Bahia conseguiu articular um comércio clandestino duplo, que servia tanto para o contrabando do fumo, que saía de solo baiano e alagoano (São Miguel e Poxim), quanto para o ouro das minas³⁹².

GRÁFICO 1 – ESTIMATIVAS DE DESMBARQUE DE ESCRAVOS (1759 - 1780)

	Brasil					Totais
	Amazônia	Bahia	Pernambuco	Sudeste do Brazil	Brasil não especificado	
Senegambia and off-shore Atlantic	21.096	292	414	0	0	21.802
Golfo do Benim	0	85.919	8.698	15.710	0	110.327
Golfo de Biafra	0	2.904	0	0	188	3.092
África Centro-Occidental e Santa Helena	5.971	67.459	45.832	164.088	351	283.701
Sudeste da África e Ilhas do Oceano Índico	0	1.207	0	266	0	1.473
Totais	27.067	157.781	54.944	180.064	539	420.395

FONTE: <http://www.slavevoyages.org/voyage/search>.

A coroa criou vários obstáculos e medidas restritivas para que a Bahia não tivesse acesso ao comércio da Costa da Mina, e isso abriu as portas para ilegalidade, ou seja, foi a partir disso que os comerciantes baianos viram uma forma de burlar a lei e para isso eles contavam com a ganância dos próprios deputados e controladores de preço dos gêneros da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, que eram os instrumentos da ilegalidade, cujas pessoas certas que faziam os produtos entravam e saíam sem problema algum.

³⁹⁰ Verificamos que a evolução demográfica dos principais centros urbanos no período Pombalino foi um crescimento populacional com expressões regionais muito diversificadas. O Recife registou o aumento demográfico mais significativo desse período.

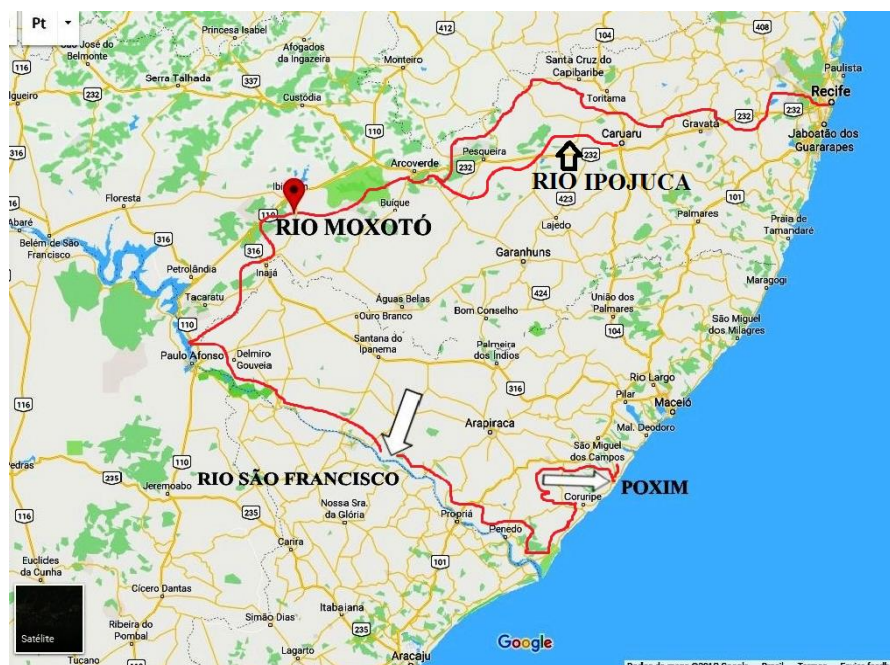
³⁹¹ Entre os anos de 1718 a 1774, correspondentes à elevação do Poxim em Vila e o auge da produção açucareira, na região sul de Alagoas, desembarcaram nos portos da Capitania de Pernambuco, 12.384 escravos. Ver <http://www.slavevoyages.org/voyage/search>.

³⁹² FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.) **Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 221.

É claro que esses deputados e membros da Companhia criavam estratégias para a obtenção de mais lucros: um deles era o contrabando. Não à toa que, em 17 de setembro de 1777, a Câmara de Olinda³⁹³ queixa-se à rainha, D. Maria I, que a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba só se preocupava com seus próprios interesses, além de que todo o prejuízo caía nos ombros dos compradores da capitania e não nos deputados e nem nos membros da companhia. Em resumo, quem tinha o papel de coibir relaxava e inclinava-se aos seus próprios interesses.

Na região de Coruripe³⁹⁴, na época era termo do Poxim, Jaraguá, Porto Calvo, Santo Antônio da Barra Grande aparecem constantemente envolvidas no contrabando³⁹⁵, de produtos usuais da terra, principalmente o açúcar, que eram produzidos pelos engenhos Jenipapo ou Porção que ficavam próximo aos rios Coruripe e Poxim, ambos, os rios, interligavam-se pela estrada líquida do rio Moxotó em Pernambuco, e com isso o fácil acesso aos demais rios, riachos e lagoas da região, dinamizavam o escoamento da produção canavieira que singravam nas sumacas para os portos baianos e no movimento contrário aos portos pernambucano.

MAPA 8 – ESTRADA LÍQUIDA DO RIO MOXOTÓ



³⁹³ AHU, PE, CX. 127, D. 9656.

³⁹⁴ AHU – PE Cx. 127, D. 9670 - AHU – PE Cx. 108, D. 8371.

³⁹⁵ SOUSA, Jéssica Rocha de. **Nas Rotas dos Sertões: Comércio Interno e Contrabando entre as Capitâneas de Pernambuco e Bahia (1759-1780)**. Recife, 2018, 177 p. Dissertação (Mestrado) – UFRPE. p. 65.

O rio Moxotó banha hoje os estados de Alagoas e Pernambuco e no período colonial era parte da Capitania de Pernambuco. Ele nasce no município de Sertânia próximo à divisa entre os estados de Pernambuco e Paraíba e sua foz é no Rio São Francisco, ou seja, ao sul ele segue o caminho de Alagoas (através dos rios Coruripe e Poxim), Sergipe e Bahia, de comércio abundante, e ao norte ele segue para Pernambuco (pelo caminho do Ipojuca³⁹⁶) e, é claro, Paraíba.

De acordo com Jéssica Rocha Souza, havia uma segunda rota que era usada no comércio ilegal para embarque e desembarque, de mercadorias e escravos, para fugir do fisco régio, que seria via costa marítima entre Bahia e Pernambuco. Nessa rota havia diversas praias como era o caso da praia do Pontal de Coruripe, que na época pertencia ao Poxim, então

esse tipo de roteiro, que já aparece bem descrito em um manual de pilotagem e navegação do século XVII, ficava restrito as embarcações maiores, dada as condições de navegabilidade da região. Segundo o manual a distância entre Bahia e Pernambuco era de cerca de 100 léguas, “corre a costa até o Rio de São Francisco de Nordeste, sudoeste, e há na derrota 50 léguas e do Rio de São Francisco ao Cabo de Santo Agostinho há 50 léguas e corre a costa nordeste, sudoeste”. Advertia ainda aos pilotos que tomassem cuidado, pois, ao norte do Rio de São Francisco, por volta de 5 léguas existia um arrecife perigoso, conhecido como “Baixio de Dom Rodrigo”.³⁹⁷

MAPA 9 – RIOS CORURIFE E POXIM E PONTAL DE CORURIFE



³⁹⁶ Idem. p. 49.

³⁹⁷ Refere-se a Dom Rodrigo de Acuanã, comandante da nau de São Gabriel, que largou de Corunha, Espanha, em junho de 1525 em direção às Molucas. Sua frota foi desbaratada e Dom Rodrigo, com apenas trinta homens, resolveu retornar à Espanha carregado de Pau-Brasil. Idem. p. 71.

Como já vimos antes, em Alagoas a Companhia atuava na região sul do São Francisco com ajuda das construções de portos, tanto no sertão quanto no litoral e na região mais ao norte, indo em direção à Vila de Santa Magdalena, o que era bem compreensível, já que essa região do vale do São Francisco era produtora de mandioca, tabaco³⁹⁸ e de criação de gado³⁹⁹. Conseqüentemente, necessitava de mão de obra escrava. Um desses portos ficava na freguesia do Poxim, que segundo Ribeiro Júnior, D. Tomás da Encarnação Costa e Lima (1774-1784)⁴⁰⁰, bispo de Pernambuco⁴⁰¹, envia à Secretaria dos Negócios do Reino, em 19 de fevereiro de 1777, a lista de povoados⁴⁰², vilas e freguesias com suas capelas, paróquias, padres e fogos. Vejamos essa lista, com as vilas e freguesias de Alagoas, relatada pelo bispo e em seguida mostraremos no quadro o crescimento populacional do Poxim nos idos de 1774 e 1777.

QUADRO 5 - VILAS E FREGUESIAS DE ALAGOAS EM 1777

	LÉGUAS	CAPELAS	FOGOS	HABITANTES	RELIGIOSOS
N. SR.^a DA APRESENTAÇÃO DA VILA DE	13	44	726	2679	6

³⁹⁸ LOPES, Gustavo Acioli. *Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico: Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco: (1654-1760)*. São Paulo: USP, 2008. Tese de Doutorado.

³⁹⁹ O gado era o Vacum (bois, bezeros, vacas, vitelas, touros e novilhos) exige para sua criação grandes áreas, pastos amplíssimos. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/vacum>. Acessado em 17/05/2018, às 9: 43 min. Segundo Diegues Júnior, o gado chegou a Alagoas vindo de Olinda e Salvador, via rio São Francisco (o “rio dos currais”), até chegar a Penedo e daí foi expandindo para as demais regiões. DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **População e açúcar no nordeste do Brasil**. Maceió: Edufal, 2012. p. 127.

⁴⁰⁰ “Relação de Todas as Igrejas Parochiaes que Pertencem ao Bispado de Pernambuco dividido em Capitánias: as Distâncias das Freguesias, suas Capellas alem das Matrizes, o Número de Sacerdotes, que nellas existem, além dos parochos, seos fogos e as pessoas de dezobriga, por mandato de El Rey Nosso senhor. D. Thomaz, Bispo de Olinda, 19 de Fevereiro de 1777. **AHU_ACL_CU_015, Cx.126, D. 9545**. p. 4 a 6.

⁴⁰¹ O Bispado de Pernambuco ia até ao Ceará e os governadores deste prestavam contas aos de Pernambuco.

⁴⁰² É bom lembrar que nesse período não havia nenhum órgão da Coroa Portuguesa que fazia um censo. Então, isso ficaria a cargo da Igreja, já que os bispos exigiam os registros do livro de tombo e dos livros de batismo e casamentos. Os livros de batistérios eram considerados, na época, como documento válido, em que se encontravam informações sobre assentamento dos escravos com seus donos e a paróquia em que ele se encontrava.

PORTO CALVO					
SENHOR BOM JESUS DE CAMARAGIBE	10	4	1012	3200	3
SANTA LUZIA DO NORTE	14	10	948	3400	1
N. SR.^a DA CONCEIÇÃO DA VILA DAS ALAGOAS	10	40	1365	4594	7
SÃO MIGUEL DAS ALAGOAS	10	6	978	3210	3
N. SR.^a DO ROSÁRIO DA VILA DO PENEDO	12	9	1388	5034	2
N. SR.^a DO Ó DO PORTO DA FOLHA⁴⁰³	12	6	424	1923	0
N. SR.^a DA CONCEIÇÃO DO CABRABÓ	80	1	702	2760	1
N. SR.^a DO Ó DE MEIRIM	12	0	338	986	0
N. SR.^a DA MADRE DE DEUS DO POXIM	9	0	385	1384	0⁴⁰⁴

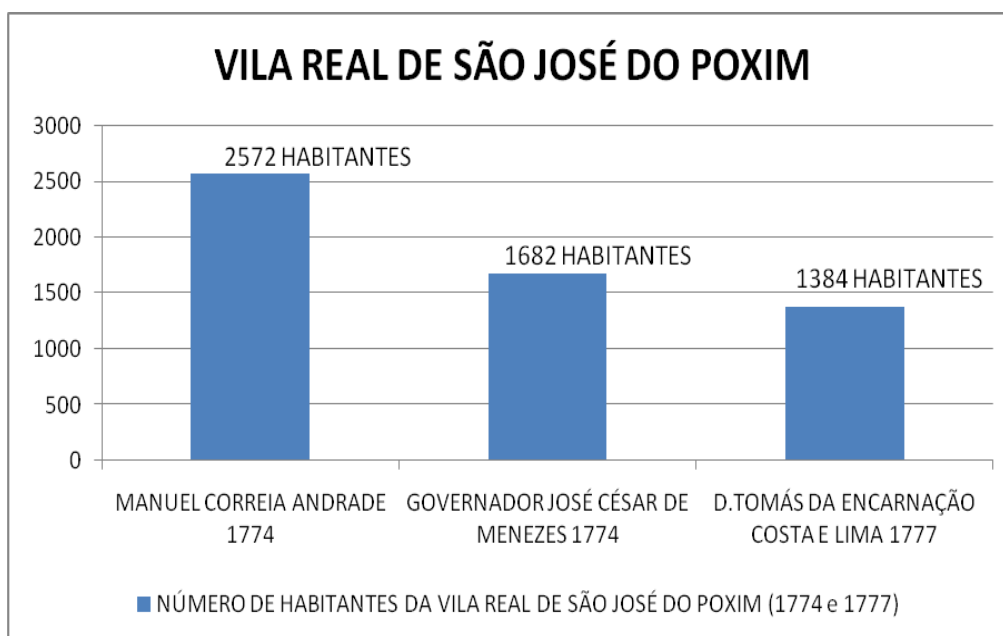
FONTE: CARTA do Bispo de Pernambuco, D. Tomás [da Encarnação Costa e Lima], ao rei [D. José I], remetendo uma relação de todas as freguesias, capelas, ermidas e oratórios que tem o dito Bispado, e o número de clérigos seculares que existem em cada uma das freguesias. (1777). AHU_ACL_CU_015, Cx.126, D. 9545.

⁴⁰³ Hoje, Porto da folha é o município de Traipu. No século XIX Porto da folha produzia, além do açúcar, arroz e algodão. SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do Açúcar em Alagoas. Recife: Museu do Açúcar.** 1970. p. 111.

⁴⁰⁴ No relatório fala que não há nenhum vigário na vila do Poxim. Por outro lado, no mesmo relatório ele fala de um padre chamado Antonio do Rozário de Oliveira.

É possível notarmos, no quadro 5 que D. Tomás da Encarnação Costa e Lima diz que não há capela e nem padres⁴⁰⁵ em outras localidades, incluindo o Poxim, por isso no dia 12 de fevereiro⁴⁰⁶ de 1777, ele manda uma carta a D. José I para que o cargo de vigário seja preenchido. Por outro lado, desde 1718 existiam duas capelas no Poxim, como descreve governador da capitania de Pernambuco José César de Menezes, no ano de 1774⁴⁰⁷, em seu relatório enviado ao rei D. José I, e com o vigário Manoel Diniz Barbosa respondendo pela Vila Real de São José do Poxim.

GRÁFICO 2 - NÚMERO DE HABITANTES DA VILA REAL DE SÃO JOSÉ DO POXIM



Observamos no gráfico 2, divergências nos números de habitantes citados no relatório do governador César de Menezes e Manuel Correia Andrade no ano de 1774⁴⁰⁸. Aqui percebemos que houve uma diminuição de 890 habitantes no Poxim e esse número populacional cai um pouco mais se fizermos as contas entre Manuel Correia Andrade e o bispo de Olinda D. Tomás da Encarnação Costa e Lima, no ano de

⁴⁰⁵ AHU_ACL_CU_015, CX.126, D. 9540.

⁴⁰⁶ Dias antes do falecimento de D. José I. O rei faleceu no dia 24 de fevereiro de 1777.

⁴⁰⁷ ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro, v.40: 1918 (1923). p. 60.

⁴⁰⁸ O número de falecimento nesse ano corresponde a 264 para ambos os sexos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IGHAL – Vol. XII, Nº 13, 1927. p. 228.**

1777, em que essa subtração se alarga em apenas 3 anos e essa diferença de três anos passa a ser de 1.188 habitantes a menos no Poxim, ou seja, no período de 3 anos houve uma redução de 46,18% no número de habitantes⁴⁰⁹. Acreditamos que o decréscimo populacional local, deu-se por conta das áreas auríferas⁴¹⁰ em que absorvia toda a mão de obra para trabalhar nas minas⁴¹¹ de ouro e com isso, as pessoas saíam das mais diversas áreas locais⁴¹² e do Norte do Brasil, para tentar o enriquecimento rápido⁴¹³ através da extração do ouro pois o ouro garantia um enriquecimento meteórico.

A mão de obra escrava que saía dos portos da costa da África para o Rio de Janeiro, e seguia para área aurífera, já saía inflacionada por conta da alta demanda mineira gerava assim um custo⁴¹⁴ muito alto no preço do escravo. Então o escravo que estava em Pernambuco, na região Norte da colônia, era vendido mais barato para trabalhar no garimpo e com isso gerou uma concorrência⁴¹⁵ entre os comerciantes de escravos de Pernambuco com os do Rio de Janeiro pelo controle do mercado escravista nas minas.

Não é à toa, que quando a inflação do preço do escravo do Rio de Janeiro⁴¹⁶ chega às minas, os compradores das minas preferem negociar com comerciantes de Pernambuco, o que gerou um declínio nas vendas para os traficantes cariocas de

⁴⁰⁹ No Brasil na época de Pombal havia 3.000.000 pessoas. Claro que isso é uma estimativa. Ver TEIXEIRA SOARES, Álvaro. **O Marquês de Pombal**. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1983. p. 173.

⁴¹⁰ A região Sudeste desenvolveu-se muito, enquanto o Norte açucareiro começou a entrar em crise. Schwartz lembra que em 1720, o valor do açúcar despenca de forma incontornável e exacerbada, e consequentemente o valor do escravo extrapola 200 mil réis. No ano seguinte houve falência de 23 engenhos de açúcar preocupando os senhores de engenhos, já que na década anterior a Bahia conseguia produzir 18 mil caixas de açúcar, enquanto nesse ano só conseguia produzir de 5 a 8 mil caixas.

⁴¹¹ Em 1721, nas Minas Gerais, um navio com uma carga de 800 escravos demorou apenas dois dias para vender as “peças”. FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.) **Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 209.

⁴¹² Não temos informações referentes à migração de pessoas da região de Penedo, Coruripe, Poxim ou São Miguel para as áreas auríferas.

⁴¹³ Até mesmo portugueses, passaram a migrar para as regiões auríferas.

⁴¹⁴ FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.) **Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 213.

⁴¹⁵ CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas de Navegação. Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro**. Editora: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, porto, 1969. p. 263.

⁴¹⁶ Os traficantes de escravos do Rio de Janeiro tinha uma relação econômica muito estreita com os comerciantes do Norte com o intuito de preencher o mercado econômico do ouro. MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. **As múltiplas faces da escravidão. O espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 – c. 1756**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012. p. 129.

escravos. A reação foi imediata, os comerciantes cariocas se recusavam a comparar os escravos que eram provenientes do Norte açucareiro para suprir a demanda aurífera, como fazia antes e deixaram de comprar os escravos mais baratos para revender nas minas, para poderem barrar o avanço do comércio negreiro pernambucano.

O interesse do rei D. José I e de seu primeiro-ministro, o Marquês de Pombal, nas vilas e freguesias da Capitania de Pernambuco (dando ênfase aqui a vila de Penedo e da freguesia do Poxim) intensificou-se após a criação da Companhia, já que após a criação da empresa houve muita resistência dos colonos pernambucanos, como vimos anteriormente. Trata-se não apenas do comércio periferia-centro⁴¹⁷, ou seja, de soberano e súdito, pois *“quaisquer que sejam as vicissitudes que frequentemente caracterizavam o conturbado relacionamento entre portugueses e brasileiros, entre metrópole e colônia, entre centro e periferia, os brasileiros eram inabaláveis em sua lealdade para com a Coroa”*⁴¹⁸.

Então para configurar uma visão mais direcionada da política pombalina, a Coroa passou a testar a lealdade desses colonos e no intuito de garantir o dinamismo do comércio de escravos e de produtos usuais da terra que saía da periferia-centro, colocando a Igreja para fiscalizar toda a movimentação política e econômica das freguesias e vilas. Pombal passou a terceirizar a fiscalização nas mãos de uma das figuras mais próxima dos colonos: o clero secular⁴¹⁹.

Assim para que não houvesse sonegação dos impostos, combater o contrabando através das denúncias que eram realizadas por eles para Coroa, e a realização das dízimas eclesiásticas e até mesmo o fim e as interferências estrangeiras (Inglaterra, França e Holanda)⁴²⁰. Com isso, traria para o erário Real uma rentável soma que

⁴¹⁷ RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808**. Revista Brasileira de História. Vol. 18, n. 36, 1988, p. 12.

⁴¹⁸ Idem. p. 9.

⁴¹⁹ Segundo Gustavo Augusto Mendonça dos Santos, o clero secular estava inserido na sociedade da América portuguesa e interagiu com ela, principalmente nos setores socioeconômicos das freguesias do açúcar na capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVIII. SANTOS, Gustavo Augusto Mendonça. **Transgressão e cotidiano: a vida dos clérigos do hábito de São Pedro nas freguesias do açúcar em Pernambuco na segunda metade do século XVIII**. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2013. Dissertação.

⁴²⁰ TEIXEIRA SOARES, Álvaro. **O Marquês de Pombal**. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1983. p, 96.

seguraria os cofres portugueses até em tempos de crise; como foi o caso do declínio do ouro que a Coroa se segurou com as exportações de tabaco.

Também era de interesse de Pombal saber o que os religiosos pensavam politicamente sobre sua forma de governar, já que havia boa parte do clero lusitano que não apoiava sua administração. Pombal e D. José I pretendiam reforçar a secularização do Estado, claro que mantendo o catolicismo. Ambos colocavam a Igreja a serviço do Estado⁴²¹, como se a Igreja fosse um braço auxiliar para os planos da coroa. Aqui podemos perceber o pensamento político e religioso do século XVIII, em que reis, e até por parte dos bispos que foram figuras indispensáveis na adesão da secularização do Estado, contestava a política canônica do poder temporal da Igreja e do Papa.

D. Tomás da Encarnação Costa e Lima dava provas da adesão do regalismo pombalino. O bispo de Pernambuco remete ao rei D. José I uma relação de todas as freguesias, capelas, ermidas e oratórios e o número de clérigos⁴²² seculares que existem em cada uma delas, mostrado no quadro 5. Nessa relação notamos o papel do clero secular, já que às informações da relação citada foram realizadas a partir dos dados fornecidos pelos padres, *“uma vez que essa região era uma grande produtora de açúcar e tinha um considerável potencial demográfico. Utilizamos dados demográficos para tornar visível o crescimento populacional”*⁴²³ das freguesias do açúcar, destacaremos aqui Penedo e Poxim, pois ambas estavam próximas do litoral e tinham vários engenhos moendo açúcar. Daí o interesse da Coroa, pois a região era de grande importância econômica para o Erário Real. Por esse motivo, desenvolvemos uma tabela correspondente aos vigários que foram nomeados para o Poxim no século XVIII, que estavam dentro do processo político de Pombal.

⁴²¹ Idem. p. 14.

⁴²² Não podemos deixar de mencionar que as atividades dos clérigos dependiam dos dízimos que eram retirados de cada freguesia, e isso era um ponto importante na vida desses religiosos, para poder exercer a função designada pela Coroa, mas nem sempre a Coroa pagava o soldo do mês e muitas vezes esses padres dependiam dos senhores de engenho locais ou de seus moradores. Em alguns casos o padre era filho ou parente do senhor de engenho como é o caso do primeiro padre do Poxim, Antônio de Moura Castro, filho do patriarca da família Castro, D. Antônio de Moura Castro, pois *“ter padre na família era por assim dizer provar limpeza de sangue.”* SANTOS, Gustavo Augusto Mendonça. **Transgressão e cotidiano: a vida dos clérigos do hábito de São Pedro nas freguesias do açúcar em Pernambuco na segunda metade do século XVIII.** Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2013. Dissertação. p. 59.

⁴²³ Idem. p. 28.

QUADRO 6 - VIGÁRIOS DA VILA REAL DE SÃO JOSÉ DO POXIM

VIGÁRIOS DO POXIM A PARTIR DA CRIAÇÃO DA FREGUESIA	
ANO	VIGÁRIOS
1718	PADRE MANUEL DINIZ BARBOSA
1777	PADRE ANTONIO DE OLIVEIRA
1799	PADRE JOSÉ DE ARAÚJO MEDEIROS

FONTE: LEMOS, 1999.

Em virtudes dos fatos mencionados podemos observar aqui que as principais vilas e freguesias de Alagoas estão na rota da Companhia desde o sul do São Francisco a Porto Calvo. Mas é o Poxim que articulando o comércio para a vila de Penedo, e conseqüentemente para a Bahia, e ao norte com a Vila de Alagoas do Sul, que por sua vez com Pernambuco, dinamizou as relações comerciais entre ambas as capitânicas. Claro que a Capitania da Bahia está mais próxima da vila de Penedo, conseqüentemente da vila do Poxim, trilhando uma ponte comercial entre ambas as capitânicas, com a vila de Penedo⁴²⁴, já falado.

Levando-se em consideração esses aspectos, notamos que o escoando desses produtos coloniais como açúcar, escravos, farinha e o fumo, principalmente o fumo que era produzido nas terras do Poxim e em São Miguel, passava primeiro por Penedo e posteriormente seguia para Salvador passando por Sergipe⁴²⁵, isso ao sul; o mesmo acontecia com os produtos que vinham das vilas do Norte da capitania, como Recife, Olinda, Porto Calvo e Alagoas do Sul.

⁴²⁴ Em agosto de 1756, a Câmara de Penedo escreve uma carta ao rei D. José I sobre o cumprimento da ordem que regula o comércio de gêneros, particularmente, com a Bahia e Pernambuco. **ACL_CU_004, Cx. 2, D. 161.**

⁴²⁵ Em 1805, o capitão Jerônimo da Costa Guizado, morador da Vila Real do Poxim, solicita ao escrivão da Provedoria da comarca que lhe desse o direito de uma certidão de arrematação de um escravo chamado André que foi comprado em Itabaiana, em Sergipe D'El Rei. Aqui temos a comprovação das estreitas ligações comerciais que havia entre o Poxim e Sergipe, ou seja, o Poxim estava na rota para Salvador, e por conseqüência a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e da Paraíba, já que comerciantes baianos relutaram a instalação de uma companhia pombalina alegando que teriam prejuízos.

2.2 - O PORTO E A CONSTRUÇÃO NAVAL NO POXIM

Com o desenvolvimento econômico e populacional, a elevação da freguesia do Poxim para a Villa Real de São José do Poxim e a localização geográfica favorável para o desenvolvimento naval, surgiram novos elementos para dinamizar o escoamento de escravos e produtos usuais da terra, como açúcar, farinha de mandioca e fumo. Destacamos aqui, a construção de portos e estaleiros para consertos e fabricação de embarcações de pequeno e médio porte na região do Poxim, tanto para embarque e desembarque dos gêneros produzidos, mantimentos e tantos outros gêneros alimentícios, e junto a isso, escravos como relatam as autoridades policiais do Poxim em

que na noite de 26 do Corrente huma pequena Sumaca, que nesse dia appareceu neste mar, desembarcára nestas praias huma porção de Escravos Africanos, e julga-se, que passará outra porção para uma Lanxinha, que de manhã se fazia ao mar, quando ja não apparecia a dita Sumaca ignorando-se o destino dos Escravos desembarcados⁴²⁶.

Esses portos e estaleiros serviam tanto para as construções de embarcações de menores e de médio porte, como também serviam para consertos das mesmas e um lugar para abastecer depois de um caminho longo e árduo saindo ou entrando no Atlântico, já que as maiores embarcações não singravam por rios e lagoas menores, pois encalhavam, ou seja, não tinham acesso ao interior da colônia. Essa função ficou para as sumacas e outras embarcações menores, já que entre

esses rios está o Poxim, de pequeno curso; nasce nos tabuleiros próximos à fazenda Pau de Descanso e rasga seu vale até a lagoa Escuna. Logo depois, recebe vários braços de outras lagoas da área do Poxim e tem na margem esquerda a vila deste nome. Por um vale baixo, entulhado por depósitos marinhos, coleando, chega ao mar, em parte barrado por recifes, formando um ancoradouro natural e de bom porte à economia local.⁴²⁷

pois, também,

as lagoas valorizam e enriquecem as terras adjacentes. Com seus peixes, representam uma forte subsistência da população lacuste. A lagoa de Jequiá serve de limites entre os municípios de Coruripe e São Miguel dos Campos. Além do rio Jequiá, existem outros tributários menores em formação deve-se ao entulhamento por terraço flúvio-marinhos que se liga com o mar por meio de um rio-canal que se origina em sua extremidade sul, onde se localiza, em

⁴²⁶ **CAIXA 2323 - DOCUMENTO:** Estado de alagoas – **assunto:** Diplomático - Contrabando em Alagoas **ano:** 1836. **APA.** Anexo IX.

⁴²⁷ **LEMOS, João Ribeiro. Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições.** Maceió. Ed. Do autor, 1999. p. 52 e 53.

ambas as margens, as partes da vila de Jequiá da Praia, hoje elevado à categoria de cidade. As lagoas da vila do Poxim são lagoas menores, formadas por entulhamentos de terraço flúvio-marinhos numa área onde desaguavam vários riachos e que depois de serem tapados, uniram-se por meio de canais que formaram a continuação do rio Poxim. O Poxim banha a vila de igual nome e chega ao mar entre os depósitos que entulham a ampla foz. Começa na parte norte desta área, temos as lagoas: Timbó (pequenina), Escura, Tabuleiro, Guaxuma, Patos (pequenina), Vermelha, em forma de “Y” e do Pau à povoação do mesmo nome.⁴²⁸

A abundância de madeira no Poxim era usada para diversos fins, além do conserto, reparo e fabrico de embarcações⁴²⁹ de todos os portes e para as atividades do engenho. Por outro lado, o corte de madeira estava comprometido, já que a Coroa cria o Regimento das Reais Matas no ano de 1797⁴³⁰, e nomeia para o cargo de Juiz Conservador das Matas José de Mendonça de Matos Moreira⁴³¹ para impedir, aqui em Alagoas, o corte indiscriminado de madeira principalmente as madeiras de construção, tornando propriedade da Coroa todas as matas e árvores “de lei” da costa próximas aos rios que tivessem seu curso para o mar. Mas permitia aos habitantes usufruírem das madeiras de matas excluídas pela Coroa para a construção de casas, engenhos, fabricação e consertos de embarcações, que mais tarde deram origem a estaleiros particulares muito comuns na região do litoral sul de Alagoas, principalmente,

no termo da vila do Poxim funcionavam então dois estaleiros, onde se fabricavam sumacas. O primeiro deles, o melhor, localizava-se na Barra de Jequiá, de onde se largavam ao mar sumacas de até 110 palmos; o outro, o do porto do Batel, tinha capacidade limitada a embarcações de 90 palmos. Neste termo trabalhavam 46 carpinteiros de machado, dos quais 12 eram oficiais, 15 mancebos e 19 ajudantes⁴³². Quanto a calafates, apenas 1 oficial e 1 mancebo.⁴³³

⁴²⁸ Idem. 54 e 55.

⁴²⁹ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IGHAL – Vol. II, Nº 13, 1880**, p. 98.

⁴³⁰ Em 5 de novembro de 1796, o governador da capitania de Pernambuco, D. Tomás José de Melo, manda um ofício para o secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e interino da Marinha e Ultramar, Luís Pinto de Sousa Coutinho, informando sobre a situação de ruína em que se encontram as matas das Alagoas, a necessidade de se criar o lugar de superintendente das Matas da comarca das Alagoas, e indicando para o dito lugar o ouvidor daquela comarca, José de Mendonça de Matos Moreira. **AHU_CU_015, Cx. 195, D. 13420.**

⁴³¹ O cargo de Juiz Conservador das Matas foi criado em 30 de setembro de 1796, sobre a necessidade e vantagens de se estabelecer um ministro superintendente, para acautelar a conservação das matas da comarca da vila de Alagoas, de madeiras para a construção naval na Bahia, Pernambuco e Arsenal de Lisboa, fazendo a inspeção e demarcação delas para o serviço real e para a agricultura e subsistência dos povos da comarca. **AHU-Pernambuco - AHU_ACL_CU_004, cx.3, D.250.**

⁴³² Não identificamos se esses mancebos, oficiais e ajudantes eram todos negros, mulatos ou escravos.

⁴³³ SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do Açúcar em Alagoas**. Recife: Museu do Açúcar. 1970. p. 73.

A indústria naval era de total interesse da Coroa Portuguesa, já que a construção e os consertos dessas embarcações movimentavam o comércio local, principalmente no século XVIII. Segundo Ribeiro Jr., as condições para a construção de navios na colônia era bastante favorável, pois havia matéria-prima em abundância⁴³⁴. As atividades de conserto e produção de embarcações cresceram com o passar dos tempos mas ganhou maiores dimensões nos

fins do século XVIII e no decorrer do século XIX, nela existiam estaleiros que fabricavam até navios de alto bordo, utilizando madeiras de suas próprias matas, que também forneciam a matéria-prima para a calafetagem: embiras, que existiam de vários tipos, superiores mesmo às estopas, pois não apodreciam na água e nela inchavam, fixando melhor, e uma resina extraída do camaçari, pegajosa a ponto de somente largar das mãos com óleo quente. Na construção de uma embarcação de certo porte eram empregadas diversas espécies de madeira.⁴³⁵

O Juiz Conservador das Matas, José de Mendonça de Matos Moreira em 1798, destinava o corte de madeira à marinha mercantil para construção e conserto de navios. Com isso, estava liberado o corte da madeira das matas desde a Barra do rio Coruripe passado pela barra do rio Poxim, ao norte, barra do rio Jequiá até a barra do rio São Miguel destacando a barra do rio Poxim, já que fica próximo da Villa de São José do Poxim,

distante dez leguas da sua capital: poderá chegar a população desta villa a mil e trezentos fogos; quando as produções do terreno e generos de seu commercio, são grande abundancia de madeira, muitos gados e não pouco algodão. (...) Quatro ou cinco leguas para o norte faz barra no mar a *Lagoa Jequiá*, areada também, e guarnecida de recife não pequeno: tem esta lagoa de quatro para cinco leguas de comprido e para menos de uma de largura. É o seu canal para o mar em extremo tortuoso, e forma algumas ilhas, nas suas cabeceiras para a parte do sul as mattas chamadas de *Jequiá de baixo*, e pelo norte posto que mais concentradas ficão as *Jequiá de cima*, quando ao norte destas correm as mattas de S. Miguel, de quo já fiz menção e mais para dentro correm pelas cabeceiras das mattas de Cururipe e as chamadas do Riacho-secco e a terra das de Jequiá de baixo correm as mattas de *Páo-Brazil* destruidas. A' distancia não pequena da Lagoa de Jequiá desaguá no mar o rio de S. Miguel, que tendo sua origem poucas leguas ao sul da serra do Troipú bastante concentrada, pelo sertão d'ali desce tomando rumos diversos até que vem fazer barra no mar, ficando situada na sua margem septentrional a povoação d'aquelle nome.⁴³⁶

⁴³⁴ RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e Monopólio no Nordeste do Brasileiro. A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba**. São Paulo: HUCITEC, 1976. p. 118.

⁴³⁵ SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do Açúcar em Alagoas**. Recife: Museu do Açúcar. 1970. p. 71.

⁴³⁶ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IGHAL – Vol. II, Nº 13, 1880**. p. 98.

Vinte e oito anos depois da criação do cargo, em 31 de março de 1834, o Juiz Conservador das Matas, José de Mello Correia, agora na responsabilidade do cargo, está sendo pressionado pela Câmara de Alagoas a prestar contas de seu trabalho, e que o mesmo informasse, no prazo de 8 dias, se sua administração servia bem ao seu emprego ou se descuidava dos seus deveres, pois a mesma alegava que José de Mello Correia “*tinha que fixar sua atenção aos interesses e necessidades dos diferentes municípios*”⁴³⁷ e com descrições detalhadas sobre as necessidades vitais das matas de cada área.

As matas no Poxim, a exemplo, tinha uma imensa variedades de espécies que facilitavam as construções e consertos de casas, móveis e, principalmente, para construção naval. Essas matas foram protegidas pela Coroa portuguesa até 1859 e passaram a ser denominadas como “*Madeiras de lei*”⁴³⁸. A conservação dessas matas representava a extração de madeira destinada a construções e consertos de embarcações nos portos de Alagoas.

É possível que esses portos que existiam na região, e no termo⁴³⁹ do Poxim tivessem sido feitorias francesas para extração de pau-brasil, que era abundante na região, já que foram eles os primeiros navegadores na região de Coruripe⁴⁴⁰, Poxim e Santa Marial Magdalena do Sul⁴⁴¹. Os franceses foram expulsos, definitivamente, da região do Poxim, no início do século XIX, isso no ano de 1808. A Câmara da Vila do Poxim⁴⁴² comunica, em 09 de dezembro, ao príncipe D. João estavam livres da presença francesa. Segundo João Lemos, os franceses “*construíram feitorias que foram os*

⁴³⁷ **Junta do Governo Provincial da Vila das Alagoas**, Ofício do Governador das Alagoas á Câmara do Poxim para que informasse, no prazo de 8 dias, se o administrador das matas, José de Mello Correia, servia bem ao seu emprego ou se descuidava dos seus deveres. 31 Mar. 1824. 02F. Obs: Oferta do Dr. João Guilherme Pitta. **IGHAL. 00263 - 05 - 01 - 10.**

⁴³⁸ CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió, EDUFAL: 2015. p. 33 e 34.

⁴³⁹ Essa expressão “TERMO” é muito utilizada nos documentos encontrados. Refere-se ao Poxim, principalmente quando se fala de Jequiá da Praia, que antes de virar vila era jurisdição do Poxim.

⁴⁴⁰ Na época Coruripe existia como um povoado de menor expressão econômica e populacional, então no caso o mais adequado era Poxim e não Coruripe. No mesmo período havia um porto chamado de Pituba, que ainda existe até os dias atuais, em que os franceses usavam para a extração do pau-brasil.

⁴⁴¹ O Porto do Francês, o qual servia no passado para contrabando de pau-brasil foi um trampolim para invasores e na primeira metade do século XIX, tornou-se Alfândega da Capitania de Alagoas. **IGHAL. Documento - 00260 - 05 - 01 - 07** - Ofício à Câmara do Poxim acerca da mudança da casa da Alfândega para o Porto do Francês. 21 de maio de 1823. Anexo X.

⁴⁴² **IGHAL. Documento - 0087 - 03 - 01 - 09** - Ofício ao Presidente da Câmara da Vila de São José do Poxim, comunicando que Portugal achava-se livre da invasão Francesa. Recife, 09 de dezembro de 1808. 01 F. Anexo XI.

*primeiros núcleos de atividade econômica da região. É possível que espanhóis e holandeses tenham também construídos feitorias na região de Coruripe sobretudo às margens da Lagoa de Jequiá*⁴⁴³. Para Moacir Santana,

os franceses desde cedo, muito antes da sua primeira tentativa de fixação no território brasileiro, nos fins de 1555, começaram a fazer incursões às plagas alagoanas, principalmente na região costeira, com a finalidade, puramente comercial, do tráfico de pau-brasil. Warden, ao discorrer acerca de três irmãos franceses, chamados Parmentier, que em 1520 vieram em um navio a Pernambuco carregar aquela madeira de tinturaria, acrescenta que essas incursões já naquela época eram muito comuns. Historiadores há, como Alfredo Brandão, que chegam a conjecturar ter sido a cidade de Penedo originada de um entreposto francês de comércio do pau-brasil. E a passagem dos franceses pelo território alagoano ficou assinalada na denominação do porto que serviu, durante o período colonial, para o escoamento das mercadorias da região da lagoa Manguaba — o porto do Francês (ou dos Franceses) —, localizado a uns 12 quilômetros de Maceió, e que se acha consignado como "Pto. Francese" no chamado Mapa de Barléu, mas de autoria de George Marcgrave, da parte meridional da Capitania de Pernambuco, e que data de 1643. Entretanto, na costa alagoana não existiu apenas este porto com a denominação dos franceses. Gabriel Soares de Sousa, em sua descrição do Brasil no ano de 1587, consigna três com aquele nome: "Porto Velho dos Franceses", quatro léguas antes do rio São Miguel, e que ainda hoje é conhecido como Porto do Francês; "Porto Novo dos Franceses", duas léguas adiante da foz daquele rio, na barra do rio Jequiá e, finalmente, o "Porto dos Franceses", protegido pelos Baixos de D. Rodrigo⁴⁴⁴, próximo à enseada formada pelo rio Coruripe.⁴⁴⁵

As devastações das matas em busca de madeiras e de pau-brasil em abundância da região facilitou não apenas para as construções dos engenhos, mas também para o desenvolvimento vocacional dessa indústria naval que cresceu no Poxim. A mata

foi praticamente o sustentáculo dos engenhos. Dela retirava-se não só a lenha para as fornalhas, como o madeiramento para a construção da casa-grande, fábrica e senzalas; para o carro-de-bois, barcaças e canoa empregadas no transporte; para a confecção de caixas, fechos, cunhetes e barricas para acondicionamento do açúcar.⁴⁴⁶

As matas do Poxim também foram alvo do contrabando de escravos africanos como aponta o chefe de polícia interino, Herculano Antonio Pereira da Cunha, em uma

⁴⁴³ LEMOS, João Ribeiro. **Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições**. Maceió. Ed. Do autor, 1999. p. 53 e 54.

⁴⁴⁴ Refere-se a Dom Rodrigo de Acuanã, comandante da nau de São Gabriel, que largou de Corunha, Espanha, em junho de 1525 em direção às Molucas. Sua frota foi desbaratada e Dom Rodrigo, com apenas trinta homens, resolveu retornar à Espanha carregado de Pau-Brasil. SOUSA, Jéssica Rocha de. **Nas Rotas dos Sertões: Comércio Interno e Contrabando entre as Capitânicas de Pernambuco e Bahia (1759-1780)**. Recife, 2018, 177 p. Dissertação (Mestrado) – UFRPE. p. 71.

⁴⁴⁵ SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do Açúcar em Alagoas**. Recife: Museu do Açúcar. 1970. p. 76.

⁴⁴⁶ Idem. 1970. p. 230 e 231.

carta para o vice-presidente da província a, Doutor Manoel Sobral Pinto, em 26 de junho de 1851, em que o chefe de policia organiza uma exploração na mata do Poxim-Grande:

Ontem me veio as mãos o officio de Vossa Excelência datado de 23 do corrente, e fico sciente do quanto nelle Vossa Excelência me recommenda. Convindo de mais perto providenciar sobre a exploração das mattas onde se suppõe ainda que e existe parte do contrabando de Africanos, derigir me a esta Villa, e para aqui marchou parte da Força que estava na Villa do Poxim, reunindo-a com a que aqui se achava, devidi-a; parte para explorar as mattas das Alagôas, e parte para as do Engenho da Ilha, deixando na Villa do Poxim 16 praças sob o commando do Alferes Acacio para explorar as mattas do Poxim-Grande, que se estendem até as do Engenho da Ilha. Devendo contar com a coadjuvação de pessoas praticas, que já estavam de antemão dispostas para servir de guia, e auxiliaram a exploração, constame pelas communicações que levo a prezença de Vossa Excelência, que se evadirão, deixando a força sem pratico: o mesmo quase fizeram dous guias que acompanharão⁴⁴⁷.

Mais adiante na mesma carta é citado a quantidade de escravos e para aonde iam esses escravos

hoje estou informado, que não sendo possível conservar-se reunido o contrabando, foi retirado das mattas do Engenho da Ilha, e nos taboleiros de Anadia, proximos ao Engenho Ferrado, foi devidido pelos compradores, que tinham sido convidados, sendo estes de diversos lugares da Provincia, seguindo uma porção de cem á duzentos Africanos para o sertão de Pernambuco, outra de menor numero para as Alagôas, repartindo-se o resto por diversas pessoas, tocando a uns 20 a outros 16⁴⁴⁸.

Não podemos deixar de citar a presença estrangeira que foi um fator preponderante no controle dos portos⁴⁴⁹ e estaleiros, principalmente no século XVIII, em que o Marquês de Pombal⁴⁵⁰, na pessoa de Vossa Alteza, o Rei D. José I, proibia o comércio estrangeiro nos portos do Brasil e quem “*quisessem comerciar ainda a que forem a troco de dinheiro e pagando todos os direitos pertencentes à Fazenda Real. A*

⁴⁴⁷ **CAIXA 2323 - DOCUMENTO:** Estado de alagoas – **assunto:** Diplomático - Contrabando em Alagoas **ano:** 1851. **APA Anexo XII.**

⁴⁴⁸ Idem.

⁴⁴⁹ Na década de 1760, houve uma diminuição na construção dos portos, na colônia, e por consequência da construção das embarcações por conta da crise aurífera. Ver FALCON, Francisco; CLAUDIA, Rodrigues (orgs.). A “**Época Pombalina**” no mundo luso-brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 37.

⁴⁵⁰ Segundo Falcon, Pombal baseava-se nos Atos de Navegação inglesa em sua estadia em Londres, pois havia uma grande preocupação para Pombal, que era defender seu projeto de controle do comércio português, tanto dentro da colônia quanto fora por isso que há uma reforma na Marinha de Guerra em Portugal e ao mesmo tempo estímulos à profissionalização dos militares, junto à construção naval nas mais diversas áreas do império português, e em especial o Brasil. Idem, 2015. p. 37.

colônia, era, pois, a “conservação” e o “remédio” de Portugal, que se arrunaria sem ela”⁴⁵¹. Isso vinha desde a Ordem Régia de 8 de fevereiro de 1711⁴⁵², em que estabelecia que os navios estrangeiros só pudessem vir nas frotas oficiais ou em caso de arribada forçada, prescrevendo rigorosas penas aos infratores. O exemplo dessa presença de navios estrangeiros tem um pedido de investigação da presença de um navio holandês em Coruripe, termo do Poxim, do governador e capitão-general de Pernambuco Manuel da Cunha e Meneses, em 12 outubro de 1770, em que ele pede

o exame e devassa acerca da arribada à barra de Coroípe de um navio holandês chamado Princesa do Brasil, de que é proprietário João Manuel da cidade de Amesterdão, capitão o holandês Jacob Blawn, fretado por Domingos Luís da Costa para a Costa da Mina⁴⁵³.

Um desses portos situava-se no termo de Jequiá da Praia, onde se produziam as sumacas para escoamento de produtos coloniais. Esse porto pertencia ao Sr. Francisco da Veiga Silva⁴⁵⁴ que no ano de 1788, conseguiu expandir um tímido porto de conserto de pequenas embarcações em um grande estaleiro. Segundo João Lemos, essas embarcações eram construídas por escravos e um desses escravos⁴⁵⁵ fugiu para o estaleiro mais próximo em Piaçabuçu que pertencia a Joaquim das Neves.

No século XIX, os portos do Poxim também foram um braço articulador do contrabando negreiro a exemplo temos o porto da Pituba que junto com o porto do Peba (Piaçabuçu) atraía a atenção de traficantes e não davam trégua para a fiscalização. O governo da Província de Alagoas estendeu a vigilância da barra do São Francisco, em Penedo, passando pelas Barras de Coruripe, Poxim, Jequiá da Praia, São Miguel até a enseada de Jaraguá (Maceió) formando a 1º divisão geográfica de fiscalização.

Sabia-se que a geografia de Alagoas ajudava para o contrabando tanto de escravos quanto de produtos comerciais, já que os contrabandistas usavam as estradas líquidas existentes na região. Com isso, a fiscalização criou a 2º divisão da área

⁴⁵¹ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1978. p. 176.

⁴⁵² Segundo Fernando Novais, a Ordem Régia de 8 de fevereiro de 1711, dizia que os navios estrangeiros (permitidos nos tratados) só pudessem vir nas frotas oficiais ou em caso de arribada forçada, prescrevendo rigorosas penas aos infratores. (NOVAIS, **Apud**, 1978, p. 82)

⁴⁵³ AHU_ACL_CU_004, Cx. 3, D. 199.

⁴⁵⁴ LEMOS, João Ribeiro. **Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições**. Maceió. Ed. Do autor, 1999. p. 162.

⁴⁵⁵ Idem. p. 162. O autor não identifica o nome do escravo e nem sua origem.

geográfica que ia do ancoradouro do Batel, Porto de Pedras, Barra de Camaragibe, enseada de Pajuçara (Maceió) e ancoradouro do Francês⁴⁵⁶. E para facilitar essa vigilância o Governo da província de Alagoas criou os “pontos”⁴⁵⁷, que foram 6 postos militares, mas que tomaremos apenas 4 para a nossa pesquisa, que foram os

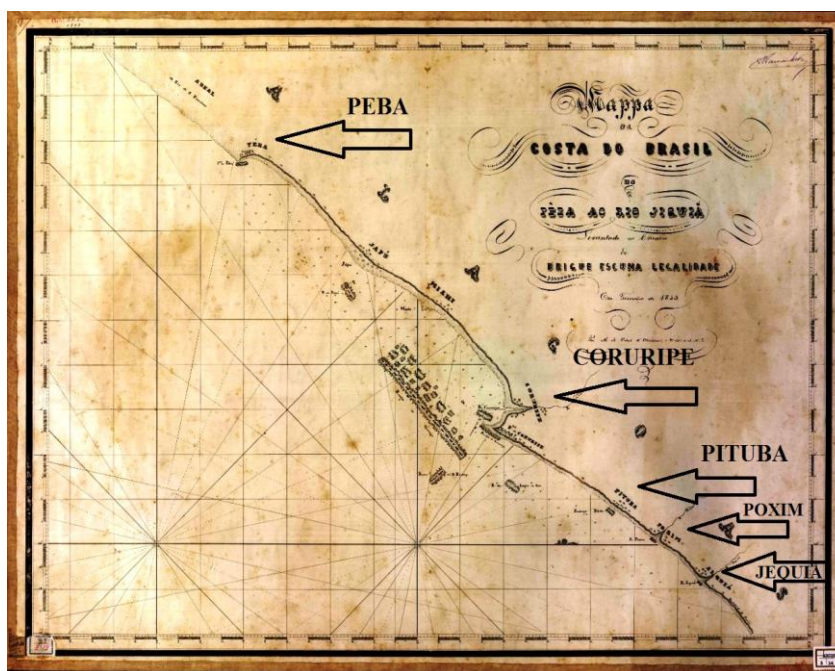
1 - Ponto do Batel – Correspondia a barra de Coruripe.

2 - Ponto do Francês – Correspondia Marechal Deodoro.

3 - Ponto do Peba – Correspondia ao ancoradouro em Piaçabuçu.

4 - Ponto da Pituba – Correspondia a enseada da Pituba na foz do rio Poxim, sendo o melhor ancoradouro depois do de Jaraguá.⁴⁵⁸ Vejamos abaixo 3 desses 4 portos apontados.

MAPA 10 – MAPA DA COSTA DO BRASIL DO PEBA AO RIO JEQUIÁ



FONTE: Mapa da Costa do Brasil do Peba ao Rio Jequiá, em 1833. <https://www.bn.gov.br/>.

Acesso em: 23 jan. 2019.

⁴⁵⁶ DUARTE, Abelardo. **Episódios do contrabando de africanos em Alagoas**. Maceió: Comissão Estadual do Centenário da Abolição, 1988. p. 33.

⁴⁵⁷ Cada um desses portos tinha um comandante. Às vezes um comandante ficava responsável por dois ou três portos como é o caso do 2º Tenente Comandante Luiz Francisco Teixeira, que era responsável pelos portos do Peba, Pituba e Batel. Ver **CAIXA 2323 - DOCUMENTO: Estado de alagoas – assunto: Diplomático - Contrabando em Alagoas ano: 1851. APA**

⁴⁵⁸ Idem. p. 34.

O presidente da província, o juiz de Direito Antonio Luiz Dantas de Barros Leite, recebe notícias do secretário de polícia Francisco Manuel Martins Ramos, do desembarque de escravos africanos no Pontal de Coruripe, onde fica o Ponto do Batel, em 28 de setembro de 1836, em que esses escravos viam da Bahia para serem vendidos na região do Poxim. O secretário de polícia informa que

sahi da Villa do Poxim as 8 horas da noute do dia 10 do corrente, pelos motivos que espendí a Vossa Excelência em o outro officio, e cheguei a Povoação de Coruripe a meia noute, e ahi me demorei té o dia 12, por me ter requisitado o Delegado, toda a minha força para capturar uns individuos no lugar denominado Batel, e desta deligencia rezultou a prizão de dous que concorrerão para o desembarque dos Africanos que ultimamente chegarão. No dia 12 fiz seguir o Senhor Cadete João Joaquim de Almeida Pinto, com as quinze praças para o ponto do Pebá, e eu segui para o Batel, e vi que o lugar não era proprio para o fim a que veio este destacamente, pois que d'ahi não se avista um só ponto do mar, e para nos collocarmos na praia fronteira que dista mais de um quarto de legua, ficavamos expostos ao tempo; por isso me derigi para o Pontal de Coruripe, que fica meia legua ao norte do Batel, não só por ter junto a praia onde nos abrigar, como por ser porto de muitas jangadas, e (...) ahi se avistar toda a costa para o Sul até o Pontal Merim, que tam bem é visto pelo destacamento do Pebá. Não se tendo ainda concluido a barraca para o destacamento de Pituba, por isso ainda se conserva na Barra do Jequiá o destacamento, e em Pituba uma Guarda de quatro homens. No ponto em que me acho nada tem occorrido, a não ser a entrada de um Hiate neste porto no dia 16 do corrente, que foi immediatamente visitado, e não se encontrou Africanos nem indicios de se empregar no trafico delles. Pela parte dada pelo commandante do ponto de Pituba, consta ter ahi fundeado um Hiate no dia 13 do corrente que foi por elle e mais quatro praças, vizitada immediatamente e nada encontrarão, que indicasse andar no trafico de Africanos, e do officio que ultimamente recebo datado de 17 do corrente, consta ainda estar o dito Hiate fundeado, e descarregando generos de commercio, e que passara ao largo uma Sumaca no dia 16 do Sul para o Norte, o qual tambem passou nesse mesmo dia pelo ponto e supponho ser o Brigue de Guerra que por aqui cruza. Da parte dada pelo Commandante do ponto do Pebá, consta ter por ali aparecido ao amanhecer do dia 1 do corrente uma embarcação de trez mastro, a qual dezaparecia pelas trez horas da tarde.⁴⁵⁹

O governador da Província de Alagoas, Dr. Manoel Sobral Pinto, recebeu um officio do Ministério de Negócios Estrangeiros datado de 11 de julho de 1851, em que dizia que havia um navio sardo⁴⁶⁰ “Sylphilde” que desembarcou no porto da Pituba, na enseada de Coruripe (Poxim) com 600 negros africanos que foram negociados e

⁴⁵⁹ **CAIXA 2323 - DOCUMENTO:** Estado de Alagoas – **assunto:** Diplomático - Contrabando em Alagoas **ano:** 1836. **APA.** Anexo XIII.

⁴⁶⁰ Refere-se na Ilha da Sardenha, Itália.

distribuídos na região e esse mesmo navio foi visto antes na Bahia, pois o mesmo acabara de chegar da Costa da África, na enseada de Benin, no Golfo da Guiné⁴⁶¹.

Contrabista (...) de Escravos a porta (...) das rigorozas averiguações que procedera aos Passaportes, as (...) não obstante ter entrado em lastro, não se achou com tudo materia para procedimento Judicial seja me pormettido levar igualmente à consideração de Vossa Excelencia, que sendo vós publica que os mencionados Escravos foram desembarcados de bordo d'este Brigue, na altura da Bahia, para aquella Sumaca, hé este facto poderosa materia para hum legal procedimento judicial; pois do Contrario se infringem as Leis, que tanto me cumpre pugnar pela sua religiosa observancia, na qualidade de Empregado Publico, que dizem respeito à Nação Britanica, quanto a Vossa Excelencia em as fazer cumprir.⁴⁶²

Temos outro registro de contrabando na região de Alagoas em 5 de dezembro de 1850⁴⁶³, com a escuna “Inocência” que foi detida com 162 negros em que

consta que no mês passado fora aprisionado pelo Comandante do brigue Legalidade uma escuna denominada Inocente, que se achava no rio São Francisco, em altura do Brejo Grande, tendo há pouco despejado africanos nas praias de Poxim, no sul desta capital; assim como que esta embarcação perdeu-se em um dos bancos da Barra ao sair do rio conduzida por gente do brigue. Também se diz que o brigue veio Para cruzar na costa desta província, requisitado pelo Exmo. Sr. Presidente e que S. Excia ordenara ao comandante que fosse ao dito rio São Francisco fazer aquele aprisionamento. É para sentir-se que seja real a perda de um navio que já pertencia ao Estado, pois consta terem-se achado todos os indícios de uma boa presa⁴⁶⁴.

Esses portos no período colonial representaram a alma do comércio mercantilista, no caso dos portos e estaleiros do Poxim intermediaram as relações entre a freguesia do Poxim e seus engenhos de açúcar, as fazendas de gado e gêneros alimentícios e o comércio de escravos africano e os interesses metropolitanos.

Na segunda metade do século XVIII, durante o período do monopólio da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba a empresa fez uso de 26 navios no transporte de escravos e produtos usuais da terra em 125 viagens⁴⁶⁵ de ida à África. A

⁴⁶¹ DUARTE, Abelardo. **Episódios do contrabando de africanos em Alagoas**. Maceió: Comissão Estadual do Centenário da Abolição, 1988. p. 55.

⁴⁶² **CAIXA 1038 - DOCUMENTO**: Estado de alagoas – assunto: Diplomático - Contrabando em Alagoas ano: 1831. APA. Anexo XIV.

⁴⁶³ É bom lembrar que nessa época havia um convênio Anglo-Brasileiro de 23 de novembro de 1826, que logo depois virou lei em 7 de novembro de 1831, em que o imperador D. Pedro II declara livre o escravo que desembarcasse no Brasil.

⁴⁶⁴ LIMA JR., Félix. **Escravidão em Alagoas**. Maceió: SERGASA, 1975. p. 74 e 75.

⁴⁶⁵ CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas de Navegação. Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro**. Editora: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, porto, 1969. p. 252.

Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, no ano de 1774 construiu 5 novos navios com os nomes de Olinda, Netuno, S. José, Postilhão 374 e Voador e teve a construção da corveta Bom Sucesso em 1775⁴⁶⁶ para o dinamismo comercial da empresa no Atlântico. Segundo Carreira, o circuito desses navios, no transporte de escravo seguia a seguinte normativa:

- 1 – Pernambuco – Rio de Janeiro – Costa da Mina – Pernambuco.⁴⁶⁷
- 2 – Pernambuco – Rio de Janeiro (ou não) – Angola ou Benguela – Pernambuco.
- 3 – Pernambuco – Lisboa – Costa da Mina ou Angola – Pernambuco, por vezes Rio de Janeiro.

Os portos que existiam no Poxim fixavam um dos pontos da dominação administrativa portuguesa, cujo local estava destinado sobretudo como ponto de apoio a navegação⁴⁶⁸ e, também, a posse do colonizador. Em um contexto geral, o Poxim e seus portos constituíam-se em um local para várias dominações coloniais, que se articulavam causando uma rede de intrigas e conflitos domésticos como cobranças indevidas de impostos e o uso arbitrário da força através do cargo, por muitas vezes recorrendo a violência física. Com isso, trago aqui um desses conflitos que envolvia Francisco Antônio de Sousa (sic), negociante natural de Pernambuco e residente na barra de Jequiá da Praia, termo da Vila Real de São José do Poxim e o ex-ouvidor-geral da Comarca de Alagoas, Manuel Joaquim Pereira de Matos Castelo Branco⁴⁶⁹.

O negociante alegou na carta a D. João, em 18 de julho de 1804, que o ex-ouvidor-geral, já fora do cargo⁴⁷⁰ e das atribuições que ele pedia, estava penhorando e arrematando seus bens e cobrando impostos das embarcações⁴⁷¹ e quilhas que entravam no estaleiro onde são feitas as construções de navios para o seu comércio e para venda

⁴⁶⁶ Idem. p. 253 e 254.

⁴⁶⁷ Idem. p. 255.

⁴⁶⁸ LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 30.

⁴⁶⁹ Ambos os sujeitos, tanto o ex-Ouvidor e o comerciante, usaram todas as armas para superar o poder de um do outro dentro de suas condições políticas e econômicas. CERTEU, Michel de. **A Escrita da História.** Forense Universitária. Rio de Janeiro. 2006.

⁴⁷⁰ É bom deixar claro que as reações aconteciam, quase sempre, por contas dos abusos de autoridades dos funcionários da Coroa.

⁴⁷¹ Anos mais tarde, em 12 de junho de 1822, os negociantes e moradores da Vila de Penedo envia uma solicitação, a D. Pedro, para o fim dos impostos relativos às lojas, vendas e embarcações, aplicado para os fundos do Banco do Brasil. **AHU_ACL_CU_004, Cx. 7, D. 515.**

nos portos da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Com isso, diz Francisco António de Sousa que,

a fim de fazer alli Commércio de embarcações tanto para a navegação do seu commércio quanto para arrumador vender nos Portos da Bahia, Rio de Janeiro, e Pernambuco, bem, e (...) modo que entrou negociantes fazem por ser aquelle lugar muito accomodado para a sahida das embarcações sucedêo quando o ouvidor da Comarca Manoel Joaquim Pereira de matos Castello Branco sem mais autoridade quando o fez simples arbitrio entrasse a exigir de cada huma das embarcações, que ião carregar ao Porto a quantia de 4\$000 réis; e por cada huma quilha que sepunha no estaleiro para se construir no mesmo porto a quantia de 6ø400 réis. Quanto os primeiro imposto, hé certo, quando queixando-se aos donos das embarcações do competente Governo, fôrrão por este providenciados expedindo-se ordem á Camara, para mais não exigir simples imposto. Quanto os primeiro imposto, hé certo, quando queixando-se aos donos das embarcações do competente Governo, fôrrão por este providenciados expedindo-se ordem á Camara, para mais não exigir simples imposto⁴⁷²

O negociante vai mais além ao dizer que o sucessor de Manuel Joaquim Pereira de Matos Castello Branco, José dos Santos Pinheiro Matos, não cobrou tal imposto

Quanto porêm os segundo, bem quanto o Supperior oppussesse, e mesmo procurasse tão bem recorrer, todavia não chegou a fazer; porque antevendo isso mesmo o ex-Ouvidor evitou no mesmo recurso dando ordem para que o imposto se não cobrasse coactivamente de pessoa alguma, mas somente aquelles que por mais (...) amigaveis quizesem satisfazer; o que porêm não practicou o teu sucessor José dos Santos Pinheiro Matos, que apenas tomou pose do lugar entrou a mando (...) e mais constructores que queirão pagar, e com tal violencia evexame que nem lhes admitia requerimento algum supperior, entre tanto os (...) estivessem em remessas, e o dinheiro recolhido ao cofre e ameaçando compromisso assim a todos que copperasse como disse ao proprio Comandante da Villa Pedro José de Matos (...) hé (...) até lhe infformava todos os recursos porque se alguma advogado se proponha defende-lo, o tractado mal de palavra, suprendia, e até prendia como fez ao advogado da Villa do Penedo Antonio de Mello Paes, e a propria parte estando em autoridade geral e não menos a outro advogado da mesma Villa na segunda comunicação que for (...), (...) hé contrario a todas as Leis, Direito, Razão, porque impôs novo tributo hé proprio da Suprema Real autoridade, e não dos Ministros, aos que hé só concedido o executado as leis e as faze-las accrescendo so aquelle imposto prejudicial ao commércio, e por consequencia ao estado e á Real Corôa hé pois por tudo isso que o Suppremo recorre a Vossa Alteza Real para que se diga dão lhe aprovidencia, que o caso pede, mandando informar (...) do exposto; e achando (...) que não se (...) do mais por fim o imposto, senão que se faça repôr ao Suppremo tudo quanto, indevidam se lhe houver extorquido pelo os titulo ou multando se

⁴⁷² AHU_ACL_CU_004, Cx. 5, D. 396. Anexo XV.

apreheram e rematação indevidam (...) restituindo-se (...) os bens arremataodos. Portanto.⁴⁷³

Esse conflito mostra que Manuel Joaquim Pereira de Matos Castelo Branco não garantia a função jurídica de seu cargo, nem no momento que era ouvidor-geral, nem após, pois “*entre o poder central e o poder local havia uma densa rede de relações*”, o que fez o exercício do poder, por parte da Coroa, depende do apoio dos grupos locais, implicando”⁴⁷⁴, segundo ele, “*o florescimento de clientelas e de redes de intermediários sociais*”⁴⁷⁵. A função da ouvidoria era garantir a aplicação da lei e a manutenção da paz no seu local de trabalho para todos os que lá viviam e fiscalizar todos os representantes da coroa, evitando abusos de poder e outras mazelas que oferece; acima de tudo evitar e eliminar conflitos, mas não foi o que houve pelo que vimos: Manuel Joaquim Pereira de Matos Castelo Branco atormentou a vida dos moradores e comerciantes do Poxim com a prática de cobranças indevidas e de abuso de poder através do cargo exercido por ele. Por outro lado, às práticas abusivas e a corrupção “*fazia parte do sistema, pois cumpriu uma função política importante ao facilitar o equilíbrio de interesses entre a metrópole e as sociedades coloniais já formadas em princípios do século XVII*”⁴⁷⁶.

Em vista dos argumentos apresentados, atrevo-me aqui em dizer que esse tipo de postura dos membros da coroa foi também um dos fatores que abriram as portas ao contrabando, tendo em vista que “*os conflitos de jurisdição, que persistiram por décadas, foram fundamentais na formação de “uma consciência política” e de “noção de direitos e prerrogativas*”⁴⁷⁷.

⁴⁷³ Idem.

⁴⁷⁴ ROMEIRO, Adriana. Corrupção e poder. Uma história, séculos XVI a XVIII. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 43

⁴⁷⁵ Idem.

⁴⁷⁶ Idem. p. 73.

⁴⁷⁷ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial**. Recife: Edufpe, 1997.

CAPÍTULO III - AS LAVOURAS COMERCIAIS DO POXIM

“Ainda que se saiba a tarefa da cana que um negro há de plantar em um dia, e a que há de cortar, quantas covas de mandioca há de fazer e arrancar e que medida de lenha há de dar, como se dirá em seu lugar”

André Antonil⁴⁷⁸

No período colonial, o fumo foi considerado como atividade econômica secundária, já que o lastro econômico da colônia estava centrado no açúcar, mas o cultivo do fumo foi uma atividade essencial para o Brasil no comércio transatlântico de escravos em pleno século XVIII. Unia-se a qualidade indiscutível como facilidade de plantio e o alto valor comercial⁴⁷⁹. Segundo Ana Emilia Staben, “*a produção de tabaco na Capitania de Pernambuco estava diretamente relacionada ao comércio de escravos com a Costa da Mina*”⁴⁸⁰. A Costa da Mina foi o principal destino de grande parte do tabaco produzido na Bahia e Pernambuco durante o período colonial.

Ao longo do século XVIII, o fumo favoreceu a elevação de renda dos agricultores baianos e um pequeno grupo de produtores na região do Baixo São Francisco, incluindo aqui as vilas do Poxim e São Miguel (Alagoas) que mais tarde aplicariam o fumo e seus capitais nas praças baianas gerando um desconforto político e econômico entre os comerciantes das praças de Recife e Salvador⁴⁸¹.

O cultivo do tabaco e produção de fumo encilhava-se ao plantio da mandioca (*Manihot utilissima*) e a produção de farinha no Poxim no século XVIII, pois a importância da farinha de mandioca em terras alagoanas chega ao comércio transatlântico, já que da “*farinha de mandioca estava o sustento de africanos, escravos*

⁴⁷⁸ ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. p. 34.

⁴⁷⁹ STABEN, Ana Emilia. **Negócios de escravos. O comércio de cativos entre a Costa da Mina e a Capitania de Pernambuco (1701 - 1759)**. Curitiba, 2008. Recife, 121 p. Dissertação (Mestrado) – UFPR. p. 45.

⁴⁸⁰ STABEN, Ana Emilia. **Negócios de escravos. O comércio de cativos entre a Costa da Mina e a Capitania de Pernambuco (1701 - 1759)**. Curitiba, 2008. Recife, 121 p. Dissertação (Mestrado) – UFPR. p. 45.

⁴⁸¹ Idem. p. 50.

em trânsito pelo Atlântico, marinheiros em circulação pelo mundo a partir da era das navegações”⁴⁸².

A farinha de mandioca foi a base de sustentação de tropas militares em Alagoas, Pernambuco e Bahia como mostra o ofício⁴⁸³ da Câmara do Penedo a Câmara do Poxim, pedindo autorização à Câmara do Poxim para retirar a quantia de “duzentos alqueires de farinha desta embarcação que se acha ancorada no Porto de Coruripe”, em 12 de abril de 1817. Considerada gênero de primeira necessidade pública pela Câmara Municipal de Maceió, em 27 de fevereiro de 1845⁴⁸⁴, já que a população (habitantes mais pobres, homens livres e escravos) dependiam do “pão do Brasil”⁴⁸⁵ (como era conhecida a farinha) se alimentarem.

A mesma farinha que alimentava também foi a motivação para o conflito que ocorreu no ano de 1727, em São Miguel (termo do Poxim), entre o alferes Bento Rebelo Pereira e ex-Ouvidor-Geral de Alagoas João Vilela do Amaral. Tudo começou quando o alferes Bento Rebelo Pereira condenou Antônio Silva e outras 6 pessoas por desvio de farinha e peixe e que as mesmas pessoas tinham o apoio do ex-Ouvidor-Geral.

Notamos a importância da mandioca “que durante milênios foi domesticado pelos índios da América do Sul”⁴⁸⁶ e vem sendo consumido desde do século XVI pelos europeus no processo de colonização das novas terras conquistadas. Segundo Jayme Rodrigues, a farinha de mandioca era “comida de índios selvagens e de escravos negros no Brasil, acabou por fazer a viagem inversa, e ir alimentar em África os pais dos futuros escravos que a comeriam na sua América de origem”⁴⁸⁷.

Contudo, o consumo de farinhas, raízes e tubérculos cozidos como a mandioca tornou-se a base alimentar da dieta na colônia, pois a farinha de mandioca substituía o

⁴⁸² RODRIGUES, Jaime. “De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. Rev. Bras. Hist. [online]. 2017, vol.37, n.75, pp.69-95. Epub Sep 11, 2017. ISSN 0102-0188. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-03>. p. 84 e 85. p. 1.

⁴⁸³ IHGAL. Documento – 001676 – 21 – 03 – 22.

⁴⁸⁴ IHGAL. Documento – 01313 – 018 – 01 – 11.

⁴⁸⁵ SILVA, Paula Pinto e. **Farinha, feijão e carne-seca. Um tripé no Brasil colonial**. Editora Senac, São Paulo, 2005. p. 85.

⁴⁸⁶ RODRIGUES, Jaime. “De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. Rev. Bras. Hist. [online]. 2017, vol.37, n.75, pp.69-95. Epub Sep 11, 2017. ISSN 0102-0188. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-03>. p. 84 e 85. p. 71.

⁴⁸⁷ Idem. p. 1.

pão de trigo⁴⁸⁸, que os portugueses estavam acostumados a consumir. Percebe-se que a base alimentar da colônia foi fortemente influenciado pelo modo de produção econômico de monocultura da cana-de-açúcar, que trouxe os elementos branco, negro e índio.

3.1 – A PRODUÇÃO DE FUMO NO POXIM

O fumo começou a ser plantado no Brasil lá pelos idos de 1570, apenas para consumo local e não era necessário uma estrutura econômica complexa para plantar o tabaco e produzir o fumo, era preciso apenas a limpeza do terreno em volta. Com isso, as pessoas mais simples, com acesso à terra, tinham a facilidade do cultivo do fumo sem possuir um investimento econômico grande para plantá-lo, e teriam um produto de valor em sua horta no quintal de casa, diferente do açúcar. Segundo Antonil, o início da plantação do tabaco já ocorria no século XVI, pois

até que, imitado por vizinhos, que com ambição a plantaram e enviaram em maior quantidade, e, depois, de grande parte dos moradores dos campos, que chamam da Cachoeira, e de outros do sertão da Bahia, passou pouco a pouco a ser um dos gêneros de maior estimação que, hoje saem desta América meridional para o Reino de Portugal e para os outros reinos e repúblicas de nações estranhas. E, desta sorte, uma folha antes desprezada, e quase desconhecida, tem dado e dá atualmente grandes cabedais aos moradores do Brasil e incriveis emolumentos aos erários dos príncipes.⁴⁸⁹

A plantação da “erva santa”⁴⁹⁰ foi proibida em 5 de fevereiro de 1639 pelo então governador do Brasil, D. Fernando Mascarenhas, o Conde da Torre, alegando que as pessoas deixariam de plantar gêneros alimentícios de primeira necessidade para colônia. Nos arredores da cidade de Salvador, o tabaco que saía da Bahia com destino à África cortava os rios caudalosos como Paraguassú, Sergipe, Jaguaripe, Matuim, Paranamerim e Pirajá,

⁴⁸⁸ SILVA, Paula Pinto e. **Farinha, feijão e carne-seca. Um tripé no Brasil colonial**. Editora Senac, São Paulo, 2005. p. 41.

⁴⁸⁹ ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas**. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982. p. 51.

⁴⁹⁰ Expressão utilizada por Sebastião Rocha Pita. Ver PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Ed. Senado Federal. Brasília, 2001. p. 38.

que de muito longe vem cortando e dividindo as terras do recôncavo, e dão comodidade a grandes povoações, as quais pelas máquinas dos engenhos, casas dos lavradores e dos que senhoreara aquellas propriedades, ou vivem ao beneficio delas, parecem vilas; sendo navegáveis e cursados de tantos barcos, que conduzindo mantimentos e todo o gênero de regalos à cidade, se veem nas suas praias cada dia mais de oitocentos, sendo quase dois mil os que cursam a sua carreira, alguns tão possantes que carregam sessenta e mais caixas de açúcar, trezentos e mais rolos de tabaco.⁴⁹¹

O desembargador Belchior da Cunha Brochado em 1698, apontou Pernambuco como maior produtor de fumo além da Bahia. A Capitania de Pernambuco tinha lavradores que produziam do “Rio de S. Francisco, Rio de S. Miguel, (rio) Santo Antonio grande Alagoas, Porto do Calvo, Serinhaem, Barra Grande, Rio Fermoço, e Guayana (Goiana)”⁴⁹², de onde o tabaco era levado “em sumacas” para os portos baianos e ao norte seguia para Paraíba através do descaminho e contrabando, exigindo maior fiscalização da Mesa de Inspeção do Açúcar e Tabaco⁴⁹³, que segundo Idelma Aparecida Ferreira Novais, em 1799 foram apreendidas

caixas de açúcar pertencentes ao comerciante da Bahia e proprietário do navio onde se encontrava a mercadoria é um dos exemplos de irregularidades em que o Ouvidor Geral das Alagoas Francisco Nunes da Costa relata em seus ofícios ao Secretário de Estado Martinho de Melo e Castro. Segundo informa, foram apreendidas aproximadamente 100 caixas de açúcar.⁴⁹⁴

Mais adiante, Francisco Nunes da Costa afirma que era impossível fiscalizar a região do contrabando, enquanto os senhores de engenho da região participasse desse comércio ilegal, devido a “*facilidade com que vendem as suas safras inteiras conhecida a contrabandistas*”⁴⁹⁵.

⁴⁹¹ PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Ed. Senado Federal. Brasília, 2001. p. 70.

⁴⁹² LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico: Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco: (1654-1760)**. São Paulo: USP, 2008. Tese de Doutorado. p. 119.

⁴⁹³ A Mesa de Inspeção estava regulamentada tanto pelo seu próprio Regimento de 1º de abril de 1751 como também pelo novo Regimento da Alfândega do Tabaco de 16 de janeiro de 1751 além de ser amparado por decretos e alvarás aprovados entre os meses de janeiro a agosto de 1751. NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. **A Mesa de Inspeção do Açúcar e do Tabaco da Bahia, 1751-1808**. São Paulo: USP, 2016. Tese de Doutorado. p. 27.

⁴⁹⁴ Idem. p. 115.

⁴⁹⁵ Idem. p. 116.

Segundo Gustavo Acioli Lopes, a Capitania de Pernambuco (e suas adjacências; Alagoas era uma delas) era a segunda maior produtora de tabaco do Brasil⁴⁹⁶, ficando atrás apenas da Bahia⁴⁹⁷. Por outro lado, o tabaco produzido em Alagoas era um dos melhores. Vejamos em sua descrição:

das ditas localidades, umas aparecem com freqüência apontadas como fumicultoras nas missivas oficiais. É o caso de Alagoas, onde, segundo um dos superintendentes do tabaco de Pernambuco, “naquella^{p.te} se cultivava a maior quantidade do melhor tabaco, q nesta Capitania se fabrica”.⁴⁹⁸

A região citada que produzia o fumo corresponde ao norte de Penedo, vila de São Miguel e áreas circunvizinhas⁴⁹⁹, então se acredita que desde o século XVIII até o XIX, o Poxim era essa área que também produzia o tabaco⁵⁰⁰, já que a lavoura fumageira sempre estava ligada a outras lavouras como é o caso da mandioca⁵⁰¹ e o Poxim era o maior produtor de mandioca também plantada pelos escravos da região sul de Alagoas no século XVIII. Observando a descrição de Rocha Pita, notamos que era comum no espaço que se produzia açúcar ter o labor da produção de mandioca e tabaco, onde

há muitas casas de coser os meles para os açúcares batidos, outras para os reduzir a aguardentes. Descobrem-se dilatados campos plantados de tabaco, vários silios ocupados de mandioca, outros cultos com pomares e jardins.⁵⁰²

⁴⁹⁶ O novo regimento do tabaco, decretado por Pombal, de 16 de janeiro de 1751, aliviou as dificuldades dos produtores de fumo. TEIXEIRA SOARES, Álvaro. **O Marquês de Pombal**. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1983. p. 173.

⁴⁹⁷ A vila de Cachoeira, na Bahia, era a maior produtora de fumo no Brasil. Produzia em média 170 mil arrobas anuais. MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. **As múltiplas faces da escravidão. O espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 – c. 1756**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012. p. 141.

⁴⁹⁸ LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico: Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco: (1654-1760)**. São Paulo: USP, 2008. Tese de Doutorado. p. 119

⁴⁹⁹ Essa área refere-se ao Poxim. O limite entre o Poxim e São Miguel nessa época é a lagoa de Jequiá, que na época pertencia ao Poxim. Ver LIMA, Ivan Fernandes. **Ocupação Espacial do Estado de Alagoas**. Governo do Estado de Alagoas. Maceió: SEPLAN, 1992. p. 55.

⁵⁰⁰ Lançamento de imposto de fumo nos anos na primeira metade do XIX; 1843-44/1851-52/1847-48/1872-73/1880-81/1896/ 1840-41. **Caixa 5048. Arquivo Público de Alagoas - APA**.

⁵⁰¹ No período de dominação holandesa, no século XVII, conforme citado por Nardi, Adrian Verdonck fala que “perto do rio São Francisco existe um lugar chamado Alagoas [...] há poucos habitantes [...] os moradores plantam ali grande quantidade se mandioca, e a maior parte da farinha vem para Pernambuco que é desta procedência: outrossim planta-se neste lugar muito fumo e prepara-se considerável porção de peixe seco que toda é trazida para aqui e prontamente vendida”. (Apud,1996, p. 42). NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**. Lavoura, Comércio e Administração. São Paulo: Brasiliense, 1996.

⁵⁰² PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Ed. Senado Federal. Brasília, 2001. p. 76.

O tabaco não dependia da mão de obra compulsória e era incentivado por braços familiares, ou seja, pelos pequenos produtores⁵⁰³ “*era, de certa forma, uma luta entre a lavoura dos homens livres*”⁵⁰⁴, já o açúcar e a mandioca dependia de braços escravos. Segundo Jean Baptiste Nardi, em sua obra *O fumo brasileiro no período colonial. Lavoura, Comércio e Administração*, a estrutura política de um lavrador⁵⁰⁵ de fumo, no final do século XVIII, organizava-se mais ou menos assim; “*lavrador livre, branco, casado, família de sete pessoas, rendeiro, quatro escravos, 4,3 tarefas cultivadas, solo de areia ou salão, sem uso de esterco de gado, produção de 232 arrobas de fumo*”.⁵⁰⁶

No auge da produção fumageira, surgiram grandes produtores como Francisco Álvares Camelo, sargento-mor de São Miguel, que era um grande produtor do gênero e tinha mão de obra escrava, ou seja, era um homem de posses que em 1722 vendia sua produção de tabaco em Pernambuco e mantinha duas lavouras comerciais – mandioca e tabaco - para serem exportadas. As arrobas de tabaco seguiam o caminho de Salvador e de lá iam para o reino, África e, por fim, a Índia⁵⁰⁷, servindo como moeda, como foi “*o uso do tabaco como mercadoria-moeda*”⁵⁰⁸ no tráfico de escravos em Pernambuco⁵⁰⁹ foi

⁵⁰³ Segundo Lopes, esses produtores eram as pessoas mais pobres da região. Isso desde início do plantio do tabaco em Alagoas lá pelos idos do final do século XVII. Um prova das condições sociais desses produtores, ainda em Lopes, é a resposta a Ordem Régia do governador de Pernambuco Francisco Martins Mascarenhas referente à cobrança de impostos dessas pessoas, em que ele diz; “Lavradores deste gênero morão vinte e sincoenta Legoas em distancia do Recife, e que são os mais pobres do Brazil”. Apud. 2008, p.103. Situação diferente do Francisco Álvares Camelo.

⁵⁰⁴ Faço aqui, uma alusão à obra de Schwartz quando ela fala da plantação de açúcar e do trigo que eram produzidos juntos na Ilha da Madeira. Ver. SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 25.

⁵⁰⁵ Segundo Schwartz, o termo lavrador era destinado a qualquer pessoa que exercia à prática agrícola e que no século XVIII, era usada para se referir aos mais humildes agricultores. Ver SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 247.

⁵⁰⁶ NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**. Lavoura, Comércio e Administração. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 69.

⁵⁰⁷ Segundo Roquinaldo Ferreira, as embarcações partiam de Salvador com o tabaco fino, muitas vezes contrabandeado para Índia, que depois eram devolvidos com panos indianos para serem vendidos nas praças de Salvador e no comércio ilegal. FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.) **Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 219 e 220.

⁵⁰⁸ Em Angola o tabaco servia até de preço de resgate dos escravos. No ano de 1780 um negro na África correspondia por 4 rolos de tabaco baiano e 12 pernambucano. Por essa diferença, que os comerciantes pernambucanos quando iam comprar as “peças” eles faziam negócio como tabaco que vinha da Bahia. NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**. Lavoura, Comércio e Administração. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 220 e 221.

⁵⁰⁹ Com a Costa da Mina. É bom ressaltar, que o mais importante para Pernambuco não era a exportação do fumo, mas a importação dos escravos. Ver. CARREIRA, Antônio. **AS Companhias Pombalinas de Navegação. Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro**. Editora: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, porto, 1969.

*favorável a que o setor açucareiro, assim como na Bahia, suportasse a inflação no mercado de mão-de-obra”.*⁵¹⁰

Saem da nossa América portuguesa para todos os portos do reino em cada um ano cem navios, umas vezes com maior, outras com menos carga, mas sempre com tanta, que comutando a de uma com a de outra frota, carregam vinte e quatro mil caixas de açúcar de mais de trinta arrobas cada uma; mais de três mil feixos de seis e de oito, e de duas mil caras de arroba; dezoito mil rolos de tabaco de oito até dez arrobas (...)⁵¹¹

Lopes afirma que boa parte desse tabaco que saía dessa região ia em direção a Salvador, para ser levado para comércio na Costa da Mina, já que Salvador era a melhor praça⁵¹² para a venda do produto. Já a outra parte do tabaco seguia rumo ao porto do Recife⁵¹³. Além de ter uma praça melhor em Salvador, os produtores de tabaco em Alagoas fugiam de impostos altos sobre o produto em Recife e Olinda, com isso havia uma quantidade maior do fumo do Poxim e São Miguel na Bahia, pois

naquella parte se cultivava a maior quantidade do melhor tabaco, q nesta Capitania se fabrica, vendo que a este Recife se não conduzia quantidade alguma sendo-lhe facil a conduçam por mar, e inquirindo a rasam desta falta achei que como cada arroba de tabaco pague neste Recife 160 rs. para o contrato da imposiçam do subcidio, e na Bahia pague a mesma quantia cada rolo os levam os Lavradores antes aquella Cidade, ainda que fique em dobrada distancia porq vem a lucrar a diminuiçam do tributo [...] [e, completou,] para tambem o poderem-no mais facilmente descaminhar [...].⁵¹⁴

O mapa abaixo mostra, segundo Jean Baptiste Nardi, em sua obra *O fumo brasileiro no período colonial*, as áreas de cultivo do tabaco. Observando melhor,

⁵¹⁰ LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico: Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco: (1654-1760)**. São Paulo: USP, 2008. Tese de Doutorado. p. 208.

⁵¹¹ PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Ed. Senado Federal. Brasília, 2001. p. 111.

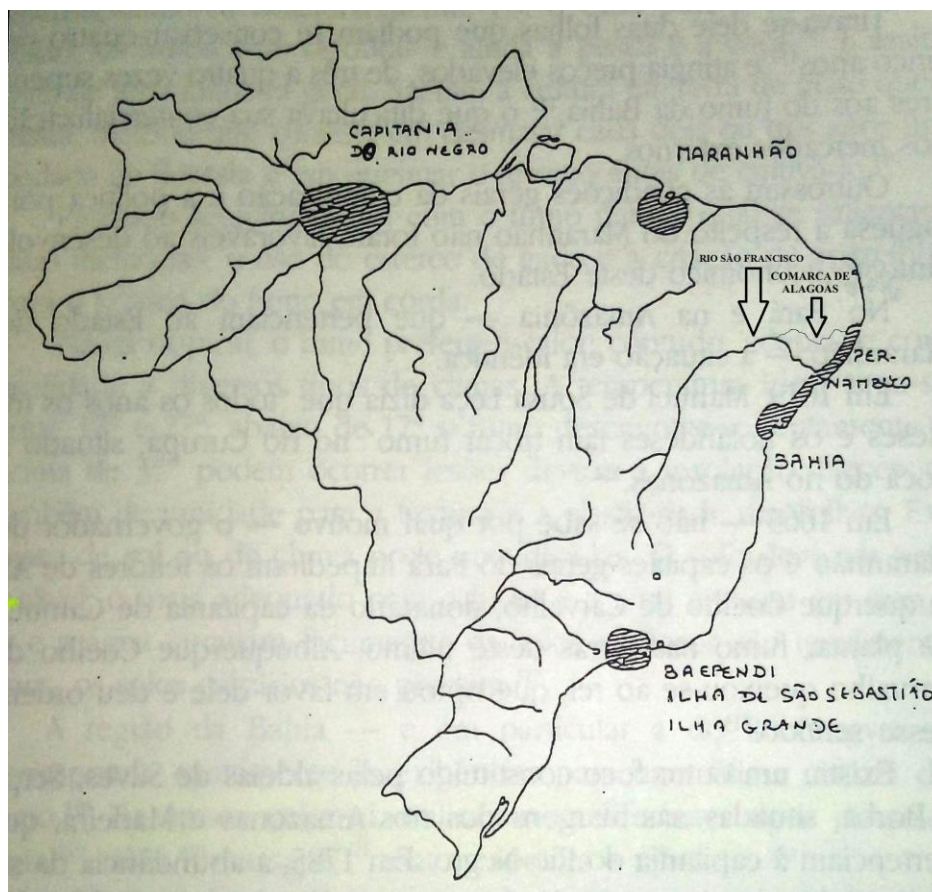
⁵¹² Segundo Érika Dias, em “As pessoas mais distintas em qualidade e negócio”: a Companhia de Comércio e as relações políticas entre Pernambuco e a Coroa no último quartel de Setecentos, A *praça* era já então a comunidade mercantil da cidade. Na primeira metade de Setecentos, o homem de negócio era um comerciante interessado no negócio por grosso à longa distância, enquanto os “negociantes” eram aqueles que vendiam por miúdo. (Apud, 2014, p.10). DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. “**As pessoas mais distintas em qualidade e negócio**”: a Companhia de Comércio e as relações políticas entre Pernambuco e a Coroa no último quartel de Setecentos. Lisboa, Portugal. 2014. 587 p. Tese (Doutorado) em História, especialidade em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Lisboa, Portugal. 2014.

⁵¹³ A falta de recursos políticos e financeiros foram dois de alguns motivos da precariedade de Pernambuco, incluí Alagoas, já que boa parte da renda das Superintendências provinha das taxas que vinham do fumo, e havia muito imposto sobre ele em Pernambuco, por isso que a produção era deficiente. Com isso, os fumageiros de São Miguel e Poxim vendiam as arrobas de tabaco para Bahia, já que o Poxim está na rota do caminho real para Salvador.

⁵¹⁴ LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico: Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco: (1654-1760)**. São Paulo: USP, 2008. Tese de Doutorado. p. 221.

notamos a grande extensão da plantação da “erva santa” entre Pernambuco e Alagoas, onde boa parte da produção da Capitania de Pernambuco está na Comarca de Alagoas, e Bahia.

MAPA 11 - POSIÇÃO DAS ÁREAS EM QUE SE PLANTAVA FUMO NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XVIII⁵¹⁵



FONTE: NARDI, 1996. p. 49.

Com o tabaco geralmente se fazia troca ou resgate por escravos sem a figura de moeda. Esses escravos que chegavam de Salvador seguiam rumo as Minas Gerais para o trabalho na extração do ouro⁵¹⁶ e outra parte do contingente humano era distribuída para Penedo, Poxim, Jequiá da Praia, Alagoas do Sul, Porto Calvo, Recife e Paraíba. A

⁵¹⁵ NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**. Lavoura, Comércio e Administração. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 49.

⁵¹⁶ Com a queda da produção aurífera, lá por volta de 1757, o fumo ampliou-se nas Minas Gerais e passou a sustentar a economia mineira. Ver NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**. Lavoura, Comércio e Administração. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 46.

mesma dinâmica se dava com o tabaco e o açúcar que saíam de Alagoas até chegar à Paraíba para fazer negócio com a Costa da Mina e Angola.

fornecerem maior comercio, consumo, e preço, e menos gravame de subcidios [...]. Emquanto a distancia não sem duvida ser muito mais perto da dita Vila a Pernambuco do que a esta Cidade para onde há de Verão melhor monção a resp.o dos Ventos e agoas que Correm para o Sul, de alguns annos a esta parte se conserva reciproco tracto entre os homens de negocio desta praça, e os moradores daquela Villa com a dependencia de Largas Contas [...].⁵¹⁷

A parte da produção do tabaco que seguia ao Recife⁵¹⁸ através das sumacas percorria os “rios do açúcar”, arrobas e mais arrobas do tabaco e tudo era registrado assim com as embarcações, os comerciantes, o destino e a quantidade da carga que saíam da região de Penedo, Vila Real de São José do Poxim, Vila de São Miguel e a Vila de Santa Maria Magdalena da Alagoas do Sul. Como nos registros de 1717, em que dizia que

neste Armazem⁵¹⁹ onde se costuma recolher [o tabaco], entrarão somente [4.500 arroba], q a mayor parte dellas mandarão vir os homens de negocio q tem embarcações para Costa da Mina, de fora desta Capitania, como foy de Sam Miguel Villa das Alagoas e do Rio de Sam Francisco [...].⁵²⁰

Olinda e Recife não estavam satisfeitas com a perda do tabaco que saía de Alagoas⁵²¹ para Salvador e Paraíba, já que os produtores de Alagoas passaram a ter autorização⁵²² através de uma concessão Régia⁵²³ de mandar o produto sem seu

⁵¹⁷ LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico: Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco: (1654-1760)**. 2008, p. 142.

⁵¹⁸ As arrobas de fumo eram destinadas, tanto à Costa da Mina quanto a Lisboa. Ver. NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial. Lavoura, Comércio e Administração**. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 49.

⁵¹⁹ Segundo Nardi, em **O fumo brasileiro no período colonial. Lavoura, Comércio e Administração**, antes do fumo seguir o destino de seus compradores eles ficavam em trapiches, no caso do fumo fabricado em São Miguel e Poxim ficavam em um próximo ao Rio São Francisco, de mesmo nome, mas não conseguimos identificar esse local. p. 97.

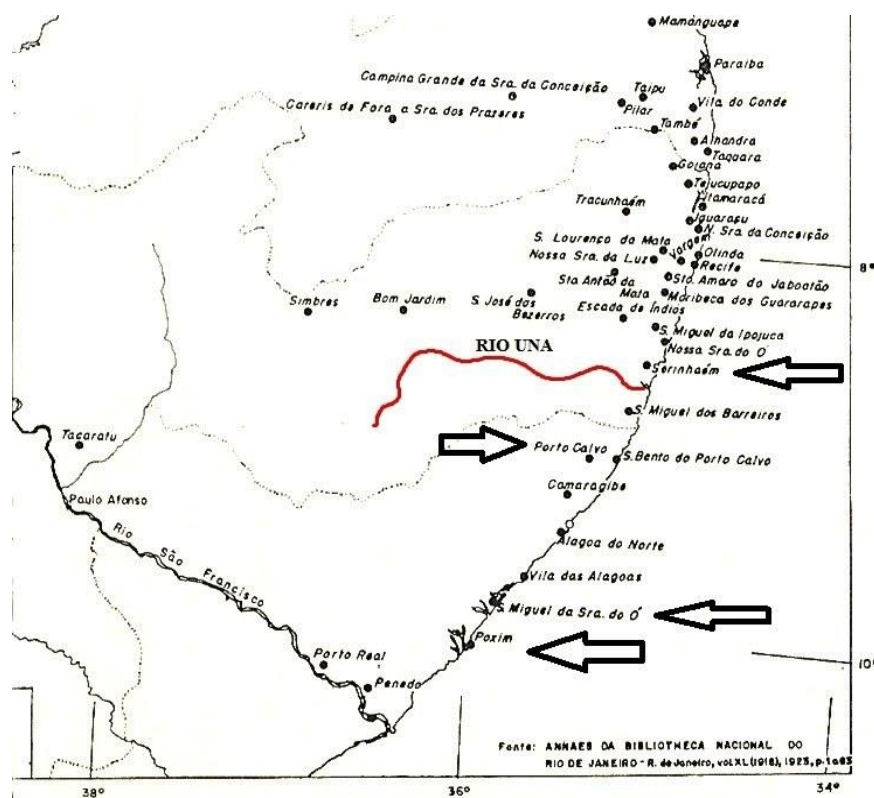
⁵²⁰ LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico: Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco: (1654-1760)**. 2008, p. 147.

⁵²¹ Desde do fim do século XVII, o tabaco que era produzido em Penedo, São Miguel e adjacências, aqui temos o Poxim, enviava o produto para Pernambuco para ser comercializado nas grandes casas comerciais em Portugal. Com isso, em 1662 Olinda passa a taxar o produto que saía de Alagoas, o que causou problemas econômicos para esses produtores e foi a partir daí que o tabaco alagoano passou a ser vendidos para Salvador.

⁵²² Segundo Lopes, os produtores de Alagoas receberam autorização para mandarem seu tabaco para a Bahia, sem precisar enviá-lo ao Recife. DO OUVID.or Geral de Pernambuco. Pernambuco, 20 de maio de 1714. TT, JT, Maço 97-A, Caixa 85. Apud. LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e**

consentimento em 20 de maio de 1714. Para os comerciantes nas vilas de São Miguel e freguesia do Poxim, Salvador era o melhor destino do tabaco produzido em suas áreas, pois além dos preços serem menores, como já foi citado, era mais perto, e o custo do frete dos produtos sairia mais barato. Nesse sentido, o mapa abaixo identifica os três maiores produtores de fumo de Alagoas. Fumo esse que seguia rumo a Bahia para ser vendido no comércio europeu, africano e asiático na Carreira da Índia⁵²⁴.

MAPA 12 - POSIÇÃO DAS ÁREAS EM QUE SE PLANTAVA FUMO EM ALAGOAS NO FINAL DO SÉCULO XVIII⁵²⁵



FONTE: RIBEIRO JÚNIOR, 1976. p. 64 e 65.

comércio atlântico: Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco: (1654-1760). 2008, p. 123.

⁵²³ Os produtores de Alagoas receberam autorização para mandarem seu tabaco para a Bahia, sem precisar enviá-lo ao Recife. DO OUVID.or Geral de Pernambuco. Pernambuco, 20 de maio de 1714. TT, JT, Maço 97-A, Caixa 85. (Apud, 2008, p. 123). LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico: Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco: (1654-1760).** 2008.

⁵²⁴ Segundo Roberto Lapa, o porto de Salvador era ponto de parada dos navios que se dirigiam ao Oriente a partir do século XVI, e parte dessas paradas seriam feitas de formas ilegais, e esse comércio ilegal só era possível graças a seu bom ancoradouro e seu fácil acesso, para abastecimento e refresco dos navios. Lapa passa a chamar o porto da Bahia de pulmão do Brasil. LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a Carreira da Índia.** Ed. Facsimiliada. Soa Paulo: Hucitec; Unicamp, 2000. p. 2.

⁵²⁵ RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e Monopólio no Nordeste do Brasileiro. A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba.** São Paulo: HUCITEC, 1976. p. 46, 47 e 68.

Segundo Ribeiro Júnior⁵²⁶, o alvará de 20 de novembro de 1753⁵²⁷ reforça vários parágrafos referentes ao frete dos dois produtos – açúcar e tabaco⁵²⁸ - como mola propulsora da economia de exportação do Brasil, e não é à toa que os navios carregados de fumo⁵²⁹ tinham prioridades para seu embarque e desembarque nos portos e traslado dos produtos, tanto na colônia quanto na metrópole. Três anos depois em 1756⁵³⁰, a Provisão Régia de 30 de março autorizava eleições de 2 profissionais avaliadores de ambos os produtos, que eram eleitos em uma assembleia de 12 comerciantes (6 de açúcar e 6 de tabaco) para verificar a qualidade dos produtos e depois fixarem os preços. Essa verificação ajudava na conclusão do valor do escravo e o que nos permite

concluir: 1) o preço do escravo africano estava fixado por provisão régia em 160\$000 réis cada; 2) chegado um carregamento da Costa da Mina (em 1702) os lavadores e criadores de gado, recusaram-se a comprá-los por aquele preço; 3) a Câmara, para não causar transtornos e embaraços ao tráfico, ordenou a venda dos escravos em hasta pública⁵³¹ e através dela sucessivos lances, atingiram o preço de 180\$000. Em presença do facto o Rei considerou razoável, e manteve, o preço, de 160\$000.⁵³²

Segundo Lemos, na segunda metade do século XIX, já no Segundo Reinado, o valor médio do escravo no Poxim e Coruripe, em 1850, era de “600 mil réis, variando

⁵²⁶ Idem. 1976. p. 47.

⁵²⁷ TEIXEIRA SOARES, Álvaro. **O Marquês de Pombal**. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1983. p, 171.

⁵²⁸ Segundo Ana Emilia Stanben, a Capitania de Pernambuco cultivava fumo em quase todos os lugares, principalmente em Alagoas na região do Baixo São Francisco (destacamos aqui o Poxim e São Miguel) e nas povoações de Porto Calvo, Una, Serinhaém, Cabo de Santo Agostinho. Como podemos notar no mapa acima. STABEN. Ana Emilia. **Negócios de escravos. O comércio de cativos entre a Costa da Mina e a Capitania de Pernambuco (1701 - 1759)**. Curitiba, 2008. Recife, 121 p. Dissertação (Mestrado) – UFPR. p. 45.

⁵²⁹ Os mesmos navios que saíam com o tabaco voltavam com escravos africanos. Mais tarde, a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba passa a controlar esse comércio, em que a remuneração correspondia 18 até 40% do capital em cima do produto. Por outro lado, antes da criação da Companhia já havia um interesse da Coroa em limitar os números de navios para Costa da Mina, isso em 1743. Havia até sorteios de navios para efeito de largada em turno. Ver CARREIRA, Antônio. **AS Companhias Pombalinas de Navegação. Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro**. Editora: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, porto,1969. p. 243, 244 e 248.

⁵³⁰ Em 15 de julho de 1756, o conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha, vice-rei e governador-geral do Estado do Brasil, escreve ao rei, D. José, sobre o registo na Mesa da Inspeção, nos da Mesa dos Negócios e do Senado da Câmara da ordem para cassar e anular quaisquer compras e vendas e arrematações de açúcares e tabacos por preços menores. A Mesa também tinha poder de fiscalização e de controle de qualidade, pesos dos rolos, carregamento e agilidade no envio do fumo. AHU-Bahia, cx.136, doc.40. AHU_ACL_CU_005, cx.128, D.10019.

⁵³¹ THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum – Estados sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁵³² CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas de Navegação. Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro**. Editora: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, porto,1969. p. 246.

entre 1.300\$000 a 200\$000, com crianças de um seis meses pelo preço de 50\$000 chegando até 100\$000”⁵³³. Mas graças ao “fumo e a Costa da Mina recebemos 24,1% dos escravos do Brasil entre os quais 21,5% introduzidos pela Bahia e 2,6% por Pernambuco, isso entre os anos de 1701 a 1800”⁵³⁴.

Levando-se em consideração esses aspectos, concluímos e concordamos com Schwartz em que os produtos tropicais, como o tabaco, eram responsáveis por um número expressivo dentro do superávit colonial, que variava de 36% a 50%⁵³⁵. Esses números nos possibilitam ter o conhecimento do comércio do fumo que havia entre a colônia a Costa da Mina e das reformas pombalinas e suas funções econômicas, ou seja, aqui alcançamos os princípios políticos e econômicos desse período.

3.2 A PRODUÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA NO POXIM

A farinha de mandioca⁵³⁶ foi o grande produto a ser exportado do Poxim, a qual mantinha grande parte da produção colonial, uma vez que quase toda a farinha⁵³⁷ que circulava em Alagoas, parte de Pernambuco e Bahia era produzida na vila de São José. Até mesmo na vila de Penedo que necessitava de um grande contingente de pessoas para trabalhar com o gado e manter tropas militares na região à serviço da coroa, recorria-se a farinha de mandioca produzida no Poxim, “*por ser de fácil armazenamento e conservar-se bem durante longo período de tempo*”⁵³⁸.

Segundo Caio Prado, desde longas datas que havia uma preocupação com a

⁵³³ LEMOS, João Ribeiro. **Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições**. Maceió. Ed. Do autor, 1999. p. 88.

⁵³⁴ NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**. Lavoura, Comércio e Administração. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 39.

⁵³⁵ Contudo, mesmo com a exportação desses produtos e da exploração do ouro, o açúcar sempre foi o lastro econômico do Brasil colonial. Ver. SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 167.

⁵³⁶ A farinha de mandioca não era considerada como produto comercial e sim como um mantimento (alimento básico de marinheiros, homens livre e da escravaria). Ela era conhecida no Brasil como “pau da terra” em Portugal “de pau”. Ressalto aqui, que na segunda metade do século XVII já havia registros de plantações de mandioca ao longo das estradas percorridas pelas caravanas de escravos do interior de Angola até os portos do litoral. SOARES, Mariza de Carvalho. **Engenho sim, de açúcar não. O engenho de farinha de Frans Post**. Belo Horizonte, vol. 25, n 1, p. 61-83, jan /jun 2009.

⁵³⁷ Ofício que dirigiu a Câmara do Penedo a Câmara do Poxim, comunicando que força estacionada em Vila Nova apreendera toda farinha, e um oficial comissionado pelo Governo Interino das Alagoas. 15 de abril de 1817. **IHGAL. Documento – 001680 – 21 – 03 – 26**. Anexo XVI.

⁵³⁸ SILVA, Paula Pinto e. **Farinha, feijão e carne-seca. Um tripé no Brasil colonial**. Editora Senac, São Paulo, 2005. p. 85.

cultura alimentar da colônia não é à toa que *o alvará de 25 de fevereiro de 1688 mandava que os lavradores de cana plantassem pelo menos quinhentas cova de mandioca para cada escravo de serviço*⁵³⁹. O mesmo autor relata que em 1701, os comerciantes de escravos⁵⁴⁰, tinham suas próprias roças para sua tripulação. A importância desse tubérculo vem desde tempo dos holandeses. Barléus destaca bem a importância desse produto quando escreve que

“o alimento dos naturais é a farinha, frutos vários e hortaliças. Preparam aquela com as raízes da mandioca. Esta apresenta ramos de nove folhas alternas, semelhantes ao cinco-em-rama ou pentafilão, à maneira de dedos. Não dá flores nem sementes. O caule lenhoso deita varas lenhosas. Em montezinhos de terra de 3 ou 4 pés de diâmetro, metem-se três ou quatro pedaços destas varas, deixando-se fora da terra até o meio. Formam-se e distribuem-se esses montinhos por espaçossíssimos campos. Estas varas lançam raízes debaixo do solo, das quais nascem e se multiplicam ramificações subterrâneas e radiciformes, da grossura de um braço, e às vezes de um côvado de comprimento conforme a qualidade do terreno. As raízes que os holandeses chamam doces, posto de grossura diferente da mandioca, botam, fora da terra, em 2 ou 3 rebentos, os quais, tornando-se lenhosos no oitavo, décimo ou duodécimo mês, servem de semente. A mandioca difere das nossas plantas só nisto: nada sai do fruto da mandioca para a sua propagação, e nas nossas o fruto é que gera as sementes, pelas quais se reproduzem. É a mandioca um alimento bastante forte e mais agradável do que o pão para os portugueses, índios e negros e até para os nossos soldados”⁵⁴¹.

No momento da dominação holandesa no século XVII, Nassau acreditava que era necessário combinar o cultivo da cana-de-açúcar com essa atividade agrícola – a farinha de mandioca⁵⁴² ou “farinha de guerra”⁵⁴³ - que “*servia de sustento aos cativos,*

⁵³⁹ PRADO Jr., C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 171.

⁵⁴⁰ Segundo Jayme Rodrigues, a presença da farinha era essencial no tráfico de escravos e na subsistência das populações africanas ao sul do Saara e também nas longas viagens marítimas entre os domínios portugueses, sendo encontrada inclusive nos navios da Carreira da Índia. Ver RODRIGUES, Jaime. “**De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem**”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. Rev. Bras. Hist. [online]. 2017, vol.37, n.75, pp.69-95. Epub Sep 11, 2017. ISSN 0102-0188. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-03>. p. 84 e 85.

⁵⁴¹ BARLAEUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Tradução Cláudio Brandão. Recife: Editora Fundação de Cultura do Recife, 1980. p.162.

⁵⁴² DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **População e açúcar no nordeste do Brasil**. Maceió: Edufal, 2012. p. 130 e 131.

⁵⁴³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 92.

aos soldados e ao tráfico⁵⁴⁴ terrestre, fluvial e marítimo⁵⁴⁵. Esse fato mostra a importância econômica e social do Poxim para a região do vale do São Francisco e manutenção dos conflitos bélicos na colônia⁵⁴⁶. Vejamos no documento abaixo;

Ilustríssimos Senhores, membros do nobre Senado da Vila real de São José do Poxim. No dia 11 do presente mês, acabamos de receber uns editais mandados pelo ilustríssimo Governador da Bahia que nos informa que as tropas da mesma cidade do Salvador passarão por esta Vila do Poxim com a finalidade de firmar as bases do domínio e poder por essas vias e caminhos do nosso Augusto Soberano para estabelecer a soberania real nessa região do Sr. Dom Joao VI. É de nosso dever procurar fornecer com todo empenho possível ao comando e às tropas o alojamento e alimentação para essas tropas. Sabemos da necessidade publica em que encontra esta Vila do Poxim por falta de farinha e demais mantimentos. Rogamos a Vossa Magnificência que em nome de sua Majestade, fidelíssimo Dom Joao VI.⁵⁴⁷

Em outras palavras, o Poxim e o vale do seu rio muito próspero produziram além do açúcar outros produtos comercializados na época, e bem conhecidos na atualidade, como é o caso da farinha de mandioca, que tanto sustentava a população⁵⁴⁸, tropas militares, como já foi citado anteriormente quanto “os fazendeiros como seus escravos comiam a mesma comida, da mesma maneira: o feijão cozido e servido com seu caldo ralo, umedecendo a farinha”⁵⁴⁹, já que era na hora das refeições em que as classes sociais distintas “se igualavam, e somente nesse sentido, branco, índios e negros”⁵⁵⁰ tornavam-se próximos. A exemplo disso, temos o ofício da Câmara de Penedo⁵⁵¹ pedindo autorização à Câmara do Poxim para retirar a quantia de

⁵⁴⁴ RODRIGUES, Jaime. “De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. Rev. Bras. Hist. [online]. 2017, vol.37, n.75, pp.69-95. Epub Sep 11, 2017. ISSN 0102-0188. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-03>. p. 69.

⁵⁴⁵ Idem. p. 94.

⁵⁴⁶NASSAU, Maurício et. al. **Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. (1638)**. In.: MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Fontes para o Brasil Holandês – a economia açucareira*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1981. p. 81.

⁵⁴⁷ IHGAL. Documento – 939 – 21 – 03 - 22 - Auto de Veneração em que houve adjuntamente das repúblicas desta Vila, do Penedo, de 12 de abril de 1817. Anexo XVII.

⁵⁴⁸ DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **População e açúcar no nordeste do Brasil**. Maceió: Edufal, 2012. p. 127.

⁵⁴⁹ SILVA, Paula Pinto e. **Farinha, feijão e carne-seca. Um tripé no Brasil colonial**. Editora Senac, São Paulo, 2005. p. 32.

⁵⁵⁰ SILVA, Paula Pinto e. **Farinha, feijão e carne-seca. Um tripé no Brasil colonial**. Editora Senac, São Paulo, 2005. p. 56.

⁵⁵¹ Ofício que dirigiu a Câmara do Penedo a Câmara do Poxim, pedindo-lhe farinha para as tropas. 12 de abril de 1817. IHGAL. Documento – 001676 – 21 – 03 – 22. Anexo XVIII.

duzentos alqueires de farinha desta embarcação que se acha ancorada no Porto de Coruripe. Este Senado do Poxim fica sendo obrigado a responder pelos impostos da mesma farinha ao fisco real. Para este fim, o alferes Manoel Jose Gomes irá tratar das condições fiscais dessa mesma farinha. Esperamos que pela fidelidade de Vossa Magnificência ao nosso Augusto Soberano, não pouparão meio algum de prestar atendimento para o bom êxito deste presente objeto.⁵⁵²

Essa quantidade de farinha⁵⁵³ era para poder manter a Tropa Real, que vinha da Bahia e iria ficar alojada no Poxim. A Vila Real de São José do Poxim foi um celeiro de desenvolvimento de tal produto e um grande engenho de açúcar e, conseqüentemente toda a estrutura comercial necessária da época.

A produção de farinha de mandioca no Brasil em larga escala para a época teve início com os jesuítas dentro das catequeses indígenas. A farinha de mandioca é um dos produtos mais consumido no Brasil⁵⁵⁴ e foi a base alimentar da massa (habitantes mais pobres, homens livres e escravos) no Brasil colonial, *enquanto os mais ricos comiam o trigo importado da Europa*⁵⁵⁵, ela era sinal de distinção social⁵⁵⁶, porque era o alimento que se podia plantar no quintal de casa por pessoas simples. Esse mantimento que não tinha um valor comercial nos centros comerciais europeus só tinha valor para colônia, já que era o alimento mais próximo da realidade econômica do povo. Antonil escreveu em *Cultura e Opulência do Brasil*, que

alguns senhores dar aos escravos um dia em cada semana, para plantarem para si, mandando algumas vezes com eles o feitor, para que se não descuidem; e isto serve para que não padeçam fome nem cerquem cada dia a casa de seu senhor, pedindo-lhe a ração de farinha. Porém, não lhes dar farinha, nem dia para a plantarem, e querer que sirvam de sol a sol no partido, de dia, e de noite com pouco descanso no engenho⁵⁵⁷.

⁵⁵² Idem.

⁵⁵³ Segundo Diegues Júnior, a importação da farinha sempre foi um comércio externo que havia entre as capitanias. Ver DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **População e açúcar no nordeste do Brasil**. Maceió: Edufal, 2012. p. 127.

⁵⁵⁴ Segundo dados do Sebrae em 2012, apontam o Nordeste sendo o maior produtor (mais de 8 milhões de toneladas e área colhida de 815 mil ha) de farinha de mandioca; em segundo lugar está a região Norte (6,8 milhões de toneladas e área colhida de 468 milha). Em seguida estão as regiões Sul (5,9 milhões de toneladas e área colhida de 283 mil ha), Sudeste (2,4 milhões de toneladas e área colhida de 135 milha) e Centro-Oeste (1,4 milhões de toneladas e área colhida de 84 milha). Ver [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5936f2d444ba1079c3aca02800150259/\\$File/4247.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5936f2d444ba1079c3aca02800150259/$File/4247.pdf)

⁵⁵⁵ RODRIGUES, Jaime. **“De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”**: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. Rev. Bras. Hist. [online]. 2017, vol.37, n.75, pp.69-95. Epub Sep 11, 2017. ISSN 0102-0188. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-03>. p. 77 e 88.

⁵⁵⁶ Idem. p. 88.

⁵⁵⁷ ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. p. 37.

Sabemos que a farinha de mandioca era sinal de distinção social, como já foi citado, e também foi motivo de intriga entre o alferes Bento Rebelo Pereira e o ex-ouvidor-geral de Alagoas João Vilela do Amaral (1717 a 1721) em maio de 1727. O alferes, que também servia de almotação⁵⁵⁸, pedia que se tirasse a nova devassa contra ele para averiguação e confirmação da sua inocência relativa ao conflito com o ex-ouvidor-geral, e o mesmo seja posto em liberdade. O pedido foi registrado pelo Conselho Ultramarino, em que a

informação do Ouvidor das Alagoas sefaz nottoria a inimizade que João Villela do Amaral tinha como Suplicante pois dandose aque (...) contra outras pessoas, o pronunciou a elle. Nem (...) ta para Vossa Magestade lhe negar a graça que pretende o haver tirado a devaça o Juiz ordinário, e não o ditto Ministro, porque sendo manifestado a inimizade, que com elle tinha facilmente poderia conseguir que o Juiz ordinário continuas sea oppressão a que elle havia dado principio. Persuadindo também muito o supplicante a sua inocencia por se haver metido voluntariamente na prizão para mais justamente procurar socorro na justiça de Vossa Magestade pelo que se faz digno de que (...) que se sirva de ordenar ao Ouvidor das Alagoas, que tire nova devaça deste cazo, e (...) a remeto à Relação da Bahia donde se acha o livramento, e o (...) para ser por ella sentenceado, e quehavendo (...) culpados proceda contra eles, na forma da Ley. Lisboa occidental 19 de Mayo de 1727.⁵⁵⁹

A origem desse conflito ocorreu três anos antes, no ano de 1724, em São Miguel (termo do Poxim) quando o alferes Bento Rebelo Pereira condenou Antônio Silva e outras 6 pessoas (não são identificadas em documento) por desvio de farinha e peixe e que as mesmas tinham o apoio do ex-ouvidor-geral. O documento dizia que,

os officiais da Câmara que servião no anno de 1724 que servindo de almotação Bento Rebelo Pereira condenou a Antônio Silva e outras mais pessoas das Povoações de S.Miguel e do Norte porque plantadores das postulas da Câmaras na quantia de 26 (Unidade de medida) cada hu' a saber 6 da alçada da Câmara e 20 do capítulo da correção que o Senhor e Doutor Ouvidor-geral que então servia deixou por provimento e para sim fazerem os despachos de hu' que (...) dos autos carece do capítulo que deixou o dito senhor doutor Ouvidor-geral (...) fiz a cerda das ditas condenações que deve esta lançado no livro da correção (...) nos livros da Câmara dessa Villa. Por assim seja servido mandar que o escrivão em cujo poder estiver provimento lhe der por certidão em (...) dizem os súplicantes que apresentando a petição ao escrivão da Câmara Ignácio Rabelo sobredito dúvida (...) passa-lhe a dita certidão dando por desculpas não (...) o que se pede na petição o que entendem o súplicantes (...) do sobreditos o erro dos súplicantes estes pedem a Vós mercêr seja servido mandar (...).⁵⁶⁰

⁵⁵⁸ Pessoas responsável pela fiscalização de pesos e medidas e da taxaço dos preços dos alimento.

⁵⁵⁹ AHU_ACL_CU_004, cx.1, D.45. Anexo XIX.

⁵⁶⁰ IHGAL. Documento – 01313 – 018 – 01 – 11. Anexo XX.

A produção de farinha de mandioca em Alagoas vem desde século XVII⁵⁶¹, declarando-se “*um dos gêneros de primeira necessidade pública*”⁵⁶² pela Câmara Municipal de Maceió, em 27 de fevereiro de 1845. A plantação de mandioca tornou-se a principal lavoura no município do Poxim⁵⁶³, sendo plantada na mesma proporção, ao lado da cana-de-açúcar. Segundo Moacir Santana, um alqueire de 50 litros custava em média 7\$0C0 rs em Alagoas o que se comparando a outros produtos produzidos em Alagoas como o algodão, o preço médio de uma arroba correspondia a 6\$979 rs, ou seja, eram valores relativamente próximos. Contudo, no ano de 1827 foi realizado um mapeamento organizado pelo capitão-mor José Leite Silva, sobre as atividades nas casas de farinha⁵⁶⁴ de Alagoas para saber o quanto se produzia e quantas pessoas trabalhavam nessa atividade e quais as condições dessas pessoas, e o

documento dá testemunho da existência de 37 Senhores de Engenho, 1.088 lavradores de mandioca, 348 "lavradores de lavoura", 333 jornaleiros, etc, e refere-se taxativamente a 141 lavradores de canas, ao que tudo indica homens livres, como os mencionados jornaleiros, que deviam eventualmente prestar serviços à agro-indústria do açúcar.⁵⁶⁵

As casas de farinha também foram registradas⁵⁶⁶ pelo pintor holandês Frans Post (1612-1680) em suas iconografias, no período da dominação holandesa no Nordeste (1630-1654), destacando-se o momento histórico da Pax Nassoviano (1637–1644), no século XVII. Não encontramos uma representação da mandioca na obra de Post, mas representaram em tela as casas de farinha em alguns engenhos na região de Olinda e percebemos a semelhança que há na fabricação da farinha de mandioca registrada por Post com a fabricação que há no Poxim até os dias atuais. Vejamos as imagens abaixo;

⁵⁶¹ Antes da presença portuguesa no Brasil a mandioca era um produto domesticado pelos índios e era uma das bases alimentares, indispensáveis, para a alimentação indígena e luso-brasileira. SILVA, Paula Pinto e. **Farinha, feijão e carne-seca. Um tripé no Brasil colonial**. Editora Senac, São Paulo, 2005. p. 26.

⁵⁶² SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do Açúcar em Alagoas**. Recife: Museu do Açúcar. 1970. p. 188 e 189.

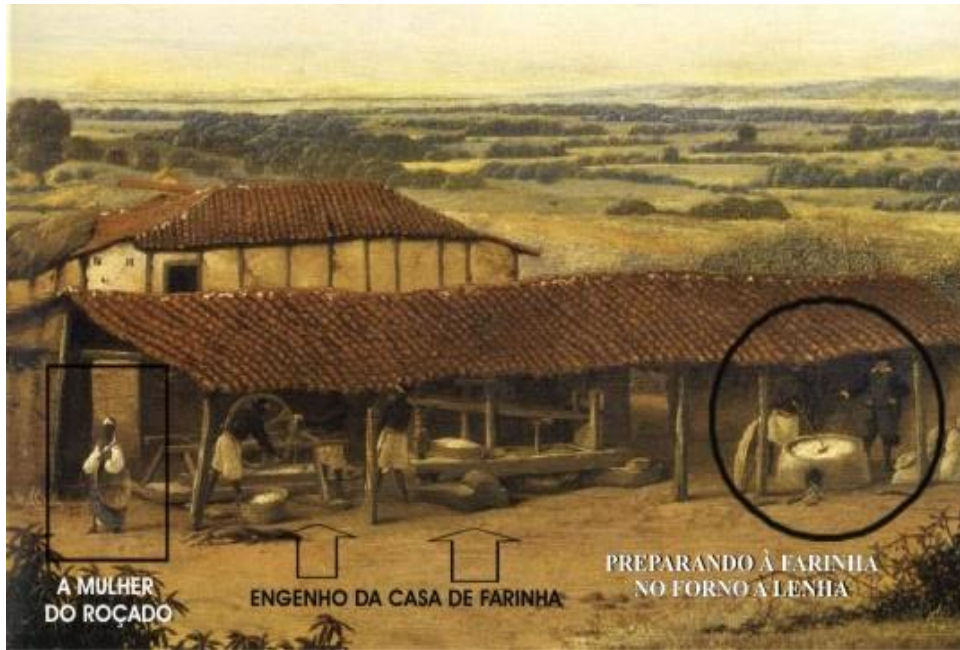
⁵⁶³ Idem. p. 111.

⁵⁶⁴ Segundo Mariza Soares, há uma certa confusão sobre o termo casa de farinha ou engenho de farinha, já que existia engenhos de açúcar de cachaça e engenhos de farinha e que os senhores de engenho não gostavam de serem conhecidos como produtores de farinha, mesmo que em muitos engenhos que produziam o açúcar se produzia a farinha, pois os produtores de farinha não eram considerados parte da aristocracia açucareira. Ver SOARES, Mariza de Carvalho. **Engenho sim, de açúcar não. O engenho de farinha de Frans Post**. Belo Horizonte, vol. 25, n 1, p. 61-83, jan /jun 2009.

⁵⁶⁵ SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do Açúcar em Alagoas. Recife: Museu do Açúcar**. 1970. p. 149.

⁵⁶⁶ Segundo Certeu, cabe no corte histórico interpretações para se construir um presente diante do objeto trabalhado. CERTEU, Michel de. **A Escrita da História**. Forense Universitária. Rio de Janeiro. 2006. p. 6.

PINTURAS 1 - DETALHE DO ENGENHO DE FARINHA – FRANS POST DE 1651.



FONTE: CORRÊA DO LAGO, 2006, p.128.

FIGURA 8 - DETALHE DO ENGENHO DE FARINHA NO POXIM E DA TELA DE POST



FONTE: ROBSON WILLIAMS BARBOSA, SETEMBRO, 2006.

Observamos a semelhança que há entre a produção de farinha de mandioca na iconografia do pintor flamengo para o fabrico de farinha no Poxim do século XX, dando

amostras de traços coloniais desde século o XVII. Notamos que não houve mudança no formato do forno à lenha e, que se mantém circular, feito de barro (argila) e certamente o produto não era mais feito apenas para a subsistência (o que não eliminou a subsistência), mas sim produzido em escala comercial⁵⁶⁷. Atendo-nos um pouco mais, podemos ver o uso da lenha para o preparo da farinha em ambas as imagens. O fabrico da farinha no século XVII mostra que o passado é uma ficção do presente⁵⁶⁸, e esse passado está no modo de fazer a farinha no Poxim do século XX. Por outro lado, a mandioca não foi alvo da atenção de Post, mas ganhou destaque no trabalho de seu colega Albert Eckhout.

PINTURAS 2 - ALBERT ECKHOUT. ÓLEO REPRODUZINDO IMAGEM DA MANDIOCA.



Fonte: CORRÊA DO LAGO, 2006, p.37.

⁵⁶⁷ RODRIGUES, Jaime. “De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2017, vol.37, n.75, pp.69-95. Epub Sep 11, 2017. ISSN 0102-0188. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-03>. p. 78.

⁵⁶⁸ CERTEU, Michel de. *A Escrita da História*. Forense Universitária. Rio de Janeiro. 2006. p. 12.

Segundo Mariza Soares⁵⁶⁹, o trabalho do roçado da mandioca cabia às mulheres⁵⁷⁰ e não era de responsabilidade dos homens como observamos na escrava segurando um cesto na iconografia do pintor batavo e na moradora do Poxim, segurando um cesto semelhante (imagens da página 130). Apontamos alguns fatores para essa ausência: o primeiro dele refere-se à própria lavoura da cana, que necessitava da mão de obra masculina, pois “no trabalho, feito em turmas, predominava o escravo do sexo masculino”⁵⁷¹. Os engenhos do Poxim, os escravos e escravas trabalhavam juntos, tendo afazeres diferentes como o corte da cana e a moenda. O trabalho pesado cabia aos homens, enquanto as mulheres amarravam a cana e selecionavam o açúcar e a limpeza do mesmo. Havia engenhos que necessitavam de 100 escravos para a produção de “8.000 arrobas (117600 kg); os médios, de 500 arrobas (7350 kg), empregavam 50 negros, e os menores abaixo de 3.000 arrobas, apenas 20 escravos na produção do açúcar.”⁵⁷²

Segundo Paula Pinto e Silva, há um mito tupi que justifica a presença feminina no cultivo agrícola da mandioca e na produção da farinha de mandioca. Nesse mito a índia Maíra não conhece o fogo nem a mandioca. Tupã não somente concede aos homens a raiz da mandioca, possibilitando a introdução da agricultura entre aqueles que apenas comiam frutos silvestres, como também lhes apresenta a farinha de mandioca. O menino prova e gosta, a mãe corre a plantar e a colher as raízes mostram que o roçado era um trabalho das mulheres da tribo, já que os homens afiavam

o machado e mandam que derrube a mata sozinho. Varas de mandioca eram amarradas num feixe que por si mesmo se dirigia para a roça. Os Tenetehara fabricavam cestos de carregar que mandavam às roças para colher e trazer a mandioca para a aldeia. Era proibido às mulheres ver essas operações. Como isto lhes despertasse irrefreável curiosidade, várias mulheres combinaram esconder-se um dia na mata para assistir à passagem dos cestos de carregar. Quando os cestos passaram junto onde elas se escondiam, a mandioca derramou-se pelo chão. Tupã lhes apareceu muito zangado e disse-lhes que doravante as mulheres teriam que carregar a mandioca, deitar as raízes na água, preparar a massa e torrã-la para fazer a farinha. Foi assim que as

⁵⁶⁹ SOARES, Mariza de Carvalho. **Engenho sim, de açúcar não. O engenho de farinha de Frans Post.** Belo Horizonte, vol. 25, n 1, p. 61-83, jan /jun 2009.

⁵⁷⁰ Segundo Paula Pinto o cultivo da pelas mulheres mostrava uma aducação social, econômica e cultural do alimento. SILVA, Paula Pinto e. **Farinha, feijão e carne-seca. Um tripé no Brasil colonial.** Editora Senac, São Paulo, 2005. p. 88.

⁵⁷¹ FÁRIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁵⁷² LEMOS, João Ribeiro. **Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições.** Maceió. Ed. Do autor, 1999. p. 80.

mulheres aprenderam e foram obrigadas, desde então, a fabricar farinha para suas famílias⁵⁷³.

Então, para a autora Paula Pinto e Silva, “*a mandioca aparece como alimento de um tempo mítico, plantada e colhida sozinha, carregada pelos próprios cestos*”⁵⁷⁴ apoiados nas cinturas femininas⁵⁷⁵, como podemos notar na pintura 3 e na figura 9. Entretanto, desperta a ira de Tupã que como vingança obriga as mulheres a carregá-la e transformá-la em farinha.

PINTURA 3 - DETALHE DE OFICINA DE FARINHA (NEGRA SEGURANDO UM CESTO) – FRANS POST DE 1651 E FIGURA 9 - MULHER SEGURANDO UM CESTO DE FARINA NO POXIM



FONTE: CORRÊA DO LAGO, 2006, p.128



FONTE: ROBSON WILLIAMS BARBOSA, SETEMBRO, 2006.

⁵⁷³ SILVA, Paula Pinto e. **Farinha, feijão e carne-seca. Um tripé no Brasil colonial.** Editora Senac, São Paulo, 2005. p. 87.

⁵⁷⁴ Idem.

⁵⁷⁵ Segundo Marisa Soares, era impossível consumir a mandioca *in natura* devido às suas toxinas, então ela era processada mecanicamente em oficinas onde se produz a chamada farinha de mandioca como retrata Post na pintura “Engenho de farinha” de 1651, na página 131. Observamos que é uma cena de escravos numa oficina de beneficiamento de mandioca para preparo de farinha. SOARES, Mariza de Carvalho. **Engenho sim, de açúcar não. O engenho de farinha de Frans Post.** Belo Horizonte, vol. 25, n 1, p. 61-83, jan /jun 2009.

Em uma outra descrição mais próxima de nosso tempo no trabalho da produção de farinha de mandioca temos Manoel Marquez dos Santos, também conhecido como seu Bé, e sua esposa Tereza (FIGURA 9 – Mulher da Direita) são produtores de farinha. Ele nos diz⁵⁷⁶ que, desde criança, trabalha com os irmãos e a mãe na plantação de mandioca e na produção de farinha de mandioca, imbira⁵⁷⁷ e na produção de carvão (fazendo caeira). Manoel Marquez relata que o roçado era pesado e que ele e sua mãe trabalhavam todos os dias para uns produtores de mandioca. Foi o seu cunhado que o ensinou a fazer a farinha e a caeira desde garoto e com o dinheiro que recebia comprava roupa e calçado.

FIGURA 10 – A FARINHA DO POXIM



FONTE: ROBSON WILLIAMS BARBOSA, SETEMBRO, 2006.

Em sua descrição a casa de farinha possuía forno, roda sentada, cuja produção de mandioca dependia muito do tamanho da terra e da força do trabalhador que ele chama de tarefas, cuja farinha é moída em Jequiá da Praia em uma casa de farinha de terceiros, que ele paga R\$ 1,5 (um real e cinquenta) por prensa e mais um litro de cada cuia de

⁵⁷⁶ Em entrevista no dia 7 de setembro de 2006, na Igreja de São José do Poxim, no Poxim, Coruripe.

⁵⁷⁷ Palha de imbira serve para fazer artesanato (cordas, cestos, abanador e outros) e muito utilizada até hoje no Poxim. Ele afirma que conseguia fazer 300 peças de corda por semana trabalhando junto aos irmãos.

farinha, que corresponde a 65 cuias de litro de farinha, levando 5 dias seguidos para a fabricação da farinha. Ele explica que o trabalho era dividido entre ele e a esposa e que a casa de farinha ficava com três sacas de farinha de 50 kg. Essa saca de farinha de 50 kg é vendida na região mesmo, para os mercadinhos e feiras no valor de 40 reais a saca.

Assim como seu Manoel Marquez dos Santos tinha a preocupação com a produção da farinha, pois sabe ele que é através da farinha que vem seu sustento, a Câmara de Alagoas tinha a mesma preocupação e por isso no dia 18 de junho 1828, é outorgada uma inspeção nas plantações de mandioca de Alagoas

em comprimento da comição de que foi emcarega do no dia 18 do Mes de Junho sobre as plantaçoins de mandioca; fasso ver a vossas senhorias que no termo do Engenho Massaguera athe Camuripim e Ilha do porto termo da minha Jurdição, eszaminando com todo o coudado a chei pouco mais ou menos eszistirem secenta mil covas de mandiocas comederas e o que reprezenta o estado dellas he de cre que as secenta mil covas se axão se podres sem mister com o frio do rigorozo emverno e as cincoentas mil covas que inda as concidero livre da prudidão contudo poderão pouco mais ou menos crear (...) oitos sentos Alqueres de farinha visto as plantaçoins novas das ditas mandiocas de Janeiro athe agora pude reavaliar pello tereno (...) em que foram (...) em vinte mil covas e estas mesmas não eszistirão vinte mil covas estas não estão seguras pois as veio muito abatidas pella frieza do mesmo Inverno he verda deira a mesma Partipação.⁵⁷⁸

Levando-se em consideração esses aspectos, notamos a importância da farinha para o consumo de Alagoas e conseqüentemente seria uma preocupação de todos que dependiam das lavouras da mandioca em todo o Brasil. Segundo Jayme Rodrigues, na farinha de mandioca estava “*a cultura de subsistência conjugada à questão da roça escrava, história da alimentação, tráfico de escravos e história marítima*”⁵⁷⁹ e que “*sobre nenhum outro gênero alimentício, exceto talvez a carne verde, há tanta documentação*”⁵⁸⁰.

⁵⁷⁸ Ofício ao Juiz Presidente e Senadores da Câmara da Vila das Alagoas sobre a inspeção da plantação de mandioca. (...) 03 Jul. 1828. 01F. IGHAL. 00319 - 05 - 03 – 10. Anexo XVII.

⁵⁷⁹ RODRIGUES, Jaime. “**De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem**”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. Rev. Bras. Hist. [online]. 2017, vol.37, n.75, pp.69-95. Epub Sep 11, 2017. ISSN 0102-0188. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-03>. p. 21.

⁵⁸⁰ Idem.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início do povoamento do Poxim e região circunvizinha data do século XVI, deu-se em função da criação do gado vacum e a instalação dos engenhos de açúcar, Jenipapo e Porção, na região no Poxim. O local surgiu lá pelos idos de 1600, com a sesmaria de João da Rocha Vicente, como ponto de apoio para os viajantes que saíam de Salvador e Sergipe Del Rey dinamizando o comércio da região que seguia em direção a Penedo, Alagoas do Sul, Porto Calvo, Recife e Olinda sobre “os rios do açúcar”. O rio Poxim era um desses “rio do açúcar” e também uma “estrada hídrica” para compor o mercado fornecedor e consumidor de escravos, produtos usuais da terra e fonte de água para o consumo de alimentos.

Mas seus limites geográficos só passou a ser registrado com a doação da sesmaria, que ia do porto do francês (Marechal Deodoro) ao rio Coruripe, para Antônio de Moura Castro dando origem ao Curato do Poxim e posteriormente a elevação à freguesia do açúcar do Poxim junto com a edificação da matriz em 1717. Essa sesmaria dedicou-se inicialmente ao lucrativo comércio de pau-brasil e mais tarde sofrendo inúmeras extrações pelos franceses, que fixaram feitorias às margens do rio Coruripe, Poxim e Jequiá e só foram expulsos de uma só vez da região em 1808.

A igreja de São José do Poxim com traços barroco traz em sua decoração em madeira a assinatura dos escravos da região do Poxim, já que foram esses escravos que esculpiram o altar-mor, o lavabo e construíram as casas, engenhos e outras edificações como a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que foi construída com os recursos financeiros da irmandade de Nossa senhora do Rosário. A origem da igreja de São José está registrada na segunda metade do século XVIII, segundo uma data registrada em um lavabo na sacristia que diz 1762. Existem, porém, dúvidas sobre esta data: sendo assim, essa passaria a corresponder ao ano de 1717, e no seguinte ano, 1718, seria proclamada sede da paróquia segundo consta no livro de tombo pelo bispo de Olinda.

Fizemos aqui um breve relato das relações entre os livres, libertos e escravos através da irmandade do Regimento de Milícias dos Homens Pardos que havia no Poxim e da carta de alforria de Domingos, o escravo de mãe parda que ganhou a

liberdade por ser filho bastardo de seu senhor. Tanto a irmandade quanto o Regimento de Milícias dos Homens Pardos tentaram se distinguir socialmente em seu espaço colonial, em outras palavras, ambos os grupos tentaram gerir sua inserção social em um mundo colonial que não favorecia o “homem de cor”.

Como desenvolvimento econômico e populacional do Poxim está inserido no contexto histórico do período Pombalino, que estava sobre a administração do primeiro-ministro de D. José I, Sebastião Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, em pleno século XVIII, o déspota esclarecido determinou a criação das Companhias Geral de comércio de Pernambuco e Paraíba em 1759. Durante esse período, produtos como açúcar, tabaco, farinha de mandioca e escravo foram produtos que passaram a está no controle régio para evitar o contrabando e os descaminhos.

Essas mercadorias que circulavam no Poxim enchiam as praças de Recife, Olinda e Salvador. Essa última tornou-se a melhor praça para o fumo que saía de São Miguel e do Poxim, pois as taxas de impostos eram mais baratos, o que favorecia ao contrabando. Todas essas mercadorias fluíam pelas “estradas líquidas” que uniam Pernambuco e Bahia tanto através dos sertões quanto pelo litoral usando os rios Poxim, Coruripe, Jequiá e São Miguel de forma legal e ilegal com o apoio dos portos que havia na região do Poxim, que eram feitos de formas estratégicas e de um jeito que escapasse do controle régio.

No passado a Vila Real de São José do Poxim, ou simplesmente Poxim, foi lugar para todos os colonos e colonizados que lá viviam e lá passavam vindos do sul (Bahia) ou ao norte (Olinda e Recife) do Brasil. Com isso, tentamos aqui nessa pesquisa buscar os vestígios históricos da vila de São José, já que nenhuma pesquisa histórica conseguiu desvendar o passado em sua totalidade, mas tentamos aqui preencher o vazio histórico sobre o Poxim e seu termo.

Por isso, fizemos um levantamento de fontes e tentamos deixar mais claro a história do Poxim através do cotidiano, das relações conflituosas e crescimento populacional, comercial, político para entendermos o passado em um momento em que o dinamismo econômico entre as capitanias de Pernambuco e da Bahia foi o grande pedestal do sistema econômico, político e social de Alagoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial.** Recife: Edufpe, 1997.

ALCIDES, Melisa Mota. **Percursos urbanos sob o olhar holandês. Marechal Deodoro, Penedo e Porto Calvo.** In: O Olhar Holandês e o Novo Mundo. Maceió: Edufal, 2011.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul, séculos XVI e XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALVES, Fabianne Nayra Santos. **Ser pardo na colônia: hierarquias sociais na Vila de Penedo do Rio São Francisco.** In: África e Brasil: História que cruzam o Atlântico (século XVI-XIX) Maceió. Editora Edufal, 2017.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas.** 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.

AQUINO, Rubim Santos Leão. **História das sociedades - das comunidades primitivas as sociedades medievais.** Rio de Janeiro, Editora: Ao Livro Técnico, 1984.

BARBOSA, Robson Williams. **Escravidão e Açúcar Em Alagoas: Fragmentos Históricos a partir de Frans Post – Século XVII.** In: África e Brasil: História que cruzam o Atlântico (século XVI-XIX) Maceió. Editora Edufal, 2017.

BARLAEUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil.** Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Tradução Cláudio Brandão. Recife: Editora Fundação de Cultura do Recife, 1980.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **Taváres Bastos (visto por alagoanos).** Maceió. Igasa, 1975.

BRANDÃO, Alfredo de Barros Loureiro. **Os negros na história de Alagoas.** Maceió. Ed. Ediculte, 1988.

BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX.** Juiz de Fora: editora da UFJF, 2005.

BLACKBURN, Robin. **A Construção do Escravismo no Novo Mundo, 1492-1800.** (Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUENO, Eduardo. **Brasil. Uma História. Cinco séculos de um país em construção.** Rio de Janeiro, Editora Leya, 2012.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. **A Comarca de Alagoas: Justiça, trajetória e conflitos (1712-1717)**. In: Das partes sul à Comarca de Alagoas, Capitania de Pernambuco: Ensaio sobre justiça, economia, poder e defesa (século XVII-XIII). Maceió. Editora Viva, 20145

_____. Ouvidores da discórdia: contestações políticas e conflitos sociais na formação da Comarca das Alagoas (1711-1722). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, 2011.

CARREIRA, António. **As Companhias Pombalinas do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba**. 2a. ed. Lisboa: Presença, [1982].

CARVALHO, Cícero Pércles de. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió, EDUFAL: 2015.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CRAVEIRO COSTA, João. **A Emancipação das Alagoas**. Maceió, 1967.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CLARK, Kenneth. **Civilização**. São Paulo. Ed. Martins Fontes. 1980.

CERTEU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1 As artes de fazer. Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro. 2006.

_____. **A Escrita da História**. Forense Universitária. Rio de Janeiro. 2006.

COSTA, Francisco Izidoro Rodrigues. Divisão Eclesiástica de Alagoas desde épocas remotas até a atualidade. Revista do IHGAL. Maceió, v. 3, n. 2, [p.137], 1901.

CORRÊA DO LAGO, Pedro e Bia. **Frans Post {1612-1680}. Obra Completa**. Rio de Janeiro: editora Capivara, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O Banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. Maceió: Edufal, 2005.

_____. **População e açúcar no nordeste do Brasil**. Maceió: Edufal, 2012.

DUARTE, Abelardo. **Episódios do contrabando de africanos nas Alagoas**. Maceió. Ed. Ediculte, 1988.

_____. **As Alagoas na Guerra pela Independência.** Maceió: Arquivo Público de Alagoas; [Rio de Janeiro]: Conselho Federal de Cultura, 1974.

ESPÍNDOLA, Thomas do Bom-Fim. **Geografia Alagoana ou descrição física, política e histórica da Província das Alagoas.** 2 ed. Maceió: Edições Catavento, 2001. 1871.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FALCON, Francisco; CLAUDIA, Rodrigues (orgs.). **A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.) **Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

_____. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil.** 6ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Sinais – raízes de um paradigma indiciário. Mitos, emblemas, sinais.** São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo.** São Paulo. Edusp, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** 5º edição. José Olympio, São Paulo, 1969.

JORGE, Fernando. **O Aleijadinho: Sua vida, sua obra, sua época, seu gênio.** São Paulo. Ed. Martins fontes. 2006.

LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEMOS, João Ribeiro. **Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições.** Maceió. Ed. Do autor, 1999.

_____. **Poxim: terra de história e de mitos: Vila Real de São José do Poxim do Sul.** Ed. Coruripe, AL, 2018.

LEVI, Giovanni. **O Trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar.** Revista Tempo, Volume 20, 2014. P. 1. Acessado em 25/05/2018, às 20:55. In: http://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-20-20143606.pdf

LIMA, Ivan Fernandes. **Ocupação Espacial do Estado de Alagoas.** Governo do Estado de Alagoas. Maceió: SEPLAN, 1992.

LIMA JÚNIOR, Félix. **Escravidão em Alagoas.** Maceió, 1975.

_____. **Irmandades.** Maceió. Secretaria da Educação e cultura do Estado de Alagoas. 1970.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a Carreira da Índia.** Ed. Facsimiliada. São Paulo: Hucitec; Unicamp, 2000.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil.** São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. **As múltiplas faces da escravidão. O espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 – c. 1756.** Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

MERO, Ermani. **Templos, Ordens e Confrarias: História Religiosa de Penedo.** Maceió, Sergasa, 1991.

MOTT, Luiz. **Rosa Egípcia. Uma santa africana no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1993.

NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial.** Lavoura, Comércio e Administração. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NOVAIS, Fernando. **Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).** São Paulo: HUCITEC, 1978.

NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. **A Mesa de Inspeção do Açúcar e do Tabaco da Bahia, 1751-1808.** São Paulo: USP, 2016. Tese de Doutorado.

OLIVEIRA, Anderson J. M. de. **Devoção Negra: Santos Pretos e Catequese no Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2008.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: Estratégias de Resistência Através dos Testamentos.** São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009.

PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa.** Ed. Senado Federal. Brasília, 2001.

POCOCK, J.G.A. **Linguagens do Ideário Político.** Tradução de Flávio Fernandez. São Paulo: EDUSP, 2003.

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia.** 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PRIORE, Mary Del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial.** São Paulo, Brasiliense, 2000.

_____. **Histórias da Gente Brasileira. Colônia.** São Paulo, Leya, 2016.

- PROENÇA, Graça. **Descobrimdo a história da arte**, São Paulo: Ática 2007.
- RAMOS, Arthur. **As culturas negras no novo mundo**. Maceió: Edufal, 2013.
- REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas. Irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista**. Editora; Alameda, São Paulo, 2011.
- RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e Monopólio no Nordeste do Brasileiro. A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba**. São Paulo: HUCITEC, 1976.
- REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.
- ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e poder. Uma história, séculos XVI a XVIII**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808**. Revista Brasileira de História. Vol. 18, n. 36, 1988, pp. 187-249.
- SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do Açúcar em Alagoas**. Recife: Museu do Açúcar. 1970.
- _____. **Mitos da escravidão**. Maceió: secretária de comunicação social. 1989.
- SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs). **Dicionário da Escravidão e Liberdade. 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SILVA, Ana Paula de Albuquerque. **Produção Fumageira: fazendas e lavradores no recôncavo da Bahia 1774-1830**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015. Dissertação.
- SILVA, Paula Pinto e. **Farinha, feijão e carne-seca. Um tripé no Brasil colonial**. Editora Senac, São Paulo, 2005.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- TENÓRIO, Douglas Apratto; DANTAS, Carmém Lúcia. **Caminhos do Açúcar: Engenhos e Casas Grandes das Alagoas**. 2ª ed. Maceió: SEBRAE/AL, s. d.
- TEIXEIRA SOARES, Álvaro. **O Marquês de Pombal**. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1983.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico 1400 – 1800**. Tradução de narisa Rocha Mota. Rio de Janeiro; Elsevier, 2004.

VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VAN DER DUSSEN, Adriaen; J. Maurice Conte de Nassau, M. Van Ceullen. **Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. (1638)**. In.: MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Fontes para o Brasil Holandês – a economia açucareira*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1981.

ARTIGOS E COMUNICAÇÕES EM CONGRESSOS

ALCIDES, Melisa Mota. **O Desenho das Primeiras vilas do Território Alagoano**. In: ANPUH – XXII Simpósio de História, 2003. João Pessoa, Paraíba.

ARRAES, Esdras. **Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco**. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142013000200003> > Acesso em 07 de mai. 2014, 03:13.

SILVA, Waldemar Marins da. **Mobilidade Social: Pardos nas Forças Militares na Capitania de São Paulo (final do século XVIII e início do século XIX)**. Disponível em <file:///C:/Users/ROBSON%20WILLIAMS%20SAS/Documents/MESTRADO%20POXIM/waldemar_marins_silva.pdf> Acesso em: 14 mai. 2018.

RODRIGUES, Jaime. **“De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”**: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. Rev. Bras. Hist. [online]. 2017, vol.37, n.75, pp.69-95. Epub Sep 11, 2017. ISSN 0102-0188. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-03>.

DISSERTAÇÕES E TESES DE DOUTORADO

AZEVEDO, José Ferreira, **Formação sócio-econômica de Alagoas; o período Holandês (1630 - 1654) – Uma mudança de rumo**. São Paulo: USP, 2002. 111 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. **O Senado da câmara de Alagoas do Sul. Governança e Poder Local no Sul de Pernambuco (1654-1751)**. Recife, 2014, 240 p. Mestrado – UFPE.

DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. **“As pessoas mais distintas em qualidade e negócio”**: a Companhia de Comércio e as relações políticas entre Pernambuco e a Coroa no último quartel de Setecentos. Lisboa, Portugal. 2014. 587 p. Tese

(Doutorado) em História, especialidade em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Lisboa, Portugal. 2014.

LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico: Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco: (1654-1760)**. São Paulo: USP, 2008. Tese de Doutorado.

OLIVEIRA, Luanna Maria Ventura dos Santos. **A Alfândega de Pernambuco: História, Conflitos e Tributação no Porto do Recife (1711-1738)**. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2016. Dissertação.

SILVA, Gian Carlo de Melo. **Na cor da pele, o negro: Conceitos, Regras, Compadrio e Sociedade escravista na Vila do Recife (1790-1810)**. Recife. Tese (doutorado), Programa de Pós-graduação em História da UFPE, 2014.

_____. **Alguns Caminhos para entender a “família” no período colonial**. In: De que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos – escravidão e mestiçagens. Rio de Janeiro, Editora, Garamond, 2016. p. 123.

SOUSA, Jéssica Rocha de. **Nas Rotas dos Sertões: Comércio Interno e Contrabando entre as Capitanias de Pernambuco e Bahia (1759-1780)**. Recife, 2018, 177 p. Dissertação (Mestrado) – UFRPE.

SANTOS, Gustavo Augusto Mendonça. **Transgressão e cotidiano: a vida dos clérigos do hábito de São Pedro nas freguesias do açúcar em Pernambuco na segunda metade do século XVIII**. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2013. Dissertação.

STABEN, Ana Emilia. **Negócios de escravos. O comércio de cativos entre a Costa da Mina e a Capitania de Pernambuco (1701 - 1759)**. Curitiba, 2008. Recife, 121 p. Dissertação (Mestrado) – UFPR.

REVISTA

DUARTE, Abelardo. **Nosologia do negro em Alagoas**. R.inst. Hist.Alagoas, maceió, v.21:120-145, 1940-41.

LARA, Silvia Hunold. “Blowin’ in the wind”: Thompson e a experiência negra no Brasil. Projeto História. São Paulo: PUC, n. 12, outubro de 1995, p. 43-56. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11300>> Acesso em: 15 mai. 2017.

LIMA, Ana Paula dos Santos. **BALTASAR DA SILVA LISBOA: O Juiz Conservador das Matas de Ilhéus (1797 – 1818)**. Disponível em <<http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/106/Baltasar%20da%20Silva%20Lisboa.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2018.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Engenho sim, de açúcar não. O engenho de farinha de Frans Post**. Belo Horizonte, vol. 25, n 1, p. 61-83, jan /jun 2009.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A fé, a capela, os santos: Alagoas e a influência Sacra em sua formação histórica.** In Cabanos: Revista de História. Maceió ano 1, vol. 1, 2006 (jan/jun). p, 13 e 43.

VILHENA, Luis dos Santos. Notícias brasílicas contidas em cartas escritas na cidade da Bahia por um amigo a outro, em Lisboa, debaixo de nomes alusivos, para servirem de elementos a história brasílica, oferecidos ao Ilmo e EXMO Sr. Dr. Rodrigo de Souza Coutinho, do Conselho d'Estado, Ministro e Secretário da Repartição da Fazenda) 1802: 97-102. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IGHAL – Vol. II, N° 13, 1880.**

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IGHAL – Vol. XII, N° 13, 1927.

FONTES

VERDONCK, Adrian. **Descrição das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Memória apresentado ao conselho político do Brasil por Adriano Verdonck, em 20 de maio de 1630.** In: MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Fontes para o Brasil Holandês – a economia açucareira.* Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1981.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro, v.40: 1918 (1923).

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Português e Latino – (1712-1727).** Coimbra, 1712. (Versão Digitalizada).

COSTA, Francisco Izidoro Rodrigues.. **Descrição geographica, estatística e histórica dos Municípios do Estado de Alagoas.** Disponível em <Coruripe.http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Relatorio_atividades_parte_2_PNPI(1).pdf> Acesso em: 15 mai. 2018.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo do IHGAL

IHGAL. Documento – 0065 – 02 – 02 – 10. Carta do Ouvidor Geral da Comarca de Alagoas comunicando haver deferido o pedido de elevação de vila da povoação do Poxim, em 8 de junho de 1799.

IHGAL. Documento – 0066 – 02 – 03 – 1. Ofício ao presidente da Câmara da Vila do Poxim comunicando haver José Alemão de Sismeiros, arrematado o subsídio literário, referente a carne verde e aguardente (...), em 10 de maio de 1800.

IHGAL. Documento – 0069 – 02 – 03 – 03. Ofício aos oficiais da Câmara do Poxim, remetendo cópia de um edital contendo providência acerca da abundância de gênero de primeira necessidade, em 2 de maio de 1801.

IHGAL. Documento – 0087 – 03 – 01 – 09. Ofício ao Presidente da Câmara da Vila de São José do Poxim, comunicando que Portugal achava-se livre da invasão Francesa. Recife, 09 de dezembro de 1808. 01 F.

IHGAL. Documento – 0068 – 02 – 03 – 03. Ofício que dirigiu a Câmara do Penedo as Câmara do Poxim, Alagoas, Atalaia e Anadia. 2 de abril de 1817.

IHGAL. Documento – 00187 – 04 – 03 – 27. Ofício aos Vereadores e Procurador da Câmara da Vila do Poxim, pedindo informações sobre melhoramentos e reformas dessa Vila. Alagoas, 18ju1, 1822. 01F. Obs.: Oferta de João Guilherme Pitta.

IHGAL. Documento – 00939 – 21 – 03 – 22. Auto de Veneração em que houve adjuntamente das repúblicas desta Vila, do Penedo, de 12 de abril de 1817

IHGAL. Documento – 001680 – 21 – 03 – 26. Ofício que dirigiu a Câmara do Penedo a Câmara do Poxim, comunicando que força estacionada em Vila Nova apreendera toda farinha, e um oficial comissionado pelo Governo Interino das Alagoas. 15 de abril de 1817.

IHGAL. Documento – 00415– 7 – 1 – 4. Ofício do Presidente da Câmara da Vila do Poxim determinando o cumprimento de Leis referentes aos impostos sobre os escravos. Alagoas 20 de março de 1822.

IHGAL. Documento – 00260 – 05 – 01 – 07. Ofício à Câmara do Poxim acerca da mudança da casa da Alfândega para o Porto do Francês. 21 de maio de 1823.

IHGAL. Documento – 01313 – 018 – 01 – 11. Original de um traslado de um capítulo sobre farinha e peixe. 1724. 02F.

IHGAL. Documento – 00263 – 05 – 01 – 10. Junta do Governo Provincial da Vila das Alagoas, Ofício do Governador das Alagoas à Câmara do Poxim para que informasse, no prazo de 8 dias, se o administrador das matas, José de Mello Correia, servia bem ao seu emprego ou se descuidava dos seus deveres. 31 Mar.1824. 02F. Obs: Oferta do Dr. João Guilherme Pitta.

IGHAL. 00319 - 05 - 03 – 10. Ofício ao Juiz Presidente e Senadores da Câmara da Vila das Alagoas sobre a inspeção da plantação de mandioca. (...) 03 Jul. 1828. 01F.

IGHAL. 00263 - 05 - 01 – 10. Junta do Governo Provincial da Vila das Alagoas, Ofício do Governador das Alagoas á Câmara do Poxim para que informasse, no prazo de 8 dias, se o administrador das matas, José de Mello Correia, servia bem ao seu emprego ou se descuidava dos seus deveres. 31 Mar. 1824. 02F. Obs: Oferta do Dr. João Guilherme Pitta.

Arquivo Público de Alagoas – APA

CAIXA 5048 - Documento: Tesouraria da Fazenda Em Maceió – Recebedoria desta Cidade / Coletoria de Porto de Pedras, Poxim, São Miguel, Alagoas e Penedo **Assunto:** Lançamento da Décima Adicional / Receita E Despesa/ Emolumentos / Empréstimo De Órfão / Lançamento De Imposto De Fumo/ Multas/ Despesas Em Geral **ANO:** 1843-44/1851-52/1847-48/ 1872-73/1880-81/1896/ 1840-41

CAIXA 4918 - Documento: Estado de Alagoas – Tesouraria da Fazenda **Assunto:** Livro de Despesa e Receita / Substituições de Notas / Coletoria das Alagoas / Coletoria do Poxim **Ano:** 1845-1846 / 1850 / 1867 / 1884.

CAIXA 1038 - DOCUMENTO: Estado de alagoas – Tesouraria da Fazenda **assunto:** Mapa populacional do Poxim **ano:** 1853. **APA.**

CAIXA 1038 - DOCUMENTO: Estado de alagoas – **assunto:** Diplomático - Contrabando em Alagoas **ano:** 1831. **APA.**

CAIXA 2323 - DOCUMENTO: Estado de alagoas – **assunto:** Diplomático - Contrabando em Alagoas **ano:** 1836. **APA**

CAIXA 2323 - DOCUMENTO: Estado de alagoas – **assunto:** Diplomático - Contrabando em Alagoas **ano:** 1851. **APA**

Cartório de Imóveis de Jorge de Azevedo Castro -Coruripe

- Livros I e II.

Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate

- Papéis Avulsos de Alagoas

AHU, Alagoas Avulsos, Cx.2, d. 107.

AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 22, fl. 4. [16 de março de 1722].

- Papéis Avulsos de Pernambuco

AHU, Pernambuco Avulsos. Cx.18, D. 1792.

AHU-PERNAMBUCO. AHU_ACL_CU_004, Cx. 4, D. 300.

AHU_ACL_CU_004, Cx. 6, D. 445

AHU_ACL_CU_015, cx.133, D.10009.

ACL_CU_004, Cx. 2, D. 161.

AHU_ACL_CU_004, Cx. 3, D. 199.

AHU_ACL_CU_004, Cx. 5, D. 396.

AHU_ACL_CU_004, Cx. 7, D. 515.

AHU_ACL_CU_015, cx.126, D.9577.

AHU_ACL_CU_015, Cx.126, D. 9545.

AHU_ACL_CU_015, CX.126, D. 9540.

ACL_CU_004, Cx. 2, D. 161.

AHU, PE, CX. 127, d. 9656

AHU_ACL_CU_015, Cx. 178, D. 12472.

AHU_ACL_CU_004, cx.1, D.45.

AHU – PE Cx. 127, D. 9670.

AHU – PE Cx. 108, D. 8371.

AHU_ACL_CU_004, cx.3, D.250.

- Papéis Avulsos da Bahia

AHU-Bahia, cx.136, doc.40.

AHU_ACL_CU_005, cx.128, D.10019.

ANEXOS

ANEXO I

Carta do Ouvidor Geral da Comarca de Alagoas comunicando haver deferido o pedido de elevação de vila da povoação do Poxim, em 8 de junho de 1799. IHGAL. Documento – 0065 – 02 – 02 – 10.

Senhores da Assembleia Legislativa Provincial Alagoas

Ao (...) de Negócios eclesiásticos Estatística

Os abaixo assignados proprietários, agricultores, negociantes e mais moradores no município da Vila do Poxim comarca do senhor João de Anadia desta província, tendo chegado no conhecimento de que alguns moradores da povoação de Coruripe foram encaminhados a dirigir ou concorrer para que se designer a assembleia desta província da sede da freguesia desta vista para aquela produção.

Vim muito solenemente protestar perante vós, contra tão injusta quão devassazeada pretensão, como constaria aos grandes e gerais indesejos da mais importante parte dos habitantes daquelas localidades. Representando contra uma semelhante medida que não pode ter apoio na prudência, rectidão e justiça com que costumamos decretar os actos desta assembleia.

A Vila Real de São José do Poxim, senhores criada, desde o anno de 1799, é freguesia para mais de um anno, não podia na época actual expressar jamais em vez de grangear-lhe a sua antiguidade a condição favorável, direto de serem atendidos os veradeiros interesses de seus habitantes, ao contrário se pretendesse preterir-lhes.

A essa pretendida transferência, senhores apoiarão se a própria localidade do povoado de Coruripe, para que se pretende lançar os vossos olhos para necessidades mais amplas da futura, se verá que não pode o dito povoado satisfazer a pretensão de engrandecimento algum por mais, pois que apenas contra com os pequenos recursos da barra do rio que lhe dá o nome, ao passo que Poxim ofference duas barras francas a qualquer navegação do alto caitade, quais vão as de Jequiá, e principalmente a da Pituba.

Se alguns melhoramentos effemenos offerece do presente o povoado do Coruripe não só poderá avançar a que seja elles devidos senão a condições transitarias que podemos a qualquer momento desaparecer, condições que não podem influir para que se transfira a sede da freguesia da Vila do Poxim para aquele povoado.

Acrescer mais, senhores, que o povoado de Coruripe foi sempre muito bem cusado na parte espositual por um digno sacerdote o reverendo Domingos Fueginoda Silva Lema no character de capelão, e adjunctor da mesma freguesia, donde reverta que ainda por esse todo não só reverta da pequena distancia do seo parócho.

E se essa necessidade é do ordem tal que se quer phantasear, converia melhor que só desmembrasse da freguesia o povoado Coruripe, indo o município e freguesia do Poxim ressarcir a perda dessa parte, mas que sobram a freguesia da cidade de São Miguel, cujos parochos tem reconhecido lhes ser penoso curar certas extremidades de território que ficarão a melhor a mais fácil alcance do parocho do Poxim ultimamente, senhores, sobirão posições enfastiar-nos as prudentes razões o fundamentos que aconselham sobre estar infundada reclamação, não sendo devattende-se sufficiencia ao tempo offerece a antiga Vila do Poxim que conta uma bella, espaçosa matriz, e uma capella de Nossa Senhora do Rozario, ao passo que, incendiada a igreja de Coruripe, apenas restam-lhe sua pequenas a quasi incidentes cujas a oração que não estão proporções decentes de uma matriz.

Espresão, pois, os abaixos assignados dos princípios de justiça o rectirão desta illustre assembleia, que sejam tomadas na consideração que o caso pede os objetos da presente representação que vós trazem.

E.A.A.M^{cê}

Manuel Lima Rocha Tavares, Francisco Lopes dos Santos Lima, José Tavares dos Santos, Manoel Lima dos Santos XXX, Rodrigo Gomes, João de Deus Guimarães, João Lopes dos Santos, Bellamino José Ramalho, José Maria (...), José Antônio (...), João Manoel Soares, Manoel Soares, Manoel Antonio Soares, José Antonio Soares, Manoel Antonio Brasília, Antonio Manuel da Silva, João Baptista de Messias, Antonio Manuel dos Santos, (...)Dos Santos Lima, Theodoro Soares Pinto, Monoel Antonio de Lima, João Barboza Santos, Guilherme Rodrigues dos Santos Lago, Manoel das neves, Joaquim ventura dos Anjos, Antonio de Barros Silva, Joaquim José Santana, Eustáquio

Marciano Costa Nunes, Manoel Rodrigues de (...), José Antonio da Costa Portella, José Antonio da Costa, Aírto Joaquim Nunes, Francisco de Antonio da Costa, Manoel Pedro da Silva, José Francisco das Chagas, Manoel Ferminno da Silva, Manoel Fernandes de Gomes dos Reis, Inocencio Rodrigues da Costa, Joaquim Nunes da Costa, José (...), José Joaquim da Costa.

ANEXO II

Ilustrissimo Senhor Respondido à 10 Agosto de 1853

Transmitto a Vossa Senhoria o Mappa incluzo da população do Termo desta Villa, no termo que por Vossa Senhoria ma foi determinado em officio do mêz de Dezembro próximo passado.

Deos Guarde a Vossa Senhoria por muitos annos. Delegacia de Policia do Termo do Poxim 7 de Janeiro de 1853.

Ilustrissimo Senhor Doutor Francisco Xavier Paes Barretto, Chefe de Policia da Capital de Maceio.

MAPPA DA POPULAÇÃO DO TERMO DA VILLA DE SÃO JOSE DO POXIM										
Villa do Poxim	Livres		Escravos		Estrangeiros		Total de Livres	Total dos Escravos	Total dos Estrangeiros	Total da população
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres				
Freguezia do mesmo nome	2452	2775	722	598	5	„	5227	1320	5	-----
	„	„	„	„	„	„	„	„	„	„
Soma	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	6552

ANEXO III

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, Cx. 3, Documento 265 - 9 de Dezembro de 1797.

Carta de Bento Bandeira de Melo ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre a geografia, navegação, comércio e produções de Alagoas e a conveniência de se criar governo independente do de Pernambuco, à semelhança do que fez para a Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Versão Adaptada

Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor

Sendo bem constantes os grandes desejos, que Vossa Excelência tem em adiantar o incomparável, e extenso domínio do Brasil de que seus habitantes tem a felicidade de serem fieis vassallos da Coroa Portuguesa, e que com muita maior razão presentemente devem ser felicíssimos de baixo dos auspícios de um Príncipe, que nos governa, e de um Ministro, que sábio e providamente nos destinou para a repartição do novo continente: devemos todos unidos ser agradecidos aos bens, que se nos bem prepara tão sabiamente pelo aumento da Agricultura, e por tudo o mais, que houver de precioso neste gentil e tribunal país, que possa fazer não só a felicidade dos seus habitantes, mas também o aumento do Estado, e dos Reaes Tesouros.

Eu já tive a honra de apresentar a Vossa Excelência algumas noticias pertencentes a Capitania da Paraíba do Norte, e com especialidade das boas matas, donde se pode tirar as maiores e melhores madeiras de construção, por ter sido encarregado do exame delas, do aumento da Agricultura da mesma, das hervas, frutos e raízes medicinais, assim como de toda a extensão da mesma Capitania, fiz outro papel da qual se serviu Governador, nomeado para mesma Fernando Delgado Freyre, que o apresentou a Sua Alteza, e a Vossa Excelencia, e se bem me lembra também em outro papel de algumas ideas das Capitancias do Rio Grande, e do Ceará que ficam ao Norte da Paraíba.

Como, porém vejo que Sua Alteza tanto se desvela no aumento dos Reais Domínios Brasilienses, criando de novo o importante Governo na Capitania do Espírito Santo, que para o futuro será, sem dúvida, um dos primeiros daqueles continentes; devo também falar em outro igual continente de meu País que suposto não seja ignorado por Vossa Excelencia não terá, contudo ideias adequadas para dele fazer húa tão digna e igual Lembrança da que teve Sua Alteza com a Capitania do Espírito Santo. É, Excelentíssimo Senhor, o lugar em que falo a Capitania das Alagoas, sujeita ao Governador Geral de Pernambuco sem outro governo mais, que o de um Capitão Mor nomeado pela câmara da cabeça da Comarca, e feito pelo General.

Dista da Capitania de Pernambuco por terra, sessenta léguas, ficando a dita capital em oito graus, e quarenta minutos, fica a Alagoas no Sul na altura de nove graus, e cinquenta, e cinco minutos. Tem várias barras, onde podem ir deste Reino Embarcações com fazendas, e trazerem os efeitos da terra, e lembra-me, que no tempo em que governou Pernambuco, o Capitão Manoel da Cunha e Menezes mandou aproximar um Navio Holandês, que estava negociando na barra de Cururipe, que fica ao Sul das Alagoas; e três léguas ao Norte desta barra há outra chamada de São Miguel, onde entram grandes sumacas, que são do mesmo lote, que são as maiores bergantim, assim como podem entrar maiores Embarcações na própria barra das Alagoas, e em distancia desta mesma barra ao Norte duas léguas fica a enseada do Jaraguá, onde podem ancorar grandes navios, e carregarem em maior incomodo, e alem destas barras nomeadas tem outras na compreensão da Capitania, e comarca das Alagoas, que melhor se possam escolher para carga dos efeitos, que produz com abundancia a dita Capitania, como seja, açúcar pelos muitos Engenhos, que em si contém algodão, e outros muitos gêneros, que é capaz de produzir aquele fertil, e dilatado terreno, além das preciosas madeiras, de que hé abundantíssimo, como é constante e notório. A maior parte dos efeitos, e dos gêneros desta Capitania são carregados, e vendidos na Cidade da Bahia de Todos os Santos com grande risco, e prejuízo dos seus Agricultores; e poderá vir a ser muito florente, e de grande comercio, e vantagem para o Estado, se se criar um novo Governo nas Alagoas, que desempenha as obrigações, que Sua Majestade lhe confiar, indo os navios em direitura deste Reino a um dos Portos daquele continente, e carregaram os seus efeitos, e as madeiras, que lá se construíram para os Reais Arsenais.

É, como já disse, a Capitania das Alagoas, sujeita ao Governo Geral de Pernambuco, assim que fique este deteriorado pode ser criado um Governador para as Alagoas com tanta extensão do termo para o seu governo, quanta tem o Ouvidor e Corregedor das mesmas Alagoas de baixo da sua jurisdição, tanto pela parte que confira pelo Norte com a Ouvidoria, e comarca de Pernambuco, como pela parte do Sul com a Bahia. Além de muitas Vilas, e lugares, que tem esta comarca das Alagoas, tem a populosa Vila da já dita Alagoas, que é a Cabeça de Comarca, aonde pode rezidir o Governador, e fora da capital de Pernambuco; e Paraíba, não há outra povoação nos limites de Pernambuco, e de mais opulencia, do que seja esta Vila, e outra pertencente a mesma Comarca das Alagoas chamada de Penedo, que fica a borda do grande Rio de São Francisco, que é assaz rica, e de grande comercio pela comunicação que tem pelo mesmo Rio com os habitantes dos Sertões, e com as Minas, pois que delas tem a sua origem o grande Rio das Velhas, que vem fazer barra com a de São Francisco, assim como também nele desagua o Rio Pitangui, vindos ambos da parte do Sul deste Rio de São Francisco

que pela sua grandeza hé conhecida pela barra do Pará, e deste Rio Pitangui, até os brejais nascença do Rio de São Francisco fez diferença de setenta ate oitenta léguas, como é constante, e o testemunha Frei Antônio da Silva Maria Jaboatão na Crônica que compôs da sua Província do Brasil, dizendo que não é a sua vertente das serranias do chile, como muitos afirmavam. O dito Rio de São Francisco terá com pouca diferença quinhentas léguas de viagem, depois do Pará, ou Amazonas, e o da Prata, é sem duvida, que se não tem descoberto no Brasil, outro maior, que este de São Francisco, por que além da sua populosa nascença e de fazerem nele barra os ditos Rios, que vem de Minas, fazem também nele barra ao Norte de Pernambuco, além de muitos de meros nota, os Rios de Parmantú, de Pajahú, e que chamam corrente e faz barra junto ao Santuário da Lagoa, ultimamente, nela também faz barra o chamado Rio Grande; e das muitas, e grandes Ilhas, que tem o dito Rio e outras notáveis cousas, que não se admiram, não tem faltado quem dê noticia. Este grande Rio é que divide o Governo de Pernambuco com o da Bahia, e que pode servir de divisão ao governo das Alagoas pela parte do Sul, e pelo Norte com a extensão, que der a Comarca das mesmas Alagoas. O inumeravel povo, que tem esta comarca se pode coligir pelas Freguesias, porquanto a Vila Freguesia da já dita Alagoas não há de ter menos de 15 almas, e outras tantas a

Freguesia, e Vila do Penedo e a proporção outras inumeráveis, e grandes Freguesias, que em si contem a mesma comarca tanto a beira mar, como nos Sertões. No palmar descrito das Alagoas tem uma Companhia de Soldados de Infantaria pagos, criada por ocasião de um levante, que fizeram os Negros Zumbis, que o meu segundo avô materno Luiz Lobo de Albertim os destruiu, como consta do documento junto; já o novo Governador, que for nomeado acha esta Companhia de Soldados para fazer dela uso no que achar ser mais conveniente para o Real Serviço. O Rendimento dos Dizimos, que produz cada uma das Freguesias da Comarca das Alagoas superarão muito bem e para as despesas, e do Estado do Governo, que houver de se criar, e ainda para se fazer algumas embarcações Reais, que sem dúvida serão de maior utilidade fazerem-se nas mesmas Alagoas ou Enseada de Jaraguá do que na Bahia, ou em Pernambuco porquanto as madeiras, com que a fazem as Reais Embarcações em uma, e outra parte, a maior parte delas, e as maiores são remetidas das Alagoas, e fazendo-se nas mesmas Alagoas as Reais Embarcações poupa-se as grandes despesas dos fretes, e outras muitas, e não será o primeiro Estado, que se tem feito nas Alagoas, por quanto a Flor do Mar ou a Porta lá foi feito, como outras desta estação. Enfim será de grande utilidade para os habitantes daquele continente, se nele se criar um novo governo, porque tenham perto o recurso para os seus danos, e havendo, embarcações, que comerciam de Lisboa para aquele porto, não terão o incomodo de transportarem a maior parte de seus efeitos para a Bahia, e ainda para Pernambuco, que pelo risco, e prejuízo, que experimentam não se animam a fazerem maiores as plantações, produzindo com grande vantagem tudo quanto se planta naquele continente, sendo a sua maior aplicação o açúcar, e as plantações do algodão, ao mesmo tempo em que da boa qualidade da Terra se vê a capacidade de produzir tudo mais. A Capitania das Alagoas foi da compreensão da doação, que fez o Sereníssimo Senhor Rei D. João 3^o ao Excelentíssimo Duarte Coelho Pereira de cinquenta léguas de Costa, em Pernambuco do Rio de São Francisco ao Sul, e de São Domingos, hoje conhecido por Igarassu ao Norte, que por lhe servirem estes dois de seus limites veio a ter muito maior número de léguas por conta, e por terem mais de noventa, e sem limite certo para os sertões, e embarcando-se o dito Excelentíssimo Duarte Coelho de Lisboa para Pernambuco no anno de 1530 com sua Família, e muitos dos seus Parentes por lá se estabeleceram, sendo primogênitos os Donatários de Pernambuco, não tendo filho Duarte Coelho de Albuquerque sucedeu-lhe seu Irmão Jorge de Albuquerque Coelho, o qual nasceu na cidade de Olinda a 23 de

Abril de 1539, e passando ao Reino acompanhou ao Senhor Rei D. Sebastião na infeliz batalha de África, e restituído a Portugal casou duas vezes, e do segundo matrimonio feito com a Excelentíssima Ilustríssima D. Anna de Alencar teve Excelentíssimo Duarte de Albuquerque Coelho, quanto Donatário de Pernambuco e a dita Excelentíssima Senhora era filha de D. Alvaro Coutinho Irmão do Excelentíssimo D. Francisco Coitinho Conde do Redondo, e Vice Rei, que foi da Índia e nesse tempo foi Pernambuco tomado pelos Holandeses, e passando a ele o seu Donatário em companhia do Conde Barcelos onde assistia desde o ano de 1531 até o de 1538 aos mais arriscados encontros, e batalhas, que toda a Capitania de Pernambuco apesar dos seus esforços, e das suas fadigas não pode conseguir a expulsão dos Holandeses; e voltando a Lisboa casou-se com a Excelentíssima Senhora D. Joanna de Castro, filha do Excelentissimo D. Diego de Castro Vice Rei que foi de Portugal, e Conde de Berto, e passando ultimamente o domínio de Pernambuco a casa do Excelentíssimo Conde do Vimiozo, que então em D. Miguel de Portugal por filha de sucessão, e por deverem os pernambucanos sem maior auxilio lançado fora o pesado jugo, que sofreram por espaço de 24 anos, que os Holandeses dominaram aquela Capitania, e que os Pernambucanos pois entregaram ao seu Soberano, ficando ultimamente pertencendo a Coroa de Portugal, aquela florente, e ainda pouco conhecida Capitania, que por todos os títulos, como as mais da América, não deve Sua Alteza Real perder de vista o aumento dela, e dos seus infelizes habitantes, mas sempre fieis vasalos, que eu por ser respeito não me animo a fazer ver os seus merecimentos, e que são dignos das atenções do seu Príncipe, e dos seus Ministros, tanto pela sua fidelidade, e amor, que lhe consagram, como pelos seus nascimentos, que suposto a maior parte das Famílias tão distintas, como descendentes do seu primeiro Donatário, e Parentes se achem abatidas pelo pouco, que são olhados no Brasil os sujeitos de merecimentos pelos enviados, que só lanção mão de seus entraves sem que se embarassem com os do Estado, e do Publico. Será, com efeito, Senhor, um império o Reino de Portugal, se o seu Príncipe tiver sempre em vista, o que tem de mais precioso nos seus domínios, como é o Estado do Brasil, e, no entanto farei sempre o que der, como o mais humilde, fiel, e obediente súdito.

Lisboa, 8 de dezembro de 1797.

Bento Bandeira de Melo

ANEXO IV

ARQUIVO HISTORICO ULTRAMARINO

CONSELHO ULTRAMARINO

BRASIL - ALAGOAS

[ant. 1801, Fevereiro, 13, Alagoas]

[ant. 1801, Fevereiro, 13, Alagoas] REQUERIMENTO do padre Antonio Joaquim de Carvalho e Couto ao principe regente [D. João] a pedir provisão de insinuação para confirmação da doação para seu patrimônio que the fez seu irmão, o alferes Francisco Manuel de Carvalho e Couto morador no termo da Vila Real de São José de Poxim, comarca de Alagoas, de quantia referida ao engenho Genipapo. Anexo: requerimento como escritura, carta, provisão, termos e lembrete. AHU-PERNAMBUCO. AHU_ACL_CU_004, Cx. 4, D. 300.

[ant. 1801, Fevereiro, 13, Alagoas] – página 1

Diz Antonio Joaquim de Carvalho e Couto que o Alferes Francisco Manoel de carvalho e Couto morador nato da Villa Real de S. José do Poxim Comarca da Alagoas, Capitania de Pernambuco que lhe fez a doação na escritura inclusa e cujo maior valor.

[ant. 1801, Fevereiro, 13, Alagoas] – página 2

Junta aos mais papéis haja vista

Senhor

Procurador da Fazenda (...)14

de maio de 1802.

Procedendo aos deligenciados da ley, achei, que o alferes Francisco Manuel de Carvalho e Couto muito por seu gosto, como costa do summario (...) doara trezentos mil reis em terras e (...) do engenho Genipapo, de que he senhor a seu irmão suplicante Antonio Joaquim de Carvalho e Couto, para não (...), e em duzentos mil reis mais , que (...) paterna em (...) engenho (...) patrimonio, com que se pretendese ordenar de

clerigo e fazendo avalias o referendo engenho em seu terreno por estarem pro (...) ao doador lhe fez dado pelo lavrado valor o de (...) conto de reis.

He o que posso informar a Vossa Alteza, que Mandará; o que fez a Villa Real de São José do Poxim 4 de novembro de 1801.

O Ouvidor Manoel Joaquim Pereira de Matos Castelo Branco

[ant. 1801, Fevereiro, 13, Alagoas] – página 3

Ilustríssimo Senhor

Senhor, diz Antonio Joaquim de Carvalho e Couto, que o Alferes Francisco Monoel de carvalho e Couto, marador das terras da Villa Real de São José do Poxim, comarca de Alagoas, Capitania de Pernambuco, lhe fez a descrição incerta na (...) incluza para cuja maior validade, pede Vossa alteza Real a graça delle conceder provizão de insinuação na forma do estillo, (...).

ANEXO V

CAIXA 4918 - DOCUMENTO: Estado de alagoas – Tesouraria da Fazenda **assunto:** livro de despesa e receita / substituições de notas / coletoria das alagoas / coletoria de poxim **ano:** 1845-1846 / 1850 / 1867 / 1884. **APA.**

O coletor da Villa do Poxim Ananias da Costa Nunes vai entregar na Thesouraria da fazenda das Alagoas os rendimentos arrecadados pertencentes ao ano financeiro de 1845 a 1846. A saber

1845 a 1846

	ILÍQUIDO	PREMIO	LÍQUIDO
Imposto sobre lojas ...	25\$600	6\$400	19\$200
	56\$000	14\$000	42\$000
Taixa de escravos ...	1\$800	\$450	1\$3500
	83\$400	20\$850	62\$550
Livro de bens de raiz ...			- 450

E para constar em trabalho dos livros competentes. Colletania da Villa do Poxim – 28 de novembro de 1846.

O colleter

O escrivão

Ananias da Costa Nunes

José Simplício Santiago

Recebi do senhor Thesoureiro da Thesouraria da Fazenda a quantia de vinte mil oitocentos e cinquenta reais (20\$850000) em importância dos 25 por centos a mim, e a meu, escrivão, pela arrecadação que fizemos de diversos imposto pertencentes ao anno financeiro disso de 1845 a 1846, e de como recebi passei o presente. Colletoria da Villa do Poxim 28 de novembro de 1846.

Ananias da Costa Nunes

Registro Geral 3º livro entre 1845 – 1846. Em 30 de novembro de 1846.

Registro 62\$550

ANEXO VI

Ofício do Presidente da Câmara da Vila do Poxim determinando o cumprimento de Leis referentes aos impostos sobre os escravos. Alagoas 20 de março de 1822. **IHGAL. Documento – 00415 – 7 – 1 – 4.**

Fai se necessario que vós mercês cumprirão com a maior brevidade que ser fassa o artigo 4 das Instruções de 13 de dezembro proximo processado ultimamente remetidas a essa comarca para a execução do § 5º do artigo 5º da lei de 8 de outubro do mesmo anno na arrecadação na taxa de 12 mil reis sobre os escravos enviado a este Governo o preciso documento dos limites que marcaram para o lançamento e cobrança da referida taxa nos termos do citado artigo.

Deos Guarde Vossa Mercês

Palacio do Governo das Alagôas em porto Calvo 20 de março de 1834

Vicente Pires de Camargo

Presidente da Comarca Municipal da Villa do Poxim

ANEXO VII

Ofício ao presidente da Câmara da Vila do Poxim comunicando haver José Alemão de Sismeiros, arrematado o subsídio literário, referente a carne verde e aguardente (...), em 10 de maio de 1800. IHGA. Documento – 0066 – 02 – 03 - 1

Nessa Junta da real da fazenda arrematou José Alemão de Sismeiros os subsidios literários de hum real por cada libra de carne de Vaca, ou boi fresco que se consome, não se determinndo, pessoas, a excepção da que consome os credores dos gados; o de dez reis por cada canada de agua ardente, que se fabrica ou entra de fora, sem mostrar que pagou o mesmo subsidio donde sahira; e tendo fé obrigado esta junta, em nome do Príncipe Rgente Nosso senhor a presta-lhe todo o auxílio, e favor licito, para so verificar a exata cobrança dos referidos subsidios Reais, applicados para hum objecto de tanto interesse dos povos desta capitania, qual he a sua instrução e para que os dias constados não tinha motivo de queixa, antes se amine continua no dito contrato, e a subir de preço nas seguintes arrematação por tanto esta junta recomenda vossa mêrces que preste sobredito contratados auxílios e providencias que lhe requires; a bem de hu'a (...) arrecadação dos mencionados subsidios em caso que seoffereça algum obstaculo q' não popa's remover, o participem desta junta, para ella setomarem suas medidas que forem mais efficazes: afim o espera essa junta do seo zelo pele Real serviço bem publico.

José Bispo de Paiva Brito

José Joaquim Nabuco de Araújo

ANEXO VIII

Offício aos Vereadores e Procurador da Camara da Vila do Poxim, pedindo informações sobre melhoramentos e reformas dessa Vila. Alagoas, 18ju1, 1822. IHGAL.
Documento – 00187 – 04 – 03 – 27.

Para bem desempenhar minhas funções como representante desta província de Alagoas que pela eleição me acho revestido peço as Vossas Senhorias que me trasmitam as instruções das quais preciso.

Informações sobre reforma e benfeitora desta Vila de São José do Poxim e quais as outras providências que possam ser atendidas pelo Soberano Congresso Brasileiro.

Espero que Vossas Senhorias se dirijam no endereço do Rio de Janeiro o que por mim foi solicitado.

Pedimos que estas requisições para o bem desta Vila do Poxim não sofram delongas e cheguem às nossas mãos sem delongas.

Vila de Alagoas 18 de Julho de 1822

Caetano Lopes, deputado junto às Cortes do Brasil

ANEXO IX

ESCRAVOS AFRICANOS

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor

Sendo do meu maior dever participar a Vossa Excelência dos acontecimentos extraordinarios que tenham lugar no meu Destricto, agora se me oferece occasião de o fazer sobre hum de não pequena monta. Constou-me por notificis vagas, que na noite de 26 do Co[rrente] huma pequena Sumaca, que nesse dia appareceu neste mar, desembarcára nestas praias huma porção de Escravos Africanos, e julga-se, que passará outra porção para uma Lanxinha, que de manhã se fazia ao mar, quando ja não apparecia a dita Sumaca ignorando-se o destino dos Escravos desembarcados. Sahi immediatamente com a gente que pude (...) tar, a correr o litoral do meu destricto, onde não encontrei o minimo vestigio, que fizesse publico o negro crime nem os seus perpetradores. Eis aqui Excelentissimo Senhor como os malvados, illudindo toda a vigilancia das Auauthoridades, poem em pratica os mais horrorozos attentados. De Vossa Excelência espero todas as Just[corroído] ções, para me saber derigir em semelhante
(...)
ZO.

ANEXO X

O Porto do Francês, o qual servia no passado para contrabando de pau-brasil foi um trampolim para invasores e na primeira metade do século XIX, tornou-se Alfândega da Capitania de Alagoas. **IHGAL. Documento – 00260 – 05 – 01 - 07** – Ofício à Câmara do Poxim acerca da mudança da casa da Alfândega para o Porto do Francês. 21 de maio de 1823.

Remetemos as Vossas Senhorias os requerimentos que dirigimos também ao nossos deputados do congresso, vigente do Rio de Janeiro. Transmitimos as atuais circunstancias de nosso pais e suas novidades. Vossas Senhorias tomaram ciência deles a acrescentarão o que lhes parece útil, uma ves que nosso Augusto Imperador já providenciou as mudanças que ele achou úteis fazer. Agora é chegada a participação desta mudança da Casa da Alfândega para o porto do Francês que sua Majestade Imperial e o capitão que teve tanto êxito no comando do porto ordenam que se faça para o bem das vilas circunvizinhas cujas câmaras foram unânimes em aprovar a medida.

Nosso sumo Imperador aprova e afirma este fato e exige que seja informado este governo da província de Alagoas e todas as Vilas interessadas,

Deus guarde Vossas Senhorias

ANEXO XI

Ofício ao Presidente da Câmara da Vila de São José do Poxim, comunicando que Portugal achava-se livre da invasão Francesa. Recife, 09 de dezembro de 1808. 01 F. **IHGAL. Documento – 0087 – 03 – 01 - 09**

Com summo prazer participo Vossa mercês, que Portugal se acha evacuado dos tiranos que tanto nos oprimirão, e restituído ao partenal Governo de sua Alteza real Nosso Augusto Soberano.

Vos mercê por hum motivo de tanto alegria para os fieis portuguezes farão ilunimar essa Villa em três noites sucessecivas; mandarão publicar a proclamação que Lhe vem remetter por copia, recebemos os donativos que cada hum volutariamente quizer se oferecer os ques remetterão a junta da Fazenda desta capitania com relação individuais dos que concorrerem para desejo do reino.

Deos os guarde Vossa mercês, Recife de pernambuco em 9 de dezembro de 1808.

Caetano Pinto de Miranda Montenegro

Senhores Officiais da Camera

Villa de S. José do Poxim

ANEXO XII

CAIXA 1038 - DOCUMENTO: Estado de Alagoas – **assunto:** Diplomático -
Contrabando em Alagoas **ano:** 1831. **APA.**

Contrabista (...) de Escravos a porta (...) das rigorosas averiguações que procedéra aos Passaportes, as [ilegível] não obstante ter entrado em lastro, não se achou com tudo materia para procedimento Judicial seja me pormettido levar igualmente à consideração de Vossa Excelencia, que sendo vós publica que os mencionados Escravos foram desembarcados de bordo d'este Brigue, na altura da Bahia, para aquella Sumaca, hé este facto poderosa materia para hum legal procedimento judicial; pois do Contrario se infringem as Leis, que tanto me cumpre pugnar pela sua religiosa observancia, na qualidade de Empregado Publico, que dizem respeito à Nação Britanica, quanto a Vossa Excelencia em as fazer cumprir.

Deos Guarde a Vossa Excelencia Muitos Anos

Maceio 19 de Novembro de 1831

Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Manoel Lobo de Miranda Henriques

Presidente da Provincia Maceió
[Assinatura] – Consul

ANEXO XIII

PONTAL DE CORURIFE

Tenho a honra de participar a Vossa Excelência, que sahi da Villa do Poxim as 8 horas da noute do dia 10 do corrente, pelos motivos que espendí a Vossa Excelência em o outro officio, e cheguei a Povoação de Coruripe a meia noute, e ahi me demorei té o dia 12, por me ter requisitado o Delegado, toda a minha força para capturar uns individuos no lugar denominado Batel, e dest[a] deligencia rezultou a prizão de dous que concorrerão para o desembarque dos Africanos que ultimamente chegarão. No dia 12 fiz seguir o Senhor Cadete João Joaquim de Almeida Pinto, com as quinze praças para o ponto do Pebá, e eu segui para o Batel, e vi que o lugar não era proprio para o fim a que veio este destacamente, pois que d'ahi não se avista um só ponto do mar, e para nos collocarmos na praia fronteira que dista mais de um quarto de legua, ficavamos expostos ao tempo; por isso me derigi para o Pontal de Coruripe, que fica meia legua ao norte do Batel, não só por ter junto a praia onde nos abrigar, como por ser porto de muitas jangadas, e [corroído] ahi se avistar toda a costa para o Sul até o Pontal Merim, que tam bem é visto pelo destacamento do Pebá. Não se tendo ainda concluido a barraca para o destacamento de Pituba, por isso ainda se conserva na Barra do Jequiá o destacamento, e em Pituba uma Guarda de quatro homens. No ponto em que me acho nada tem occorrido, a não ser a entrada de um Hiate neste porto no dia 16 do corrente, que foi immediatamente visitado, e não se encontrou Africanos nem indicios de se empregar no trafico delles. Pela parte dada pelo commandante do ponto de Pituba, consta ter ahi fundeado um Hiate no dia 13 do corrente que foi por elle e mais quatro praças, vizitada immediatamente e nada encontrarão, que indicasse andar no trafico de Africanos, e do officio que ultimamente recebo datado de 17 do corrente, consta ainda estar o dito Hiate fundeado, e descarregando generos de commercio, e que passara ao largo uma Sumaca no dia 16 do Sul para o Norte, o qual tambem passou nesse mesmo dia pelo ponto e suponho ser o Brigue de Guerra que por aqui cruza. Da parte dada pelo Commandante do ponto do Pebá, consta ter por ali aparecido ao amanhecer do dia 1 do corrente uma embarcação de trez mastro, a qual dezaparecia pelas trez horas da tarde. Deos Guarde a Vossa Excelência. Pontal do Coruripe 18 de Agosto de 1851

Illustrissimo Excelentissimo Senhor Doutor Manoel Sobral Pinto - Digno Vice-Presidente da Provincia das Alagôas.

Luiz Francisco Teixeira - 2º Tenente Comandante dos Portos do Pebá, Pituba e Batel.

ANEXO XIV

Ontem me veio as mãos o officio de Vossa Excelência datado de 23 do corrente, e fico sciente do quanto nelle Vossa Excelência me recommenda. Convindo de mais perto providenciar sobre a exploração das mattas onde se suppõe ainda que e existe parte do contrabando de Africanos, derigir me a esta Villa, e para aqui marchou parte da Força que estava na Villa do Poxim, reunindo-a com a que aqui se achava, devidi-a; parte para explorar as mattas das Alagôas, e parte para as do Engenho da Ilha, deixando na Villa do Poxim 16 praças sob o commando do Alferes Acacio para explorar as mattas do Poxim-Grande, que se estendem até as do Engenho da Ilha. Devendo contar com a coadjuvação de pessoas praticas, que já estavam de antemão dispostas para servir de guia, e auxiliaram a exploração, constame pelas communicações que levo a prezença de Vossa Excelência, que se evadirão, deixando a força sem pratico: o mesmo quase fizeram dous guias que acompanharão

o Tenente Aprigio, que com quanto não se retirassem, dicerão que não sabião de direcção alguma, isto depois que a Força estava em marcha pelo que achão-se ambos prezos. Estes dous factos não me são estranhos, e pelo que tenho observado, são resultados da indifferença e ao mesmo passo da connivencia, sobre o que já emittí minha opinião ao Excelentissimo Antecessor de Vossa Excelência, e milita para confirmar o que levo dito o seguinte, de não ser o contrabando um crime daquelles em que ha uma parte offendida, que ferida ou tocada da aggressão, para poder nutrir sua vingança, procura habilitar a Policia para dezcavcar seu aggressor, no contrabando pelo contrario, tenho observado e com muito sentimento, que em geral todos se recentem que seja elle um crime, e é geralmente sabido quais as conveniencias que resultão de semelhante trafico, e as grandes fortunas que se tem criado.

Embora alguns proclamem factos posteriores revelão que são esses os proprios a coadjuval-o e pelo que bem longe de encontrar apoio e aquella confiança que se deva esperar para aniquilar esse indigno trafico, vejo malogradas as deligencias as mais bem combinadas. De uma só Autoridade Policial não tive ainda uma noticia circunstanciada a respeito do contrabando, e de seus agentes, e quando se prestão é como que reciozas. Se isto se observa na classe de pessoas que são habilitadas pelo Governo, e que os

suppõe idonias para coadjuval-o; não é de esperar menos da classe inferior, que costumada de ha muitos annos a assistir impunemente a desembarque de Africanos, que de publico se vendião aqui, no Poxim, e mesmo em qualquer porto da Provincia, está subordinada a essas influencias locais, que, ou por seu prestigio, ou pela dependencia que estes adquirem, não hezitam inintimidada para que nada respire que os possa comprometter. Hoje estou informado, que não sendo possível conservar-se reunido o contrabando, foi retirado das mattas do Engenho da Ilha, e nos taboleiros de Anadia, proximos ao Engenho Ferrado, foi devidido pelos compradores, que tinhão sido convidados, sendo estes de diversos lugares da Provincia, seguindo uma porção de cem á duzentos Africanos para o sertão de Pernambuco, outra de menor numero para as Alagôas, repartindo-se o resto por diversas pessoas, tocando a uns 20 a outros 16. Vejo por tanto um embarço, quaze insuperavel para se fazer já a apreensão pela diversidade de lugares por onde está espalhado o contrabando. Do Officio do Delegado de Anadia vejo que para o centro foi uma parte, e supponho ser a que foi dirigida para Garanhuns, para onde já officiei ao Delegado e ao Juiz de Direito da mesma Comarca, enviando o officio que Vossa Excelência enderesou, ao mesmo Delegado. Se a difficuldade que tenho encontrado é a respeito da apreensão, pode Vossa Excelência avaliar da que deve haver para se obter prova para instaurar-se o Proseço. Tenho esgotado os meios que podem determinar o bom exito da deligencia; mas infelizmente vejo que de totodos os lados surgem difficuldades. Os caçadores com quem havia contrata do a descoberta do covil onde estivesse oculto o contrabando, arripiarão a carreira, ocultarão-se, e bem defficil será a captura delles pela distancia de suas moradas, e incerteza dos lugares onde possão ser encontrados. Hoje voltarão as duas Forças, e das explorações que fizerão nada se pode conseguir, quer nas mattas do Engenho da Ilha, quer nas dos Engenhos = Utinga - Sinimbú, e Canabravas, e nas adjacentes ao Curralinho.

Consta-me que do Destricto da Palmeira suvira o Subdelegado com uma Força de sessenta homens, e suppõe-se ser em seguimento dos que forão para Garanhuns, e até esta data não sei ainda do resultado da deligencia. Do Poxim ainda não tive communicação do Alferes Acácio sobre a ultima exploração que hia a fazer. Acho acertado que seião exploradas as mattas e Grutas dos Engenhos Pinto e Lama, para onde consta que forão cincoenta Africanos. Acha-se doente de sesões o Tenente Aprigio Commandante da Força de Policia, e as praças de Policia tambem tem sido accommettidas do mesmo mal. Hé o quanto tenho a communicar a Vossa Excelência

que ordenará o que for servido. Deus Guarde a Vossa Excelência Villa de São Miguel
26 de Junho de 1851.

Illustrissimo Excelentissimo . Senhor Doutor Manoel Sobral Pinto -Vice Presidente da
Provincia

O Chefe de Policia interino. Herculano Antonio Pereira da Cunha

ANEXO XV

[ant 1804, Julho, 18, Vila Real de São José do Poxim]

REQUERIMENTO de Francisco Antônio de Sousa, negociante e natural de Pernambuco e residente na barra de Jiquiá da Praia, termo da Vila Real de São José do Poxim, ao príncipe regente [D. João] a pedir providências devido a penhoras e arrematação de seus bens, praticados pelo ex-ouvidor-geral da comarca de Alagoas Manuel Joaquim Pereira de Matos Castelo Branco, relativamente aos impostos que cobrou às embarcações e quilhas que entraram no estaleiro em que faz construção de navios para o seu comércio e para venda nos portos da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco.

AHU-PERNAMBUCO.

AHU_ACL_CU_004, Cx. 5, D. 396.

Diz Francisco Antonio de souza, negociante e natural de Pernambuco: que passando-se para a Barra de Jiquiá da Praia termo da Vila meramente criada de São José do Poxim comarca das Alagoas, a fim de fazer alli Commércio de embarcações tanto para a navegação do seu commércio quanto para arrumador vender nos Portos da Bahia, Rio de Janeiro, e Pernambuco, bem, e (...) modo que entrou negociantes fazem por ser aquelle lugar muito accomodado para a sahida das embarcações sucedêo quando o ouvidor da Comarca Manoel Joaquim Pereira de matos Castello Branco sem mais autoridade quando o fez simples arbitrio entrasse a exigir de cada huma das embarcações, que ião carregar ao Porto a quantia de 4ø000 réis; e por cada huma quilha que sepunha no estaleiro para se construir no mesmo porto a quantia de 6ø400 réis. Quanto os primeiro imposto, hé certo, quando queixando-se aos donos das embarcações do competente Governo, fôrrão por este providenciados expedindo-se ordem á Camara, para mais não exigir simples imposto. Quanto porêm os segundo, bem quanto o Superior oppussesse, e mesmo procurasse tão bem recorrer, todavia não chegou a fazer; porque antevendo isso mesmo o ex-Ouvidor evitou no mesmo recurso dando ordem para que o imposto se não cobrasse coactivamente de pessoa alguma, mas

somente aquelles que por mais (...) amigaveis quizesem satisfazer; o que porêm não practicou o teu sucessor José dos Santos Pinheiro Matos, que apenas tomou pose do lugar entrou a mando (...), (...) e mais constructores que queirão pagar, e com tal violencia evexame que nem lhes admitia requerimento algum supperior, entre tanto os (...) estivessem em remessas, e o dinheiro recolhido ao cofre e ameaçando compromisso assim a todos que copperasse como disse ao proprio Comandante da Villa Pedro José de Matos (...) hé (...) até lhe infformava todos os recursos porque se alguma advogado se proponha defende-lo, o tractado mal de palavra, suprendia, e até prendia como fez ao advogado da Villa do Penedo Antonio de Mello Paes, e a propria parte estando em autoridade geral e não menos a outro advogado da mesma Villa na segunda comunicação que for (...) hé contrario a todas as Leis, Direito, Razão, porque impôs novo tributo hé proprio da Suprema Real autoridade, e não dos Ministros, aos que hé só concedido o executado as leis e as faze-las accrescendo so aquelle imposto prejudicial ao commércio, e por consequencia ao estado e á Real Corôa hé pois por tudo isso que o Supremo recorre a Vossa Alteza Real para que se diga dão lhe aprovidencia, que o caso pede, mandando informar (...) do exposto; e achando (...) que não se (...) do mais por fim o imposto, senão que se faça repôr ao Supremo tudo quanto, indevidam se lhe houver extorquido pelo os titulo ou multando se aprenheram e rematação indevidam (...) restituindo-se (...) os bens arremataodos. Portanto.

ANEXO XVI

Ofício que dirigiu a Câmara do Penedo a Câmara do Poxim, comunicando que força estacionada em Vila Nova apreendera toda farinha, e um oficial comissionado pelo Governo Interino das Alagoas. 15 de abril de 1817. **IHGAL. Documento – 001680 – 21 – 03 – 26.**

Senhores Ilustre do Nobre Senado de Penedo – Recebemos o offício de Vossas magnificências nos dirigimos na data de 12 do corrente mês em que nos pede de madar apenas duzentos alquires de farinha da embarcação que se acha ancorada no porto de Coruripe. Fazemos saber Vossas magnificências que a dita embarcação, foi tomada por uma tropa na Vila Nova desse rio São Francisco. Fizemos também prender o oficial Felipe da Silva Moraes enviando ao governo Interino da Comarca Alagôas. Fazemos também conduzir a farinha da mesma embarcação para o destacamento do porto do Jaraguá em Maceió. Por esta cuja não prestamos atendimento pedido, e também esperámos as mesmas tropas pelo edital que se publicou nesta Vila, Real de São José do Poxim em comunicado de 15 de abril.

Antônio dos Santos – Juiz Ordinário, José dos Santos, José Roque da Silva, procurador – Pasta conforme o original, o escrivão da Comarca, Luís Manoel Almeida Silva.

ANEXO XVII

IHGAL. Documento – 939 – 21 – 03 - 22 - Auto de Veneração em que houve adjuntamente das repúblicas desta Vila, do Penedo, de 12 de abril de 1817.

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e dezessete, aos doze dias do mes de abril do dito ano, nesta Vila do Penedo, do Rio de São Francisco, Comarca das Alagoas, Capitania de Pernambuco, em casas da Câmara, onde foram juntos os Oficiais da mesma, Juiz Presidente, o licenciado Antônio José da Silva Lamêgo, Vereadores Antônio Moreira de Lemos e por empréstimos Alferes José Antonio de Faria Lôbo, Antônio José da Silva e Procurador também, por impedimento, digo, por empréstimo, José Leandro dos Santos os Republicanos desta Vila, para efeito de se tratar do Serviço de Sua Majestade e bem comum do Povo.

Acordaram que se escrevesse Carta de Officio a Câmara do Poxim para ter em segurança e debaixo de embargo, duzentos alqueires de farinha, para a sustentação das Tropas que vêm da cidade da Bahia para se reunirem com as desta Vila e as mais da Comarca, e que fossem remetidos cinquenta alqueires para Piassabuçu a ser conduzida a esta Vila para o mesmo suprimento das tropas. E logo os mesmos Republicanos Senhores de Fazendas de gados, que eles em geral se obrigavam a dar as carnes conforme os gados que eles ou cada urn tivesse para o suprimento das mesmas tropas. E logo por se achar presente o Tenente Quartel-Mestre José Antônio da Costa se ofereceu a dar alguns alqueires de farinha e arroz para sustentação das mesmas tropas, e foi nomeado pelo mesmo Senado o referido Tenente José Antônio da Costa para a arrecadação dos mesmos víveres, como também o Alferes Manoel José Gomes para o fim de ir por enviado à Câmara do Poxim, a tratar da condução das farinhas e tudo o mais que for preciso para este fim.

Acordaram mais que se lhe deveria dar ajuda de custo, tanto a um, como a outro, conforme os gastos e despesas que fizerem na arrecadação dos mesmos víveres.

Acordaram mais em se receber todos os donativos que gratuitamente oferecerem os habitantes desta Vila para o fim da presente guerra, determinando, para o Juiz Ordinário, Procurador e Escrivão, passassem a fazer as diligências possíveis pelas casas de todos os habitantes desta Vila, por não se acharem presentes nesta ocasião todos os Repúblicas e mais povos desta terra, digo, desta Vila.

Acordaram mais que todo o Armamento e petrechos precisos e necessários para auxiliar a facia tropa vinda da cidade da Bahia como da que se acha nesta Vila, para acompanhar esta mesma tropa, se fizessem todos os consertos precisos e necessários, encarregando este mesmo objeto ao Sargento-mor dos Homens Brancos, Miguel Veloso, e por não haver mais que acordarem, mandaram fazer este Auto em que assinaram: eu, Luiz Manoel d'Almeida e Silva, Escrivão — o escrevi — Lamêgo — Lemos — Farias — Silva — Santos — José Antônio da Costa — Manoel José Gomes. Está conforme. O Escrivão da Câmara Luiz Manoel de Almeida Silva.

ANEXO XVIII

IHGAL. Documento – 001676 – 21 – 03 - 22 - Ofício que dirigiu a Câmara do Penedo a Câmara do Poxim, pedindo-lhe farinha para as tropas. 12 de abril de 1817.

Offício que a Comarca do Penedo dirigio à da Vila do Poxim pedindo-lhe farinha para a tropa Real – 1817.

Ilustrísimos Senhores, membros do nobre Senado da Vila real de Sao Jose do Poxim. No dia 11 do presente mês, acabamos de receber uns editais mandados pelo ilustríssimo Governador da Bahia que nos informa que as tropas da mesma cidade do Salvador passarão por esta Vila do Poxim com a finalidade de firmar as bases do domínio e poder por essas vias e caminhos do nosso Augusto Soberano para estabelecer a soberania real nessa região do Sr. Dom Joao VI. É de nosso dever procurar fornecer com todo empenho possível ao comando e ás tropas o alojamento e alimentação para essas tropas. Sabemos da necessidade publica em que encontra esta Vila do Poxim por falta de farinha e demais mantimentos. Rogamos a Vossa Magnificência que em nome de sua Majestade, fidelíssimo Dom Joao VI, providenciem apenas duzentos alqueires de farinha desta embarcação que se acha ancorada no Porto de Coruripe. Este Senado do Poxim fica sendo obrigado a responder pelos impostos da mesma farinha ao fisco real. Para este fim, o alferes Manoel Jose Gomes irá tratar das condições fiscais dessa mesma farinha. Esperamos que pela fidelidade de Vossa Magnificência ao nosso Augusto Soberano, não pouparão meio algum de prestar atendimento para o bom êxito deste presente objeto.

Deus guarde Vossas Magnificências. Passado no Câmara do Senado do Poxim em 12 de abril de 1817.

Antônio José da Silva Lamengo - Juiz Ordinário

Antônio José da Silva - Vereador

José Antônio de Farias Lobo - Vereador

Antônio José da Silva - Vereador

José Leandro dos Santos - Procurador

Pasta conforme, o escrivão da Comarca. Luiz Manoel de Almeida da Silva.

ANEXO XIX

PARECER do Conselho Ultramarino sobre o requerimento do escrivão da Ouvidoria e Almotacaria da vila de Alagoas, alferes Bento Rebelo Pereira, em que pede se tire nova devassa para averiguação e confirmação da sua inocência relativa ao conflito com o ex-ouvidor-geral João Vilela do Amaral, e seja posto em liberdade. Anexo: despachos do Conselho Ultramarino e pareceres do procurador da Coroa, aviso, bilhetes e requerimentos, cartas do vice-rei do estado do Brasil e do desembargador Antonio do Rego e Sá Quintanilha. **AHU_ACL_CU_004, cx.1, D.45.**

Pareceo ao conselho que pela informação do Ouvidor das Alagoas sefaz nottoria a inimidade que João Vilela do Amaral tinha como Suplicante pois dandose aque (...) contra outras pessoas, o pronunciou a elle. Nem (...) ta para Vossa Magestade lhe negar a graça que pretende o haver tirado a devassa o Juiz ordinário, e não o ditto Ministro, porque sendo manifestado a inimidade, que com elle tinha facilmente poderia conseguir que o Juiz ordinário continuas sea oppressão a que elle havia dado principio. Persuadindo também muito o supplicante a sua inocencia por se haver metido voluntariamente na prizão para mais justamente procurar socorro na justiça de Vossa Magestade pelo que se faz digno de que (...) que se sirva de ordenar ao Ouvidor das Alagoas, que tire nova devassa deste cazo, e (...) a remeto à Relação da Bahia donde se acha o livramento, e o (...) para ser por ella sentenceado, e quehavendo (...) culpados proceda contra eles, na forma da Ley. Lisboa occidental 19 de Mayo de 1727.

ANEXO XX

Document o N° 01313

Caixa; 18 Pacote ; 01 Doc; 11

Coleção: Original de um traslado de um capítulo sobre farinha e peixe. 1724. 02F.

Dizem os oficiais da Câmara que servião no anno de 1724 que servindo de almotação Bento Rebelo Pereira condenou a Antônio Silva e outras mais pessoas das Povoações de S. Miguel e do Norte porque plantadores das postulas da Câmaras na quantia de 26 (Unidade de medida) cada hu' a saber 6 da alçada da Câmara e 20 do capítulo da correção que o Senhor e Doutor Ouvidor-geral que então servia deixou por provimento e para sim fazerem os despachos de hu' que (...) dos autos carece do capítulo que deixou o dito senhor doutor Ouvidor-geral (...) fiz a cerda das ditas condenações que deve esta lançado no livro da correção (...) nos livros da Câmara dessa Villa. Por assim seja servido mandar que o escrivão em cujo poder estiver provimento lhe der por certidão em (...) dizem os súplicantes que apresentando a petição ao escrivão da Câmara Ignácio Rabelo sobredito dúvida (...) passa-lhe a dita certidão dando por desculpas não (...) o que se pede na petição o que entendem o súplicantes (...) do sobreditos o erro dos súplicantes estes pedem a Vós mercêr seja servido mandar (...).

ANEXO XXI

Ofício ao Juiz Presidente e Senadores da Câmara da Vila das Alagoas sobre a inspeção da plantação de mandioca. (...) 03 Jul. 1828. 01F. **IGHAL. 00319 - 05 - 03 – 10.**

Em cumprimento da comição de que foi emcarega do no dia 18 do Mes de Junho sobre as plantaçoins de mandioca; fasso ver a vossas senhorias que no termo do Engenho Massaguera athe Camuripim e Ilha do porto termo da minha Jurdição, eszaminando com todo o coudado a chei pouco mais ou menos eszistirem secenta mil covas de mandiocas comederas e o que representa o estado dellas hẽ de cre que as secenta mil covas se axão sẽ podres sem mister com o frio do rigorozo emverno e as cincoentas mil covas que inda as concidero livre da prudidão contudo poderão pouco mais ou menos crear (...) oitos sentos Alqueres de farinha visto as plantaçoins novas das ditas mandiocas de Janeiro athe agora pude reavaliar pello tereno (...) em que foram [corroído] em vinte mil covas e estas mesmas não eszistirão vinte mil covas estas não estão seguras pois as veio muito abatidas pella frieza do mesmo Inverno he verda deira a mesma Partipação Deos guarde a vossas senhorias (...) 2 de Julho 1828.

Ilustrissimo Senhores Juiz Presidente viriadores e Procurador da camara da cidade das Alagoas

Antonio Correia da Gama - Almotace